

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-Graduação em Educação



Dissertação

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE:

**os primeiros anos da formação docente no ensino superior
da cidade (1960-1969)**

Josiane Alves da Silveira

Pelotas, 2012

JOSIANE ALVES DA SILVEIRA

**FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE:
os primeiros anos da formação docente no ensino superior
da cidade (1960-1969)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área do conhecimento: Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Giana Lange do Amaral

Pelotas, 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881

S587f Silveira, Josiane Alves da
Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande: os
primeiros anos da formação docente no ensino superior da
cidade (1960-1969) / Josiane Alves da Silveira; Orientadora:
Giana Lange do Amaral. – Pelotas, 2012.
182f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de
Educação – FaE. Programa de Pós-Graduação em Educação
-PPGE. Universidade Federal de Pelotas.

1. Instituição educacional. 2. Ensino superior. 3.
Formação docente. I. Amaral, Giana Lange do, orient. II.
Título.

CDD 370

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Giana Lange do Amaral - Orientadora

Prof. Dr. Eduardo Arriada - PPGE/FaE/UFPel

Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara - PPGE/FaE/UFPel

Prof^a. Dr^a. Terciane Ângela Luchese - PPGE/UCS

AGRADECIMENTOS

À professora Giana Lange do Amaral pela orientação, conhecimento compartilhado, disponibilidade e, acima de tudo, profissionalismo. Muito obrigada por tudo!

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos, desde agosto de 2010.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, especialmente aos professores da linha de pesquisa Filosofia e História da Educação. As aulas-encontros com os professores Giana, Eduardo, Elomar, Avelino e Magda, certamente, influenciaram os meus caminhos de pesquisa.

Aos professores da banca examinadora, Terciane, Eduardo e Elomar, pelas considerações pertinentes desde o projeto de pesquisa.

À minha família, indispensável na minha vida. Aos meus pais, Elisa e João Mário, e irmã, Lisiane, pelo amor incondicional. Ao meu companheiro Jarbas que investiu na minha qualificação e contribuiu em todos os momentos com sua paciência, amor e carinho. A vocês dedico este trabalho.

À todas as instituições e pessoas que abriram suas portas para que este trabalho ganhasse corpo e se concretizasse.

À todos aqueles que fazem funcionar o NUME, Arquivo Geral da FURG, Bibliotecas Rio-Grandense e Pelotense, conservando os preciosos vestígios históricos.

Aos entrevistados que aceitaram gentilmente participar da pesquisa, cedendo o seu tempo e conhecimento, fundamentais neste trabalho. Professoras Alair, Alice, Jussara, Ruth, Solange e Stella; padre João e senhora Elsa sem vocês os objetivos da pesquisa não seriam alcançados. Muito obrigada a todos!

Aos colegas do CEIHE, futuros Mestres e/ou Doutores em Educação, pelas trocas e oportunidades de aperfeiçoamento acadêmico. Em especial, à todos aqueles que faziam das segundas-feiras, com a professora Giana, momentos a mais de reflexão e (re)construção dos projetos de pesquisa.

À todos que direta ou indiretamente contribuíram com este trabalho, obrigada!

RESUMO

SILVEIRA, Josiane Alves da. **Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande: os primeiros anos da formação docente no ensino superior da cidade (1960-1969)**. 2012. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O presente trabalho versa sobre uma instituição de ensino superior que representou a gênese dos cursos voltados para a formação docente na cidade do Rio Grande. Essa foi a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande (1960-1969), tendo como mantenedora a Mitra Diocesana de Pelotas até 1969, quando foi cedida para integrar a Universidade do Rio Grande. Analisa a história institucional dessa Faculdade, focando principalmente os anos iniciais dos cursos de Filosofia e de Pedagogia. A partir de então, busca averiguar o significado e os interesses na criação de cursos voltados para a formação docente, em nível superior, na cidade. Também pretende tornar visíveis os atores que contribuíram para o funcionamento da instituição. Com isso, almeja manter viva a memória dessa Faculdade Católica de Filosofia, além de contribuir com novo trabalho sobre o ensino superior na História da Educação. Enfatiza a ausência, até a década de 1960, de cursos superiores voltados para a formação docente em Rio Grande. Isso teria acarretado uma demanda reprimida de candidatos, principalmente de mulheres, que almejavam essa formação. Sugere que a ação pioneira da Mitra foi fundamental em tal criação. Porém, suas aspirações não se concretizariam se juntamente com ela não se articulassem outras forças intelectuais do Rio Grande, envolvidas com a educação. Após a criação da Faculdade, sugere também que aumentou a procura de mulheres que, possivelmente, já atuavam no ensino primário. Busca novos vestígios em diferentes fontes de pesquisa, como os documentos institucionais, jornais e relatos orais. Inicialmente foram manuseados documentos institucionais no Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos (NUME) e no Arquivo Geral da FURG. No segundo momento a pesquisa estendeu-se pelo jornal *Rio Grande*, tendo como foco as informações referentes ao ensino superior em algumas datas relevantes dos anos de 1960, 1961, 1964, 1967 e 1969. Por fim, realiza oito entrevistas com representantes dos corpos dirigente, docente e discente, bem como de demais funcionários da Faculdade. Para tanto, utiliza a História Oral e temáticas que a envolvem, como a memória. Nesse sentido, toma como base os caminhos abertos pela História Cultural que também propiciou a ampliação de problemas, objetos e temas de pesquisa histórica. As considerações finais constataram que, a articulação de forças católicas de Pelotas, como o bispo Dom Antônio Zattera, com intelectuais do Rio Grande, como Hugo Dantas Silveira, favoreceram a criação e o funcionamento da instituição em pesquisa. Nesse processo, outros deram suas contribuições, sendo muitos deles atores dessa história institucional. Com isso, a Faculdade de Filosofia proporcionou o maior ingresso de mulheres no ensino superior, a ampliação do quadro docente em nível secundário e o desenvolvimento cultural aliado aos interesses da Igreja, de propagação dos ideais cristãos. Ainda, a ampliação dos cursos da Faculdade, somando seis até 1969, demonstra o seu potencial como instituição formadora de professores na cidade do Rio Grande.

Palavras-chave: instituição educacional; ensino superior; formação docente.

ABSTRACT

SILVEIRA, Josiane Alves da. **Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande: os primeiros anos da formação docente no ensino superior da cidade (1960-1969).** 2012. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The current work concerns a higher education institution which represented the genesis of the teacher training oriented courses in Rio Grande city. This was the Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande (1960-1969), sponsored by the Mitra Diocesana de Pelotas until 1969, when it was ceded to integrate the University of Rio Grande. An analysis of its institutional history, mainly focused upon the early years of the Philosophy and Pedagogy courses. From that point, tries to ascertain the meaning and the purpose of establishing in this city, teacher training oriented courses on a high educational level. It also intends to give visibility to those who contribute to the functioning of this institution. Besides keeping alive the memory of the Catholic Faculty of Philosophy it also contributes to the History of Education with a new work concerning higher education. Emphasis is given to the lack of teacher training oriented courses at university level, until the 1960s in Rio Grande. This would have caused a repressed demand of candidates, especially women yearning for that education and training. Suggests that Mitra's pioneering action was crucial. Even so, their ambitions would not materialize without linking Rio Grande's intellectual strengths which were Education involved. It also suggests that further to the Faculty establishment the women's demand increased, probably those who where already involved with primary education. Looks for new evidences in different research sources, such as institutional documents, newspapers and oral reports. At first, institutional documents were handled at the Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos (NUME) and the General Archive of the FURG. Later on, the research was extended to the newspaper *Rio Grande*, focused on information regarding higher education in some relevant dates for the years 1960, 1961, 1964, 1967 and 1969. Finally, eight interviews were performed with representatives of the leading board, of teaching and student staff, as well as of other officers of the Faculty. In order to do so, it takes Oral History and its conceptual categories, such as memory. Thus, assumes the paths opened by Cultural History that has also prompted further historical research problems, objects and subjects. The final considerations have found that, the articulation of catholic forces of Pelotas, as bishop Dom Antônio Zattera, with intellectuals of the Rio Grande, as Hugo Dantas Silveira, fostered the establishment and functioning of the understudy institution. In this process, others gave their contributions, many of them were actors of this institutional history. With this, the Faculty of Philosophy has enabled a greater inflow of women in higher education, the expansion of the secondary-level teaching and cultural development combined with the Church's interest of spreading the christian ideals. Furthermore, the expansion of college courses, adding six until 1969, demonstrates its potential as a teacher training institution in the city of Rio Grande.

Keywords: educational institution; higher education; teacher training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Alas internas do edifício da Faculdade”.....	107
Figura 2 – Formatura da primeira turma dos cursos de Filosofia e de Pedagogia, 20 dez. 1964.....	109
Figura 3 – “O Sr. Chanceler, Dom Antônio Zattera, em palestra com o Sr. Dr. Hugo Dantas Silveira, Diretor, e o Revmo. Pe. Frei Lino de Caxias, Vice-Diretor”, dez. 1961.....	111
Figura 4 – “Flagrante de uma aula de Apologética”, nov. 1961.....	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – <i>Concursos de Habilitação, 1961</i>	104
Quadro 2 – <i>Concursos de Habilitação, 1964</i>	106
Quadro 3 - <i>Número de formandos da primeira turma de Engenharia, Ciências Políticas e Econômicas e Direito</i>	136
Quadro 4 - <i>Número de formandos da primeira turma dos cursos da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande</i>	137

LISTA DE SIGLAS

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

IES - Instituições de Ensino Superior

IEUSP - Instituto de Educação da Universidade de São Paulo

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NUME - Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

UCPel - Universidade Católica de Pelotas

UDF - Universidade do Distrito Federal

UFPeI - Universidade Federal de Pelotas

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O PERCURSO DA CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	16
1.1 Os novos caminhos abertos pela História Cultural.....	16
1.2 O encontro com as fontes documentais	21
1.3 História Oral e memória: construindo novas fontes de pesquisa.....	25
1.3.1 Entrevistas com pessoas ligadas à Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande	36
1.3.2 Roteiro de entrevista: questões sobre a instituição em pesquisa.....	40
2 PANORAMA SOBRE O ENSINO SUPERIOR NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	43
2.1 Considerações sobre o ensino superior no Brasil.....	43
2.2 Faculdades de Filosofia: “o coração das Universidades” no Brasil	49
3 O ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL E NA CIDADE DO RIO GRANDE.....	61
3.1 Aspectos do ensino superior no Rio Grande do Sul.....	61
3.2 Histórico das instituições de ensino superior na cidade do Rio Grande.....	71
4 FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE: ASPECTOS DE UMA HISTÓRIA INSTITUCIONAL	86
4.1 O processo de criação e os anos iniciais	87
4.2 Instalações temporárias	106
4.3 Os atores da Faculdade de Filosofia: dirigentes, docentes, discentes e demais funcionários.....	110
4.4 Aspectos do funcionamento até a cedência para a Universidade	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS.....	164
APÊNDICE	177
ANEXOS	180

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca destacar parte da história do ensino superior na cidade do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, isso porque apresenta como enfoque uma Faculdade que representou a gênese dos cursos superiores voltados para a formação docente na cidade. Esta era a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, criada em 1960 pela Mitra Diocesana de Pelotas e integrada à Universidade do Rio Grande em 1969, hoje chamada de Universidade Federal do Rio Grande (FURG), ocasião em que passou a ser denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

É importante salientar que essa pesquisa começou a se delimitar nas visitas investigativas realizadas no Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos (NUME), localizado no *Campus Cidade* da FURG. Nessas visitas surgiu a ideia de estudo sobre as instituições de ensino superior (IES) do Rio Grande. Porém, nos primeiros contatos, ainda não se havia determinado o foco de pesquisa ou a instituição a ser pesquisada. Essa delimitação somente surgiu por meio do contato com novos documentos, tanto no NUME como em outros espaços de pesquisa, aos quais se faz referência a seguir.

Nesse sentido, pelo cruzamento de algumas fontes provenientes de acervos documentais e leituras referentes ao ensino superior da cidade, a instituições como a Escola de Engenharia Industrial, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e a Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”, percebeu-se que a então Faculdade de Filosofia instigava ao estudo. Já de início, o fato de ser a primeira instituição de ensino superior da cidade, com cursos voltados para a formação docente, pareceu apropriado para análise. Juntou-se a isso o fato de o tema também ter relação com os estudos realizados na linha de pesquisa seguida no Mestrado e, especificamente, com a área de História. Da mesma forma, as fotos encontradas no NUME, onde aparecem várias mulheres nos cursos de Filosofia e de Pedagogia também incentivaram o estudo, visto que nos outros cursos superiores da cidade a presença das mulheres, percebida entre os documentos, era minoria. Ainda, manuseando os documentos institucionais da Faculdade, percebeu-se que havia a possibilidade de localizar alguns dos membros que compunham os primeiros anos de funcionamento da instituição; o que permitiria recorrer à História Oral que, sem dúvida, favoreceria a análise da instituição.

O contato inicial com diferentes documentações sobre o ensino superior em Rio Grande foi importante, mas logo surgiu a necessidade do afinamento do tema a ser investigado. Então, depois de delimitar o tema, foi possível visualizar qual poderia ser a questão e a hipótese desse estudo. Dessa maneira, o foco deste estudo está relacionado com a ausência, na cidade do Rio Grande, até a década de 1960, de cursos superiores voltados para a formação docente. Isso teria acarretado uma demanda reprimida, principalmente de mulheres que almejavam a formação, em nível superior, pois os cursos até então existentes eram tradicionalmente frequentados por homens. As fontes de pesquisa indicam que o público era crescente de estudantes que poderiam ter a Faculdade de Filosofia como opção, visto que daria sequência ao curso normal das escolas “Joana D’Arc” e “Juvenal Miller”. *Mas, por que foi criada uma instituição de ensino superior voltada para a formação docente em Rio Grande somente em 1960?* Essa foi uma das questões investigadas e pode ser respondida ao longo da pesquisa.

Na hipótese ressalta-se que a ação pioneira da Mitra Diocesana de Pelotas¹, como mantenedora da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, foi fundamental na formação de cursos superiores voltados para a formação docente na cidade. Tudo indica que sua proximidade com Rio Grande e sua atuação em outras Faculdades Católicas de Filosofia, como as de Pelotas e de Bagé, favoreceram tal pioneirismo em Rio Grande. Porém, acredita-se também que as aspirações da Mitra não se concretizariam se, juntamente com ela, não se articulassem outras forças intelectuais do Rio Grande, ou seja, “pessoas de reconhecido e notório saber”, envolvidas com a educação. *Mas, quem foram essas forças intelectuais? Como contribuíram para a criação e funcionamento da instituição?* Tais questionamentos deram fôlego à pesquisa. Cabe ressaltar, ainda, que após a criação da Faculdade de Filosofia, juntamente com os cursos de Filosofia e de Pedagogia, houve um aumento do público feminino em relação aos cursos superiores, porque, possivelmente, mulheres que atuavam no ensino primário buscavam qualificação para poderem, também, atuar no ensino secundário de magistério.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar, através da pesquisa em fontes escritas e orais, a história institucional da Faculdade Católica de

¹ Até a década de 1960, a atuação católica em Rio Grande ainda estava subordinada à Diocese de Pelotas. Em 1971, Dom Antônio Zattera comunicou a notícia oficial da criação da nova Diocese do Rio Grande, composta também por Santa Vitória do Palmar, São José do Norte e Mostardas (HAMMES, 2005, p. 192-193).

Filosofia de Rio Grande e, principalmente, dos primeiros anos dos cursos de Filosofia e de Pedagogia. Nessa história institucional, muitos foram os protagonistas, portanto, pretende-se tornar visíveis aqueles que contribuíram, de maneira mais efetiva, para o seu funcionamento, ou seja, diretores, docentes, discentes e demais funcionários. Além disso, busca-se averiguar o significado e os interesses na criação de cursos voltados para a formação docente, em nível superior, na cidade do Rio Grande. Assim, pretende-se manter viva a memória dessa instituição de ensino superior, voltada para a formação docente, além de contribuir com um novo trabalho sobre o ensino superior na História da Educação.²

Para compreender melhor a história da instituição investigada, apresenta-se a pesquisa realizada no NUME, Arquivo Geral da FURG e jornal *Rio Grande*, todos com acervo localizado na cidade do Rio Grande; além da breve pesquisa ao *Diário Popular* de Pelotas, localizado no acervo da Biblioteca Pública Pelotense. Tais informações, contidas em ata, atestado, certificado, contrato, declaração, decreto, estatuto, parecer e relatório, bem como em anúncios dos jornais que circulavam nas cidades do Rio Grande e de Pelotas, na década de 1960, foram cotejadas com os conhecimentos já sistematizados sobre o ensino superior na cidade, sem deixar de relacioná-lo com o desenvolvimento do ensino superior no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Ainda, para completar a pesquisa, também foram realizadas oito entrevistas, fundamentadas pela História Oral. Entre os entrevistados constam quatro professores que atuaram na Faculdade; duas professoras que foram alunas nos primeiros anos dos cursos de Filosofia e de Pedagogia; uma secretária que atuou nos anos finais da instituição; e, para se obter informações sobre o corpo dirigente, recorreu-se a uma das professoras entrevistadas que também foi diretora da Faculdade e a uma das filhas de Hugo Dantas Silveira, primeiro diretor, já falecido. Todos, enfim, vivenciaram períodos diferentes de funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande.

² Comparando as características das instituições educacionais apresentadas por Magalhães (2004, p. 53), a instituição pesquisada enquadra-se como “instituição educacional de formação”. Conforme o termo utilizado por Werle (2004), trata-se de uma instituição escolar de ensino superior. Segundo essa autora, o termo escolar indica que não se está discutindo a história de uma instituição envolvida com educação em geral (WERLE, 2004, p. 19). Sobre o mesmo termo, Ragazzini (1999, p. 25) acrescenta que a “história da escola e das instituições educativas se configura como campo de estudos referido aos lugares formais de educação com uma consideração especial exatamente para a escola”. Maiores informações sobre as instituições educacionais ou escolares em Magalhães (1999, 2004), Nascimento *et al.* (2007), Ragazzini (1999), Werle (2004), entre outros.

Cabe ressaltar que para compreender as diferentes fases do trabalho com História Oral recorre-se, por exemplo, a Alberti (1989, 2005a, 2005b), Corrêa (1978), Delgado (2006), Ferreira *et al.* (1994), Ferreira e Amado (1998), Meihy e Holanda (2010) e Neves (2000). Da mesma forma, para um embasamento sobre a memória, busca-se apoio nos estudos de Bosi (1994, 2003), Candau (2011), Catroga (2001), Halbwachs (2004), Le Goff (1992), Ricoeur (2007) e Thompson (1992).

Apostou-se na diversificação das fontes de pesquisa, utilizando tanto as escritas como as orais, baseando-se nos caminhos abertos pela “Nova História” e, tempos depois, com algumas variações, pela História Cultural. Nesse sentido, utilizam-se autores como, por exemplo: Le Goff (1993, 2011), Pesavento (1995, 2004, 2008) e Robinson (2011). Para análise das fontes escritas, os documentos institucionais e os jornais, auxiliam os seguintes autores: Bacellar (2005), Certeau (2000), Luca (2005), Ragazzini (2001) e Veyne (1987).

Percebe-se, entre as documentações institucionais da Faculdade de Filosofia, encontradas no NUME e no Arquivo Geral da FURG, que há fontes perdidas e outras mal conservadas. Para exemplificar, acrescenta-se que alguns documentos, como atas e fotos, foram encontrados ao acaso no Arquivo Geral da FURG, onde estão sendo “conservados” depois de retirados de um container, prestes ao descarte. Por isso, na tentativa de substituir peças perdidas do quebra-cabeça da história da Faculdade de Filosofia, utilizam-se também os jornais e as entrevistas.

Quanto à periodização em foco nesse trabalho optou-se por delimitá-la à década de 1960. Isso porque a essa década está associado o período de funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia. Mesmo assim, sempre que necessário, recorreu-se aos anos anteriores e posteriores ao período em pesquisa. Busca-se, dentro dessa periodização, levantar dados sobre a Faculdade de Filosofia e, na medida do possível, sobre as outras instituições superiores do Rio Grande, tecendo alguns comentários que caracterizem o ensino superior na cidade. Para tanto, foram utilizadas as informações encontradas nos locais de estudo, já mencionados.

A partir das fontes e dos recursos teórico-metodológicos trabalhados, pretende-se expor um texto que dê visibilidade ao objeto de pesquisa, sem ter a pretensão de esgotar as possibilidades de interpretação.³ Considera-se que muito

³ Nesse sentido, vale destacar aqui os questionamentos e as respostas de Souto (1998, p. 102) quando diz: “Quando se esgota a busca de sentidos? Nos atores, nos documentos, no livro de

pouco se escreveu sobre as primeiras IES do Rio Grande. Os documentos estão dispersos, ou perdidos, e não recebem a atenção merecida. Isso, sem dúvida, também serviu como incentivo para que esse trabalho fosse realizado no intuito de ampliar as informações sobre o ensino superior da cidade.

Em suma, o presente trabalho surge da vontade e curiosidade de descortinar mais um aspecto da história da cidade que talvez muitos ainda não conheçam, a história da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande⁴ - uma instituição católica que sobreviveu por apenas uma década, mas que foi fundamental para a formação docente, em nível superior, nessa cidade. Nesse sentido, depois de uma breve apresentação dos caminhos que levaram a esse estudo, seguem as principais partes que compõem o presente trabalho.

Logo no início do corpo de desenvolvimento, apresenta-se *o percurso da construção teórico-metodológica*, onde se busca, principalmente, indicar com que materiais, com que instrumentos e de que modo foi realizado o trabalho. Nesse momento o foco voltou-se para as novas abordagens de pesquisa, propiciadas pela História Cultural. Por isso, utilizam-se as diferentes fontes escritas e orais, bem como os temas que envolvem as instituições educacionais de ensino superior.

Na segunda e terceira partes apresenta-se a revisão bibliográfica, quando se busca dialogar com os autores que pesquisam sobre o ensino superior. Assim, na segunda parte, intitulada *Panorama sobre o ensino superior na História da Educação brasileira*, apresenta-se uma visão mais geral do ensino superior e principalmente sobre as Faculdades de Filosofia no Brasil. Na terceira parte, como o próprio título evidencia, *O ensino superior no Rio Grande do Sul e na cidade do Rio Grande*, destacam-se alguns aspectos sobre o ensino superior regional e local.

Na sequência, a partir do título *Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande: aspectos de uma história institucional*, o trabalho segue o seu foco principal. Apresentam-se as considerações sobre o processo de criação e os anos iniciais, as

história? Em realidade, não se esgota, se aprofunda. É inacabável. Quando termina a interpretação? Numa leitura? Em várias? Quando se esgota a interpretação a partir da referencialidade teórica? Nunca. Fica aberta". Da mesma forma, a investigação também não se esgota, apenas se suspende.

⁴ Apenas um autor publicou dois artigos, em 2004, sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. Maiores informações em Alves (2004a, p. 71-94; 2004b, p. 167-180). Outras referências apenas citam a Faculdade de Filosofia, sem ser ela o foco do trabalho. Esse é o caso, por exemplo, da dissertação de Medeiros (1999, p. 79-80) que menciona, brevemente, a origem do curso de Pedagogia da FURG, citando a Faculdade de Filosofia. No livro organizado por Bavaresco (2002, p. 201) consta a origem do curso de Filosofia da mesma Faculdade e em Meirelles (2008), entre outros temas, também se encontram algumas informações referentes a essa instituição.

instalações temporárias, alguns atores que participaram dessa história institucional, além de aspectos do funcionamento da instituição, até a cedência para a Universidade do Rio Grande. Espera-se que as próximas linhas consigam refletir, ao menos, parte de um trabalho que foi realizado com esmero, na tentativa de colocar em evidência o surgimento de uma instituição, arquivada na História.

1 O PERCURSO DA CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Antes de se iniciar uma pesquisa torna-se necessário esboçar alguns caminhos que podem sustentar o trabalho posterior. Segundo Barros (2005, p. 9), “iniciar uma pesquisa, em qualquer campo do conhecimento humano, é partir para uma viagem instigante e desafiadora”. Por isso, a pesquisa necessita de um planejamento, mesmo que provisório, para orientar o pesquisador no caminho a ser percorrido. Seguindo tais sugestões, buscou-se, neste espaço, organizar uma síntese de algumas leituras que serviram como embasamento teórico-metodológico para dar consistência a pesquisa em História da Educação.

Para tanto, averiguaram-se algumas maneiras de se explorar os documentos, bem como maneiras de se (re)construir narrativas. Assim como Jenkins (2004, p. 10), acredita-se que os principais instrumentos de trabalho dos historiadores são “as fontes, ou antes, os discursos”, por isso este trabalho textual prioriza tais enfoques. Até porque ambos, fontes e narrativas, se bem trabalhados podem ampliar o olhar sobre o objeto de pesquisa.

Salienta-se também que este trabalho apresenta uma abordagem da História sobre o campo da educação. Para tanto, em conformidade com os princípios, primeiramente, propagados pelos Annales e, com algumas variações, seguidos pela História Cultural, apostou-se na diversificação dos documentos como estratégia na pesquisa para clarear histórias ainda obscuras.

1.1 Os novos caminhos abertos pela História Cultural

No século XX, após críticas e debates à concepção tradicional, nasceu a denominada “Nova História”, transformando a forma de se fazer pesquisa. A partir de então, ampliaram-se os temas e as fontes de estudo, sendo considerado documento histórico todo registro da ação humana, inclusive os acontecimentos do cotidiano nos diversos tempos e espaços. Como destaca Le Goff (1993, p. 28-29), “uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem”. Portanto, a “Nova História” ajudou a ampliar o campo dos documentos históricos, priorizando a multiplicidade de documentos, escritos de todos os tipos e relatos orais. Nesse sentido, acrescenta Robinson (2011, p. 519):

Em seu significado mais amplo, a história inclui todos os traços e vestígios de tudo o que o homem fez ou pensou desde seu aparecimento na face da Terra. Ela pode aspirar ao destino das nações ou descrever os hábitos e emoções do mais obscuro indivíduo. Suas fontes de informação vão desde as rústicas machadinhas de Chelles até o jornal da manhã. Ela é a ciência vaga e abrangente dos assuntos humanos do passado.

Assim, a partir de 1929, quando surgiu à Escola dos Annales, ocorreu uma crise de paradigmas no campo da História. A concepção tradicional, até então dominante, tornou-se insatisfatória, perdendo o seu poder explicativo. A “Nova História” ampliou o seu campo de estudos, para além dos caminhos rotineiros, deixando de ser apenas factual e descritiva para se tornar interpretativa. Desta forma, temas combatidos na primeira fase dos Annales como, por exemplo, a história política ganhou outro enfoque na “Nova História”. É o que destaca Le Goff (2011, p. 152):

Destronar a história política, esse foi o objetivo número um dos *Annales*, e permanece como uma preocupação de primeira ordem para a história nova, ainda que [...] uma nova história política, ou melhor, uma história com uma nova concepção do político, deva se instaurar no domínio da história nova.

Este exemplo de retorno aos temas antes em voga, como a história política, demonstra a ampliação do olhar do historiador sobre antigos enfoques de pesquisa. Sobre esse aspecto, Ariès (2011, p. 288) frisa que “o historiador relê, hoje, os documentos utilizados por seus predecessores, mas com um olhar novo e outra grade de leitura”. Sendo assim, pode-se dizer que a História não é um campo estático, pois consegue se desvencilhar das limitações anteriormente impostas ao estudo do passado, refinando os seus enfoques de pesquisa.

Nas últimas décadas do século XX uma nova corrente historiográfica foi ganhando espaço quando os pressupostos do marxismo e da Escola dos Annales passaram a ser questionados no Brasil. Esta nova corrente, denominada História Cultural, ficou mais visível na década de 1980, apresentando novas formas de interrogar a realidade. A partir de então, como bem expõe Pesavento (2004, p. 16), “tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas”. Ou seja, a nova tendência confirmou a não existência de verdades absolutas, portanto cabe ao historiador a consciência de que “o máximo que poderá atingir será sempre a construção de versões possíveis, plausíveis, aproximativas daquilo que teria

ocorrido” (PESAVENTO, 2008, p. 18). A partir de então, como bem destaca Burke (2005), basta garantir que não se percam esses ganhos da História Cultural.

As inovações nos objetos de pesquisa e a emergência de novos conceitos, voltadas para os domínios do cultural, influenciaram os historiadores a ampliar o seu olhar *detetivesco* sobre a História. Dessa forma, a análise sobre representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades inseriram-se na História, justamente, para ampliar as possibilidades de compreensão do passado. Afirma Pesavento (2004, p. 42):

[...] a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo. [...] Este seria, contudo, o grande desafio para a História Cultural, que implica chegar até um reduto de sensibilidades e de investimento de construção do real que não são os seus do presente.

Enfim, a História Cultural ao ampliar as dimensões social, econômica e política, além de incorporar aspectos culturais nas investigações, propiciou a ampliação de problemas, objetos e temas de pesquisa histórica. Dentre os novos temas trabalhados na História Cultural é de interesse, no presente estudo, mencionar principalmente a história das instituições educativas de ensino superior. O vínculo entre a mulher e o ensino superior também é abordado, sempre que possível, embora esse não seja o foco principal do trabalho. Ressalta-se que não se tem a pretensão de realizar um estudo de gênero, apenas se utiliza mais esse tema para tornar visível o ingresso feminino nas instituições de ensino superior, já que não há como fugir dessa realidade na instituição em pesquisa.

Sobre a “história das instituições educacionais de formação” ou “história das instituições escolares” toma-se como suporte teórico Magalhães (1999, 2004), Nascimento *et al.* (2007), Ragazzini (1999), Werle (2004), entre outros. Alguns autores que pesquisam a mesma temática, abordando a história de diferentes instituições escolares, também são utilizados. Dentre eles, por exemplo: Nosella e Buffa (1996, 2000), Amaral (2002, 2003, 2005), Amaral e Amaral (2007), Evangelista (2002), Lopes (2006) e Bergozza (2010). Acredita-se que essas leituras também ajudaram a compor e focalizar aspectos importantes do objeto em pesquisa. Mesmo assim, sabe-se que é preciso fazer escolhas, visto que uma só instituição apresenta multiplicidades de histórias.

Para Magalhães (2004, p. 71), a história das instituições educativas culmina numa síntese crítica, utilizando como referência as memórias, o arquivo e a historiografia. Isso envolve a valorização de diferentes fontes que devem ser criteriosamente cruzadas, buscando o que o mesmo autor chama de “totalidades em organização”. É com base em tais preceitos que se estuda a instituição em alvo na pesquisa, descortinando sua história através das marcas conservadas do passado.

Busca-se na história da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, como também diz Werle (2004, p. 15), a “presentificação do ausente”. Isso porque essa Faculdade não existe mais, o que acaba favorecendo a não preservação da memória institucional. Prova disso demonstra-se nas lacunas encontradas entre a documentação institucional pesquisada. Para que tal fato não se perpetue, sabe-se da importância da preservação dos documentos para a memória institucional e também social. Nesse sentido, “é oportuno lembrar que o passado das instituições educacionais não pertence apenas à instituição, mas à sociedade em que ela se encontra” (AMARAL, 2002, p. 21).

Na história das mulheres no campo da educação recorre-se, dentre outros, a Almeida (1998), Chamon (2005), Côrtes e Moraes (2003), Godoy (1999), Gonçalves (2006), Guimarães (2003), Lombardi (2004), Queiroz (2001), Rosemberg e Amado (1992) e Tambara (2002). Também convém destacar, principalmente, os textos de Bassanezi, Louro e Telles no livro organizado por Del Priori (2009). Embora nem todos os autores tratem, especificamente, da história das mulheres no ensino superior, serviram de base para compreensão da trajetória das mulheres no magistério.

Conforme mencionam Lopes e Galvão (2001, p. 68-69):

O sexismo, imperante na historiografia de até meados do século XX, foi aos poucos sendo substituído pela exigência de que se deveria fazer história levando em conta os sexos. A História da Educação também aceitou essa constatação e esse desafio. No entanto, sua tarefa era mais complicada. Não bastava integrar a História como um campo de saber sexuado, era preciso que educadores em geral, e mais os sociólogos, filósofos, psicólogos, professores e professoras da área da educação, se dessem conta de que o mundo é habitado e partilhado por homens e mulheres e nem sempre de maneira justa.

Portanto, com a ampliação dos temas e a valorização de novas fontes de pesquisa, constatou-se a importância de incluir também as mulheres como novo foco de pesquisa. Segundo Gonçalves (2006), mesmo não tendo dado grande destaque as mulheres em suas pesquisas historiográficas, tanto os precursores dos

Annales como os seus seguidores “instauraram a possibilidade de que as mulheres fossem incorporadas à historiografia” (GONÇALVES, 2006, p. 53). A própria História Cultural aglutinou no seu leque de temas de estudo as mulheres, “pois estava preocupada tanto em desmascarar os preconceitos masculinos como em enfatizar a contribuição feminina para a cultura, praticamente invisível na grande narrativa tradicional” (BURKE, 2005, p. 65). Isso, *per se*, justifica a inserção das mulheres no campo de pesquisa da História.

Ao centrar-se a pesquisa sobre aspectos da história da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande foi inevitável levar-se em conta a presença feminina em diferentes segmentos dessa instituição, compondo a direção, os corpos docente e discente, bem como ocupando outras funções. Até a década de 1950 elas não se destacaram entre os diferentes espaços do ensino superior da cidade do Rio Grande. Foi a partir de 1960 que as mulheres se encaminharam às novas oportunidades de acesso aos cursos superiores da cidade. Assim, fez-se necessário averiguar a participação feminina no ensino superior, em diferentes tempos e espaços.

Como bem frisa Certeau (2000, p. 78), “‘fazer história’ é uma prática”. Essa prática consiste na (re)produção de documentos/fontes capazes de transformar a natureza em cultura, modificando o “meio”. Esse processo deve ser constante e estar de acordo com as novas necessidades e interesses sociais. Para tanto, o desenvolvimento das novas técnicas, com o aumento da informatização, permite ao historiador o manuseio de uma quantidade maior e variada de fontes. Com isso ele pode construir novos modelos explicativos, novas pesquisas, com perguntas e respostas novas, valendo-se também da crítica às fontes. É o que diz Burke (2005, p. 32-33) ao ressaltar: “A tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo”. Ainda segue o autor:

Como seus colegas de história política ou econômica, os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação (BURKE, 2005, p. 33).

Segundo Burke (2005), a História Cultural ampliou o território de pesquisa, mostrando os limites das abordagens anteriores e as possibilidades de se pesquisar temas antes invisíveis, mas isso não quer dizer que ela seja a melhor forma de

História. Ela é “simplesmente uma parte necessária do empreendimento histórico coletivo” (BURKE, 2005, p. 163), dando a sua contribuição indispensável para ampliar a percepção histórica, dentre outras possíveis.

Apoiando-se nos caminhos abertos a partir da História Cultural, reconhece-se a importância da utilização de diferentes fontes históricas. Portanto, a atual pesquisa não busca apenas o levantamento dos documentos institucionais sobre a Faculdade de Filosofia, mas também dos relatos orais de pessoas que a vivenciaram. Isso porque, no dizer de Werle (2004, p. 26):

Aqueles que viveram e trabalharam naquela instituição têm contribuições a dar para a História da instituição; formas diferenciadas de apropriação indicam o quanto a história das instituições escolares pode beneficiar-se da consideração dessas visões em seu processo narrativo.

No entanto, os documentos não devem ser considerados como portadores da verdade, mas como fontes que representam uma versão da história institucional pesquisada. Dessa forma, o historiador também deve estar atento às “práticas discursivas”, aos efeitos de sentidos emaranhados na narrativa escrita ou oral. É o que ressalta Pesavento (1995, p. 17), ao constatar que “o passado já nos chega enquanto discurso, uma vez que não é possível restaurar o real já vivido em sua integridade. Neste sentido, tentar reconstruir o real é reimaginar o imaginado [...]”.

Ainda no que se refere aos documentos, realça Jenkins (2004, p. 11):

[...] o documento não é o reflexo do acontecimento, mas é ele mesmo um outro acontecimento, isto é, uma materialidade construída por camadas sedimentadas de interpretações: o documento é, assim, pensado arqueologicamente como “monumento”.

Enfim, para ampliar o campo epistemológico do objeto da presente pesquisa, buscou-se respaldo nas mais variadas fontes que se teve acesso, sejam elas impressas ou orais. Até porque, como bem diz Becker (1998, p. 30), um dos mandamentos da profissão de historiador é “nunca confiar numa única fonte”. Então, a partir dessas fontes e dos recursos teórico-metodológicos buscou-se tecer considerações que evidenciassem o tema em estudo, aumentando as possibilidades de interpretação.

1.2 O encontro com as fontes documentais

Destaca-se que, as dificuldades iniciais na pesquisa sobre o ensino superior na cidade do Rio Grande foram preocupantes. Isso porque os documentos estão

dispersos e não foram encontrados trabalhos aprofundados sobre o ensino superior na cidade. Tal constatação dificultou os primeiros passos da pesquisa, quando ainda não se sabia onde encontrar documentos que propiciassem o seu andamento; e, ao mesmo tempo, instigou a investigação, na tentativa de encontrar, como um detetive, pistas antes desconhecidas sobre a história pesquisada.

Então, primeiramente foram procurados documentos no NUME, situado no *Campus Cidade* da FURG. Nesse momento foram encontrados, aos poucos, os documentos existentes sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. A partir desses documentos, como atestado, declaração, decreto, parecer, relatório, entre outros, buscou-se conhecer a história dessa Faculdade, surgindo o interesse maior pelo tema.

Em conformidade com Chartier (2001, p. 117), acredita-se que o fazer historiográfico é um discurso que depende das condições de possibilidade e de produção do historiador, pois “por suas eleições, suas seleções, suas exclusões, o historiador atribui um sentido novo às palavras que tira do silêncio dos arquivos”. Portanto, as seleções e exclusões vão depender do olhar do historiador sobre seu objeto de análise. No primeiro momento de contato com a documentação o olhar voltou-se para algumas fontes que instigavam a pesquisa, apresentando dados a serem investigados. Entre os documentos, ainda existentes, relacionados à história da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, a constante presença feminina, por exemplo, indicou uma possibilidade de pesquisa. Porém, sabe-se que outros enfoques também poderiam ser explorados.

Para ampliar a pesquisa, em um segundo momento, foi manuseado o jornal *Rio Grande*, da década de 1960, que era de circulação diária na cidade. Destaca-se que, esse jornal foi escolhido por ser o único que abrange toda a década de 1960, no acervo da Biblioteca Rio-Grandense.⁵ Foram manuseados os meses de janeiro a junho e o mês de agosto de 1960, os meses de janeiro e de março e 1961, o mês de dezembro de 1964, os meses de novembro e de dezembro de 1967, e o mês de agosto de 1969. Nos treze meses pesquisados foram conferidas, página por página, todas as informações. Porém, o olhar principal voltou-se para os informes educacionais, sendo transcritos principalmente os referentes ao ensino superior. Pretendia-se prolongar essa pesquisa ao jornal por toda a década de 1960, período

⁵ O acervo dessa biblioteca conserva edições do jornal *Rio Grande*, de 1914 a 1969.

de funcionamento da instituição pesquisada. Porém, em vista do tempo de pesquisa, foi possível avançar apenas pelos meses que foram marcantes na história da Faculdade de Filosofia, como os antecedentes e o início do funcionamento, as formaturas, o reconhecimento oficial e a transferência dos cursos da Faculdade para a Universidade. Ainda, de forma complementar, manuseou-se alguns meses do *Diário Popular* de Pelotas, de 1960, 1961 e 1964, tendo como foco de pesquisa as informações sobre as Faculdades Católicas de Filosofia de Pelotas e do Rio Grande.

Salienta-se que, para análise minuciosa do jornal, das informações e características, recorreu-se principalmente a Luca (2005) que ressalta como analisar diferentes fontes impressas, como os jornais. Dentre as observações da autora, vale citar a seguinte:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso **dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa**. Entretanto, ter sido publicado implica **atentar para o destaque conferido** ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias [...]. Em síntese, **os discursos adquirem significados de muitas formas**, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos **temas**, a linguagem e a **natureza do conteúdo** tampouco se dissociam do **público** que o jornal ou revista **pretende atingir** (LUCA, 2005, p. 140).

É importante acrescentar que, a partir das observações de Luca (2005) foi possível tecer algumas linhas que demonstram o que circulava sobre o ensino superior na cidade. Não foram encontradas muitas notícias relacionadas com a instituição pesquisada, mesmo assim os poucos informes ajudaram a complementar a pesquisa. Para tanto, foi preciso cruzar informações e, nas palavras de Pesavento (2004, p. 64), exercitar o “olhar para os traços secundários, para os detalhes, para os elementos que, sob um olhar menos arguto e perspicaz, passariam despercebidos”.

Pesquisou-se, também, no Arquivo Geral da FURG, situado no *Campus Cidade*. Nesse centro de documentações foram encontrados alguns registros históricos, de períodos diversificados, sobre os cursos superiores do Rio Grande. Porém, nesse momento, o olhar voltou-se principalmente para os cursos superiores das Faculdades de Direito e de Filosofia, mantidas pela Mitra Diocesana de Pelotas, em Rio Grande. Dentre a documentação manuseada, um caderno de atas da

Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, do período de 1961 a 1970, apresenta-se como fonte importante na pesquisa.⁶

Para o estudo da história do ensino superior em Rio Grande, buscou-se costurar as informações encontradas no NUME, jornal *Rio Grande* e Arquivo Geral da FURG com os conhecimentos já sistematizados sobre o ensino superior da cidade e do Rio Grande do Sul, em livros e artigos. Acredita-se que com o cruzamento dessas fontes foi possível tecer considerações ainda não exploradas.

Optou-se pela diversificação das fontes de pesquisa, pois se acredita que “a história é conhecimento através de documentos” (VEYNE, 1987, p. 15), ou seja, os documentos são fundamentais na construção de qualquer trabalho. Porém, sabe-se que alguns cuidados também são indispensáveis no seu tratamento. Como bem destaca Ragazzini (2001, p. 14), “por um lado as fontes não falam *per se*. [...] Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. [...] A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada”. Nesse sentido, resume Veyne (1987, p. 15): “A narrativa histórica coloca-se para além de todos os documentos, visto que nenhum deles pode ser o acontecimento”. Com base nessas afirmativas, após a pesquisa e seleção das fontes, cabe ao historiador o cuidado ao construir a ponte entre passado e presente, tecendo a narrativa como uma representação do passado, visto que a história não se repetirá.

Comparando a pesquisa com a escrita, Certeau (2000, p. 94) salienta que a pesquisa tem caráter interminável, já o texto deve ter um fim, preenchendo as lacunas apresentadas pela pesquisa. Assim, pesquisa e escrita dialogam na construção da operação historiográfica. Ambas constroem a narrativa da história que é sempre uma relação com o corpo social e com uma instituição do saber. A escrita da história, conclui o autor, traz de volta os mortos, reinscrevendo-os na vida a partir de sua transformação em matéria-prima de uma narrativa. Escrever, portanto, é arrumar outro lugar para os mortos e, por conseguinte, para os vivos.

⁶ Sobre o “Uso e mau uso dos arquivos” ver Bacellar (2005). Esse autor centra sua atenção nas fontes documentais, elencando alguns exemplos de instituições arquivísticas, sugerindo possibilidades de pesquisa e apontando cuidados no manuseio das fontes.

1.3 História Oral e memória: construindo novas fontes de pesquisa

No intuito de ampliar as informações sobre o tema de pesquisa, enriquecendo o conhecimento adquirido pelas fontes escritas, utilizaram-se os relatos orais como fonte paralela de pesquisa. Até porque apenas com as entrevistas foi possível averiguar a hipótese que surgiu na pesquisa com os documentos impressos.

Como realizar uma pesquisa com História Oral? O que deve ser feito antes, durante e depois dessa pesquisa? Por que um trabalho com História Oral envolve o estudo da memória? Essas foram algumas questões que surgiram quando se pretendeu realizar uma pesquisa com História Oral. Já na busca de esclarecimentos para tais questionamentos foram realizadas algumas leituras teórico-metodológicas.

Autores como, por exemplo, Alberti (1989, 2005a, 2005b), Corrêa (1978), Delgado (2006), Ferreira *et al.* (1994), Ferreira e Amado (1998), Meihy e Holanda (2010) e Neves (2000) serviram de apoio na preparação das entrevistas, na realização e no tratamento dos dados coletados. Sendo que, para completar essa última etapa da pesquisa, recorreu-se ao embasamento de Bosi (1994, 2003), Candau (2011), Catroga (2001), Halbwachs (2004), Le Goff (1992), Ricoeur (2007) e Thompson (1992) sobre a memória.

Dentre as várias orientações mencionadas pelos estudiosos da História Oral e da memória foram abordadas aquelas consideradas mais pertinentes ao tipo de pesquisa que se realizou. Mesmo assim, sempre que possível, buscou-se expor outras formas de se trabalhar com História Oral e memória.

Segundo Alberti (1989, p. 1), a História Oral “[...] ora constitui método de investigação científica, ora fonte de pesquisa, ora ainda técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados”. Mesmo de acordo com o estudo dessa autora, considera-se a História Oral principalmente como metodologia. Segundo Ferreira e Amado (1998, p. 16), entendida como metodologia, a História Oral remete a duas dimensões: uma técnica e a outra teórica, sendo que as “soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história”. As autoras ressaltam que a metodologia estabelece e ordena os procedimentos de pesquisa, já as explicações “apenas a teoria da história é capaz de fazê-lo, pois se dedica, entre outros assuntos, a pensar os *conceitos* de história e memória, assim como as complexas *relações* entre ambos” (FERREIRA; AMADO, 1998, p. 16). Dessa forma, concorda-se com as autoras quando dizem:

A interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico; mas é a teoria que oferece os meios para refletir sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos historiadores, aí incluídos os que trabalham com fontes orais (FERREIRA; AMADO, 1998, p. 17).

Tendo por base os estudos de Alberti, Ferreira e Amado, dentre outros, após definido o tema de estudo, buscou-se definir os próximos andamentos da pesquisa, como: a escolha dos entrevistados, o tipo de entrevista, o roteiro de entrevista, a realização da entrevista e depois sua transcrição, obtendo-se um conjunto de relatos que constituem o objeto de análise. São esses alguns dos passos que podem ser lidos a seguir.

Antes de começar o trabalho, sabia-se que a História Oral só poderia ser empregada na existência de fontes vivas. Nesse sentido, Alberti (2005a, p. 21) sugere temas “ocorridos num espaço de tempo de aproximadamente 50 anos”, pois envolve a memória dos entrevistados. Então, verificando as possíveis “fontes vivas”, a utilização da História Oral confirmou-se porque a pesquisa aborda um tema ainda considerado recente, ou seja, da segunda metade do século XX.

A escolha dos entrevistados foi orientada pelos objetivos da pesquisa. Segundo Alberti (2005b), na seleção dos “entrevistados em potencial” é importante buscar um conjunto heterogêneo de pessoas. No entanto, cabe esclarecer que a opção pela História Oral envolve critérios qualitativos. Sendo assim, não foi preciso uma preocupação com a quantidade de entrevistados e sim com a contribuição dessa amostragem para a pesquisa.

Quanto a escolha do tipo de entrevista a ser realizada, destacam-se duas opções. Uma é a entrevista temática, aquela que versa sobre a participação do entrevistado no tema escolhido como objeto principal; e a outra é a entrevista de história de vida, quando o centro de interesse é o próprio indivíduo da história. Porém, como explica Alberti (1989, p. 20):

[...] a entrevista temática pode ser considerada - como o é, por alguns autores - uma entrevista de história de vida, já que seu conteúdo está ancorado à história de vida do depoente, ou, mais especificamente, a uma parte de sua vida - o assunto, ou o tema, sobre o qual é entrevistado.

Com base em tal afirmativa, optou-se pela realização da entrevista temática sem deixar de privilegiar os dados biográficos do entrevistado. Isso porque a história de vida também ajuda a obter melhores resultados na entrevista, constituindo

condição para se iniciar a entrevista, com dados pessoais do entrevistado, e sugerindo questões antes não pensadas.

Referindo-se a escolha do tipo de entrevista, Meihy e Holanda (2010) destacam uma diferença entre História Oral de vida e História Oral temática: o *questionário*. Este, que se prefere chamar de *roteiro de entrevista*, apresenta-se como “peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados” (MEIHY e HOLANDA, 2010, p. 40). Segundo os mesmos autores:

[...] em história oral de vida, na medida do possível, deve-se trabalhar com o que se convencionou chamar de “entrevistas livres”; em história oral temática, o que deve presidir são os questionários [ou seja, os roteiros de entrevista], que precisam estabelecer critérios de abordagem de temas. As perguntas e as respostas, pois, são partes do andamento investigativo proposto (MEIHY e HOLANDA, 2010, p. 35).

Após ter, portanto, listado os nomes dos possíveis entrevistados e o tipo de entrevista a ser realizada, elaborou-se um roteiro geral (em Apêndice 1), sendo importante abarcar, sempre que possível, as mesmas questões em todas as entrevistas. Para Alberti (2005a, p. 98) o roteiro geral “deve ser elaborado após a etapa de pesquisa exaustiva sobre o tema, constituindo momento de sistematização do conhecimento adquirido e instrumento que garante a unidade de todas as entrevistas”. Com isso torna-se possível identificar divergências ou concordâncias a uma mesma pergunta, aprofundando-se as possibilidades de análise. Até porque no tratamento dos dados coletados, “[...] o que interessa é justamente a possibilidade de comparar as diferentes versões dos entrevistados sobre o passado, tendo como ponto de partida e contraponto permanente aquilo que as fontes já existentes dizem sobre o assunto” (ALBERTI, 1989, p. 18).

Ainda sobre o roteiro geral de entrevistas, esclarece Alberti (2005a, p. 121): para “evitar que o entrevistado seja induzido a responder aquilo que o entrevistador deseja, o emprego de perguntas abertas funciona como recurso para que o entrevistado efetivamente fale - e fale bastante - sobre o que se pede”. Seguindo as sugestões da autora, também se deixou um espaço no roteiro para que o entrevistado emitisse sua opinião sobre a entrevista. Essa é a hora de “permitir que ele também faça um balanço do que foi dito e destaque aquilo que julgar importante” (ALBERTI, 2005a, p. 132).

Com o roteiro de entrevistas elaborado coube escolher quem seria a primeira pessoa entrevistada. Conforme Alberti (2005a, p. 85), essa escolha “pode recair

sobre figuras de atuação destacada em relação ao tema, julgadas mais representativas e cujos depoimentos pareçam essenciais para a realização das demais entrevistas”. Quando se trata de entrevistar pessoas idosas, sugere-se também que se comece a entrevistar aqueles com idade mais avançada.⁷ Nesse caso também é preciso estar atento aos limites físicos dos entrevistados. É o que diz Bosi (1994, p. 39) sobre as “lembranças dos velhos” que afloram, muitas vezes, “nos limites de seu corpo, instrumento de comunicação às vezes deficitário”. Segue a mesma autora:

Quando a memória amadurece e se extravasa lúcida, é através de um corpo alquebrado: dedos trêmulos, espinha torta, coração acelerado, dentes falhos, urina solta, a cegueira, a ânsia, a surdez, as cicatrizes, a íris apagada, as lágrimas incoercíveis (BOSI, 1994, p. 39).

Apesar dos possíveis limites físicos, os idosos podem ser considerados como “entrevistados em potencial”. Isso porque, conforme Halbwachs (2004, p. 127): “Estos, cansados de la acción, se desvían al contrario del presente, y se encuentran en las condiciones más favorables para que los acontecimientos pasados reaparezcan tal cual tuvieron lugar”. Ainda, sobre a memória dos velhos, menciona Bosi (1994, p. 60):

[...] sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a pessoa de idade.

Ao contrário dos jovens, os idosos se envolvem de tal modo na tarefa de lembrar que, ao serem convidados para uma entrevista, comprometem-se com a atividade, como se fosse um trabalho. Não raro, pedem auxílio a outros idosos⁸, buscam vestígios do passado entre seus pertences, quando não anotam tais lembranças para não deixá-las escapar no momento da entrevista. É o que comenta Halbwachs (2004, p. 128):

Él no se contenta, comúnmente, con esperar pasivamente que los recuerdos se despierten, él busca precisarlos, interroga a otros ancianos,

⁷ Conforme Tourtier-Bonazzi (1998, p. 233), nas entrevistas com idosos, alguns cuidados são necessários, como: “evitar perguntas excessivamente meticulosas do ponto de vista cronológico”. Isso porque, segue o autor: “Pode ocorrer que, decepcionada por não poder responder, a testemunha se perturbe e interrompa ou abrevie a entrevista”. Para maiores sugestões sobre o desenvolvimento da entrevista e sua transcrição ver: (TOURTIER-BONAZZI, 1998, p. 233-245).

⁸ Sobre o auxílio a outras pessoas para confirmar as lembranças, destaca Bosi (1994, p. 407): “Somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão”.

revisa sus propios papeles, sus antiguas cartas y, sobre todo, cuenta aquello que recuerda, cuando no se preocupa por registrarlo por escrito. E suma, el anciano tiene mucho más interés por el pasado que el adulto, pero eso no significa que esté en condiciones de evocar más recuerdos de ese pasado que cuando era adulto [...].

Enfim, mesmo que os meios de comunicação dos idosos estejam abalados, geralmente não falta a eles o desejo de narrar suas experiências, o que é fundamental para que haja a disposição para lembrar. Por isso, como bem destaca Bosi (1994, p. 82), a “conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda [...] é semelhante a uma obra de arte”. Para Prins (1992, p. 191) essa “experiência profunda” dos idosos é denominada: “poço de informações”. Tanto Bosi (1994) como Prins (1992) definem bem o quanto o conhecimento dos idosos, as “fontes vivas”, acrescenta luz ao trabalho de História Oral.

Outra sugestão seguida foi a de “iniciar a pesquisa entrevistando aqueles aos quais se tenha alguma facilidade de acesso, e que podem, a partir da relação estabelecida, mediar novos contatos no interior do conjunto listado” (ALBERTI, 2005a, p. 85). Enfim, assim como em outras etapas da pesquisa, cabe o bom senso e a sensibilidade do pesquisador, aliado a um bom embasamento teórico-metodológico, para saber qual atitude tomar em cada uma das situações.

Conforme os princípios da História Oral, o primeiro contato com o entrevistado também deve ser planejado, podendo ser feito por telefone, e-mail ou através de uma visita. Nesse contato é importante que o pesquisador explique o propósito da pesquisa, o método que será empregado, bem como a importância da pessoa selecionada para a entrevista. Na medida em que vai se formando um vínculo de confiança entre entrevistador e entrevistado cabe, por exemplo, informar previamente que: a entrevista será gravada, haverá um termo de cedência da entrevista para ser assinado e todos os relatos, depois de transcritos, passaram pelo crivo do entrevistado. Da mesma forma, pode-se apresentar o roteiro de entrevista, “esclarecendo tratar-se apenas de uma orientação de apoio que não será seguida à risca” (ALBERTI, 2005a, p. 117), e solicitar ao entrevistado que separe alguns documentos pessoais que possam ajudar na pesquisa.

Acrescenta-se que todos os passos exigidos pela História Oral foram criteriosamente seguidos, buscando cumprir com o rigor teórico-metodológico da pesquisa. Isso porque, como bem salienta Fischer (2011, p. 18): “Conhecer histórias de outras épocas, adentrar na vida de sujeitos que tiveram ricas experiências em

outros tempos, exige sensibilidade e rigor teórico, antes de tudo, se quisermos fazer das narrativas um objeto de estudo”.

Sobre o termo de cedência da entrevista (modelo em Anexo 1), Alberti (2005a, p. 88-89) destaca que convém ao entrevistado assinar esse documento ao final da entrevista. Isso porque somente ao final da entrevista ele poderá avaliar o teor do que foi gravado. Em conformidade com Alberti (2005a), o termo de cedência só foi assinado pelo entrevistado após o término da entrevista. Ainda, após a transcrição da entrevista é importante que o entrevistado leia o seu relato, podendo liberar a divulgação de toda entrevista, de partes dela ou fazer as alterações que julgar necessárias. Até porque, como bem ressalta Bosi (2003, p. 66), “Se o intelectual quando escreve, apaga, modifica, volta atrás, o memorialista tem o mesmo direito de ouvir e mudar o que narrou. Mesmo a mais simples pessoa tem esse direito, sem o qual a narrativa parece roubada”.

Ainda no primeiro contato pode ser selado o acordo de participação da pesquisa, marcando o local do encontro. Bosi (2003, p. 59) comenta que “se o local de encontro for a casa do depoente, estaremos mergulhados na sua atmosfera familiar e beneficiados pela sua hospitalidade”. Mas, na casa também pode haver interferências que prejudiquem a entrevista. Então, o ideal é deixar o entrevistado à vontade na escolha do local que lhe seja agradável, que no caso da presente pesquisa foi sempre a residência do entrevistado.

Percebe-se que o trabalho com História Oral é dispendioso e requer dedicação do pesquisador. Conforme Alberti (2005b, p. 189):

Não se trata de sair com o gravador em punho e solicitar às pessoas que relatem suas vidas. É preciso **ter bem claro por que, como e para que se fará uma entrevista utilizando história oral**, e não adotar posturas ingênuas, como se imbuir da missão de “dar voz aos vencidos”, ou esquecer que toda entrevista é documento-monumento.

O trabalho com História Oral e memória exige do pesquisador responsabilidade científica. Ele não poderá sobrepor o seu ponto de vista sobre o do entrevistado, nem tratar o relato do entrevistado como portador da verdade.⁹ Deverá, sim, com respeito às opiniões do entrevistado, ser capaz de (des)construir conhecimentos, produzindo novos documentos contextualizados. Isso porque “o

⁹ Mesmo que sejam constatadas deformações no relato do entrevistado, Bosi (2003, p. 65) ressalta: “Não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a *sua* verdade”. Portanto, ser inexato não invalida o relato.

trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim” (ALBERTI, 1989, p. 6).

Tendo em vista tais cuidados, também cabe ao pesquisador estabelecer, no início da pesquisa, se irá ou não disponibilizar os relatos transcritos a um arquivo público.¹⁰ Isso porque, como bem destaca Ricoeur (2007, p. 179):

[...] como toda escrita, um documento de arquivo está aberto a quem quer que saiba ler; ele não tem, portanto, um destinatário designado, diferente do testemunho oral, dirigido a um interlocutor preciso; além disso, o documento que dorme nos arquivos é não somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desligaram-se dos autores que os “puseram no mundo” [...].

Chega, enfim, o momento de finalizar, formalmente, a entrevista e a gravação. Mas, não raro a conversa continua, com novos relatos e confidências dos entrevistados. Como bem diz Bosi (1994, p. 39): “Freqüentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão”. Nesse momento o pesquisador pode afligir-se pela falta da gravação, porém deve valer-se das sábias palavras de Bosi (1994, p. 39) quando esclarece: “Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito”. Portanto, acredita-se que apenas é preciso saber a hora de finalizar a entrevista, quando o roteiro já foi criteriosamente explorado, sem causar desconforto para ambos, entrevistado e entrevistador.

Por tudo, acredita-se que uma das vantagens da História Oral está no fato de a mesma privilegiar “a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2005a, p. 23). A História Oral instiga pela possibilidade de lidar com fontes vivas, registrando suas memórias que estavam adormecidas, mas que ao serem evocadas acabam emergindo junto a outras memórias. Comenta Halbwachs (2004, p. 52): “[...] cuando evocamos una ciudad, sus barrios, sus calles, sus casas, ¡qué cantidad de recuerdos emergen, muchos de los cuales nos parecían desaparecidos para siempre, y que nos ayudan a su vez a descubrir otros!”. E, justamente, serão essas as memórias que irão manter vivo o passado dos

¹⁰ Destaca-se que a História Oral apresenta duas tendências: a norte-americana e a européia. Aquela privilegia a formação de acervos de entrevistas abertos ao público, não estando necessariamente vinculada a um projeto de pesquisa. Já a tendência européia, seguida nessa pesquisa, privilegia a investigação científica, sem que as entrevistas sejam colocadas à disposição de um acervo aberto ao público. Maiores informações em: Alberti (1989, 2005a).

entrevistados no futuro. Isso porque, como expressa Thompson (1992, p. 337): “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”. Da mesma forma, afirma Delgado (2006, p. 62):

Ao registrar no tempo presente as memórias sobre o tempo que passou, o historiador e os demais profissionais vinculados a pesquisas que utilizam a metodologia da história oral fazem dos testemunhos recolhidos fontes de imortalidade – documentos/monumentos, sob a forma de vozes e de textos que ficarão arquivados como registros vivos da multiplicidade de experiências que constituem a vida humana na sua essência.

E, ainda, no final de tudo também é possível formar laços de amizade ou, no mínimo, um sentimento de gratidão por ambas as partes: “o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de rememorar quanto o das pessoas ditas importantes” (BOSI, 2003, p. 61). Enfim, com a História Oral o historiador tem a oportunidade de encontrar-se com sua fonte de pesquisa, contribuindo para uma história mais rica, viva e, acredita-se, comovente.

Toda pesquisa baseada na História Oral também sugere uma abordagem sobre a memória¹¹, pois a memória dos entrevistados será transformada em fonte de pesquisa. Como afirma Corrêa (1978, p. 15), “cabe ao historiador oral obter memórias de pessoas vivas que sirvam de documento para o futuro; documentos que, em forma de memórias, se não forem extraídos rapidamente, se perderão definitivamente [...]”. No entanto, torna-se importante frisar que a memória está sempre em processo de reconstrução, não sendo possível reviver o passado tal qual aconteceu.¹²

Nesse sentido, Candau (2011, p. 9) afirma que, a memória “é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstrução fiel do mesmo”. Dessa forma não haveria a possibilidade de memorizar as experiências passadas na sua integridade. Acrescenta o mesmo autor: “a lembrança não é a imagem fiel da coisa lembrada, mas outra coisa, plena de toda a complexidade do sujeito e de sua trajetória de vida” (CANDAU, 2011, p. 65).

¹¹ Para Worcman (2006, p. 10), a memória é “tudo aquilo que uma pessoa retém na mente como resultado de suas experiências. Ela é seletiva, seja um procedimento consciente ou não. Portanto, não é um depósito de tudo que nos acontece, mas um acervo de situações marcantes”.

¹² Conforme Perrot (1998, p. 358-359), o problema da memória apresenta-se como um dos limites da História Oral. Isso porque a memória é sempre algo reconstruído em função das experiências do entrevistado. Sobre as dificuldades e desafios que envolvem o uso da História Oral ver, por exemplo: Ferreira e Amada (1998).

Para o historiador Catroga (2001), a memória não é um mero registro pessoal. Ela é uma construção seletiva, assim como a História, que recebe sempre uma sobredeterminação social. Dessa forma, Catroga cita Ricoeur e Halbwachs para destacar que recordar é um ato de alteridade e que, portanto, a memória é coletiva. Em conformidade com estes autores, Catroga (2001, p. 45) ressalta que “ninguém se recorda exclusivamente de si mesmo”.

Assim como Catroga (2001), Bosi (1994) cita Halbwachs para afirmar que a memória individual está ligada a memória do grupo, sendo assim: “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1994, p. 54). Desse convívio em grupo é possível observar uma identidade comum.

A identidade comum, por exemplo, revela-se nas repetições dos relatos orais de um grupo de indivíduos, caracterizando a memória coletiva. Para Neves (2000, p. 114):

Cada pessoa é componente específico de um amálgama maior que é a coletividade. Portanto, cada depoente fornece informações e versões sobre si próprio e sobre o mundo no qual vive ou viveu. A história oral, em decorrência, é a arte do indivíduo, mas de um indivíduo socialmente integrado. Desta forma, os relatos e testemunhos contêm em si um amálgama maior: o da identidade histórica.

No entanto, também é importante frisar que “por muito que deva a memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411). Ou seja, um acontecimento que não teve repercussão coletiva pode ficar registrado na memória individual. Mesmo assim, Bosi (1994, p. 413) salienta que, conforme Halbwachs, essa “memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”.

Candau (2011), no seu livro “Memória e Identidade”, põe em discussão a construção da memória coletiva nas sociedades contemporâneas, enfatizando a tendência de memórias fragmentadas e a impossibilidade de memórias unificadas. Conforme o autor: “Nas sociedades modernas, o pertencimento de cada indivíduo a uma pluralidade de grupos torna impossível a construção de uma memória unificada e provoca uma fragmentação de memórias” (CANDAU, 2011, p. 172). Dessa forma,

as grandes memórias organizadoras do grupo dão lugar a um mosaico de memórias que cabe ao indivíduo salvaguardar para não perder a si mesmo.

Candau (2011), no entanto, não está sozinho na defesa dessa crise de paradigmas no campo da memória. Portelli (1998), por exemplo, é um dos autores que já defendia a impossibilidade de uma memória coletiva. Segundo este autor:

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática (PORTELLI, 1998, p. 127).

Enfim, tanto Candau (2011) como Portelli (1998) defendem que na sociedade moderna há uma pluralidade fragmentada de diferentes memórias. Mesmo tendo em vista as cabíveis análises desses autores, considera-se que nesta pesquisa convém considerar a memória coletiva, pois o que está em foco são as recordações do grupo de entrevistados, participantes da história da mesma instituição educacional.

Percebeu-se que, não raro, o entrevistado buscou a confirmação das suas lembranças nos relatos dos demais entrevistados ou integrantes da história da instituição, como um reforço da memória coletiva. As confirmações dos relatos indicam que há na memória individual uma base comum do grupo de entrevistados, construída socialmente. Como diz Fischer (2011, p. 20-21), “a memória individual em parte assenta-se na memória coletiva. Lembranças e recordações de grupos são construídas coletivamente em uma base de memória”. Sendo assim, segue a autora: “É possível entender que cada indivíduo tem uma singularidade em si, mas esta singularidade, na maior parte das vezes, é construída socialmente” (FISCHER, 2011, p. 21). Por isso, percebe-se que, ao rememorar uma história, os relatos dos entrevistados estão imbricados, confirmando a memória coletiva.

Outro aspecto importante refere-se às relações entre a memória e a representação historiográfica do passado. Segundo Catroga (2001), a memória, aberta a dialética entre recordação e esquecimento, está vulnerável a deformações mesmo que inconscientes. Já a historiografia, a partir da análise crítica dos vestígios, busca “ressuscitar” com maior exatidão o passado, estimulada pelas inquietações do presente. No entanto, a historiografia, apesar de suas prevenções, também “se edifica entre silêncios e recalcamientos” (CATROGA, 2001, p. 57).

Ambas, memória e historiografia também se aproximam. Constroem representificações e ordenam os acontecimentos, oferecendo um novo olhar sobre o

passado. Ainda, para combater a amnésia, elas lidam com o ausente, com o morto como diz Certeau, para fazer reviver o que já passou. Por isso, Catroga (2001, p. 58) ressalta que a historiografia é “filha da memória”, assim como a memória é “filha” da historiografia.

Percebe-se que a memória como re-presentificação reflete no presente as representações do passado. Assim, pode-se dizer que a recordação (anamnesis) dá futuro tanto para o presente como para o passado. Enfim, a memória preserva as histórias, individuais e coletivas, salvando-as do esquecimento e da perda (CATROGA, 2001). Sendo assim, “tanto a História como a memória, apesar de distintas, têm substância comum: são antídotos do esquecimento. São fontes de imortalidade” (DELGADO, 2006, p. 42), atualizando as lembranças do passado.

Nesse mesmo sentido de Catroga (2001) e Delgado (2006), salienta Le Goff (1992, p. 477): “A memória, onde nasce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Para tanto, segundo Le Goff (1992), torna-se necessário, a democratização da memória social.

Por tudo, a utilização da História Oral e de temáticas que a envolvem, como a memória, apresenta-se como desafios a serem explorados. Ainda assim, sabe-se que essas fontes de pesquisa não se bastam, ou seja, outras fontes também poderiam ser utilizadas na tentativa de ampliar as possibilidades de análise. A utilização de fontes iconográficas sobre a instituição pesquisada, por exemplo, e de referenciais que abordem tal escolha também poderiam contribuir nesse trabalho. Porém, algumas seleções tiveram que ser feitas, deixando-se de lado algumas imagens, para que se pudesse analisar com maior cuidado o material constituído da História Oral.

Mesmo assim, considera-se a análise das imagens como um potencial de pesquisa para a História Cultural, o que demanda um olhar apurado sobre o visível e a sensibilidade, aliada ao conhecimento do passado, para fazer aflorar até mesmo o invisível. Como bem destaca Pesavento (2008, p. 107): “Intrigantes, desafiadoras, fascinantes, as imagens impuseram-se como tema e problema aos historiadores e, sobretudo, àqueles que trabalham com a história cultural”.

Conforme Certeau (2000), a pesquisa em história se faz na troca de ideias e na problematização de informações. Isso porque o historiador não compõe sua

narrativa imune do seu ambiente, da prática social. Assim como, o historiador também não tem sua obra reconhecida se ela não passar pelo olhar refinado dos seus pares. Por isso, este trabalho também está aberto ao crivo de outros historiadores que contribuam com os seus novos olhares sobre as considerações construídas.

1.3.1 Entrevistas com pessoas ligadas à Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande

É importante destacar que, todas as entrevistas foram realizadas na cidade do Rio Grande, nos anos de 2010 e 2011. O primeiro grupo de entrevistadas correspondeu a cinco professoras aposentadas que vivenciaram o período de funcionamento da instituição em pesquisa. São elas: Alair Brandão Almeida, Alice da Senhora Lemos Faria, Ruth Valente Porto, Solange Grafulha de Carvalho Leitão e Stella Emília Peixe Nader. Dessas entrevistadas, três foram professoras da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, uma delas também foi diretora, e as outras duas foram alunas. Essas alunas foram da primeira turma de formandos da Faculdade, no período de 1961 a 1964, cursando Filosofia e Pedagogia.

O segundo grupo de entrevistas ocorreu em 2011, com três pessoas que participaram da história da Faculdade em diferentes posições. Trata-se de Jussara Maria Silveira, João Pozzolo e Elsa Helena Heidtmann Vaghetti. A primeira entrevista de 2011 foi com Jussara, uma das filhas do advogado Hugo Dantas Silveira, já falecido, que foi além de um dos organizadores, o primeiro diretor e professor da Faculdade de Filosofia. Essa entrevista foi importante, pois contribuiu com informações sobre o rio-grandino Hugo Dantas Silveira que, possivelmente, não seriam encontradas em outras fontes. Além disso, Jussara também foi selecionada para a entrevista porque esteve presente nos anos iniciais de funcionamento da Faculdade, quando ainda era criança e ia junto com o pai para a Faculdade. Os dois últimos entrevistados foram o professor padre João que ministrou aulas nas Faculdades de Direito e de Filosofia, mantidas pela Mitra Diocesana de Pelotas, em Rio Grande, e a senhora Elsa, uma das secretárias da instituição.

Ressalta-se que os oito entrevistados foram procurados nas suas residências, onde depois de um primeiro contato, com a apresentação da proposta de entrevista, aceitaram, gentilmente, participar da pesquisa. Dessa forma, as entrevistas foram marcadas e realizadas conforme data e hora disponibilizados pelos entrevistados.

No entanto, acrescenta-se que, nem todos os primeiros contatos e entrevistas foram realizados de pronto. Houve casos de desencontros e transferência na data escolhida pelos entrevistados. Isso dificultou, em um primeiro momento, o desenrolar do trabalho, mas não impediu que todas as entrevistas programadas fossem, finalmente, realizadas no período pretendido.

Como bem enfatiza Magalhães (2004, p. 66), “a identidade dos sujeitos, suas memórias, destinos e projetos, como a memória e a representação da instituição, cruzam-se e fecundam-se mutuamente enquanto construção histórica”. A partir de então, as entrevistas, “[...] como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas” (FERREIRA *et al.*, 1994, p. 9), permitem maiores possibilidades de análise sobre o objeto central desse trabalho.

Alguns dados levantados na entrevista, como identificação pessoal, formação e trabalho docente ou área de atuação dos entrevistados, além de algumas informações sobre a instituição pesquisada, podem ser lidos a seguir.

A primeira entrevistada foi a professora Solange (15 out. 2010), de 73 anos¹³ de idade e natural de Porto Alegre. Já morava em Rio Grande quando estudou na Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, onde cursou Pedagogia. Depois de formada, em 1961, lecionou na Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, onde permaneceu durante todo o período de funcionamento. Após 1969 vinculou-se a Universidade do Rio Grande, permanecendo até a sua aposentadoria.

A segunda entrevista foi com a professora Ruth (27 out. 2010), de 74 anos de idade. Essa professora e advogada rio-grandina graduou-se nas duas Faculdades criadas pela Mitra Diocesana de Pelotas, em Rio Grande. Isso porque, conforme relata, não havia outras Faculdades que lhe interessassem na cidade. Então, primeiramente, cursou Filosofia, sendo da primeira turma da Faculdade Católica de Filosofia, e depois a Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”.

A professora Alice (1º nov. 2010) foi a terceira entrevistada. Assim como a professora Ruth, também com 74 anos de idade, é natural do Rio Grande e foi aluna da Faculdade de Filosofia. Porém, optou pelo curso de Pedagogia porque, conforme suas palavras, “estava mais dentro da minha formação de normalista” (1º nov. 2010). As professoras Ruth e Alice lecionaram em escolas primárias e secundárias do Rio Grande.

¹³ É importante ressaltar que, neste texto constam as idades das entrevistadas referentes às datas em que foram realizadas as entrevistas.

A quarta entrevistada foi a professora Stella (10 nov. 2010), rio-grandina de 72 anos de idade. Assim como as professoras Solange e Alair, primeira e última entrevista de 2010, a professora Stella também fez a graduação em Pedagogia pela Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, lecionou na Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande e, após 1969 até a sua aposentadoria, na Universidade da mesma cidade. Além da graduação, fez o curso de habilitação específica em Supervisão Escolar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio Grande, em 1972.

A quinta e última entrevista realizada em 2010 foi com a professora Alair (22 dez. 2010), de 81 anos e natural de Guarapari, no Espírito Santo. Graduiu-se em Pedagogia pela Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, quando residia em Rio Grande; concluiu três cursos de especialização, sendo um realizado em Pelotas e os outros dois em Rio Grande; e fez mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), indo residir em Porto Alegre. Retornou a Rio Grande após o término do mestrado. Além de professora também foi diretora da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. Após a criação da Universidade do Rio Grande, assim como as professoras Solange e Stella, seguiu trabalhando nesta instituição até a aposentadoria.

Seguindo as entrevistas em 2011, o sexto entrevistado foi o único homem localizado entre os demais professores vinculados ao tema de pesquisa. Trata-se do professor padre João (7 e 13 jul. 2011), com 80 anos de idade, nascido em Nova Treviso de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul. Formou-se, na década de 1950, em Filosofia e Teologia, no Seminário Central de São Leopoldo, querendo ser padre e não professor, mas acabou acatando o magistério por ordens superiores. Sua atuação na Faculdade de Filosofia de Rio Grande começou em 1963, ministrando aulas de Latim. Além dessa Faculdade, o professor padre João ministrou aulas na Faculdade de Direito que também era mantida em Rio Grande pela Mitra Diocesana de Pelotas. Apesar das limitações físicas que apresenta atualmente, mostrou-se disposto nos dois encontros marcados para relatar suas memórias sobre o tempo em que ministrou aulas na Faculdade de Filosofia.

Dias após a primeira entrevista com o professor padre João foi entrevistada a senhora Jussara (11 jul. 2011), rio-grandina de 55 anos de idade. Ela e a irmã, já falecida, foram as “mascotes” da Faculdade de Filosofia. Isso porque, não tendo quem as cuidassem a noite, frequentavam diariamente a Escola Normal “Santa

Joana D'Arc", prédio cedido no turno da noite para o funcionamento dos cursos iniciais da Faculdade, juntamente com o pai, Hugo Dantas Silveira, então diretor e professor. Jussara e sua irmã, ainda crianças, não ficavam apenas nos bastidores da Faculdade, mas também participavam das atividades, como cerimônia de formatura e confraternizações. Por isso, Jussara foi lembrada pelas entrevistadas, professoras e alunas da instituição indicaram que ela teria como fornecer informações importantes para esse trabalho. Dessa forma, ela foi elencada para a entrevista não só por ter sido a "mascote" da Faculdade, mas também como a entrevistada com menos idade, destoando do grupo de "memória de idosos". Mesmo em plena atividade, atuando como médica e professora da FURG, a senhora Jussara¹⁴, gentilmente, encontrou um espaço em sua agenda para conceder a entrevista. Não só relembrou momentos em que passou na Faculdade de Filosofia como trouxe luz a muitos feitos realizados pelo seu pai e que precisam ser rememorados na história do Rio Grande.

E, finalmente, a última entrevista foi realizada com a rio-grandina Elsa (9 dez. 2011), de 79 anos de idade. Ela foi secretária da Faculdade de Filosofia nos seus dois últimos anos de funcionamento como instituição católica, em 1968 e 1969. Sem dúvida, esta entrevista foi muito rica, pois confirmou algumas informações, esclareceu dúvidas, bem como sugeriu leituras e novas pesquisas.

Ainda, é importante lembrar que a seleção dos "entrevistados em potencial" fundamentou-se em Alberti (2005b). Buscou-se um conjunto heterogêneo de entrevistados, ou seja, pessoas que tivessem desempenhado funções diferentes na Faculdade de Filosofia. Em função das informações disponíveis no NUME, delimitou-se que seriam entrevistados os docentes, os discentes, bem como representantes da direção e da secretaria da Faculdade de Filosofia. Listou-se, portanto, nomes de alunas dos cursos de Filosofia e de Pedagogia, em alvo nesse trabalho, professores, diretores e secretários. A partir de endereços residenciais e notas de falecimento, encontrados no NUME e adquiridos ao longo da procura de campo, chegou-se aos oito contatos. Felizmente, todos os entrevistados procurados aceitaram participar da entrevista.

Após a análise minuciosa de todas as entrevistas, buscou-se chegar ao ponto de "saturação", sugerido em Alberti (1989, 2005a). Também seguindo os passos da

¹⁴ Formada em Medicina pela FURG e com doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais.

História Oral, ressalta-se que todos os dados e relatos aqui apresentados, das entrevistas transcritas, foram revistos e o seu uso foi autorizado por todos os entrevistados ao assinarem um termo de cedência das informações.

Como bem destaca Perrot (2005, p. 40), “os desenvolvimentos recentes da história chamada de ‘oral’ são de certa maneira uma revanche das mulheres”. Assim sendo, a História Oral insere as mulheres na história, de indiferentes elas passam a sujeitos da história. Portanto, nesse sentido, fazer as entrevistadas rememorarem suas histórias foi uma maneira encontrada para se desvencilhar da narrativa histórica tradicional, onde as mulheres não são privilegiadas. Ainda, além das entrevistas, o fato de fazer florescer dos arquivos pesquisados o nome feminino continua sendo uma tentativa de desvelar o papel da mulher para além dos domínios da cena privada.

1.3.2 Roteiro de entrevista: questões sobre a instituição em pesquisa

Como foi dito, as entrevistas seguiram um roteiro que serviu de guia para a obtenção das informações. Os itens objetivam obter dados, primeiramente de *identificação, formação e trabalho docente* ou *área de atuação* dos entrevistados, já em seguida os itens abordam questões sobre a *Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande*. E, por fim, abriu-se um *espaço de reflexão* para que os entrevistados acrescentassem, caso quisessem, algo importante.

Em relação ao primeiro item da entrevista, buscou-se a *identificação* dos dados pessoais, como *nome, idade e naturalidade* de cada entrevistado. A obtenção desses dados é importante no início da entrevista, pois apresentam a pessoa entrevistada. Nesse sentido, Corrêa (1978, p. 52) afirma:

Este início de entrevista vai se caracterizar por um ‘ping-pong’ de perguntas e respostas, mas que são necessárias para o desenvolvimento posterior, pois a partir daí o entrevistado estará, gradativamente, se sentindo cada vez mais seguro para prosseguir a sessão.

O segundo item da entrevista volta-se para obtenção de dados profissionais, ou seja, dados sobre a *formação*. O mesmo item foi dividido em seis partes: *primário; secundário; curso(s) superior(es): início e término; motivações na escolha; condições financeiras no período; características da educação nos períodos de formação; semelhanças e/ou diferenças entre o ensino masculino e feminino; e, avaliação da própria formação: o encontro com a profissão*. Nesse momento da

entrevista, buscou-se averiguar além das instituições, as características do período em que o entrevistado estudou, nos diferentes níveis de ensino. Mesmo não sendo essas questões o principal foco do trabalho, acredita-se que trazem contribuições para a pesquisa.

O item três refere-se ao *trabalho docente* e ajuda a complementar o item anterior. Esse item envolve uma série de temas importantes na caracterização profissional do entrevistado que fez a formação docente, como: *número de anos no magistério; avaliação do reconhecimento da profissão no período e, principalmente, da presença feminina entre o corpo docente; período(s) em que trabalhou; instituições educacionais em que trabalhou; adiantamento(s) em que lecionou; história profissional em instituições públicas e/ou particulares; problemas e/ou dificuldades que encontrou no trabalho: remuneração; e, satisfação profissional*. Acredita-se que, esses itens caracterizam a atuação e a história profissional do entrevistado, por isso foram selecionados para compor o roteiro de entrevista.

É importante acrescentar que foi necessário adaptar o roteiro em duas entrevistas, realizadas em 2011. Isso porque o roteiro deve estar de acordo com a atuação do entrevistado na instituição em pesquisa. Então, principalmente, o item três teve que sofrer algumas alterações. Por exemplo, o trabalho docente foi substituído por área profissional quando a entrevista foi realizada com a secretária da Faculdade de Filosofia, a senhora Elsa. Da mesma forma, a entrevista com Jussara também teve que ser readaptada. Algumas questões foram cortadas, pois as informações só poderiam ser respondidas pelo seu pai, Hugo Dantas Silveira. Mesmo assim, as questões centrais da entrevista, item quatro, foram respondidas por todos os entrevistados.

A partir do item quatro os temas referem-se a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. Os treze temas desse item voltam-se para a caracterização da instituição pesquisada. Assim, de forma geral, foram obtidas informações sobre: criação; influência religiosa; discentes, docentes e direção; prédios; funcionamento; entre outros itens. Com esses dados pretendeu-se desvelar informações importantes sobre a Faculdade de Filosofia. Muitas das questões ajudaram a abordar diferentes aspectos sobre a história dessa instituição.

No penúltimo item da entrevista as informações voltam-se para os *outros cursos superiores da cidade*, mais especificadamente para *informações gerais e opinião sobre a baixa procura feminina nos cursos superiores da cidade*. Esse item

não teve a pretensão de conseguir informações aprofundadas sobre os outros cursos superiores da cidade, até porque não são da área de atuação das entrevistadas. Contudo, acredita-se que qualquer contribuição fornecida ajuda no entendimento de como ocorreu os primórdios do ensino superior na cidade do Rio Grande.

Para finalizar o roteiro, optou-se por abrir um *espaço de reflexão sobre a entrevista*. Nesse momento os entrevistados, caso quisessem, poderiam ressaltar algo considerado relevante para a pesquisa, trazendo novas contribuições.

2 PANORAMA SOBRE O ENSINO SUPERIOR NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Busca-se, neste capítulo, apresentar um panorama sobre o ensino superior brasileiro. Destacam-se algumas IES, mantidas pelos poderes estaduais e católicos, tendo como principal foco as Faculdades de Educação e Filosofia, juntamente com suas ramificações. Passa-se pela tendência inicial de criação dos cursos profissionalizantes, nos quais se destacam a tríade Direito-Engenharia-Medicina, até chegar aos cursos voltados para a cultura humanística. Nesse caso, apresentam-se algumas das principais instituições que geraram o embrião das Universidades brasileiras.

Também, sempre que possível, evidencia-se a inserção da mulher no ensino superior. Como nesse nível de ensino não era permitido à presença feminina até 1879, busca-se a partir desse ano trilhar os caminhos percorridos pelas mulheres para conquistar espaço nos cursos das instituições superiores. Com tais encaminhamentos, pretende-se conhecer um pouco dos primórdios do ensino superior brasileiro para compreender o seu percurso de desenvolvimento.

Alguns autores serviram de base para construção deste capítulo, como: Almeida Jr. (1956), Casali (1989, 1995), Cunha (1983, 2000, 2007), Fávero (2000), Mendonça (2000), Morosini (2005), Olive (2002), Rossato (1995, 2005), Teixeira (1989), entre outros. Sabe-se que são vastos os estudos existentes sobre o ensino superior no Brasil, portanto as próximas linhas não têm a pretensão de esgotar o assunto. Apenas apresentam-se algumas considerações que buscam uma aproximação do estudo que se realizou sobre uma instituição também de ensino superior.

2.1 Considerações sobre o ensino superior no Brasil

Estudos demonstram que eram poucas as opções de cursos superiores no período Imperial. Assim, os poucos letrados desse período, grande parte concentrada na formação jurídica, “exerciam várias atividades combinadas - eram ao mesmo tempo políticos, jornalistas, professores e profissionais liberais, e muitos ainda se revezavam em cargos nas províncias” (VEIGA, 2007, p. 185).

Conforme Almeida Jr. (1956, p. 17), às vésperas da Reforma Leôncio de Carvalho, em 1879, no Brasil havia seis estabelecimentos de ensino superior e nenhuma Universidade. Eram as seguintes instituições: as Faculdades de Direito de

São Paulo e do Recife, as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto. Conforme o mesmo autor, nessas instituições, sem exceção, tudo era precário. Nos seguintes adjetivos apresentados por Almeida Jr. (1956, p. 18-58), “com base nos depoimentos da época”, percebe-se a precariedade das instituições superiores brasileiras: “instalações péssimas”, “mau provimento das cátedras”, “professores sem assiduidade”, “ensino deficiente”, “má cultura básica e pouca aplicação dos estudantes”, “relações hostis entre mestres e discípulos”, “deturpações na regulamentação dos exames”, “indulgência excessiva dos professores”, etc. Nesse sentido, resume:

[...] que os edifícios ameaçassem ruir sobre os estudantes e as congregações; que os laboratórios, os gabinetes e as bibliotecas não estivessem à altura das necessidades: - mesmo assim, o mal poderia ter sido grandemente atenuado se nas salas de aula prelessem mestres de alta cultura, dedicados, assíduos, eficientes, e se os ouvisse uma mocidade ansiosa por aprender. O espírito mais uma vez teria zombado dos obstáculos opostos pela matéria (ALMEIDA JR., 1956, p. 20-21).

Segue Almeida Jr. (1956, p. 59) afirmando que, para Leôncio de Carvalho, a solução para os males do ensino superior era o “ensino livre”¹⁵, efetivado no Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879. Melhoras, porém, não se cumpriram no ensino superior. Segundo Almeida Jr. (1956, p. 114), “além de reduzir o já minguado número de escolas elementares na Côrte, transfere para a iniciativa privada a responsabilidade principal na função de criar e manter institutos de ensino”. O poder público, enfim, desiste de corrigir as Faculdades oficiais.

Ainda, cabe lembrar que, como até abril de 1879 não era permitido o acesso das mulheres ao ensino superior, as que podiam, ou melhor, as que tinham pais abastados, buscavam a formação fora do país. Foi o que fez, em 1875, Maria Augusta Generosa Estrela, primeira médica brasileira a graduar-se em Medicina na Faculdade de Nova York, seguida por Águeda Felisbela de Oliveira (VEIGA, 2007, p. 192).

Conforme Magalhães (1993, p. 233), foi a chamada Reforma Leôncio de Carvalho que conferiu o direito do ingresso feminino no ensino superior. Em 1887, Rita Lobato Velho Lopes, natural da cidade do Rio Grande, foi a primeira mulher a

¹⁵ “O conceito de ensino livre [...] significa a licença concedida aos particulares para fundar e manter escolas sem nenhuma regulamentação ou fiscalização oficial” (ALMEIDA JR., 1956, p. 213).

graduar-se em Medicina, na Faculdade de Medicina da Bahia.¹⁶ Segundo Veiga (2007, p. 192), Rita Lobato era “a única aluna da turma e poucas a seguiram, porque essas alunas e depois médicas eram motivo de zombaria à época - alguns jornalistas afirmavam que elas deveriam permanecer solteiras caso decidissem seguir a profissão”. Percebe-se que o espaço conquistado pelas mulheres, no ensino superior, não ocorreu sem questionamentos contrários.

Em 1888, Ermelinda Lopes de Vasconcelos, natural de Porto Alegre, foi a primeira médica graduada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo a segunda médica formada no Brasil.¹⁷ No ano seguinte, em 1889, Antonieta Cesar Dias, natural de Pelotas, concluiu o curso de Medicina na mesma Faculdade, tornando-se a segunda mulher graduada em Medicina no Rio de Janeiro e a terceira formada no Brasil (MAGALHÃES, 1993, p. 235-236). Foram, portanto, estas três mulheres gaúchas, Rita, Ermelinda e Antonieta, as pioneiras da Medicina no Brasil.¹⁸

Ainda em 1889, a primeira mulher a graduar-se em Direito, no Brasil, foi Mirtes de Campos. Ela iniciou sua carreira com sucesso, “vencendo uma causa num tribunal carioca” (VEIGA, 2007, p. 192). As profissões liberais foram de grande procura dos homens no período em questão, mas também não deixaram de ser angariadas, mesmo que aos poucos, pelas mulheres da elite brasileira.

Na Engenharia a presença das mulheres ocorreu bem mais tarde do que na Medicina e no Direito. Conforme Lombardi (2004), na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, somente em 1919, diplomou-se a primeira mulher, Edwiges Maria Becker. Já “a primeira mulher a se diplomar na Escola de Minas de Ouro Preto [criada em 1876], como Engenheira de Minas, Metalurgia e Civil foi Aimée Barbosa da Silva, em 1947 quando a escola já contava mais de 70 anos de existência” (LOMBARDI, 2004, p. 36-37). E a primeira graduada da Politécnica de São Paulo, criada em 1893, foi Anna Marie Frida Hoffman, em Engenharia Química, no ano de 1928 (LOMBARDI,

¹⁶ Comparando as informações de Magalhães (1993) com as de Veiga (2007), percebe-se uma diferença quanto a Faculdade em que se formou Rita Lobato. Segundo Veiga (2007, p. 192), Rita Lobato teria sido a primeira mulher graduada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Magalhães (1993, p. 235), no entanto, destaca que Rita Lobato graduou-se na Faculdade de Medicina da Bahia. Apoiando-se em outras leituras, considera-se a versão de Magalhães (1993).

¹⁷ Almeida (2006, p. 104), revisando outros autores, menciona que no ano de 1881 a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro abrigou a primeira aluna, Ambrosina de Magalhães. No entanto, a mesma autora não informa sobre a conclusão do curso por essa aluna. Em Almeida (2006, p. 103-105) também há informações sobre “o acesso da mulher aos cursos superiores”.

¹⁸ Maiores informações sobre estas três pioneiras da Medicina no Brasil e, principalmente, sobre a disputa de Rita Lobato e Antonieta Cesar Dias, para se tornar a primeira médica formada no Brasil, em Magalhães (1993, p. 233-237).

2004, p. 41). Outras poucas mulheres graduaram-se nestas mesmas Escolas, durante as décadas seguintes.

Teixeira (1989), ao discursar sobre o período do Império, destaca a imobilidade do desenvolvimento educacional brasileiro,

[...] mantendo-se ao longo do século XIX as condições educacionais da Colônia, com um modestíssimo acréscimo de ensino primário, seguido de escolas vocacionais, um sistema seletivo de preparo da elite reduzido a muito poucas escolas secundárias e um ensino superior limitado exclusivamente às profissões liberais, em meia dúzia de instituições nacionais isoladas e de tempo parcial (TEIXEIRA, 1989, p. 71).

Na sequência, o mesmo autor ressalta que, o Brasil “depois da Independência, não dispondo de outras escolas senão as profissionais superiores de Medicina, Direito e Engenharia, [...] perdeu oportunidade de estudos superiores de humanidades, letras ou ciências como disciplinas acadêmicas” (TEIXEIRA, 1989, p. 72). Isso afetou a formação docente, tanto em nível secundário como superior, e, para suprir a carência de mestres, a saída foi recorrer ao autodidatismo. Por isso, não era raro encontrar profissionais de outras áreas, atuando como professores. Conforme Teixeira (1989, p. 80), todos os homens cultos em Letras, Filosofia ou Ciências eram autodidatas. Porém, estes intelectuais, limitavam-se a leitura de livros estrangeiros, únicos instrumentos de estudo que, no entanto, não favoreciam a implantação da cultura nacional. Critica Teixeira (1989, p. 73):

Uma das funções primárias da universidade é cultivar e transmitir a cultura comum nacional: não havendo o Brasil criado a universidade, mas apenas escolas profissionais superiores, deixou de ter o órgão matriz da cultura nacional, a qual se elabora pelo cultivo da língua, da literatura e das ciências naturais e sociais na universidade, ou nas respectivas escolas superiores do país. Como se pode elaborar a cultura nacional apenas com escolas de Direito, Medicina e Engenharia? Foi isto que tentou o Brasil, como se fosse possível uma cultura de simples ciências aplicadas, sem as bases de que ela tem que se apoiar.

Mesmo proclamada à República, as raízes da cultura portuguesa permaneceram vivas por longo tempo, adiando a criação de Universidades no Brasil. Para Olive (2002, p. 33), a influência do positivismo no Brasil republicano contribuiu no atraso da criação de Universidades. Isso porque, os líderes políticos, influentes até 1930, consideravam a Universidade como anacrônica as novas necessidades.

No contexto de 1889 até 1930, “o ensino superior sofreu várias alterações em consequência da promulgação de diferentes dispositivos legais”. Em 1911, por exemplo, a Reforma Rivadávia Corrêa instituiu novamente o ensino livre. Tal regime,

de “desoficialização”, acabou gerando condições para o surgimento de Universidades. Já, em 1915, a Reforma Carlos Maximiliano preparou a instituição de uma Universidade pelo poder central (FÁVERO, 2000, p. 24 e 27).

Segundo Cunha (2000, p. 161-162), a primeira instituição com *status* de Universidade, no Brasil, foi a Universidade de Manaus. Criada em 1909, ofereceu cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional. No entanto, tal instituição foi fechada em 1926, devido ao declínio da exploração da borracha, restando a Faculdade de Direito que, em 1962, foi incorporada à Universidade Federal do Amazonas.

Rossato (2005) chamou a Universidade de Manaus, assim como a Universidade de São Paulo e a Universidade do Paraná, estas últimas criadas na década de 1910, como “universidades passageiras”. Isso porque tiveram uma duração efêmera, “aproveitando as circunstâncias e a influência política ou o poder da economia local” (ROSSATO, 2005, p. 142). A Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, foi chamada de primeira “universidade sucedida”, pois conseguiu se manter após sua criação.

Sobre a Universidade do Rio de Janeiro, Fávero (2000) destaca que ela foi a primeira Universidade oficial. Isso porque as Universidades criadas anteriormente, de Manaus, de São Paulo e do Paraná, eram instituições livres, ou seja, não-oficiais, particulares (FÁVERO, 2000, p. 24). Cabe salientar que, a necessidade de criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, na Universidade do Rio de Janeiro, foi apresentada ao Conselho Universitário, em 1934. Porém, “as finalidades e funções que caberiam a essa Faculdade, em termos operacionais, é postergada, no plano federal, até 1937, quando [...] é instituída a Universidade do Brasil. Mesmo assim, sua organização definitiva só vai ocorrer em 1939” (FÁVERO, 2000, p. 43).

Na década de 1920, com a integração de Faculdades já existentes, foram criadas duas Universidades, a do Rio de Janeiro, em 1920, e a de Minas Gerais, em 1927.¹⁹ Em 1934 foram criadas as Universidade de Porto Alegre²⁰ e São Paulo (CUNHA, 2000, p. 163-164). No ano seguinte, em 1935, foi criada a Universidade do

¹⁹ A Universidade de Minas Gerais foi criada “pela justaposição das faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia, já existentes em Belo Horizonte” (CUNHA, 2007, p. 191).

²⁰ A Universidade do Rio Grande do Sul, diferente das congêneres do Rio de Janeiro e Minas Gerais, “surgiu da diferenciação de um único estabelecimento, a Escola de Engenharia”, fundada em 1896. Em 1928, contava com diversos institutos e cursos, “fora do esquema tradicional medicina-engenharia-direito” (CUNHA, 2007, p. 192-193). Ressalta-se, ainda, que a “Escola de Engenharia de Porto Alegre foi denominada Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, em 1932, e, a partir de 1934, Universidade de Porto Alegre” (CUNHA, 2007, p. 207).

Distrito Federal, por Anísio Teixeira. Os fundadores dessas Universidades buscavam novos rumos para a educação do país.

Ao analisar o ensino superior no contexto da Primeira República, de 1889 a 1930, Coelho e Schulz (2005) constatarem que tal ensino estava voltado para o preparo da elite intelectual, responsável pelo progresso do país. É o que diz a seguir:

[...] a visão de educação superior construída pelos presidentes da Primeira República não poderia ser outra senão uma visão pequeno-burguesa e de classe média, ao lado de uma visão burguesa e elitista cujos interesses, teoricamente estavam em consonância com os interesses nacionais, estando, porém, na realidade, em maior sintonia com os interesses das elites hegemônicas, que exerciam o predomínio econômico e político sobre as demais classes, cabendo-lhes fixar os rumos da sociedade, dando-lhe a direção (COELHO e SCHULZ, 2005, p. 111).

Da mesma forma, avaliando o período de nascimento do ensino superior no Brasil até 1930, ressalta Morosini (2005, p. 309): “as modificações são apenas superficiais, embora nesse largo período histórico tenham ocorrido modificações estruturais significativamente no regime político, na economia e nas relações sociais”. Já o período pós-1930 foi marcante na história do ensino superior brasileiro.

De 1931 a 1961 vigorou o *Estatuto das Universidades Brasileiras*, estabelecendo uma estrutura mínima para o funcionamento e a criação de Universidades públicas e particulares. Para tanto, as Universidades deviam incluir três cursos, dos seguintes: Direito, Medicina, Engenharia e/ou Educação, Ciências e Letras (OLIVE, 2002, p. 34). Exigia-se uma estrutura mínima para a criação de uma Universidade, porém, os cursos que a compunham, mantinham-se isolados uns dos outros. Conforme Mendonça (2000), o mesmo Estatuto foi criticado pelos engenheiros da Associação Brasileira de Educação (ABE) e pelos católicos. É o que pode ser lido a seguir:

O grupo dos *engenheiros* da ABE criticava não só a excessiva ingerência oficial na universidade (esse grupo defendia fortemente a autonomia universitária, como condição para que se fizesse ciência desinteressada), bem como o caráter pragmático da Faculdade de Ciências, Educação e Letras. Os católicos acusavam o projeto de laicizante e, com base nesse argumento, criticavam tanto o seu caráter centralizador quanto a sua feição pragmática (MENDONÇA, 2000, p. 138).

Obedecendo ao Estatuto de 1931 foi criada, por exemplo, a Universidade de São Paulo (USP)²¹, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF)²², em 1935. Segundo Morosini (2005, p. 310) “merece destaque, pelo grau de diferenciação entre as instituições universitárias da época, a Universidade de São Paulo, hoje a maior universidade do Brasil e da América Latina”. Dentre os intelectuais articuladores desta Universidade, destaca-se Fernando de Azevedo.

Vale frisar também que, na USP ocorreu a primeira experiência de formação de professores em nível universitário, no Brasil. Sobre o Instituto de Educação da USP (IEUSP) e as demais instituições dedicadas às questões educacionais, como as Faculdades de Educação e de Filosofia, são apresentadas as próximas linhas que compõem o foco principal deste capítulo.

2.2 Faculdades de Filosofia: “o coração das Universidades” no Brasil

Entre as décadas de 1910 e 1920 eclodiram as discussões em torno da área educacional em nível universitário, porém os projetos só se concretizaram em 1930: no Rio de Janeiro, com a Escola de Educação da UDF, em 1935, e em São Paulo, com o IEUSP, em 1934. A USP, portanto, foi a primeira a institucionalizar a formação do magistério em nível superior.

Conforme Evangelista (2002, p. 167), o IEUSP merece destaque, pois possibilitou a formação de professores em nível universitário, entre 1934 e 1938. Sendo, neste período, alta a incidência da presença feminina, “aproximadamente 88% contra 12% de homens”. Ainda sobre o Instituto de Educação, Cunha (2007, p. 241) diz que foi elevado à categoria de escola superior e incorporado como Faculdade de Educação. A criação desta e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras faziam parte do antigo projeto de Fernando de Azevedo para o ensino superior. A primeira foi projetada para ser o centro de formação de professores para o ensino secundário, já a segunda instituição foi “concebida como o coração da universidade”,

seria o lugar onde se desenvolveriam “os estudos de cultura livre desinteressada”. Nela funcionaria uma espécie de curso básico,

²¹ Foram incorporadas na USP as seguintes escolas superiores existentes: Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Faculdade de Medicina, Escola Veterinária (CUNHA, 2007, p. 241).

²² A UDF “compunha-se de um Instituto de Educação, já existente, e das escolas de Ciências, de Economia e Direito, de Filosofia e Letras, e do Instituto de Artes, recém-criados” (CUNHA, 2007, p. 24).

preparatório a todas as escolas profissionais (e para ela própria). Lá os estudantes estudariam as matérias fundamentais de todos os cursos [...], após o que se encaminhariam para as faculdades propriamente profissionais. [...] Apesar das intenções, a força dos interesses das escolas profissionais, temerosos de perder poder com a transferência de certas matérias para a nova faculdade, fez que esta se tornasse em mais uma escola profissional, fundindo-se com a Faculdade de Educação no propósito de se formar professor para o ensino secundário (CUNHA, 2007, p. 241-242).

O projeto de Fernando de Azevedo, anunciado na década de 1920, para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não teve sucesso, embora colaborasse, juntamente com a Faculdade de Educação, para a formação de professores em nível secundário. Nesse sentido, argumenta Evangelista (2002, p. 209):

As mudanças no ensino secundário eram imperiosas, devendo necessariamente começar pela formação de seus professores, superando a tradição brasileira dos professores autodidatas formados pelas escolas de advocacia, medicina e engenharia. Assim quando a USP foi fundada, atribuiu-se “ao Instituto de Educação a preparação técnica e profissional dos candidatos ao magistério secundário, licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”.

Porém, em 1939, o projeto de formação de professores foi impedido de continuar. Desapareceu a formação pedagógica da Universidade brasileira e criaram-se os cursos de Pedagogia, nos anos 40. Em tais mudanças esteve envolvida a Igreja Católica e isso, diz Evangelista (2002), permite pensar que

[...] a Igreja Católica desejava exercer sua influência também no interior do ensino superior público, já que detinha o monopólio do ensino secundário, embora de modo problemático. Olhava para o ensino superior de modo atento e nos anos 20 propôs como modelo desejável de universidade, para o Brasil, o católico (EVANGELISTA, 2002, p. 192).

Outro destaque foi a UDF, criada, em 1935, por Anísio Teixeira, buscando ampliar os estudos desinteressados. Porém, sem o apoio do governo de Getúlio Vargas e recebendo críticas dos setores conservadores da Igreja Católica, também em 1939, a UDF foi extinta e seus cursos transferidos para a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Essa atitude marca o período autoritário do Estado Novo, de 1937 a 1945 (OLIVE, 2002, p. 34-35).

Lopes (2006, p. 26-27) explica que a Escola de Professores do Instituto de Educação, “um curso com dois anos de duração, em nível superior, articulado à Universidade do Distrito Federal”, foi a primeira iniciativa para formar professores “primários” em curso superior no Brasil. Porém, a partir de 1935, o projeto foi barrado pelo Estado autoritário. Conforme a autora, no “Estado Novo (1937-45), esse projeto

de aperfeiçoamento para o magistério foi esvaziado pela ação autoritária do ministro Capanema, atingindo fundamentalmente a Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal” (LOPES, 2006, p. 27). Do projeto, portanto, restou apenas o curso de licenciatura, para formar professores secundários, que foi “anexado à Faculdade de Educação da Universidade do Brasil, enquanto o Instituto de Educação passou a formar seus professores primários em nível médio, através do curso normal” (LOPES, 2006, p. 27).

Tanto a USP como a UDF foram atingidas pela centralização da Universidade do Brasil. Esta, como modelo padrão, priorizou as escolas profissionalizantes, tornando a Faculdade de Filosofia uma delas. Destaca Mendonça (2000, p. 141):

[...] as próprias Faculdades de Filosofia, pensadas originariamente como um centro de produção de conhecimento e como o órgão integrador e articulador da universidade, expandiram-se como instituições isoladas que se propunham, freqüentemente de forma precária, a formar professores para a escola secundária.

Em outro trabalho de Mendonça (2003) também é possível constatar as propostas da Faculdade de Filosofia, da Universidade do Brasil, criada por Gustavo Capanema, sobre a formação de professores. Percebe-se uma visão elitista “que iria tornar-se padrão para todas as instituições similares, existentes ou a serem criadas no país até 1961” (MENDONÇA, 2003, p. 162).

Na análise de Oliveira Jr.²³, ressaltada por Cunha (1983, p. 161-162), apenas nas Faculdades de Filosofia da Universidade do Brasil e da USP, criadas na década de 1930, havia condições de seguir o tríptico propósito: “de formar professores para o ensino secundário, formar pesquisadores científicos e realizar pesquisas científicas”. As demais, até os anos de 1950, somente conseguiam cumprir o primeiro propósito, “mesmo assim a um ritmo bastante lento”, acrescenta:

As 45 faculdades de filosofia então existentes tinham relativamente poucos alunos, e ainda menos concluintes, nos cursos de matemática, física, química e história natural. Até 1953, todas essas faculdades formaram menos de 1.500 pessoas nesses cursos, a maioria destinada ao magistério no ensino secundário. Mas, além de uma “evidente” insuficiência quantitativa, Oliveira Júnior chamava a atenção para a insuficiência qualitativa (CUNHA, 1983, p. 161-162).

²³ Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, presidente da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI), escreveu um livro em que apresenta a análise do ensino superior no Brasil e os planos da COSUPI. Destaca a situação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, das Escolas de Engenharia e comentários sobre o ensino de Ciências Econômicas e Administração (CUNHA, 1983, p. 161).

Oliveira Jr. continua comentando que as Faculdades de Filosofia criadas posteriormente, “arranjaram-se como foi possível”, pois não havia como contratar especialistas. Referindo-se aos anos de 1950, conclui que eram poucas as Faculdades que conseguiam ir além da formação de professores.²⁴ Mas, o problema não se restringia unicamente as Faculdades de Filosofia, atingia todo o ensino superior do Brasil (CUNHA, 1983, p. 161).

A partir da década de 1940 ampliaram-se as IES particulares, principalmente as católicas. Conforme Cunha (2007, p. 280), a instituição católica era “um empreendimento particular, independente do Estado, em termos administrativos, mas portador[a] de ideologias que integravam o vasto repertório autoritário”. Foi reforçando a doutrina do Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas, que a Igreja conseguiu o apoio necessário a criação de Universidades Católicas.

Para Moura e Almeida (1977, p. 337 e 341), a ideia de criação de uma Universidade Católica no Brasil surgiu, em 1915, com o professor Eugênio de Barros Raja Gabaglia e foi concretizada, no Rio de Janeiro, por Leonel Franca, com o apoio de Dom Sebastião Leme, em 1940. Já Casali (1989, 1995) vai mais além, encontrando os vestígios da ideia de criação das Universidades Católicas no Brasil, ainda no século XIX, com a realização do Concílio Plenário Latino-Americano, em 1899.²⁵

Conforme Casali (1989), nas conclusões do Concílio Plenário Latino-Americano, realizado em Roma e que contou com a participação de dois arcebispos e nove bispos da delegação brasileira, estabeleceu-se a “estratégia de criação de Universidades Católicas em todos os países do Continente, como instrumentos privilegiados para a concretização da desejada restauração” (CASALI, 1989, p. 110). Um ano depois, em 1900, no Primeiro Congresso Católico Brasileiro, realizado em Salvador, aprovou-se a proposição de fundar estabelecimentos de ensino superior, pois nas instituições existentes não se consideravam os princípios da Igreja Católica (CASALI, 1989, p. 111-113).

²⁴ O Simpósio sobre a estrutura das Faculdades de Filosofia do Brasil, realizado em fevereiro de 1963, em Brasília, reafirmava a análise de Oliveira Jr. na década de 1950, demonstrando que as mesmas Faculdades, ainda nos anos de 1960, não estavam cumprindo suas finalidades básicas. Maiores informações sobre esse Simpósio em: Filho (2004) e Buaiz e Maia (mar. 1963).

²⁵ Cunha (2007, p. 280-283), embora não tanto como Casali (1989, 1995), também apresenta as Faculdades que serviram de embrião para as Universidades Católicas, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

No século XX seguiram-se as articulações da Igreja na tentativa de criar Universidades Católicas no Brasil. O Segundo Congresso Católico Brasileiro, em 1908, na cidade do Rio de Janeiro, também abordou entre os temas: a fundação de Faculdades Especiais, preferencialmente de Filosofia, Letras e Jurídicas, e Universidades, em defesa da “reconstrução nacional” (CASALI, 1989, p. 114-115). Outra inspiração para tais criações veio de Dom Sebastião Leme, em 1916. O então Arcebispo escreveu uma Carta Pastoral, apontando como solução para a Restauração Católica no país: a instrução religiosa, tendo como um dos focos as “Escolas Superiores” (CASALI, 1989, p. 116-117). Enfim, outros Congressos e Cartas Pastorais, assim como a revista *A Ordem* (1921-1941), elucidaram o projeto de criação de IES associado ao movimento restaurador da Igreja. Tais articulações levaram a criação de “Faculdades Católicas” que, posteriormente, aglutinaram-se em Universidades Católicas.

Enfim, em 1940, o Presidente Getúlio Vargas assinou “o Decreto n° 6.409 que autorizava o funcionamento do Bacharelado de Direito e dos Cursos da Faculdade de Filosofia: Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neo-latinas, Letras Anglo-Germânicas, Geografia e História, Ciências Sociais e Pedagogia”, no Rio de Janeiro (CASALI, 1989, p. 152).²⁶ Em março do ano seguinte ocorreu a Sessão Inaugural das Faculdades Católicas, tendo o padre Leonel Franca recebido a nomeação de reitor, e em 1942 os cursos das duas Faculdades foram reconhecidos.²⁷ Em 1946 foi autorizado a congregação das Faculdades Católicas de Direito e de Filosofia e da Escola de Serviço Social (reconhecida em 1945), constituindo a esperada Universidade Católica do Rio de Janeiro que, em janeiro de 1947, recebeu o título de Pontifícia (CASALI, 1989, p. 155-157).

Ainda, sobre essa primeira Universidade Católica, Olive (2002) ressalta: “Similar a outras congêneres no mundo, ela introduziu, em seus currículos, a frequência ao curso de cultura religiosa e tornou-se referência para a criação de

²⁶ Casali (1989, p. 154) apresenta entre os antecedentes institucionais das Faculdades Católicas: a “Faculdade de Filosofia de São Bento” e o “Instituto Sedes Sapientiae”, ambos de São Paulo; o “Instituto Católico da Coligação Católica Brasileira” ou “Instituto Católico de Estudos Superiores” (ICES) e a “Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras Santa Úrsula”, do Rio de Janeiro.

²⁷ Conforme indicação de Casali (1989, p. 152), entre os matriculados na Faculdade de Direito, constavam catorze discentes, todos do sexo masculino. Na Faculdade de Filosofia foram setenta matriculados, sendo cinquenta e seis mulheres e catorze homens, distribuídos nos diferentes cursos. O autor também destaca o caráter nacional das Faculdades Católicas que absorviam, principalmente, discentes provenientes de instituições católicas. Entre os alunos, destaca-se que oito eram do Rio Grande do Sul e a proporção de alunos estrangeiros era elevada (CASALI, 1989, p. 155-156).

outras universidades no país” (OLIVE, 2002, p. 35).²⁸ Dessa forma a Igreja Católica propagava sua mensagem, estando presente nos ambientes culturais.

Cabe mencionar que, a formação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo também passou por um processo longo, cujo embrião surgiu das instituições criadas no início do século XX. Conforme Rossato (2006), em 1946, São Paulo também teve sua Universidade Católica e dois anos depois foi a vez de Porto Alegre. Antes da década de 1940, no entanto, já se organizavam as Faculdades Católicas isoladas, como as Faculdades de Filosofia em São Paulo e no Rio de Janeiro (ROSSATO, 2006, p. 50-51). Com isso, buscou-se estender os princípios católicos pelo Brasil, afastando-se do risco de propagação de ideias consideradas subversivas.

Segundo Casali (1989, p. 157-163), em 1908, começaram a funcionar, gratuitamente, as aulas da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, tendo se matriculado cento e oitenta alunos, incluindo ouvintes, dos quais trinta concluíram o curso na primeira turma. Em 1936, seguindo a Lei Universitária Brasileira²⁹, passou a chamar-se “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento”, sendo os cursos reconhecidos em 1940.

Demonstrando atenção à continuidade da educação feminina, a diretora Mère St. Ambroise, do Colégio “Des Oiseaux”, voltado para a educação de meninas de famílias de classe média alta, fundou o “Instituto Superior de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae”, em São Paulo. As aulas iniciaram em 1933, com oito alunas, e os cursos foram reconhecidos no ano seguinte. Com o Decreto n. 1.668, de 1937, o Instituto foi reconhecido como Faculdade Livre. Em 1941, com o aumento do número de matrículas, o Instituto ganhou novo prédio e, em 1946, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto “Sedes Sapientiae”, agregou-se a Universidade Católica de São Paulo, sendo definitivamente incorporada em 1971, como Pontifícia. Durante todo esse período, contribuiu, principalmente, para preparar as meninas para o exercício do magistério secundário (CASALI, 1989, p. 168-169).

²⁸ Entre os autores que abordam os antecedentes e a criação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, além de Casali (1989, 1995), Olive (2002) e Cunha (2007), ver também Rossato (2006).

²⁹ Para Casali (1989, p. 163), essa Lei “é, provavelmente, o Decreto n.º 19.851 de 1931, parte da Reforma Francisco Campos que [...] regulamentou o ‘regime universitário’ ao nível do ensino superior”.

Casali (1989), na sua pesquisa de doutorado sobre as “Universidades Católicas no Brasil”, também realizou entrevistas com “fundadores e colaboradores iniciais” das instituições que originaram a formação da PUC/RJ e PUC/SP. Entre os entrevistados, cabe ressaltar o relato da Madre Cristina Sodré Dória que foi aluna da Faculdade “Sedes Sapientiae” de São Paulo, ingressando em 1937; depois professora, a partir de 1941; e, no momento da entrevista (22 fev. 1989), diretora do “Instituto Sedes Sapientiae”. Cita Casali (1989, p. 218) sobre a criação da Faculdade “Sedes Sapientiae”, pela diretora do Colégio “Des Oiseaux”, o relato da Madre Cristina:

Porque Mère St. Ambroise tinha muita pena daquelas alunas todas que se formavam, e que iam ser simplesmente “donas-de-casa”. Então, ela achava que elas deviam ter uma profissão, não para trabalhar, porque mulher de Classe “A” não trabalhava, mas tinha uma profissão, estudava. [...] As alunas terminavam o curso secundário e encerravam os estudos. Iam ser ou madames da sociedade, fazendo turismo internacional, ou ficavam dentro de casa limpando o chão. E Mère St. Ambroise quis dar uma alternativa: venham estudar! Vamos continuar os estudos! O “Sedes Sapientiae” no começo era da alta burguesia mesmo, diziam que eram “meninhas” do “Des Oiseaux” e tinha um sentido, porque era uma continuidade. Depois foi alargando.

Na sequência, Casali (1989, p. 218) apresenta outro relato da Madre Cristina que também descreve a “situação inédita de oferecer curso superior a mulheres”, diz:

Hoje nós achamos uma coisa retrógrada ser só feminina, mas foi um grande passo na época. Um grande passo! Abrir a Universidade para mulheres! Foi uma grande invenção e que recebeu muito tropeço, e foi calçada com muitos obstáculos, porque não se imaginava, nem se falava, que depois elas fossem trabalhar! Porque aí já era uma etapa que ainda era precoce, não é, uma mulher que trabalhava era uma mulher que precisava ganhar dinheiro. Trabalhar como realização, isso não existia.

Os relatos da Madre Cristina são importantes para a História da Educação brasileira, pois evidenciam como era a vida das mulheres da “Classe A”, na década de 1930. Conforme Madre Cristina, mesmo com uma formação superior, havia mulheres que não exerciam a profissão, contentando-se com o *status* da formação e com o diploma.³⁰

Ainda, Casali (1989, p. 172-173) também destaca que o funcionamento do curso de Direito, da Faculdade Paulista de Direito, ocorreu no mesmo ano de fundação da Universidade Católica de São Paulo, em 1946. Assim, a Faculdade

³⁰ Também cabe mencionar a relevância da pesquisa de Casali (1989) que gerou uma tese significativa sobre as “Universidades Católicas”, indicando suas origens.

Paulista de Direito e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, além de outras unidades agregadas, foram incorporadas a mesma Universidade Católica que, em 1947, recebeu o título de Pontifícia. Entre os propósitos da instituição destacam-se a contribuição “para a formação de uma cultura superior, adaptada às realidades brasileiras” e a “defesa da civilização cristã”, entre outros objetivos. Resume Casali (1989, p. 175) sobre tais objetivos: “São como que prenúncios de forte contextualização social, política e cultural de tais metas na história dessa Universidade nos vindouros anos 70 e 80”.

Por fim, em conclusão dos estudos sobre a origem do projeto de criação de Universidades Católicas no Brasil, situado dentro do amplo programa de restauração da Igreja no país, sob a liderança de Dom Sebastião Leme; Casali (1995, p. 219) constata que “tal projeto consistiu na tentativa de formação de uma ‘elite intelectual’, embora não se assumisse como um projeto elitista, com o objetivo de ‘catolicizar’ o Brasil”. Enfatiza o mesmo autor:

Concluimos, porém, que a formação dessas elites intelectuais, na fase de implantação das Universidades Católicas no Brasil, correspondeu mais aos interesses corporativos imediatos da Igreja, em seu movimento restaurador e, fora dela, aos interesses das camadas médias urbanas em formação, do que aos amplos propósitos culturais e sociais de interesse da sociedade brasileira, como era seu intento manifesto (CASALI, 1995, p. 219).

Na conclusão de Casali, percebe-se que, embora as instituições católicas fizessem menção a uma “ligação com as massas”, efetivamente não se voltou para tal propósito. Não se verificou “nenhuma iniciativa de interesse popular, que significasse efetiva elevação do nível de vida cultural das massas” (CASALI, 1995, p. 223). Os interesses, enfim, estavam voltados para a formação de uma elite intelectual, proveniente das camadas médias urbanas, que dirigiriam as massas populares, propagando o ideal religioso da Igreja.

Rossato (1995) menciona que, no Brasil, “o período áureo da privatização” ocorreu nas décadas de 1960 a 1980. Segue o mesmo autor:

Nesse período, a nível de país as instituições são criadas em grande número, dependendo muito mais da capacidade de pressão política duma comunidade do que da capacidade em termos de pessoal qualificado ou infra-estrutura adequada, laboratórios, bibliotecas e outros equipamentos. Este processo resulta da capitulação do governo federal para aumentar o número de instituições e vagas, diante das pressões das novas camadas urbanas, das novas necessidades de desenvolvimento, do crescimento demográfico. Para isso, opta claramente para solucionar o problema, pela via da privatização do ensino (ROSSATO, 1995, p. 38).

Teixeira (1989) também enfatiza a expansão do ensino superior privado, evidenciando a década de 1960, devido à influência da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, que acentuou a colaboração privada na educação. Percebe-se, portanto, que a expansão do ensino superior, principalmente, no período pós-1960, estava relacionado com a expansão do ensino superior privado. No entanto, conforme Rossato (2006, p. 57), “embora tivesse havido um significativo aumento do ensino superior [pós-1960], a oferta de vagas ainda era inexpressiva em relação ao volume geral da população do país”.

Também é importante salientar a grande procura dos estudantes pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no ensino superior privado. Dentre esses estudantes, a presença feminina nas matrículas era majoritária (TEIXEIRA, 1989, p. 118). Isso confirma que as mulheres buscavam ocupar espaço no ensino superior, encaminhando-se, principalmente, para os cursos voltados para o magistério secundário.

Neste espaço, novamente, volta-se a se mencionar a presença das mulheres no ensino superior, porém raros são os autores aqui tratados, pesquisadores da história do ensino superior no Brasil, que destacam a mulher nesse nível de ensino. Isso, no entanto, hipoteticamente justifica-se pela baixa frequência feminina no ensino superior até os anos estudados. Já em trabalhos focados no pós-1940, não raro, enfatiza-se a majoritária presença feminina no ensino superior.³¹ Acrescenta-se que, a causa da tardia inserção da mulher no ensino superior também está relacionada à tardia escolarização das mulheres. Conforme Cunha (1983, p. 73-74):

A escolarização das mulheres, em escolas pós-primárias, ainda rara nos anos 30, precária na primeira metade dos anos 40, começou a intensificar-se a partir daí, principalmente no grau médio, impulsionada, primeiro, por motivos ideológicos, ligados à promoção da cultura, depois por motivos econômicos, ditados pelo “investimento” das camadas médias na prevenção da “proletarização”. Não se deve esquecer, também, a prevalência de antigos valores, vigentes desde o século passado, que apontavam o homem mais escolarizado, o mais sábio, como o capaz de mandar legitimamente, o merecedor de rendas e deferências especiais. Por uns e outros impulsos, a escolarização das mulheres deixou de ser, no período em questão, uma excepcionalidade para se tornar uma exigência inquestionável, concorrendo para intensificar ainda mais, junto com a pressão demográfica, a elevação dos requisitos educacionais.

Da mesma forma, acrescenta Olive (2002, p. 36):

³¹ Rosemberg e Amado (1992), Queiroz (2001) e Guimarães (2003) são exemplos de pesquisadoras que enfatizam a mulher no ensino superior.

A partir da década de 40, com a expansão da rede de ensino de nível médio e a maior aceitação da participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente no magistério, novos cursos pertencentes às Faculdades de Filosofia passaram a ser freqüentados pelas moças que ingressavam na universidade e aspiravam dedicar-se ao magistério de nível médio.

Rossato (2005, p. 178) salienta que começou na década de 1950 a se acentuar o número de mulheres na Universidade. Essa, sem dúvida, foi a alternativa encontrada pelas mulheres para ingressar no mercado de trabalho.

Foi na mesma década de 1950 que a Universidade brasileira expandiu-se significativamente, prolongando esse crescimento pelos anos 60 e 70.³² Segundo Vasconcelos (2007, p. 42), “essa expansão foi resultado do chamado ‘movimento de interiorização’ ou ‘democratização’ da universidade, que permitiu o acesso a ela por parte das camadas da população nunca antes alvo da educação em nível superior”. Ainda, tal expansão também resultou da Reforma Universitária de 1968 que incentivou a maior participação da iniciativa privada nessa modalidade de ensino. Como resultado dessa Reforma, o Brasil chegou “em 1971 com 619 instituições de ensino superior, sendo 435 particulares, centradas em sua maioria - 67% - no Sudeste” (VASCONCELOS, 2007, p. 43).

Ainda, tratando da década de 1960, é importante destacar, no “movimento de modernização” das Universidades, a criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, que serviria de modelo ao ensino superior brasileiro. Para Rossato (2006, p. 54), o grande desafio dessa Universidade era “ser um grande centro de pesquisa, voltado à investigação e à solução dos problemas brasileiros, tendo em vista a independência econômica”. No entanto, a intervenção autoritária do governo militar, em 1964, frustrou o plano de modernização das Universidades que passaram a ser subjugadas pela doutrina de segurança nacional. A própria UnB, assim como a USP e muitas outras, sofreu intervenções militares, sendo por três vezes ocupada por tropas militares, em 1964, 1965 e 1968 (GERMANO, 1990, p. 146-147).

Assim, com a Reforma Universitária de 1968, ocorreu uma “modernização conservadora” que, nas palavras de Rossato (2006, p. 75-76), “encaminhou-se para uma solução quantitativa em detrimento da qualitativa, para instalação de estabelecimentos isolados, em vez de universidades, e para a abertura à iniciativa

³² Conforme Cunha (1983, p. 94), nos “últimos dez anos da república populista (1954/64), o ensino superior estava organizado de forma predominantemente universitária”. Tanto as Faculdades mantidas pelo Estado como as católicas foram sendo aglutinadas em Universidades. Em 1954 havia dezesseis Universidades, já de 1955 a 1964 foram criadas vinte e uma Universidades. Nesses números foram somadas as instituições federais, estaduais e confessionais (CUNHA, 1983, p. 95-96).

privada com omissão do público (Estado)". Percebe-se, com a Reforma de 1968, um *boom* nas instituições superiores isoladas e privadas que, apesar de procurar atender à demanda, não manteve a qualidade do ensino.

Ainda sobre a Reforma Universitária de 1968, Filho (2004, p. 187) destaca que o "destino das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras ocupou papel privilegiado na discussão sobre a Reforma Universitária – muitas vezes confundindo-se mesmo com ela". O resultado dessa Reforma gerou o desmembramento das instituições, diz: "As Faculdades de Educação foram desmembradas das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras para fornecer aos graduados do que sobrou desta faculdade a formação necessária ao magistério" (FILHO, 2004, p. 188).

Para compreender as características da Reforma Universitária 1968, cabe ressaltar que ela ocorreu em pleno período do regime militar no Brasil. Sobre a política educacional dos governos militares, sintetiza Germano (1990, p. 144-145) os seguintes eixos:

- 1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis. [...]
- 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a "teoria do capital humano", entre educação e produção capitalista [...], através da pretensa profissionalização.
- 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital.
- 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita [...].

Contra o autoritarismo da política educacional dos militares, marcada por privatizações e intervenções em várias IES, couberam reações diversas. Não foram poucas as demissões em massa dos docentes, em sinal de protesto, bem como os movimentos estudantis.

Finaliza-se aqui o breve histórico sobre algumas IES no Brasil, principalmente sobre as Faculdades de Educação e de Filosofia, e a presença feminina nesse nível de ensino. Sabe-se que outros enfoques poderiam ser abordados, bem como o avanço desse estudo pela atualidade. Porém, tais encaminhamentos iriam além dos propósitos do presente estudo.

Em síntese, pode-se dizer que, até fins do século XIX, eram poucas as oportunidades de ingresso no ensino superior brasileiro. Havia raras instituições, com cursos profissionalizantes de Direito, Engenharia e Medicina, em precárias condições. Tais cursos, ainda, teriam afetado o desenvolvimento da cultura nacional e a formação docente, levando o autodidatismo às instituições educacionais. Tudo

isso também acarretou a tardia criação de Universidades que começaram a aflorar nas primeiras décadas do século XX.

Percebe-se também que as mulheres foram impedidas de participar do ensino superior por um longo período. A partir de abril de 1879 passaram a ser aceitas no quadro discente do ensino superior, mas lentamente inseriram-se nesse nível de ensino. Tanto que, segundo alguns autores pesquisados, somente a partir das décadas de 1940 e 1950 é que as mulheres passaram a se acentuar entre os homens, no ensino superior. Antes disso, no entanto, como exceção, era acentuada a incidência de mulheres no IEUSP, entre 1934 e 1938. Fato esse que não causa estranhamento por ser um Instituto de Educação, onde é notória a presença feminina. Foi, principalmente, a partir dos Institutos e Faculdades de Educação e de Filosofia que as mulheres encontraram mercado no magistério secundário. E, aos poucos, foram ocupando os espaços restritos aos homens, nos cenários públicos. Tal afirmativa encontra exemplo nas palavras da escritora Telles (2009, p. 669), quando descreve:

[...] ambiciosa na sua natureza mais profunda e que teria seu nascedouro visível no fim do século passado para vir a desenvolver-se plenamente durante a Segunda Grande Guerra: os homens válidos partiram para as trincheiras. Ficaram as mulheres na retaguarda e dispostas a exercerem o ofício desses homens nas fábricas. Nos escritórios. Nas universidades. Enfim, as mulheres foram à luta, para lembrar a expressão que começava a ficar na moda.

Resumidamente, nos anos finais do século XIX ainda eram poucos os cursos superiores no Brasil. Disso resultou que somente no século XX, de forma tardia, foi criada a primeira Universidade brasileira, aglutinando os cursos já existentes. Nesse processo, estudos indicam que a presença feminina foi se incorporando lentamente, acentuando-se nos anos pós-1940.

Nesse panorama histórico encerra-se a abordagem sobre o ensino superior no Brasil, nos limites propostos. No entanto, o mesmo tema, ou seja, o ensino superior continua sendo enfatizado no próximo capítulo, embora envolvendo espaços mais restritos. Trata-se, na sequência desse estudo, do ensino superior no Rio Grande do Sul e, principalmente, na cidade do Rio Grande.

3 O ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL E NA CIDADE DO RIO GRANDE

A seguir são apresentados aspectos sobre o ensino superior no Rio Grande do Sul, enfatizando as IES da cidade do Rio Grande, nas décadas de 1950 e 1960. São elas: a Fundação Cidade do Rio Grande, primeiramente com a Escola de Engenharia Industrial e depois também com a Faculdade de Medicina; a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas; a Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”; e, a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande³³. Todas deram suporte para criação da FURG.

Buscou-se, neste estudo, informações sobre o que já foi escrito a respeito do ensino superior no Rio Grande do Sul e, especialmente, em Rio Grande. Para tanto, citam-se autores, como: Amaral (2002, 2003, 2005), Almeida (2004), Altmayer (2003), Jantzen (1990), Magalhães (1997), Meirelles (2004), Nunes (2004), Poersch (1970?, 1975?, 1991), Rossato (1995), Silva e Soares (1992), Silveira (2005), dentre outros. Mesmo assim, sempre que possível essas informações foram complementadas com a pesquisa realizada no NUME e Arquivo Geral, ambos da FURG. Ainda, foram consultados alguns meses do jornal *Rio Grande* e no *Diário Popular* de Pelotas, da década de 1960, que também ajudaram na escrita deste capítulo.³⁴ Pretendeu-se, com isso, obter um complemento de leituras que contribuíssem, juntamente com o capítulo anterior, para o melhor entendimento do objeto de pesquisa, apresentado na última parte do presente trabalho.

3.1 Aspectos do ensino superior no Rio Grande do Sul

Nas leituras sobre o ensino superior no Rio Grande do Sul, principalmente nas revisões do livro de Rossato (1995) e Neves (2007), percebe-se que o estado seguia o processo nacional de expansão do ensino superior. Em ambos o caráter técnico e profissionalizante destacou-se nos primeiros cursos criados, por exemplo, de Direito, Engenharia e Medicina. Além disso, tanto no âmbito nacional como no regional, a expansão do ensino superior caminhou junto com as instituições particulares.

³³ Maiores detalhes sobre esta instituição, em foco na pesquisa, foram tratados no próximo capítulo.

³⁴ Toda consulta ao jornal *Rio Grande* foi realizada no acervo da Biblioteca Rio-Grandense. A consulta ao *Diário Popular* de Pelotas foi efetuada no acervo da Biblioteca Pública Pelotense. Destaca-se que, em todas as citações apresentadas neste trabalho, foi mantida a grafia original destes documentos utilizados.

Salienta-se que a primeira instituição a implantar o ensino superior no estado foi fundada em Pelotas, ainda no período Imperial, em 1883. Trata-se da Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Practica, hoje Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, pertencente à Universidade Federal de Pelotas (UFPel).³⁵ Essa instituição foi o primeiro destaque de Rossato (1995, p. 35), ao abordar o ensino superior no Rio Grande do Sul. Conforme o autor, com a criação da Imperial Escola de Pelotas implantou-se o ensino superior no Rio Grande do Sul. A partir dela foi criada a Universidade Rural do Rio Grande do Sul que originaria, na década de 1960, a UFPel.

Depois de Pelotas, com os cursos de Veterinária e Agricultura Prática, foi a vez de Taquari fundar uma Escola de Agricultura e Viticultura, em 1891. Porém, esta Escola transformou-se em curso superior de Agronomia e, logo, desapareceu (ROSSATO, 1995, p. 35).

Em Porto Alegre a expansão do ensino superior ocorreu a partir de 1889, com cursos livres de Medicina, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Direito, Ciências Econômicas, entre outros. Em 1934 foi criada a Universidade de Porto Alegre, reunindo as Faculdades existentes, sendo federalizada em 1948, quando recebeu o nome de Universidade Federal do Rio Grande do Sul³⁶ (ROSSATO, 1995, p. 36).

Entre as instituições que integravam a Universidade de Porto Alegre, cabe destacar a Faculdade de Filosofia que “possuía uma importância estratégica, pois deveria formar os professores para a rede de ensino secundário e, indiretamente, para a primária do Estado” (SILVA e SOARES, 1992, p. 36). Essa Faculdade foi autorizada a funcionar em 1942 e reconhecida em 1944, embora já estivesse prevista no ato de criação da Universidade (SILVA e SOARES, 1992, p. 144).³⁷

A aula inaugural foi realizada em abril de 1943, cujo tema, ministrado pelo professor da Universidade, Oscar Machado, era “Aspectos psicológicos e filosóficos na interpretação da História”. Conforme Silva e Soares (1992, p. 69), o discurso da

³⁵ Conforme Silva e Soares (1992, p. 29), a primeira agrônoma do Brasil, Maria Eulália da Costa, foi diplomada na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, em 1915. Sobre essa instituição ver Magalhães (1993), especificamente às páginas 238 a 241. E, sobre a história da UFPel, criada em 1969, ver Jantzen (1990) e Loner (1994).

³⁶ Para maiores informações sobre a criação de Universidades no Rio Grande do Sul ver também Neves (2007).

³⁷ Em 1942 foram criados os cursos de Matemática, Física, Química e História Natural. No ano seguinte, em 1943, novos cursos foram criados, como: Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Pedagogia e Didática. Esses cursos, nas palavras de Silva e Soares (1992, p. 66), “marcaram o grande momento para a construção definitiva do sistema universitário”.

aula inaugural foi “marcado por forte tom teológico, se inseria numa conjuntura histórica em que o Estado Novo já começava a apresentar sinais de desgaste com a rearticulação de críticos e a alteração da situação mundial”. Os autores também abordam algumas dificuldades, como a falta de espaço³⁸, equipamentos e recursos humanos qualificados, no funcionamento dos cursos da Faculdade de Filosofia. Porém, tais condições não impediram que, nos dois primeiros anos de atividades, a Faculdade recebesse parecer favorável ao seu reconhecimento. Enfim, as “diversas atividades extracurriculares”, a “intensa programação cultural”, os “cursos de férias” e as “pesquisas” fizeram com que a Faculdade de Filosofia de Porto Alegre fosse o “centro irradiador de idéias e orientações ideológicas, bem como centro formador dos professores secundários a nível estadual” (SILVA e SOARES, 1992, p. 69-70).

No mesmo ano em que a Universidade de Porto Alegre foi federalizada, em 1948, outra Universidade se instalava na cidade. Esta era a Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Após alguns anos, em 1951, recebeu o título de Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (JOÃO e CLEMENTE, 1995, p. 101 e 107). Dessa instituição católica é de interesse destacar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, inicialmente denominada Faculdade Livre de Educação, Ciências e Letras. Autorizada a funcionar, em 1939, a Faculdade de Filosofia iniciou suas aulas, em 1940, com os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas.³⁹ A aula inaugural dos cursos, em março de 1940, foi ministrada pelo professor Armando Pereira Câmara, tendo como tema: “Filosofia e cultura nacional”. Em agosto do mesmo ano foi inaugurada uma ala do novo prédio da instituição que teve suas obras concluídas em 1944. Antes, porém, veio o reconhecimento da Faculdade, em julho de 1942.

Conforme João e Clemente (1995, p. 57), o “ano de 1940 firmou a vida da novel Faculdade, pioneira no Sul do Brasil no ensino da Filosofia; das Ciências Sociais; da Geografia e História; das Letras Clássicas, Neolatinas e Anglo-Germânicas”. Seguem os mesmos autores, muitos “professores aí se formaram pelo Rio Grande e pelo sul do Brasil. Dessa Faculdade surgiram várias nas diversas dioceses do Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Uruguaiana, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Santa Maria” (JOÃO e CLEMENTE, 1995, p. 9).

³⁸ A sede própria da Faculdade de Filosofia foi concluída em 1953 (SILVA e SOARES, 1992, p. 144).

³⁹ Em 1942, os cursos de Ciências, Pedagogia e Didática foram autorizados a funcionar. Dois anos depois, em 1944, foram autorizados os cursos de Matemática, Física, Química, História Natural, Pedagogia e Didática (JOÃO e CLEMENTE, 1995, p. 67).

Percebe-se que, em Porto Alegre, duas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras funcionavam na década de 1940, sendo que a Faculdade Católica começou a funcionar primeiro. Conforme João e Clemente (1995, p. 61), os “trabalhos preparatórios e o funcionamento dos Cursos das duas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras decorreram em harmonia e mútua colaboração entre as instituições e entre os professores e administradores”.

Portanto, a capital do Rio Grande do Sul também contribuiu no índice de crescimento do ensino superior católico do país, a partir da década de 1940, assim como, por exemplo, as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isso porque, segundo Rossato (2006, p. 50), “em relação à educação, a Igreja Católica temia o Estado leigo, que poderia assumir o controle da educação e pregar doutrinas contrárias à Igreja”. Assim, manter o ensino superior católico era como manter a ordem espiritual do país, afastando-o das ameaças do liberalismo e socialismo.

Ao avaliar o desenvolvimento do ensino superior no Rio Grande do Sul, que começou no Império e avançou pela República, resume Rossato (1995, p. 36-37):

Em 1950 pode-se dizer que efetivamente o Ensino Superior estava centrado em Porto Alegre, onde já existiam duas universidades: a Pontifícia Universidade Católica e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No interior existiam cinco faculdades em Pelotas e a Faculdade de Farmácia em Santa Maria.

Entre as cidades do interior, Pelotas sobressaía-se com cinco IES, sendo que Porto Alegre assumia lugar de destaque nacional. A Universidade de Porto Alegre (1934) foi a terceira a receber esta nomeação no país, depois das Universidades do Rio de Janeiro (1920) e de Minas Gerais (1928).

Segundo Rossato (1995, p. 37-38), nas décadas de 1950 e 1960, o ensino superior expandiu-se, lentamente, pelo interior do estado, atingindo as cidades de São Leopoldo, Bagé, Rio Grande, Passo Fundo, Caxias do Sul, Ijuí, Viamão e Uruguaiana.⁴⁰ Nestas cidades foram criadas, principalmente, IES isoladas e particulares de pequeno porte. Nesse sentido, Fontana (2001, p. 134) acrescenta:

É evidente a expansão das IES, porém, aqui no Rio Grande do Sul, como no país inteiro, a estratégia para esta é a privatização crescente. Em 1950, praticamente 70% das matrículas eram nas IES públicas. Em 1960, o equilíbrio se estabelece. Isto significa uma multiplicação por 4,3 nas matrículas das particulares, enquanto nas públicas, no mesmo período, as matrículas não chegam sequer a dobrar.

⁴⁰ Para Fontana (2001, p. 12), “uma certa interiorização se efetivou ao longo da década de 50. Mas o incremento da criação de IES se concretizou, como de resto em todo o país, entre 1960 e 1980”.

Nesse processo de interiorização e privatização do ensino superior também cabe destacar a participação da Igreja Católica, com a criação de instituições superiores em várias cidades do estado. É de interesse salientar, especificamente, a ação da Mitra Diocesana de Pelotas⁴¹ que trouxe benefícios educacionais na região de sua abrangência.

Conforme Hammes (2005), desde 1951, o bispo Dom Antônio Zattera⁴² articulava a criação de uma Faculdade que fosse voltada para a formação docente, atendendo à cidade de Pelotas e as cidades vizinhas. Isso porque, até então, “nenhuma escola superior existia, fora da Capital, para a formação de professores” (HAMMES, 2005, p. 142). Após dois anos de negociações, em 1953, foi criada a primeira Faculdade de Filosofia do interior do estado, chamada Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas.⁴³ Em 18 de março de 1953 essa Faculdade foi autorizada a funcionar e, sem perder tempo, iniciou suas atividades, com cinco cursos iniciais. Eram eles: cursos de Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas, Geografia e História (conjugados em curso único). O funcionamento da Faculdade iniciou na Escola Normal São José e contou com docentes de Pelotas, Porto Alegre e até mesmo do exterior (HAMMES, 2005, p. 144-148).

Em 14 de dezembro de 1955, a Faculdade de Filosofia de Pelotas, com seus cinco cursos iniciais, foi reconhecida e no ano seguinte, em 10 de abril de 1956, entregou o diploma à primeira turma de formandos. Conforme Poersch (1970?, p. 9-11), no correr dos anos, os cursos iniciais sofreram alterações, enquanto outros cursos foram surgindo. Os cursos de Geografia e História, por exemplo, que

⁴¹ Em 1910, Pelotas foi uma das três cidades do interior do Rio Grande do Sul, juntamente com Santa Maria e Uruguaiana, a receber uma diocese. Conforme Amaral (2007, p. 156), “as dioceses abrangiam o litoral e a campanha, regiões do estado em que era forte a atuação da Maçonaria, e onde predominava um clima de indiferença e até mesmo de franca hostilidade ao clero”. Maiores informações sobre a criação da Mitra de Pelotas em: Laufer (1957), Tambara (1995) e Amaral (2003, 2007).

⁴² Conforme Hammes (2005), Dom Antônio Zattera nasceu em Garibaldi, no então município de Bento Gonçalves, no ano de 1899, e faleceu em Porto Alegre, em 1987. Sua vocação sacerdotal teria surgido do convívio com os padres capuchinhos e se concretizado com os estudos seminarísticos. Em 1923 foi ordenado sacerdote e, em 1942, na Matriz de Santo Antônio, em Bento Gonçalves, foi sagrado bispo da Diocese de Pelotas, onde se manteve no cargo eclesiástico até 1977.

⁴³ Laufer (1957) menciona a existência de duas Faculdades de Filosofia no Rio Grande do Sul, durante a década de 1950. Uma delas foi criada em Passo Fundo pelo bispo Dom Cláudio Colling, em 4 de dezembro de 1956, constando “no primeiro ano de sua existência, 68 alunos, distribuídos nos três cursos de Filosofia, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia” (LAUFER, 1957, p. 110). A outra Faculdade de Filosofia instalou-se em Viamão, em 24 de abril de 1957, sendo “freqüentada por alunos das dioceses rio-grandenses, catarinenses e nortistas, bem como por membros de congregações religiosas” (LAUFER, 1957, p. 36). Sobre os cursos de Filosofia, especificamente, criados no Rio Grande do Sul ver Bavaresco (2002).

inicialmente eram conjugados em curso único, foram desmembrados a partir de 1958. Já os três cursos de Letras (Clássicas, Neo-Latinas e Anglo-Germânicas), distintos desde a sua criação, foram transformados em curso único, em 1963. Dessa forma, os cinco cursos iniciais transformaram-se em quatro: Filosofia, Letras, Geografia e História.

Ainda, entre as décadas de 1950 e 1960, outros cursos foram autorizados a funcionar, iniciaram suas atividades, foram reconhecidos e sofreram alterações na mesma Faculdade de Filosofia. Entre eles: os cursos de Pedagogia e Didática, Ciências Sociais, Matemática, Física, História Natural, entre outros (POERSCH, 1970?, p. 10-11).

Assim, a criação de novos cursos na Faculdade de Filosofia também gerou o aumento das listas de formandos. É o que demonstra o *Diário Popular* de Pelotas, ao elencar uma lista das turmas que colavam grau, por exemplo, em dezembro de 1964. Destaca-se na última página: “66 licenciados em Ciências Sociais, Pedagogia, Filosofia, Didática de Desenho, Matemática, História, Letras Clássicas, Neo-Latinas e Anglo-Germânicas recebem hoje seus diplomas” (DIÁRIO POPULAR, 16 dez. 1964, n. 93, p. 8). Conforme o jornal, dos cursos integrados a Faculdade de Filosofia, apenas no curso de Geografia não havia formandos.

Segundo Poersch (1970?, p. 11-12), em 1º de janeiro de 1955, o curso de Ciências Econômicas, que era mantido pela Congregação dos Irmãos Lassalistas e funcionava no Colégio Gonzaga, desde 1937, foi incorporado à mesma entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia, a Mitra Diocesana de Pelotas. Esta, além de manter, criou Faculdades não só em Pelotas, como em Bagé, Rio Grande, Camaquã, São Gabriel e Jaguarão.⁴⁴

Criadas e mantidas pela Mitra de Pelotas: a Faculdade de Filosofia, a Faculdade de Ciências Econômicas, ambas de Pelotas; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Bagé; e a Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”, do Rio Grande, constituíram o embrião da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).⁴⁵ Em 7 de outubro de 1960 foi criada a primeira Universidade do interior do Rio Grande do

⁴⁴ Em Amaral (2003, p. 154) também se encontram informações sobre os cursos superiores criados pela Mitra Diocesana de Pelotas, tendo como grande articulador o bispo Dom Antônio Zattera.

⁴⁵ A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé foi autorizada a funcionar, em dezembro de 1958, e começou suas atividades, em 1959, com os cursos de Filosofia e de Pedagogia. Depois começou a funcionar os cursos de Letras (1963) e Ciências Sociais (1965). A Faculdade foi reconhecida, em 1968, com esses quatro cursos. Maiores informações em Poersch (1970?). Um breve histórico sobre a Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua” pode ser verificado mais adiante.

Sul. Pela grande abrangência da sua expansão foi, inicialmente, denominada de Universidade Católica Sul-Riograndense de Pelotas.⁴⁶ Conforme seu Estatuto (1963, p. 1), Título I, dos fins da Universidade:

Art. 4º - São fins da Universidade:

- 1) manter e desenvolver a instrução nos estabelecimentos que a compõe;
- 2) empenhar-se pelo aprimoramento da instrução no País;
- 3) promover a investigação e a cultura filosófica, literária, artística, científica e religiosa;
- 4) contribuir para a formação da cultura superior, adaptada às realidades brasileiras e informada pelos princípios cristãos;
- 5) contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, especialmente no campo social e cultural em defesa dos valores cristãos da civilização.

No referido Estatuto não passa despercebida, nos itens três, quatro e cinco do Artigo 4º, a ênfase da Igreja em exercer influência sobre o ensino superior, através da propagação dos valores católicos. Assim, com a orientação do bispo Dom Antônio Zattera, como chanceler e reitor da Universidade, a cidade de Pelotas e toda a região sob sua influência recebeu as ações de “aprimoramento da instrução no País” e de “desenvolvimento da solidariedade humana” à luz dos “princípios cristãos”.

Para enfatizar a influência da Igreja através do ensino, acrescenta-se a entrevista de Dom Antônio Zattera, ao *Diário Popular* de Pelotas, em 1964. Entre os assuntos mencionados pelo bispo, no seu retorno de Roma, após o Concílio Ecumênico, destaca-se o referente às “Escolas Católicas”, em que Dom Antônio Zattera salienta: “a discussão e as conclusões sôbre as escolas católicas, sobretudo as de nível superior, farão ressaltar o papel da Igreja na formação de líderes autênticos que saibam orientar e conduzir, sob a égide de princípios cristãos, as massas populares” (DIÁRIO POPULAR, 5 dez. 1964, n. 85, p. 7). Vale acrescentar que, os “líderes autênticos”, conforme menciona o bispo, eram aqueles instruídos, principalmente no ensino superior, pelos “princípios cristãos”, como consta no Estatuto da Universidade Católica. Estes líderes católicos estariam aptos a orientar as “massas populares”, nos diferentes níveis de ensino.

Em ritmo crescente, após a criação da UCPel, a Mitra Diocesana continuou criando e mantendo outras Faculdades, no início da década de 1960, como: a

⁴⁶ Em 1954, portanto, antes da UCPel, havia no Brasil cinco IES católicas. Eram elas: Universidades Católicas de Pernambuco e Minas Gerais; e Pontifícias Universidades Católicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. De 1955 a 1964 foram criadas mais cinco, entre elas a UCPel. Além desta, destacam-se as Universidades Católicas de Salvador, Petrópolis, Campinas, Paraná e Goiás (CUNHA, 1983, p. 95-96).

Faculdade de Filosofia, em Rio Grande; a Faculdade de Serviço Social e a Faculdade de Medicina, em Pelotas.⁴⁷ Em 1967 foram criadas, pelo Conselho Universitário, a Faculdade de Engenharia, em Pelotas, e a Faculdade de Direito, em Bagé. Ainda, em 1969, criaram-se os cursos de extensão em Jaguarão, Camaquã e São Gabriel, vinculados as Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas de Pelotas. Os três cursos passaram a funcionar em 1970 (POERSCH, 1970?, p. 15-20).⁴⁸

Neves (2007) considera que a interiorização do ensino superior pelo estado estava relacionada, além de outros fatores, com:

A aspiração de *emancipação cultural* em relação à capital; a preocupação com a criação de centros de formação e trabalho acadêmico que, interagindo com a realidade local, servissem de estímulo ao seu desenvolvimento; a expansão das redes de ensino fundamental e médio; o atendimento à demanda produzida pela necessidade de professores, e, por fim, os interesses políticos (eleitorais e/ou propagandísticos, principalmente) de lideranças locais (NEVES, 2007, p. 343).

Já Rossato (1995, p. 37) elenca dois fatores que teriam levado a expansão tardia do ensino superior pelo Rio Grande do Sul: o primeiro seria devido ao nível cultural e educacional do período, que não exigiam tal expansão; e, o segundo devido ao baixo volume populacional que ocasionaria em um pequeno contingente de alunos.⁴⁹

Enfim, depois do processo de expansão e interiorização do ensino superior no estado, seguiu-se o fenômeno conhecido como paroquialização, nas décadas de 1960 a 1970, que seguiu possibilitando a expansão de instituições superiores. Nesse sentido, facilitou a posterior criação de Universidades federais que aglutinaram as escolas e Faculdades criadas anteriormente (ROSSATO, 1995, p. 43-45). Após a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram criadas, por exemplo, a

⁴⁷ Em Pelotas, a Faculdade de Serviço Social, com curso único de Assistência Social, foi autorizada a funcionar em março de 1962, iniciando suas atividades no mesmo ano. O funcionamento da Faculdade de Medicina foi autorizado em dezembro de 1962, começando as atividades no ano letivo de 1963. Informações sobre a Faculdade de Filosofia do Rio Grande são tratadas no último capítulo.

⁴⁸ Conforme Antoniazzi (1991, p. 296), após o Concílio Vaticano II (1962-1965), “que recomendava a qualidade e não a multiplicação do número de Universidades”, foi criada na cidade de São Leopoldo/RS a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em 1969.

⁴⁹ Sobre “a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) vinculada à expansão da população no Rio Grande do Sul, no período de 1950 a 2000, e algumas implicações históricas, filosóficas e sociológicas deste fenômeno” ver Fontana (2001). Segundo o autor, as IES surgem também como uma das demandas do intenso processo de urbanização.

Universidade Federal de Santa Maria, em 1960; e, a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade do Rio Grande, ambas em 1969⁵⁰.

Destaca Loner (1994, p. 15):

A Universidade Federal de Pelotas e a Fundação Universidade de [sic] Rio Grande surgem no mesmo ano, 1969, já sob o signo da reforma universitária. Ambas nascem do mesmo modo, através da luta de lideranças locais em um processo de aglutinação das antigas unidades de ensino superior, públicas ou privadas até então existentes.

Portanto, no mesmo ano de 1969 criou-se a Universidade do Rio Grande, hoje chamada de FURG. Esse é o foco tratado na segunda parte deste capítulo, a partir das instituições que deram origem a atual Universidade.

Antes disso, no entanto, cabe frisar a presença das mulheres no ensino superior do Rio Grande do Sul. Tambara, Quadros e Bastos (2007), embora tratem do ensino primário e secundário, no período de 1930-1980, não deixam de mencionar informações importantes sobre o acesso das mulheres no ensino superior do Rio Grande do Sul. Conforme os autores, em meados da década de 1940, “do total com grau superior (8.293), 90,78% eram homens, enquanto apenas 9,22% eram mulheres” (TAMBARA, QUADROS e BASTOS, 2007, p. 331). Ou seja, as mulheres ainda estavam restritas ao espaço privado, cabendo aos homens o espaço público.

Antes da década ressaltada por Tambara, Quadros e Bastos (2007), portanto, era baixo o índice de mulheres com grau superior. Para exemplificar tal situação, cita-se Amaral (2005) ao mencionar que, em Pelotas, na Faculdade de Odontologia, anexa ao Ginásio Pelotense, havia apenas uma aluna na primeira turma, chamada Corina Fagundes. Sobre tal aluna e a presença feminina nos outros cursos anexos ao Ginásio⁵¹, na década de 1910, acrescenta Amaral (2005, p. 127):

Corina Fagundes, em 1914, recém formada, assumiu o cargo de professora assistente da Clínica Dentária da Faculdade de Odontologia anexa ao Gymnasio e, assim como as dentistas formadas os anos seguintes, atendia somente mulheres e crianças. Não havia alunas nos cursos de Agrimensura e de Direito – que também funcionavam em anexo ao Gymnasio – sendo que elas somente passaram a frequentar o curso de Direito, quando este não estava mais ligado ao Gymnasio Pelotense.

⁵⁰ Sobre o processo de criação das Universidades de Pelotas e Rio Grande ver o jornal *Rio Grande*, do mês de agosto de 1969.

⁵¹ Conforme Amaral (2005, p. 140), a Faculdade de Farmácia e Odontologia foi criada em 1911 e começou suas atividades no ano seguinte. A Escola de Agrimensura e a Faculdade de Direito foram criadas em 1913. Todos os cursos, nas datas indicadas, eram anexos do Ginásio Pelotense.

Também se faz referência a pesquisa de Godoy (1999) que salienta a inclusão das mulheres na Escola de Engenharia de Porto Alegre. Segundo Godoy (1999, p. 34), “pelo artigo 70 de Estatuto da Escola de Engenharia [de Porto Alegre] no ano de 1912, vetava-se a matrícula de mulheres em qualquer um de seus institutos”. Dessa imposição resultou que:

[...] somente em 1933, uma mulher concluiu um curso superior na Escola. Era Juraci Simões Lund, que se formava em Engenharia Química Industrial. O Presidente da Escola de Engenharia, João Ferlini, consultou o Conselho da Administração sobre o tratamento que se deveria antepor ao nome da aluna moça. Doze anos depois, em 1945, Lili Boeckei foi a primeira Engenheira Civil formada pela Escola (GODOY, 1999, p. 34).

Após diplomadas, não raro, ocorria que muitas mulheres não chegavam a exercer a profissão para a qual estavam qualificadas, principalmente quando a proposta de formação fugia à regra. E, mesmo muitas das mulheres que buscavam o magistério acabavam deixando a profissão após o casamento, passando a se dedicar a casa, ao marido e aos filhos. Ainda sobre a década de 1940, com a tímida inserção da mulher no meio social e profissional, observam Côrtes e Moraes (2003, p. 258):

Durante esse período, “mulher, em princípio, não trabalha”: prepara-se para o casamento e, se quiser, de fato, exercer uma atividade profissional socialmente aceita - e o marido permitir que assim o faça - deverá abraçar a função de professora, já muito adequadamente “naturalizada”, face à sua inata condição de maternidade...

Conforme foi relatado em capítulo anterior, as três primeiras mulheres graduadas no Brasil, em Medicina, eram gaúchas. Tratava-se de Rita Lobato Velho Lopes, Ermelinda Lopes de Vasconcelos e Antonieta Cesar Dias. Porém, elas procuraram instituições superiores da Bahia e do Rio de Janeiro porque no Rio Grande do Sul ainda não havia curso de Medicina, na década de 1880.⁵² O acesso ao ensino superior, portanto, era restrito e não estava ao alcance de todos, somente daqueles que tinham condições financeiras. Nesse sentido, ressalta Arriada (2007, p. 44), referindo-se a primeira metade do século XIX na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul:

Essa realidade acabava criando uma pequena elite culta e abastada que podia se dar o luxo de ter a sua formação realizada fora no Estado e às

⁵² Conferindo informações apresentadas por Rossato (1995), constata-se que o primeiro curso de Medicina do Rio Grande do Sul foi criado em Porto Alegre, em 1898, na Faculdade de Medicina e Farmácia.

vezes do próprio país, caso emblemático do próprio Gonçalves Chaves, que teve a sua formação acadêmica realizada em Coimbra. Quanto ao resto da população, bastava quando muito, leves rudimentos do ato de escrever, ler e contar, que facilmente podiam ser supridos por poucos indivíduos e, normalmente, da iniciativa particular. Não havia interesse, tanto da elite local como das autoridades públicas, num efetivo desenvolvimento da educação.⁵³

A transformação desse cenário só ocorreu mais tarde, na década de 1980. A partir de então, “as mulheres superaram os homens em termos de acesso às oportunidades de maior escolaridade” (TAMBARA, QUADROS e BASTOS, 2007, p. 332). Dessa forma, elas passaram a ter maior participação e maior escolaridade, tanto nos ensinos primário e secundário como no ensino superior.

É importante frisar que o estudo sobre a mulher no ensino superior do Rio Grande do Sul ainda carece de pesquisas mais aprofundadas. Estudos sobre a feminização do magistério primário são recorrentes e fundamentais na história da educação, como exemplo cita-se Tambara (2002) e Tambara, Quadros e Bastos (2007), porém, ainda cabe expandir esse estudo, evidenciando a presença da mulher também no ensino superior, mesmo que esta tenha se dado forma tardia. Para tanto, deixa-se uma contribuição em tal ampliação no capítulo posterior.

3.2 Histórico das instituições de ensino superior na cidade do Rio Grande

Segundo Rossato (1995, p. 35), “o ensino superior no Rio Grande do Sul surgiu tardiamente como aconteceu em todo o país”. A afirmação desse autor condiz com a realidade da cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Isso porque somente entre as décadas de 1950 e 1960 surgiram os primeiros cursos superiores na cidade, embora as tentativas de implantação de tais cursos tenham começado na primeira década do século XX.⁵⁴

No mesmo período em que foram criados os primeiros cursos superiores em Rio Grande, observou-se a diminuição no ritmo de crescimento industrial local. É o que destaca Martins (2006, p. 179):

⁵³ Arriada (2007) também faz referência a precária instrução secundária na segunda metade do século XIX, o que “acabava obrigando a grande parte da elite sul rio-grandense, a buscar a formação secundária e superior fora da Província” (ARRIADA, 2007, p. 68). Segundo o mesmo autor, a situação precária do ensino secundário era motivo de debates na Assembléia Legislativa e alvo de críticas constantes nos impressos da capital.

⁵⁴ Conforme Cesar (2007, p. 79-80), a imprensa rio-grandina revela que, em 1918 articulavam-se os primeiros encaminhamentos para a criação da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia do Rio Grande. Porém, esta Faculdade foi arquivada devido ao pequeno número de alunos inscritos para o exame de admissão e a falta de financiamento da instituição. Para o mesmo autor, “o Rio Grande ainda não está maduro para seu primeiro curso superior” (CESAR, 2007, p. 80).

As décadas de 1950 e 1960 são emblemáticas do ponto de vista econômico e concomitantemente espacial para a cidade do Rio Grande, pois ocorre decadência fabril e ao mesmo tempo forte expansão urbana através de vários loteamentos e a criação de entidades de ensino superior.

Conforme Martins (2006), a desaceleração industrial da cidade culminou no fechamento de várias empresas, como as indústrias têxteis, os frigoríficos, a fábrica de charutos e outras, restando o parque industrial pesqueiro para salvar do desemprego parte da população antes empregada em outros setores, além da Refinaria de Petróleo Ipiranga.⁵⁵ Segue o mesmo autor:

Tais fatos desencadearam uma crise em âmbito local e diminuição na oferta de trabalho, o que, conseqüentemente, afetou todo o município. Isso pôde ser verificado na diminuição da mão-de-obra industrial entre as décadas de 1940 e 1960 e no crescimento negativo durante esse período (MARTINS, 2006, p. 178).

Em janeiro de 1960, o jornal *Rio Grande* também não deixa de mencionar a crise econômico-social da cidade. Noticia o fechamento da Cia Swift, o anterior encerramento das atividades da Fábrica Cia. Fiação e Tecelagem Rio Grande, “outrora uma potência no parque industrial de nossa cidade”, e que “a fábrica de móveis Canuso dentro de mais alguns dias também fechara” (RIO GRANDE, 4 jan. 1960, n. 2, p. 1). Tudo isso em destaque na primeira página do jornal, o que indica sua relevância entre as outras notícias apresentadas no mesmo dia.

Em contrapartida, dois meses após noticiar a crise nas fábricas da cidade, outro informe do jornal *Rio Grande* mostra-se mais otimista ao destacar que, apesar da crise, não havia motivo para desespero. Isso porque, conforme o texto de Helton Bartholomeu da Silva, a mocidade rio-grandina que passeia pela cidade, ostentando o chapéu de “bicho”, comprova que “Rio Grande não é uma cidade decadente”. Sob o título “Chapéu de ‘BICHO’”, a última página do jornal ganha destaque com o seguinte texto:

A qualquer hora que andemos pela <<CIDADE CONDENADA>>, vemos esquinas, portas de cinemas, de escolas e até de igrejas engalanadas por jovens, de ambos os sexos, ostentando bizarros chapéus confeccionados com capricho e extravagância, os quais indicam que seus portadores cursam o primeiro ano de uma faculdade ou de escola superior. São os <<Bichos>>. Sua presença é motivo de inocentes pilherias por parte de

⁵⁵ Entre as empresas que moviam a economia da cidade do Rio Grande e foram afetadas pela diminuição do mercado consumidor, após a Segunda Guerra Mundial, destacam-se: o Frigorífico Swift que fechou em 1954; a Cia. Ítalo-Brasileira, em 1961; a Cia. de Charutos Poock, em 1966; e, a fábrica Rheingantz que diminuiu sua produção e, logo, foi vendida. Maiores informações em Martins (2006). Quanto à expansão horizontal da cidade, também destacada por Martins (2006), confirma-se informação no jornal *Rio Grande* (2 abr. 1960, n. 75, p. 2) sob o título “Loteamento”.

seus colegas veteranos, ou de maliciosas chacotas por parte dos ignorantes, que os há.

...

O fato é que para nós, profanos ao meio universitário, isto de andardes com um chapéu de palha com beiras desfiadas, ou com outro cônico ornado de cornos laterais, semelhante o de um bárbaro germânico, significa muito mais. Quer estejais satisfeitos ou não com vosso distintivo de <<Bicho>>, dá-nos este aspecto exótico de vossa presença, a confortadora convicção de que o nosso Rio Grande de São Pedro está se tornando uma cidade com espírito (ou, como dirias meu amigo, essência) universitária.

Nem tudo está perdido, como vêdes, nosso Rio Grande não é a <<Cidade Condenada>>, como pareceu a nosso colega Rui Pratini, [...]. Se por um lado algumas de nossas indústrias e casas de comércio têm perecido, outras brotam diariamente e a cidade cresce, embora nosso povo ainda não tenha obtido o nível de vida que merece.

[...] Briosos calouros de hoje, que vosso chapéu de <<Bicho>> jamais os envergonhe, que sirva de atestado da vitória que obtivestes no exame vestibular, que sirva de atestado de que ainda se pode contar com nossa mocidade, que demonstre que Rio Grande não é uma cidade condenada [...] (RIO GRANDE, 29 mar. 1960, n. 71, p. 8).

Percebe-se que mesmo em um contexto de crise local, talvez como forma “compensatória”⁵⁶, foram criados cursos superiores. Através desses cursos pode-se dizer que a cidade reanimou, mesmo em um contexto negativo, pois o “espírito universitário” da mocidade que carregava o chapéu de “bicho” atestava um futuro promissor para o Rio Grande.⁵⁷

A história do ensino superior na cidade do Rio Grande começou com a Fundação Cidade do Rio Grande, entidade privada, criada em 1953, tendo como diretor o Engenheiro Francisco Martins Bastos. Dela originou-se a Escola de Engenharia Industrial⁵⁸ que, conforme Almeida (2004, p. 20), foi a “segunda escola de Engenharia no Estado do Rio Grande do Sul”⁵⁹ e a Faculdade de Medicina.

Em 1951 começou a ser articulada, por iniciativa de um grupo de engenheiros e outros profissionais renomados, a ideia de criar uma Escola de Engenharia na cidade do Rio Grande. Conforme Altmayer (2003, p. 13):

⁵⁶ Conforme Jantzen (1990, p. 7) e Amaral (2003, p. 77), as instituições educacionais criadas em Pelotas, como, por exemplo, as de ensino superior, também cumpriram uma importante função “compensatória” para a crise econômica que abalava a cidade, “a partir dos anos de 1930”. Tal crise teria sido minimizada pelas atividades culturais, proporcionadas pela criação de novas instituições educacionais.

⁵⁷ Nesse sentido, vale mencionar Barros (2007, p. 27) quando diz que, a cidade é um lugar de trocas materiais e culturais, sendo “reelaborada permanentemente tanto pelos seus eternos construtores como pelos seus diversos habitantes”.

⁵⁸ Pesquisa mais aprofundada sobre essa Escola de Engenharia está sendo realizada pela mestranda Vanessa Barrozo Teixeira e fará parte da sua dissertação que será apresentada neste mesmo Programa de Pós-Graduação em Educação, da UFPel.

⁵⁹ A primeira Escola de Engenharia do Rio Grande do Sul foi criada em Porto Alegre, em 1896. Maiores informações em Rossato (1995).

A implantação de cursos superiores se fazia premente em Rio Grande, na medida em que havia falta de mão-de-obra especializada nos setores industrial e comercial, bem como de vagas para os alunos oriundos dos diversos cursos secundários do município.

Constata-se que, na década de 1950, Rio Grande estava voltada para as atividades comercial e industrial. Por isso pensava-se na constituição de um ensino superior que suprisse a carência de profissionais especializados em tais atividades. Ainda, na cidade também crescia a demanda de estudantes que concluíam o curso secundário e queriam continuar os estudos, buscando a formação superior. Nesse sentido, alguns estudantes mobilizaram-se em passeata em prol do curso de Engenharia.⁶⁰ É o que revela Cesar (2007, p. 168) na pesquisa a imprensa rio-grandina:

Em 20 de setembro [de 1954], os estudantes agrupados na Ures [União Rio-grandina dos Estudantes Secundários] promovem uma passeata cujo propósito é pressionar as autoridades e conquistar simpatias na comunidade para a criação da faculdade de engenharia. Desfilando pela rua Marechal Floriano, não mais que 60 pessoas levam algumas faixas e uma unidade móvel sonorizada, um Studebaker com um alto-falante metálico amarrado ao pára-choque, que amplifica palavras de ordem ditas por um estudante. Isso é a passeata, mas há bom público assistindo. É que os organizadores pegam uma carona no desfile dos gaúchos, promovido pelo CTG Mate Amargo, no mesmo dia, hora e local.

Junto a essa mobilização organizaram-se outros setores internos e externos da cidade. O funcionamento da Escola de Engenharia Industrial da Fundação Cidade do Rio Grande, em 1955, contou com a cooperação de empreendedores do comércio e das indústrias locais, além de auxílios nos planos municipal, estadual e federal. Tais apoios foram fundamentais para que a Escola de Engenharia pudesse superar suas dificuldades financeiras, ao longo do seu funcionamento.⁶¹

Conforme Almeida (2004), em 1956, foram vinte e sete inscritos para as vinte vagas oferecidas pela Escola de Engenharia Industrial, sendo que apenas dez candidatos foram aprovados. Desses alunos, somente seis homens formaram-se na primeira turma de Engenharia.⁶² Na mesma solenidade de formatura, em dezembro

⁶⁰ Ver foto da passeata em Cesar (2007, p. 170).

⁶¹ As dificuldades financeiras dessa Escola foram ressaltadas por Magalhães (1997) que destaca, por exemplo, a história da rifa elaborada pelos alunos e a doação dos salários recebidos pelos professores (MAGALHÃES, 1997, p.14-16 e 22).

⁶² Na primeira turma da Escola de Engenharia havia uma mulher, Ornella Maria Carmelo Anselmo Hess, que interrompeu o curso no segundo ano ao conseguir uma bolsa de estudos para a Europa. Formou-se em 1963, juntamente com outra mulher, Maria de Lourdes Machado, e mais seis homens. Ambas foram as únicas mulheres formadas na Escola de Engenharia Industrial, Modalidade Mecânica, na década de 1960. Na Engenharia Industrial, Modalidade Química, formaram-se três

de 1960, foi inaugurado o edifício-sede da Escola, no local que hoje abriga o *Campus Cidade* da FURG. Antes disso, as primeiras aulas eram ministradas nas instalações da Biblioteca Rio-Grandense, no centro da cidade.

Destaca-se também que o orgulho dos rio-grandinos pelo primeiro curso superior da cidade foi evidenciado pela imprensa local. Tanto que o jornal *Rio Grande* (4 mar. 1960, n. 51, p. 8) apresenta uma homenagem a Escola de Engenharia Industrial, “pioneira no Estado no setor da tecnologia industrial”, informando no mês de março a notícia de formatura da primeira turma que seria realizada apenas no final do ano de 1960.

No mês de maio do mesmo ano o homenageado do jornal *Rio Grande* foi o Engenheiro Francisco Martins Bastos. Ele teve direito a metade da primeira página do jornal, tendo em destaque o título grafado em letras maiúsculas “CONCEDIDO AO ENG. FRANCISCO MARTINS BASTOS O TÍTULO DE ‘CIDADÃO RIOGRANDINO’” e a sua foto ampliada do busto. Tal destaque demonstra a gratidão dos rio-grandinos pelos trabalhos prestados por esse engenheiro. Conforme a notícia do jornal, o projeto de lei, do vereador Walter Chaves Troina, foi aprovado por unanimidade, concedendo o título de “Cidadão Riograndino” ao “eng. Francisco Martins Bastos, que, filho de Uruguaiana, vem dedicando, há cerca de 25 anos, todo o seu esforço ao desenvolvimento das empresas pioneiras da industrialização do petróleo, em nossa cidade” (RIO GRANDE, 2 maio 1960, n. 108, p. 1).

Ainda, sobre o trabalho do referido engenheiro foi escrito:

Atualmente, é o eng. Francisco Martins Bastos que, à frente da Fundação Cidade do Rio Grande, contagia, pelo seu esforço e dedicação, a todos os riograndinos que vêm o setor educacional de sua cidade em vias de equiparar-se aos grandes centros do Estado, com o prestígio grangeado, em cerca de cinco anos, pela Escola de Engenharia Industrial, prestes a diplomar a sua primeira turma (RIO GRANDE, 2 maio 1960, n. 108, p. 1).

Antes mesmo de apresentar um breve histórico das outras Faculdades, torna-se importante destacar que o reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial contou com alguns obstáculos, devido ao contexto de desenvolvimento do ensino superior no Rio Grande do Sul. Seu funcionamento foi permitido em 1955, sendo que a Escola foi reconhecida somente em 1959 (ALTMAYER, 2003, p. 28). Cabe

ainda ressaltar outro momento marcante, o ano de 1961, quando a Escola foi federalizada.

Não há dúvidas de que a criação da Escola de Engenharia estimulou a criação de novos cursos superiores na cidade do Rio Grande e, mais do que isso, favoreceu uma vida social com maiores entretenimentos. Os jovens, meninos e meninas, passaram a se encontrar, por exemplo, nos bailes da cidade, promovidos pelos próprios acadêmicos da Engenharia. É o que informa o setor *Tic-Tac*⁶³ do jornal *Rio Grande* (3 jun. 1960, n. 126, p. 4) sob o título “Baile da Engenharia – sábado – Clube do Comércio”, organizado pelo Diretório Acadêmico. Segue o mesmo anúncio: “Quem será a Namorada da Engenharia? - Um juri escolherá entre as jovens presentes no Baile da Engenharia a ‘Namorada da Engenharia de 1960’”.

Sobre o aspecto da demanda dos cursos superiores no Rio Grande do Sul, Rossato (2005, p. 36-37) observa que, em 1950, as atenções para a concretização de cursos superiores estavam voltadas para Porto Alegre. Dessa forma, a expansão do ensino superior pelo interior do estado ocorreu lentamente, entre 1950 e 1960. Essa foi uma realidade comprovada na cidade do Rio Grande.

Após o funcionamento da Escola de Engenharia, os anseios por novos cursos continuaram, pois a formação de engenheiros supria apenas parte das necessidades locais. Assim, com o apoio da Prefeitura Municipal, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas foi criada, em 1955, e autorizada a funcionar, em 1958, tendo como primeiro diretor o professor Roberto Coimbra Edon. Para Nunes (2004, p. 49), o período de três anos para a autorização do curso demonstrou as dificuldades da Faculdade em atender as exigências legais, de um corpo docente⁶⁴ apropriado, de adequadas instalações⁶⁵, bem como de um acervo bibliográfico significativo. Essas dificuldades comprometeram o curso de Ciências Políticas que não se concretizou, sendo contemplado apenas o curso de Ciências Econômicas. A informação de Nunes (2004) foi confirmada, por exemplo, no jornal *Rio Grande* (14

⁶³ Nesse setor do jornal foram relatados pela jornalista Zicil, codinome de Cecília Goldenberg, os acontecimentos sociais ocorridos na cidade ou relacionados a ela. As publicações de Zicil foram até o mês de dezembro de 1960.

⁶⁴ O nome dos primeiros professores, todos homens, bem como maiores informações sobre a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, encontram-se em Nunes (2004, p. 39-63). Para um trabalho mais aprofundado, sugere-se também a pesquisa aos acervos do NUME e do Arquivo Geral da FURG. Neste último, por exemplo, encontram-se três encadernações contendo atas manuscritas, datadas de 1959 a 1972, sobre a mesma Faculdade.

⁶⁵ A Faculdade funcionou em dois prédios, primeiro na Escola de Belas Artes, de 1958 a 1962, e depois em um prédio na Rua Luiz Loréa, entre 1962 a 1972, onde atualmente funciona a Editora e Gráfica da FURG.

jan. 1960, n. 11, p. 8) que destaca: “marcada a data do Concurso de Habilitação à Faculdade de Ciências Econômicas”. Percebe-se que no nome da Faculdade está excluído as Ciências Políticas.

No mesmo informe do jornal *Rio Grande*, do dia 14 de janeiro de 1960, verifica-se como funcionava o concurso de habilitação, sendo constituído de várias etapas. Seguem-se dias e formas de avaliação das disciplinas: Dia 15 de fevereiro – Matemática (escrita), 16 fevereiro – Matemática (oral), 17 fevereiro – Português (escrita e oral), 18 fevereiro – Geografia do Brasil (escrita e oral) e 20 fevereiro – História do Brasil (escrita e oral).

No mês de março, o mesmo jornal noticia que “nos exames vestibulares realizados em primeira e segunda chamada foram aprovados os alunos Eugenio Lopes, Eurípedes Falcão Vieira, José Augusto Neves Nicola e Humberto G. Duadagnini” (RIO GRANDE, 5 mar. 1960, n. 52, p. 1). Na falta de outras informações esclarecedoras, através dos dados apresentados no jornal, parece razoável levantar duas hipóteses: na primeira, considera-se que os quatro alunos aprovados demonstram o baixo índice de vestibulandos; e, na segunda hipótese, supõe-se que o índice de quatro alunos aprovados demonstra o rigor nos exames, compostos de provas escritas e orais. Mesmo assim, comparando com o índice de vestibulandos dos demais cursos superiores existentes no período, considera-se mais cabível a primeira hipótese.

Apesar de algumas dificuldades e da lenta formação de cursos superiores, seguindo o movimento de expansão pelo interior do estado, Rio Grande apresentava certa singularidade. Segundo Nunes (2004), enquanto na maioria dos municípios, a expansão do ensino superior inspirou-se no modelo uspiano, da USP, em Rio Grande ocorreu à inversão desse modelo. Conforme o mesmo autor, a singularidade do Rio Grande “reside no fato de que o primeiro curso implantado foi o de Engenharia Industrial, seguido pelos cursos de Ciências Econômicas e Direito” (NUNES, 2004, p. 46-47). Os municípios que seguiam o modelo uspiano, centravam-se na criação de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, voltados para a formação de professores.

Em Rio Grande, o modelo uspiano só foi implantado em um segundo momento, com a iniciativa da Igreja Católica de criar cursos superiores na cidade. É o que destaca Nunes (2004, p. 46), a seguir:

De modo singular, a Igreja Católica, sob a liderança direta de seus prelados ou pela ação de algumas de suas ordens religiosas, devotas à causa educacional, chamou a si a tarefa de criar faculdades em vários rincões do país. Nessas iniciativas também prevaleceu o modelo uspiano.

Ainda, sobre a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, é interessante ressaltar a atuação dos estudantes do curso de Economia no “reerguimento da cidade do Rio Grande”, em 1960. O jornal *Rio Grande* (26 jan. 1960, n. 47, p. 2) salienta principalmente a influência social desses estudantes, entre os demais acadêmicos, noticiando:

Entre os jovens estudantes superiores de nossa terra que mais se tem destacado nesse anseio devemos incluir aqueles que cursam a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Eles estão na trincheira e suas atitudes demonstram que acompanham os sucessos diários da comuna riograndina com esplendida acuidade e com a disposição de encontrar soluções para as inúmeras questões de vulto que assoberbam a outrora pacata e descuidada cidade que hoje enfrenta os percalços de um centralismo administrativo criminoso e a concorrência que outros centros criam na luta constante pelo progresso.

A atuação dos estudantes de Economia não deve passar despercebida das autoridades municipais nem das classes produtoras [...]. Quando os jovens desejam trabalhar, quando querem realizar uma tarefa produtiva, todos os meios lhes devem ser facultados e nunca é demais estimular essa geração onde muitas vocações poderão abortar quando não são devidamente compreendidas e amparadas.

Estudantes de Economia e, também, da Escola de Engenharia estão procurando colaborar no reerguimento da cidade do Rio Grande. Eles não pedem retribuição nem exigem glorificação, apenas anseiam por oportunidades e essas não devem ser negadas a uma mocidade sadia que só se preocupa com o adiantamento da sua terra e deseja pôr em prática a teoria que está amalhando nos bancos acadêmicos.

O jornal evidencia o seu apoio aos acadêmicos que estudavam na cidade. Até porque, apostava-se nessa nova geração que poderia contribuir com bons frutos para a cidade, reanimando o setor econômico, então em crise.

Seguindo a cronologia, as duas Faculdades consecutivas, criadas em Rio Grande, tiveram como entidade mantenedora a Mitra Diocesana de Pelotas. Primeiro foi criada a Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”, em 1959, e, depois a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, em 1960, ambas incorporadas a UCPel até 1969.

Conforme Nunes (2004), na primeira metade da década de 1950, um grupo de rio-grandinos, acadêmicos da Faculdade de Direito de Pelotas, buscava forças para criar um centro de estudos jurídicos na cidade. Esta união de interesses, certamente, contribuiu para a criação da primeira Faculdade católica da cidade, a

Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”. Da mesma forma, destaca Silveira (2005, p. 145):

A criação da Faculdade de Direito na cidade do Rio Grande ocorreu por louvável iniciativa de Dom Antônio Zattera, digníssimo Bispo da Diocese de Pelotas e grande líder educacional no Rio Grande do Sul. Em marcante reunião, realizada no Colégio São Francisco, Dom Antônio expressou a intenção da Mitra Diocesana de criar, Nesta Cidade, uma Faculdade de Direito atendendo às aspirações sempre crescentes dos rio-grandinos, os quais almejavam o surgimento de um Curso Jurídico, sendo unânime o pensamento, em torno de tal idéia, de ilustres cidadãos que compareceram à reunião [...].

Em 1959, reuniões e decretos da Cúria Pelotense objetivavam a criação da Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”.⁶⁶ Até que, tal pretensão concretizou-se em 9 de abril do mesmo ano. No dia 2 de fevereiro de 1960, o Decreto n. 47.738 do Governo Federal autorizou o funcionamento da referida Faculdade.

As atividades iniciaram nas dependências do Colégio São Francisco, no centro da cidade, sob direção do Professor Odenath Pereira Ferreira. Como se pode esperar de uma instituição católica, no curso de bacharelado em Direito constavam disciplinas voltadas para o ensino religioso, como Apologética e Doutrina Social da Igreja.⁶⁷ Em documento de *Convocação* (UCPEL, 13 mar. 1968) consta o nome do Padre João Pozzolo como professor dessas disciplinas religiosas. Este, porém, não era o único padre que ministrava aulas na Faculdade de Direito. Tanto que, outra *Convocação* (UCPEL, 17 dez. 1963) apresenta o nome do padre Lauro Persch, entre os professores.⁶⁸ Sabe-se que outros padres também ministraram aulas nessa instituição.

Ainda sobre a mesma Faculdade, citam-se três notícias articuladas no jornal *Rio Grande* (jan.-fev. 1960). A primeira notícia, a mais extensa, tem como título “Ensino Superior”. Ressalta o início do funcionamento da Faculdade de Direito, porém, enfatiza que o “surto de estabelecimentos de ensino de grau superior teve começo com a Escola de Engenharia Industrial, hoje uma realidade, conhecida em diversos centros e anualmente atraindo para a cidade estudantes de outras cidades”

⁶⁶ O nome da Faculdade de Direito foi dado em homenagem ao centenário de nascimento do jurista Clóvis Beviláqua.

⁶⁷ Maiores informações em *Regimento* da Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua” (UCPEL, 196-), no acervo do Arquivo Geral da FURG.

⁶⁸ As *Convocações* também foram encontradas no acervo do Arquivo Geral da FURG. Uma lista com o nome dos primeiros professores da Faculdade de Direito encontra-se em Nunes (2004, p. 58). Entre os professores consta apenas uma mulher e dentre os homens, Hugo Dantas Silveira, o primeiro diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande.

(RIO GRANDE, 20 jan. 1960, n. 16, p. 2). O objetivo dessa informação, além de retomar a importância da Escola de Engenharia Industrial, foi de apontar a necessidade da criação de cursos, superiores e técnicos, pouco frequentes no Rio Grande do Sul que pudessem trazer para a cidade estudantes de outras regiões. Este, porém, não era o caso da Faculdade de Direito, pois outras já existiam no estado.

A segunda notícia, com o título “Autorizado o funcionamento da Faculdade de Direito”, foi mais sucinta, destacando: “O Presidente da Republica assinou decreto autorizando o funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua em nossa cidade”. Na sequência, conclui: “Assim sendo, já este ano funcionará o primeiro ano da Faculdade de Direito” (RIO GRANDE, 4 fev. 1960, n. 28, p. 8). Percebe-se que nenhum comentário foi articulado sobre a autorização de funcionamento da mesma Faculdade.

Já a terceira notícia foi apresentada alguns dias depois. O título “Oficializada a Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua” é seguido por um pequeno texto que demonstra, apesar das ressalvas articuladas no mês de janeiro, a importância de tal empreendimento. É o que pode ser lido a seguir:

Pelo decreto nº 47.738 de 2 de fevereiro do corrente ano, que o Diário Oficial da União publicou à 8 do mesmo mês e que foi assinado pelos Srs. Drs. Juscelino Kubitschek e Clóvis Salgado, respectivamente Presidente da República e Ministro da Educação, foi autorizado o funcionamento do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua desta cidade de Rio Grande.

Está de parabéns, portanto, esta cidade, com a oficialidade de mais um estabelecimento de ensino superior, que aqui terá sede.

Muitos são os alunos inscritos, no exame vestibular, que, em breve se realizará, estando dependendo a data definitiva das autoridades competentes, pois devido à recente oficialização da Faculdade, há necessidade de uma prorrogação especial dos exames de habilitação, assim como a designação [sic] de um inspetor.

O grande batalhador da novel Faculdade é o Revmo. Antônio Zattera bispo diocesano, que não tem medido sacrifícios para levar avante tão grande iniciativa (RIO GRANDE, 15 fev. 1960, n. 37, p. 8).

E não só a imprensa rio-grandina apresentava informações sobre os cursos superiores. Nos meses pesquisados do *Diário Popular* de Pelotas também foram encontradas informações sobre o ensino superior que abrangiam a cidade vizinha do Rio Grande.⁶⁹ Através do setor “Notícias de Rio Grande” do *Diário Popular*, por

⁶⁹ O inverso também foi verificado, ou seja, o jornal *Rio Grande* também destacava informações dos cursos superiores de Pelotas, como editais para concurso de habilitação e encontros entre os

exemplo, foi possível perceber a integração dos discentes dos cursos superiores existentes nesta cidade.

Os diretores acadêmicos das Faculdades de Direito, Economia e Engenharia, levarão a efeito, no dia 1º de abril vindouro, a sua tradicional passeata, com início às 15,30 horas, da frente da Casa dos Estudantes até o Largo da Praça Xavier Ferreira. Os universitários, este ano, pretendem exibir críticas originais e dentro do elevado grau de cultura da classe e da gente da terra de Silva Paes. E', por isso, de se esperar um desfile cheio de humorismo e de respeito (DIÁRIO POPULAR, 21 mar. 1961, n. 64, p. 6).

A notícia do *Diário Popular* de Pelotas evidencia que, com apenas um ano de funcionamento, o curso de Direito já estava interagindo com outros cursos existentes na cidade do Rio Grande e, mais do que isso, com a comunidade rio-grandina. Esse e outros informes apresentados nos jornais, tanto do Rio Grande como de Pelotas, ajudam a revelar um cotidiano citadino que talvez esteja se apagando na história da cidade ou, até mesmo, seja desconhecido por muitas gerações que não o vivenciaram.

Em 1965, com o Decreto n. 56.461 do Governo Federal, foi reconhecido o curso de Direito. No mesmo ano ocorreu a solenidade de colação de grau da primeira turma de bacharéis. Dos vinte e quatro formandos, apenas seis eram mulheres.⁷⁰

Por tudo, percebe-se que a expansão do ensino superior em Rio Grande, no período de 1950 e 1960, refletiu o mesmo processo de expansão do ensino superior pelo interior do Rio Grande do Sul. É o que afirma Neves (2007, p. 343):

O desenvolvimento econômico e a ocupação de novos espaços no mercado de trabalho, aumentando a pressão por ascensão social, foram fatores decisivos que levaram diferentes grupos, leigos (professores, profissionais liberais e lideranças políticas) e confessionais (ordens religiosas e dioceses), a compor forças em torno de iniciativas de criação de IES em diferentes cidades do interior do estado.

Conforme Meirelles (2004, p. 123), em 1965 a Fundação Cidade do Rio Grande começou a angariar novos recursos para a criação da Faculdade de Medicina. Foram dois anos de desafios, até que, em 1966, foi autorizado o funcionamento dessa Faculdade. No entanto, ela foi reconhecida, pelo Conselho Federal de Educação, somente em 1971. No mesmo ano ocorreu a formatura da primeira turma de Medicina. Dos vinte e oito formandos, todos do sexo masculino,

membros do ensino superior do Rio Grande e de Pelotas. Para exemplificar, cita-se o anúncio do *Rio Grande* (5 mar. 1960, n. 52, p. 1) sobre o VI Encontro de Universidades Católicas, em Pelotas.

⁷⁰ Maiores informações em Silveira (2005).

vinte e três eram do Rio Grande do Sul, sendo apenas dois rio-grandinos, e cinco de Santa Catarina.⁷¹

Assim, em meados de 1960, Rio Grande totalizava cinco cursos superiores, com diferentes entidades mantenedoras. A partir de então, começava um novo desafio, aprovado por diferentes setores da sociedade rio-grandina, a implantação de uma Universidade local. Tal objetivo foi, finalmente, conquistado em 1969, quando foi fundada a Universidade do Rio Grande, sendo o primeiro reitor o professor Adolpho Gundlach Pradel. Para tanto, ressalta Altmayer (2003, p. 53):

Devido à exigência do MEC da necessidade de no mínimo quatro faculdades para que pudesse ser criada a universidade, esta somente tornou-se realidade a partir da cessão por parte da Prefeitura Municipal do Rio Grande e da Mitra Diocesana de Pelotas das Faculdades das quais eram mantenedoras.

Segundo Poersch (1991, p. 64), o bispo de Pelotas aprovou a autonomia das Faculdades do Rio Grande, mantidas pela Mitra Diocesana de Pelotas, pois “todas as partes saíam lucrando”. Em outro momento, destacou o autor: “com este gesto, a UCPel sentiu-se honrada em haver contribuído com o melhor de suas parcelas para o surgimento de uma nova florescente Universidade na cidade vizinha de Rio Grande” (POERSCH, 1991, p. 65).⁷² Isso porque a Mitra Diocesana de Pelotas contribuiu com duas Faculdades, a de Direito e a de Filosofia, sendo que somente nesta última foram criados seis cursos, entre os anos de 1960 e 1967.

A Faculdade Federal de Engenharia Industrial, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (mantida pela Prefeitura Municipal), a Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua” e a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande⁷³ (mantidas pela Mitra Diocesana de Pelotas) seguiram o caminho de integração a Universidade do Rio Grande. Em 1971, a Faculdade de Medicina também se integrou a mesma Universidade (ALTMAYER, 2003, p. 53-54). Depois da campanha pela criação da Universidade outra meta foi estabelecida: a gratuidade do ensino. Conforme Cesar (2007, p. 230): “A partir de janeiro de 1980, o ensino superior passa a ser gratuito na Furg, para todos os cursos de graduação e pós-graduação”.

⁷¹ Sobre o “Vestibular Único” realizado, em Porto Alegre, pela primeira turma de candidatos à Faculdade de Medicina do Rio Grande ver o jornal *Rio Grande* (25 nov. 1967, n. 294, p. 2 e 12).

⁷² Fato que não ocorreu em Pelotas, onde foi instituída a UCPel, em 1960, e a UFPel, em 1969. Tal fato resultou da acirrada disputa entre lideranças que defendiam o ensino laico e o ensino católico. Sobre o assunto ver Amaral (2003).

⁷³ Com a cedência para a Universidade do Rio Grande, a Faculdade Católica de Filosofia passou a denominar-se Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Depois desse breve histórico sobre o ensino superior no Rio Grande do Sul e as instituições que deram origem a FURG, que não tem a pretensão de esgotar-se aqui, mas apenas de delinear o caminho para novas pesquisas; levantam-se algumas considerações.⁷⁴

Não há como negar que, Pelotas encontrava-se em evidência nos primórdios da história do ensino superior do Rio Grande do Sul. Isso porque foi destaque com a Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática, no século XIX, e depois manteve a expansão dos cursos superiores. Com isso, destacou-se, na segunda metade do século XX, como a única cidade do interior do estado a possuir duas Universidades: a UCPel e a UFPel. Sobre o contexto pelotense no período de criação destas duas instituições, salienta Jantzen (1990, p. 120):

Mesmo que no “período populista” não aconteça nada “relevante” em Pelotas, nem na sua história política ou econômica, queremos sugerir com esta nota, que este período é uma espécie de “fermentação” da classe média local. O desenvolvimentismo vai ser signo principal dos seus discursos.

Em nossa opinião, o crescimento das instituições de ensino superior, a partir dos anos 60 (que se verifica concretamente em Pelotas, tanto no setor público como privado) é um produto dessa fermentação. As camadas médias são a “clientela universal” deste sistema educativo.

Conforme Amaral (2003), o desenvolvimento do ensino superior público e privado em Pelotas também estava relacionado com as disputas entre a Maçonaria e a Igreja Católica. Isso porque, de um lado, o Ginásio Pelotense, criado por iniciativa da Maçonaria, em 1902, comportava duas Faculdades, na década de 1910; por outro lado, o Ginásio Gonzaga, criado pelos jesuítas, em 1894, também entrava na disputa de cursos superiores. Destaca a autora:

A partir do Pelotense foram criadas, na década de 1910, duas importantes faculdades que hoje fazem parte da Universidade Federal de Pelotas - as Faculdades de Direito e de Odontologia. E, confirmando uma posição de vanguarda da Maçonaria nessa época, era de interesse dos maçons que a partir delas se constituísse uma universidade. Isto em uma época em que ainda não havia sido criada oficialmente a primeira universidade brasileira. Da mesma forma, o Gonzaga, em 1937, fundou a Escola Superior de Comércio, que passou a pertencer à Mitra Diocesana de Pelotas em 1955 e, em 1960, juntamente com outros cursos, passou a constituir a Universidade Católica de Pelotas (AMARAL, 2003, p. 21-22).⁷⁵

⁷⁴ É importante destacar que, tanto no NUME como no Arquivo Geral da FURG encontram-se diversos documentos sobre as instituições que deram origem a FURG. Muitos desses documentos ainda não foram explorados e, portanto, apresentam-se como promissoras fontes de pesquisa.

⁷⁵ Maiores informações sobre o curso Comercial do Colégio Gonzaga em Amaral (2003, p. 142-144 e 154). Sobre o ensino superior anexo ao Ginásio Pelotense, como a Escola de Agrimensura (1911), a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1911) e a Faculdade de Direito (1913) ver também Amaral (2002, p. 15; 2003, p. 185-186; 2005, p. 139-143 e 159-165).

Assim, juntamente com a criação das primeiras Faculdades de Pelotas, difundia-se o projeto de ascensão da comunidade local. É o que destaca Jantzen (1990, p. 116) ao dizer que nas “instituições fundiam-se as ideologias, as mentalidades e os anseios de ascensão social”. Portanto, a existência de instituições católicas e leigas em Pelotas gerou disputas e rivalidades durante o século XX, mas também contribuiu para que a cidade se sobressaísse no âmbito do ensino superior.⁷⁶ Por tudo, a cidade de Pelotas, que tem sua história reconhecida por sua “opulência e cultura”, também merece destaque no ensino superior.

Ainda, acrescenta-se que a Mitra Diocesana de Pelotas não contribuiu somente com o ensino superior em Pelotas, mas também expandiu seus braços por outras cidades do estado, criando instituições superiores católicas em várias localidades de sua abrangência, dentre elas Rio Grande. Como mantenedora das Faculdades de Direito e Filosofia, esta com vários cursos, a Mitra contribuiu com grande soma para criação da Universidade do Rio Grande.

Além disso, é importante frisar que a criação de cursos superiores, entre as décadas de 1950 e 1960, ajudou Rio Grande a vislumbrar uma nova saída para a crise que abatia a cidade. A efervescência industrial deu lugar à efervescência estudantil, entre as décadas de 1950 e 1960. Tudo indica que os estudantes mobilizaram o meio social e cultural, através de suas reuniões, passeatas, bailes e ações em prol da comunidade rio-grandina. É o que enfatiza, por exemplo, o jornal *Rio Grande* sob o título “Espírito Universitário”:

Registra-se o nascimento de um espírito universitário em Rio Grande. Os jovens estudantes das nossas faculdades não se contentam em viver aprisionados pelas paredes do estabelecimento educacional e ganham a rua, procurando discutir os problemas do momento, examinando as deficiências locais e colocando-as na conjuntura nacional e até mesmo internacional. E isso é um bom sinal! Evidencia vida, ação, disposição de luta, propósito de superar as naturais limitações da província num anseio elogiável de universalismo.

...

O desempenho dessa nova geração de riograndinos que hoje cursa as escolas superiores, de nossa terra, pode e deve ser decisivo para o futuro da Noiva do Mar. Não podemos, portanto, desperdiçar energias nem bloquear o rumo das vocações universitárias mas é obrigação de todos nós facultar a esses jovens, os recursos possíveis para que se integrem no ambiente onde vivem e produzam benefícios para a comunidade (RIO GRANDE, 26 jan. 1960, n. 47, p. 2).

⁷⁶ Sobre o impasse entre a criação de duas Faculdades de Medicina em Pelotas, entre as décadas de 1950 e 1960, sendo uma leiga e outra católica, ver Braz (2007).

Esse e outros informes do jornal *Rio Grande* caracterizam a inevitável associação, destacada por Barros (2007), entre cidade e cultura. Chega um momento em que a cidade torna-se também um “lugar de ensino”, de trocas culturais. Nasce, então, a “[...] necessidade de ensinar a alguns dos cidadãos uma série de ofícios especializados [...]. Com isso, a cidade tornar-se-á o ‘lugar do ensino’, e mais tarde o lugar das academias e das universidades” (BARROS, 2007, p. 82-83). Com a cidade do Rio Grande não ocorreu diferente, assim como algumas cidades do interior foi, aos poucos, expandindo os seus cursos superiores até que conseguiu conquistar uma Universidade.

Dessa forma, observando um espaço favorável de pesquisa, buscou-se expandir o olhar sobre o âmbito educacional, especificamente do ensino superior, que envolveu as duas cidades do Rio Grande do Sul, ou seja, Rio Grande e Pelotas. Ambas são historicamente reconhecidas, entre outros aspectos, pelo comércio e pelas charqueadas. No entanto, no presente estudo, tais histórias que marcaram o contexto gaúcho, principalmente, no século XIX, deram lugar à história educacional que envolveu as duas cidades, na segunda metade do século XX.

Enfim, chega-se ao foco principal do presente trabalho. A partir de agora o olhar volta-se para a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. É o que pode ser visto a seguir.

4 FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE: ASPECTOS DE UMA HISTÓRIA INSTITUCIONAL

A partir deste capítulo abordam-se alguns dos principais dados, levantados na pesquisa, sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande (1960-1969). Esta instituição foi criada em 1960 e incorporada a UCPel até 1969, quando foi cedida à Universidade do Rio Grande, passando a denominar-se Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Apresenta-se como foco, neste espaço, o processo de criação e os anos iniciais da Faculdade Católica de Filosofia, as instalações ocupadas, bem como os dirigentes, docentes, discentes e demais funcionários, além de aspectos do funcionamento até a cedência da instituição para a Universidade do Rio Grande. Busca-se, com isso, restaurar o “retrato institucional” da referida Faculdade Católica, tendo como recurso as diferentes fontes de pesquisa.

Para tanto, utilizam-se alguns vestígios da história da Faculdade de Filosofia do Rio Grande, encontrados nos acervos do NUME e do Arquivo Geral, ambos localizados no *Campus Cidade* da FURG. Destacam-se também informações transcritas do jornal *Rio Grande*, durante alguns anos da década de 1960. Para complementar a pesquisa, apresentam-se notícias, dos anos de 1960 e 1961, extraídas do *Diário Popular* de Pelotas.

Ainda, outra contribuição importante vem da História Oral. Das oito entrevistas realizadas, foram selecionados trechos obtidos através do roteiro de entrevista. As entrevistas foram realizadas com quatro professores, duas alunas, uma secretária e uma filha do primeiro diretor, já falecido. A escolha da História Oral para análise de uma instituição educacional também se baseou nos questionamentos levantados por Mezzano (1998, p. 37), ou seja, “Quem senão os que vivem [ou viveram] essa história são as testemunhas principais dela? Quem senão os que ‘fazem’ [ou ‘fizeram’] podem narrar, testemunhar, através de seus relatos orais, o que sucede [ou sucedeu] nas instituições?” Os entrevistados, que participaram em diferentes períodos do funcionamento da Faculdade de Filosofia, trouxeram contribuições preciosas para a análise da instituição. Por isso, em conformidade com Amaral e Amaral (2007, p. 9), acredita-se que “as memórias pessoais e de grupo são uma preciosa fonte a ser explorada, permitindo um olhar sobre espaços e tempos hoje distantes”.

As fontes aqui exploradas, provenientes de acervos documentais e das entrevistas, servem para demonstrar parte do que representou a Faculdade de

Filosofia para Rio Grande e que, até então, encontrava-se adormecido. Segundo Magalhães (2004, p. 147), “a história de uma instituição educativa inicia-se pela reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica”. Busca-se, com o estudo abordado neste capítulo, essa reinterpretação da história da Faculdade de Filosofia do Rio Grande, indo além dos registros oficiais da instituição e apresentando histórias entre outras histórias possíveis de serem narradas. É o que pode ser lido a seguir.

4.1 O processo de criação e os anos iniciais

Como mencionado em capítulo anterior, em 1960, a cidade do Rio Grande contava com cursos superiores, provenientes da Escola de Engenharia, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e da Faculdade de Direito. Até o início de 1960, muitos estudantes que queriam cursar uma Faculdade, voltada para a formação docente, não encontravam na cidade uma possibilidade. Assim, os que podiam deslocavam-se até Pelotas, cidade mais próxima a Rio Grande, onde, desde 1953, funcionava a Faculdade Católica de Filosofia. Este foi o caso, por exemplo, de três entrevistadas, as professoras Alair, Solange e Stella, que cursaram Pedagogia na Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, entre o final da década de 1950 e o início de 1960.

Ao relatar sobre o período em que estudava em Pelotas, afirma a professora Solange (15 out. 2010): “Eu não poderia me afastar mais do que me afastei, indo até Pelotas. Porque Pelotas eu ia e voltava no mesmo dia”. Ela e a professora Stella também descrevem o quanto era dificultoso o deslocamento diário até Pelotas. Dependia-se do trem e da balsa, pois a ponte sobre o Canal São Gonçalo ainda não estava totalmente concluída.⁷⁷ Para exemplificar, cita-se um trecho da entrevista com a professora Stella (10 nov. 2010):

A maioria dos que estudavam fora, geralmente, era porque não existia na cidade cursos superiores na área da educação. Também porque já atuavam no magistério e queriam, como eu, prosseguir um aprofundamento dos estudos. As dificuldades, no entanto, eram muito grandes porque, além da Universidade ser paga, a maioria precisava trabalhar para poder pagar as

⁷⁷ O jornal *Rio Grande* (8 mar. 1960, n. 54, p. 1) informa que ainda no ano de 1960 a ponte sobre o Canal São Gonçalo estaria concluída. Em junho, do mesmo ano, anuncia que era preciso apressar a conclusão da ponte, pois o presidente da república tinha data certa para inaugurá-la. No título do anúncio, informa-se: “JK vai inaugurar a ponte do S. Gonçalo a 20 de setembro” (RIO GRANDE, 20 jun. 1960, n. 130, p. 1). Essa publicação apresenta uma das metas do presidente Juscelino Kubitschek, a construção de estradas e pontes.

despesas da Universidade, do transporte e da alimentação. [...]. Era bastante difícil deslocar-se daqui para outra cidade, trabalhando!

A cidade de Pelotas era, portanto, o destino de estudantes do Rio Grande e, por exemplo, de São José do Norte e Santa Vitória do Palmar, que também tinham Pelotas como opção mais próxima. Destaca o relatório de Leite (16 set. 1960)⁷⁸:

Rio Grande, apesar de Cidade operária, tem um grande número de estudantes que busca uma formação superior. Diariamente se deslocam para Pelotas dezenas de estudantes com grandes encômodos e despesas. Mas isto é privilégio de poucos, relativamente, pois muito elevado é o número dos que querem tirar um dos cursos da Faculdade de Filosofia e não podem, por causa da distancia e da despesa. Prova isso um recente e ligeiro levantamento que foi feito para se constatar a possibilidade da criação da Faculdade de Filosofia, apresentando-se uns trezentos candidatos para os diversos Cursos da Faculdade de Filosofia.

Outra opção, benquista pelos estudantes, seria estudar em Porto Alegre. Conforme outra entrevistada, a senhora Elsa (9 dez. 2011): “[...] as moças iam estudar em Pelotas, muitas também se dirigiam para Porto Alegre. Havia uma série de pensões de meninas... Era o sonho dourado de muitas moças que estudavam ir morar no pensionato, em Porto Alegre”. Mas, tal pretensão se tornava ainda mais onerosa devido à distância. Somente os estudantes com condições financeiras se aventuravam pela capital.

No jornal *Rio Grande* também se encontram informações sobre estudantes que cursavam o ensino superior em outras cidades do estado. Em abril de 1960, por exemplo, o setor intitulado *Tic-Tac*, que relatava os acontecimentos sociais da cidade no jornal, menciona abaixo do título “Uma garota ativa”, o seguinte: “Enquanto a rapaziada divide seu tempo entre estudos e festas a jovem Lucy Mendes passou a ser a garota da estrada, cursando o [sic] Faculdade de Pelotas e lecionando em nossa cidade, sem tempo para pensar em diversões” (RIO GRANDE, 8 abr. 1960, n. 80, p. 4). Em janeiro de 1961, o mesmo jornal também informa sobre a formatura da conterrânea Cecy da Rosa Barbosa na Escola Superior de Educação Física, de Porto Alegre, ressaltando: “O <<Rio Grande>> deseja a nossa professora o mais absoluto êxito” (RIO GRANDE, 2 jan. 1961, n. 27, p. 4).

No entanto, para muitos, à distância e as despesas impediam o prosseguimento dos estudos. Por isso, não tardou a reivindicação dos estudantes

⁷⁸ Ressalta-se que, os documentos citados neste capítulo, como: ata, atestado, certificado, contrato, declaração, decreto, estatuto, parecer, relatório da Faculdade de Filosofia, entre outros, estão disponíveis no acervo do NUME e alguns no Arquivo Geral da FURG.

para a criação da Faculdade de Filosofia em Rio Grande. É o que afirma Poersch (1991, p. 42):

A vizinha cidade portuária de Rio Grande, que contava com regular número de matrículas no núcleo das Faculdades de Pelotas, não demorou em reivindicar sua própria Faculdade de Filosofia. Não se tratava, tão somente, de poupar o incômodo deslocamento de alunos para Pelotas, mas principalmente, de criar oportunidade de acesso aos cursos de outros numerosos candidatos recrutados em sua zona de influência.

Apoiando-se nas reivindicações dos rio-grandinos, a Mitra Diocesana de Pelotas ampliou a sua atuação sobre o ensino superior na cidade do Rio Grande. O bispo de Pelotas, Dom Antônio Zattera, considerou “as grandes vantagens provenientes de uma Escola Superior para a formação de líderes, que guiem e orientem as massas populares” e concluiu:

Considerando as condições de cultura, população e situação especial da cidade de Rio Grande, como centro industrial e importante pôrto marítimo e atendendo a insistentes pedidos da mocidade e de intelectuais a nós feitos verbalmente e por escrito, com centenas de assinaturas das pessoas mais representativas da cidade, usando das atribuições da nossa missão de Bispo da Igreja, D E C R E T A M O S, pelo presente, a criação da FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE (ZATTERA, 2 ago. 1960).

Assim, a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande foi criada em 2 de agosto de 1960, sendo autorizada a funcionar com os cursos de Filosofia e de Pedagogia, cujos olhares estão voltados neste trabalho, pelo Decreto n. 49.963, do Presidente da República Juscelino Kubitschek, de 19 de janeiro de 1961 (BRASIL, 1961). A mesma Faculdade teve como mantenedora a Mitra Diocesana de Pelotas que, como foi mencionado em capítulo anterior, já mantinha as Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas de Pelotas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé e a Faculdade de Direito do Rio Grande, núcleos iniciais da UCPel.

Alguns dias após a criação da Faculdade de Filosofia, o jornal *Rio Grande* apresenta o primeiro anúncio referente a tal investimento (em Anexo 2). Destaca-se que curiosamente o jornal, tendo como um dos diretores Hugo Dantas Silveira⁷⁹ (primeiro diretor da Faculdade de Filosofia), não apresenta nenhuma expressão prévia sobre a criação da nova Faculdade, de janeiro a junho de 1960⁸⁰. Enfim, publica o jornal *Rio Grande* (12 ago. 1960, n. 183, p. 1), sob o título “Deverá

⁷⁹ Dos meses e anos pesquisados no jornal *Rio Grande*, a partir de 1967 não consta mais o nome de Hugo Dantas Silveira como um dos diretores do referido jornal. Como diretores, em 1967, continuam: Daoiz de la Rocha e Gilberto M. C. Cardoso.

⁸⁰ De janeiro a agosto de 1960, exceto o mês de julho não foi pesquisado no jornal *Rio Grande*.

funcionar, no próximo ano, a Faculdade de Filosofia”, a expectativa de funcionamento da referida instituição, sendo dividida com a sugestão de criação de outra Faculdade. Nas primeiras linhas consta:

Fomos informados, extra-oficialmente que já no próximo ano estará funcionando em Rio Grande, provisoriamente na E.N. Santa Joana D’Arc a Faculdade de Filosofia, com dois cursos: o de filosofia e o de pedagogia. Dessa forma o Rio Grande passará a contar com mais uma faculdade que virá incorporar-se aquelas já existentes e que são a Escola de Engenharia Industrial, a Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

Na sequência, o mesmo informe acrescenta: “achamos que seria interessante para Rio Grande, também o funcionamento de uma Escola de Serviço Social”. Em mais algumas linhas justifica-se tal criação, expondo: “Uma Escola de Serviço Social em Rio Grande, fatalmente atrairia para a Noiva do Mar um razoável contingente de alunos da zona sul e da fronteira” (RIO GRANDE, 12 ago. 1960, n. 183, p. 1). Percebe-se neste texto, assim como em outros do mesmo jornal, o quanto se enfatizava a necessidade da criação de cursos pouco frequentes no estado, podendo atrair estudantes de outras localidades.⁸¹

O próximo anúncio pesquisado no jornal *Rio Grande*, exclusivamente, sobre a Faculdade de Filosofia foi encontrado no dia 10 de março de 1961, sob o título “Aula inaugural da Universidade Sul-Riograndense” (RIO GRANDE, 10 mar. 1961, n. 81, p. 1). O jornal destaca que no dia seguinte, às 20 horas, seria proferida a aula inaugural, tendo como local o auditório da Escola Normal “Santa Joana D’Arc”. O reitor da Universidade e os diretores das Faculdades de Filosofia e Direito convidam “as digníssimas autoridades, universitários povo em geral, para as solenidades em aprêço”. No dia 16 de março, mais uma vez, o jornal *Rio Grande* volta a noticiar os atos de solenidade, sob o título “Instalada a Faculdade de Filosofia do Rio Grande”,

⁸¹ Em dezembro de 1960, o mesmo jornal continuou vinculando informações sobre a necessidade de uma Faculdade de Serviço Social. Sob o título “Voz do Grêmio Estudantil Santa Joana D’Arc” destacam-se perguntas e respostas sobre a ampliação da Escola Normal. Conforme a madre Joana da Cruz: “O novo prédio, [...] oferecerá ótimas condições ao funcionamento de uma Faculdade, mormente a de <<Serviço Social>>, que nos afirma sumamente útil à sociedade riograndina” (RIO GRANDE, 13 dez. 1960, n. 300, p. 3). Cabe destacar que, na PUCRS já funcionava uma Escola de Serviço Social, desde 1945, que foi reconhecida em 1956 (JOÃO e CLEMENTE, 1995, p. 9). Na UCPel, a Faculdade de Serviço Social passou a funcionar em 1962. Coube a Pelotas, portanto, receber os estudantes das cidades vizinhas que Rio Grande tanto almejava. Em agosto de 1969, o jornal *Rio Grande* também menciona a necessidade de novas Faculdades na cidade, como a de Odontologia e Oceanologia. Esta última “seria a primeira e única no Brasil, talvez na América do Sul” (RIO GRANDE, 8 ago. 1969, n. 197, p. 2) e a de Odontologia aprimoraria a assistência odontológica no município, havendo “apenas 5” no Rio Grande do Sul, em “Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo e as duas restantes na Capital” (RIO GRANDE, 29 ago. 1969, n. 226, p. 2).

ocupando o destaque da primeira página, incluindo fotografia, e continuando em outra. Trata-se da aula inaugural, ministrada pelo professor Carlos de Britto Velho, professor catedrático de Psicologia da PUCRS e da Universidade do Rio Grande do Sul, no dia 11 de março. O tema do conferencista foi “Idéias Pedagógicas”. Sobre tal exposição, o jornal apresenta as seguintes considerações:

Com maestria invulgar foi êle projetando luz meridiana sôbre os elementos em que se deve fundamentar a verdadeira pedagogia cristã:

a) O senso de honra, que é o que faz o valor de um homem, na escola na família e na sociedade. O que explica, em parte, o fracasso de tôdas as reformas sociais, acentuou o conferencista, é o fato de governantes e governados não viverem a idéia de honra e dignidade humana;

b) O amor pelo outro, já que viver em sociedade significa viverem os homens uns para os outros. E se por um lado é um bem fundamental do qual desperta a comum felicidade, por outro lado é um bem que supõe doação, esquecimento de si próprio, renúncia, sacrifício.

E em sugestão que vale por um programa de vida, encerrou o conferencista sua brilhante exposição:

“Honrar e dignificar, para bem amar e amar para conviver em fraterno diálogo, preparação da eterna beatitude” (RIO GRANDE, 16 mar. 1961, n. 86, p. 1).

Além do parecer sobre a sessão solene, com tom teológico, o jornal também acrescenta informações sobre o prédio onde funcionaria a Faculdade de Filosofia, o diretor e o vice-diretor da referida instituição, bem como as demais autoridades presentes. Dentre elas citam-se os componentes da mesa:

S. Excia. Revma. Dom Antônio Záttera, DD. Bispo Diocesano e Chanceler da Universidade; Revmo. Pe. Dr. Malomar Edelweiss, Reitor Magnífico; Exmo. Sr. Eng. Horacio Ubatuba de Faria, DD. Prefeito Municipal; Exmo. Sr. Dr. Ruy Poester Peixoto, DD. Inspetor Federal; Revmo. Cônego Luiz de Carvalho, idealizador da Faculdade; Revma. Sra. Madre Diretora da Escola Normal Santa Joana D’Arc; Exmos. Srs. Diretores de tôdas Faculdades de Pelotas e Rio Grande, além de outras autoridades (RIO GRANDE, 16 mar. 1961, n. 86, p. 1 e 5).

Como de costume, faziam-se presentes em todas as grandes solenidades da Faculdade outras autoridades civis, militares e religiosas, além da representação dos corpos docente e discente. Por fim, conforme descreve o jornal *Rio Grande*, após conferência, segue a solenidade com os discursos do diretor da Faculdade, seguido pelo prefeito municipal. E, encerra-se com as palavras do bispo, “dizendo de sua satisfação por ter sido possível à Mitra Diocesana, entidade mantenedora [...],

prestar mais um relevante serviço à cultura do Rio Grande do Sul” (RIO GRANDE, 16 mar. 1961, n. 86, p. 5).⁸²

Ainda, referindo-se a criação da Faculdade de Filosofia do Rio Grande afirma Alves (2004a, p. 71):

A proposta de criação desta instituição estava profundamente concatenada com o contexto histórico da época - 1960 -, quando era grande a agitação política brasileira sobretudo tendo em vista as práticas populistas então predominantes, assim como estaria vislumbrando diversos interesses da comunidade rio-grandina. Nesse sentido, a idéia desta Faculdade partira da Mitra Diocesana de Pelotas, através da Universidade Católica da mesma cidade.

Sobre a criação da Faculdade em um contexto de “agitação política brasileira” cabe acrescentar uma nota. A Faculdade foi criada em 1960 e autorizada a funcionar em 1961, durante o governo de Juscelino Kubitschek, anos em que, mesmo em um contexto de expansão das indústrias em alguns estados do país, muitas fábricas em Rio Grande fecharam suas portas. Ainda no ano de 1961 passou pela presidência mais dois governantes: Jânio Quadros e João Goulart, causando grande agitação política, econômica e social. A partir de 1964 os anos foram marcados pelo autoritarismo dos governos militares. Neste ano, em pleno governo do marechal Castelo Branco, criou-se o curso de Letras e formou-se a primeira turma da Faculdade de Filosofia. Já em 1967, na presidência do marechal Costa e Silva, novos cursos foram criados e a Faculdade foi reconhecida. No mesmo governo, em 1969, foi criada a Universidade do Rio Grande. Enfim, foi sob os governos das “práticas populistas” que a Faculdade deu os seus passos iniciais, mas foi nos “anos de chumbo” que ela aumentou os seus cursos e conseguiu o reconhecimento.

Nesse sentido, considera-se que a Faculdade foi menos visada pela repressão militar, mesmo sendo voltada para as ciências humanas, em virtude de ser uma instituição católica representada pelo bispo Dom Antônio Zattera, conhecido por suas articulações com o meio político brasileiro. Além disso, o primeiro diretor da Faculdade, que atuou até 1966, o advogado Hugo Dantas Silveira, “apoiou os militares”.⁸³ É o que destaca sua filha, Jussara (11 jul. 2011), dizendo: “Ele apoiou os

⁸² Outras informações sobre a instauração e a aula inaugural da Faculdade de Filosofia constam na Ata n. 2 (11 mar. 1961) da referida instituição e no *Diário Popular* de Pelotas (10 mar. 1961, n. 55, p. 3) que também noticia o “Convite” para a aula inaugural da Faculdade de Filosofia do Rio Grande.

⁸³ Sabe-se que pelas Faculdades de Filosofia do Brasil o movimento estudantil era vigoroso. Tanto que, como afirma Cunha (1983, p. 101), após o golpe de 1964, “a Faculdade Nacional de Filosofia, da

militares, mas teve uma condição. Nenhum estudante podia ser preso... Tiveram pessoas em Rio Grande que foram presas, botavam num navio que tinha atracado no porto. Ele foi e tirou”. Sobre o navio citado por Jussara, afirma o professor padre João (13 jul. 2011): no navio *Canopus* “ficavam os subversivos”, ou seja, os considerados “comunistas”. Tudo indica, portanto, que a Faculdade de Filosofia era, no período dos governos militares, vigiada também pelos poderes internos, pela mantenedora, pelos corpos dirigente e docente, entre eles os padres.

Para compreender o *significado da criação da Faculdade de Filosofia na cidade do Rio Grande*, indo além das informações mencionadas nos documentos da instituição, considerou-se os relatos dos entrevistados. Analisando os relatos, relacionados ao item 4. a. do roteiro de entrevista (em apêndice 1), pode-se dizer que todos os entrevistados ressaltam que a Faculdade de Filosofia favoreceu o desenvolvimento educacional e, conseqüentemente, o desenvolvimento cultural da cidade. Os quatro professores da instituição que foram entrevistados afirmam que a Faculdade de Filosofia contribuiu para o “desenvolvimento cultural da cidade”. Comparando essas entrevistas com as demais, realizadas com duas alunas e uma secretária da Faculdade, a análise não é diferente. Para exemplificar, citam-se trechos das entrevistas.

Ao ser questionada sobre o *significado da criação da Faculdade de Filosofia*, a professora Solange (15 out. 2010) salienta que “Dom Zattera queria erguer o nível cultural [da cidade] e que nesse erguimento do nível cultural não fosse afastado uma cadeira que desse uma orientação cristã”. Ainda, sobre o bispo, relata a mesma professora: Dom Antônio Zattera “era um homem muito dedicado a levantar a cultura do povo. Ele era um homem que queria que todos estudassem e que tivessem oportunidade de tirar curso superior”. Percebe-se, ao longo dessa entrevista, o quanto o bispo Dom Antônio Zattera trouxe benefícios educacionais à cidade do Rio Grande, atendendo satisfatoriamente aos interesses de uma diocese sob sua jurisdição. Nesse mesmo sentido, enfatiza a professora Stella (10 nov. 2010) sobre a Faculdade de Filosofia:

Foi de fundamental importância para o crescimento cultural e social da cidade do Rio Grande. Também a iniciativa da Mitra Diocesana, que era a entidade mantenedora dessa instituição, veio suprir a carência na área de formação a nível superior daqueles que queriam se aperfeiçoar porque já

atuavam no magistério ou que já tinham feito a formação em nível médio no campo da educação. Também não precisavam mais se deslocar até a cidade vizinha para buscar esta formação.

As professoras Solange, Stella e Alair também foram beneficiadas pela criação da Faculdade de Filosofia, pois foram convidadas a ministrar aulas nessa instituição. Todas atuaram na Faculdade de Filosofia e depois, mesmo sem concurso, na Universidade do Rio Grande. Para a professora Alair (22 dez. 2010), a criação da Faculdade de Filosofia “foi muito importante para a cultura rio-grandina. [...] E graças à criação da Filosofia temos a Universidade do Rio Grande porque integraram as cinco Faculdades...”. Segue a mesma professora: “A mitra para quem seguia a Igreja aqui [em Rio Grande] foi muito importante. Dom Antônio Zattera foi uma pessoa que sempre esteve atenta à Filosofia”.⁸⁴

A importância educacional, aliada ao desenvolvimento cultural e social, como significado da criação da Faculdade de Filosofia é unânime nos relatos. Ainda, como destacam os entrevistados, por ser uma instituição mantida pela Mitra Diocesana não poderiam faltar os ensinamentos da doutrina católica. Esse objetivo fica claro na seguinte fala do professor padre João (13 jul. 2011): “Era abrir caminho da inteligência jovem para a verdade. Abrir caminho para os jovens. O bispo Dom Antônio Zattera tinha muito amor pela juventude”. Ainda, na mesma questão, segue: “Encaminhar o jovem para a verdade porque o raciocínio correto não se perde. [...] O objetivo principal era atingir o jovem para ele ser realista e não materialista. Depois, outras afinidades, como desenvolver o raciocínio, não engolir qualquer ideologia”. Dessa forma, as Faculdades de Filosofia e Direito, em Rio Grande, propiciavam meios significativamente marcados pelo catolicismo. Como será visto mais adiante, não passa despercebida a presença de padres na Faculdade de Filosofia, bem como de professores ligados às instituições educacionais católicas.

Também não dá para deixar de mencionar as entrevistas com as professoras Ruth e Alice. Como alunas, nos primeiros anos da Faculdade de Filosofia, elas relatam a expectativa de criação dessa instituição. Ambas eram formadas no curso normal e queriam cursar uma Faculdade, voltados para a formação docente, em Rio Grande. Tais relatos, cabe frisar, comprovam a hipótese de pesquisa.

⁸⁴ Esta atenção de Dom Antônio Zattera a Filosofia explica-se pela sua formação seminarística, a qual atribui importância aos estudos de Filosofia e de Teologia, entre outras matérias clássicas. Para maiores informações ler: Serbin (2008).

Segundo a professora Ruth (27 out. 2010), como gosta de ser chamada, a criação da Faculdade de Filosofia na cidade:

Foi muito bom e muito incentivado porque sentíamos falta de professores de 2° grau. Foi muito bom porque as pessoas ficaram motivadas a tirar um curso superior. Enquanto não tinha na cidade era muito difícil. [...] Na primeira [Faculdade voltada para formação docente] que teve eu fui porque meu pai e minha mãe não deixavam eu ir para fora... Eu tinha vontade de estudar e quando formou a Filosofia eu fui e depois o Direito também... A criação da Faculdade foi uma beleza. Tirei duas e fiquei muito satisfeita com as duas.

Como atuava no ensino primário, a professora Ruth esperava uma Faculdade em Rio Grande que pudesse dar continuidade a sua formação de normalista. Assim, logo que foi criada a Faculdade Católica de Filosofia, com os primeiros cursos de Pedagogia e de Filosofia, ela optou por Filosofia. Conforme a mesma professora, a Mitra Diocesana de Pelotas “teve importância nesse sentido porque pagou os professores, conseguiu prédios das escolas religiosas. [...] A mitra foi à organizadora porque se não fosse ela não teria saído”.

Assim como os demais professores entrevistados, a professora Ruth também reconhece a importância do pioneirismo da Mitra Diocesana de Pelotas em relação ao ensino superior, voltado para a formação de professores, em Rio Grande. Tal empreendimento, segundo a professora, contribuiu não apenas para a formação de professores, mas também para o desenvolvimento do ensino superior na cidade, com a criação de novos cursos que favoreceram a fundação da Universidade.

Essa carência de ensino superior, voltado para a formação docente, em Rio Grande, assim como em Pelotas e outras cidades do Rio Grande do Sul, foi percebida por Dom Antônio Zattera e mereceu sua atenção a partir da década de 1950.⁸⁵ Ressalta Hammes (2005, p. 181) sobre esse terceiro bispo de Pelotas: “Desde que assumira a Diocese de Pelotas, o seu zelo apostólico apontava para o grande *deficit* educacional da cidade e da região, não havendo sequer uma Faculdade para a formação de professores”. Como se mencionou, Pelotas foi a primeira cidade beneficiada com o olhar atento desse “Bispo da educação”, seguida

⁸⁵ Em pesquisa recente, Bergozza (2010), fazendo referência a outros autores, constata que a ação católica foi fundamental para a formação de professores em nível superior na cidade de Caxias do Sul, na década de 1950, além de contribuir para a criação da Universidade de Caxias do Sul, em 1967. Segundo a mesma autora, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras voltava-se para “a formação de professores e a qualificação dos que já estavam desempenhando suas funções nas redes de ensino da cidade e região” (BERGOZZA, 2010, p. 53). Tais constatações também podem ser aplicadas na região sul do estado, onde as áreas de abrangência da Mitra Diocesana de Pelotas receberam cursos voltados para a formação docente que favoreceram a criação de Universidades.

por Bagé e Rio Grande. Nestas três cidades a Mitra de Pelotas criou cursos voltados para a formação docente.⁸⁶

A professora Alice, a terceira entrevistada, também relata os benefícios propiciados pela Faculdade de Filosofia. As professoras Ruth e Alice fizeram escola normal, lecionaram no ensino primário e, após o término de suas graduações, no secundário do Rio Grande. Portanto, para ambas a Faculdade de Filosofia oportunizou o aperfeiçoamento docente. Tais informações confirmam que a Faculdade atendeu a uma demanda reprimida de estudantes na cidade. As mulheres, principalmente, que vinham da escola normal e atuavam no ensino primário, ansiavam pela criação da Faculdade de Filosofia em Rio Grande. Com isso podiam seguir na mesma área de atuação.

Diz a professora Alice (1º nov. 2010) sobre a importância da criação da Faculdade de Filosofia: “Achei uma beleza porque o Rio Grande cresceu com isso. [...] Realmente, notou-se que o habitante do Rio Grande estava tendo maior interesse em se aperfeiçoar, em se qualificar”. Assim, conforme as professoras Ruth e Alice, juntamente com os novos cursos que iam sendo criados, foi aumentando a procura dos estudantes pelo ensino superior.

Para finalizar este pequeno esboço sobre o significado da criação da Faculdade de Filosofia, na visão daqueles que fizeram parte da instituição, cita-se um recorte da última entrevista, realizada com a senhora Elsa (9 dez. 2011) que foi uma das secretárias da instituição. Ela também destaca que o desenvolvimento cultural foi marcante e acrescenta a “efervescência de pessoas chegando e outras saindo. Muita gente deixou de fazer aqui porque já havia começado em Pelotas. [...] Todos os professores que queriam lecionar no segundo grau tinham que ter o registro de professor”. Pode-se dizer que a “efervescência de pessoas” reanimou vários setores da cidade. Novos cursos foram surgindo e, com isso, a cidade não perdia os seus estudantes.

Enfim, através do item 4. *a. Significado da criação da Faculdade de Filosofia na cidade*, do roteiro de entrevistas, percebe-se o quanto foi positivo para Rio Grande a criação da Faculdade de Filosofia. Tal iniciativa beneficiou os professores que estudaram nas Faculdades criadas pela Mitra Diocesana de Pelotas e que depois tiveram a oportunidade de trabalhar ou na Faculdade e na Universidade,

⁸⁶ Maiores informações em: Poersch (1970?, 1975?).

como as professoras Alair, Solange e Stella, ou nas escolas primárias e secundárias do Rio Grande, como as professoras Ruth e Alice. Ainda, aumentou a possibilidade de trabalho em outras funções. Este foi o caso do professor padre João, que aceitou o magistério por obediência ao bispo Dom Antônio Zattera, e da senhora Elsa que ampliou suas atividades, trabalhando como secretária no Colégio Lemos Júnior e na Faculdade de Filosofia. E mais do que beneficiar aqueles que estavam diretamente vinculados as Faculdades Católicas, a Mitra Diocesana de Pelotas também contribuiu para erguer o nível cultural do Rio Grande, favorecendo a “efervescência” de estudantes na cidade.

Mesmo com tais considerações, não dá para deixar de mencionar que a “orientação cristã” estava entre os objetivos da criação, pois a educação sempre foi um meio estratégico para a propagação dos valores da Igreja. Sabe-se também que, sem o desempenho do bispo muitos não teriam tido acesso ao ensino superior, principalmente os que buscavam a formação docente.⁸⁷ Mas, por ser uma instituição particular, a Faculdade não estava ao alcance de todos, restringindo-se talvez as pessoas mais abastadas. Embora a Faculdade fornecesse algumas “bolsas de estudo”, elas eram limitadas. Talvez fosse esse um dos motivos da razoável inscrição de candidatos nos Concursos de Habilitação. Como diz Jantzen (1990, p. 161): “É em grande parte para que as classes médias possam reproduzir-se coletivamente que se criam os estabelecimentos de ensino superior”. Essa razão, porém, parece apagar-se nos relatos frente às causas culturais e a fé cristã.

A mantenedora das Faculdades de Direito e Filosofia em Rio Grande foi a Mitra Diocesana de Pelotas, tendo como bispo Dom Antônio Zattera. Portanto, cabe aqui acrescentar mais algumas linhas que definem, segundo Hammes (2005), a personalidade desse bispo. É o que pode ser lido, a seguir:

A singularidade de Dom Antônio era a sua determinação em pregar o Evangelho por meio de ações concretas. Como pastor do seu rebanho, sabia, como ninguém, as necessidades de suas ovelhas e não eram essas necessidades sentidas nem as soluções buscadas no ascetismo monacal da contemplação e do silêncio. A sua inquietude colocava-o no vórtice dos acontecimentos e no encalço das autoridades responsáveis para reivindicar, com sua peculiar insistência, aquilo que considerava de obrigação ser

⁸⁷ O trabalho de Dom Antônio Zattera, de 1942 a 1977, foi central no desenvolvimento educacional das áreas de atuação da Mitra Diocesana de Pelotas, ficando conhecido como “Bispo da Educação”. Cabe mencionar que, antes mesmo desse período, Dom Antônio também se destacou no âmbito educacional de Bento Gonçalves, “ao dedicar à juventude de ambos os sexos a sua atenção quando fundou um ginásio masculino e uma escola complementar para a formação de professoras” (HAMMES, 2005, p. 181). Maiores informações sobre Dom Antônio Zattera em: Hammes (2005).

oferecido à coletividade que sempre dignamente representou (HAMMES, 2005, p. 120).

Não se pretende resumir nessa citação a verdadeira atuação de Dom Antônio Zattera, como bispo de Pelotas, até porque isso não seria possível. Mas, sim, ressaltar parte de um trabalho que foi e ainda é reconhecido no Rio Grande. Como relata a professora Solange (15 out. 2010): “Estou elogiando, não quero dizer que gostava tanto dele assim. Não é isso! Mas, tenho que reconhecer o valor dele na época”. Esse reconhecimento faz parte das memórias sobre Dom Antônio Zattera e acrescentam páginas importantes na sua história como “Bispo da Educação”, representando a região sul do Rio Grande do Sul, durante 35 anos ininterruptamente.⁸⁸

Apesar de tudo, não se pode deixar de mencionar que por trás da expectativa da Igreja Católica, com a criação de cursos superiores, também estava sua preocupação em propagar sua mensagem religiosa e combater os contrários. É o que evidencia a Ata n. 2 (11 mar. 1961)⁸⁹ da Faculdade, manuscrita pela irmã Teresinha, sobre a satisfação do bispo Dom Antônio Zattera na inauguração da Faculdade de Filosofia, “novo marco de proteção e defesa contra os ataques de ideologias subversivas e novo penhor de ufanía para a família riograndina, a Religião e a Pátria”. De igual teor, na mesma solenidade, foi a conferência da aula inaugural, ministrada pelo professor Carlos de Britto Velho.⁹⁰ Nesse sentido, Alves (2004a, p. 75) acrescenta:

De acordo com a conjuntura histórica de então, fortemente marcada pela Guerra Fria e os embates entre os mundos “ocidental” e “oriental”, segundo os idealizadores da Faculdade, a mesma viria ao encontro do ideal de manter a população ligada às suas “tradições”, impedindo a penetração de “doutrinas subversivas” junto dela.

Então, para manter os rio-grandinos longe das “doutrinas subversivas”, a mantenedora das Faculdades de Filosofia e Direito do Rio Grande, a Mitra Diocesana de Pelotas, encontrava no meio acadêmico o espaço ideal para enfatizar

⁸⁸ O bispo Dom Antônio Zattera, juntamente com a Igreja Católica, também foi alvo de críticas no período em estudo. Em Amaral (2003) encontram-se várias críticas articuladas pelos alunos do Ginásio Pelotense, nas passeatas em comemoração ao “Dia do Gato Pelado”. Amaral (2003, p. 259, 287, 291 e 310) apresenta fotos de alunos nas passeatas, com cartazes e quadros caricatos, que demonstram não só uma simples rivalidade aos representantes do Colégio Gonzaga, mas também um alerta para as contradições nos ideais católicos. Nesse sentido, Amaral (2002, p. 20) afirma: “o principal alvo [dos Gatos Pelados] era a Igreja Católica, especialmente a figura do bispo diocesano, D. Antônio Zattera e, é claro, seus rivais, os Galinhas Gordas”.

⁸⁹ As atas citadas, do período de 1961 a 1970, foram consultadas no Arquivo Geral da FURG.

⁹⁰ Detalhes sobre essa conferência foram citados neste capítulo.

os princípios ético-religiosos da moral católica. Tanto que nas Faculdades de Direito e Filosofia havia disciplinas voltadas ao estudo religioso.

Sobre o item 4. b. *Influência religiosa*, do roteiro de entrevista, o professor padre João (13 jul. 2011) diz: “Certamente tinha um pouco de influência religiosa. Tinha matéria religiosa. Para dar a verdade total tem que ter aula de religião...”. Nesse sentido, buscando orientar os acadêmicos com a “verdade” da mensagem cristã, em *Relatório sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, para seu Reconhecimento*⁹¹ (UCPEL, 196-), observa-se que “Há em todos os Cursos Cadeiras de Matérias Religiosas com a seguinte seriação:” 1ª série – Apologética, 2ª série – Teologia Dogmática, 3ª série – Teologia Moral, 4ª série – Doutrina Social da Igreja.⁹² Mesmo assim, destaca a professora Ruth (27 out. 2010), aluna da primeira turma de Filosofia:

Eu fazia [as disciplinas religiosas] porque achava que o Deus era o mesmo da minha Igreja, como o das outras. Eles não faziam pressão para passarmos para a religião católica. Até pelo contrário, se não quiséssemos assistir as aulas de religião podíamos sair. Mas, sempre assisti porque achava bom, até para Filosofia era bom. Nosso próprio professor de Filosofia, que era padre, dava a matéria religiosa. Eu assistia e dizia: “não vai me fazer mal”. Sempre fui muito religiosa. Sou evangélica da Igreja do Salvador, Igreja Anglicana...

No relato da professora Ruth percebe-se que a Faculdade integrou alunos de outros credos, mesmo pregando a mensagem católica. Mas, isso não quer dizer que as divergências religiosas não se sobressaíssem. O professor padre João (13 jul. 2011), por exemplo, relata que “gostava de dar o Latim porque não havia discussão...”, referindo-se aos alunos com ideologias contrárias a Igreja Católica e que não aceitavam conteúdos religiosos. Tanto que pediu demissão do curso de Filosofia, quando ministrava a disciplina de Cultura Religiosa. Explica:

Foi quando peguei uma aluna “colando”... Tirei a prova. [...] Juntei as minhas provas e fui embora. Aí ela mandou a presidente do Centro Acadêmico falar comigo... Eu disse: “recolhi a prova, mas não era dela”. Então, em vez de dar zero, dei *nada*. [risos] Foi uma briga só! Então, pedi demissão. Tinha muito serviço aqui...

Como bem afirma Amaral (2003, p. 108), “a Igreja não se limita ao estritamente religioso e se expande através de sua atuação junto aos meios

⁹¹ No mesmo *Relatório* ressaltam-se três modificações no currículo, de 1961 a 1965.

⁹² Em *Atestado* da UCPel (22 nov. 1966) de conclusão do curso de licenciatura em Pedagogia, fornecido pela professora Alice, consta o currículo com algumas disciplinas religiosas. Dentre elas: Apologética (1ª série – 1961), Dogma (2ª série – 1962), Moral (3ª série – 1963) e Teologia (4ª série – 1964).

políticos, sociais, educacionais e culturais”. Por isso, como destaca a senhora Elsa e as professoras Alair, Solange e Stella, no item 4. *b. Influência religiosa*, Dom Antônio Zattera ao ceder as Faculdades de Filosofia e Direito à Universidade do Rio Grande pediu que se mantivessem as disciplinas religiosas. Assim, a continuação do ensino religioso na Universidade manteria a influência da Igreja no processo educativo dos estudantes. Sobre a disciplina Doutrina Social da Igreja, ministrada na Universidade pelo professor padre João, de 1969 a 1977, avalia a professora Stella (10 nov. 2010):

Era uma disciplina religiosa, mas mais voltada para os valores. Então, dava a oportunidade de desenvolver essa parte necessária para formação integral do próprio indivíduo e os valores éticos, morais e sociais que seriam necessários em uma sociedade organizada. Então, essa disciplina era bastante interessante.

Mesmo assim, como enfatizam os entrevistados, alguns alunos reclamavam das aulas com conteúdo religioso. Para evitar inconvenientes acadêmicos, o professor padre João (13 jul. 2011) revela que as disciplinas tiveram seus nomes alterados. A disciplina de Apologética, por exemplo, passou a se chamar Lógica, em 1973. Diz o professor padre: “Porque a Apologética é a defesa da verdade. Então, foi adotada a Lógica para não dar discussão”.

Os valores católicos, portanto, como formadores do caráter humanista, foram amplamente disseminados na Faculdade Católica de Filosofia e durante longo tempo na Universidade do Rio Grande. Como ressalta Tambara (1995, p. 408), “a influência da Igreja Católica na cultura brasileira é por demais conhecida. Particularmente na área educacional, sua ação é evidente”. Tal influência católica sobre o ensino superior, nas áreas de abrangência da Mitra Diocesana de Pelotas, começou a se propagar entre as décadas de 1950 e 1960, período em que “o tema da educação galvanizava as atenções do clero e militantes da Igreja” (MONTERO, 1991, p. 78). Apostava-se na educação, como um meio promotor dos ideais da Igreja, já que na década de 1960 “não se sabia nem econômica nem politicamente quais os rumos que o Brasil tomaria” (MONTERO, 1991, p. 84).

Conforme o relatório de Leite (16 set. 1960):

[Percebe-se] a necessidade de dar ao nosso povo a possibilidade de uma formação superior afim de mais facilmente compreender e combater os erros de ideologias extremistas que tão facilmente medram e vingam em cidades proletárias como a de Rio Grande. A mocidade precisa de uma orientação sã, cristã e democrática e esta ela a terá, com certeza, na

Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, que assegurará, assim, o futuro feliz da nossa Pátria.

Com o objetivo de combater as “ideologias extremistas”, as Faculdades Católicas, mantidas pela Mitra de Pelotas, além de oferecerem disciplinas religiosas também poderiam apoiar-se nos princípios estabelecidos no *Estatuto da UCPel*. Cita-se, por exemplo, do Estatuto, o “Título VIII do Regime Disciplinar”, referente ao Art. 97º:

O professor, aluno ou servidor que fizer proselitismo dentro ou fora do recinto escolar, de idéias contrárias as tradições e aos costumes, ao sentimento religioso e ao regime democrático do País, será excluído da Universidade (ESTATUTO DA UCPEL, 1963, p. 26-27).⁹³

Mas, ao que tudo indica, o *Estatuto da UCPel* não era, rigorosamente, seguido nas Faculdades de Filosofia e Direito, ao menos do Rio Grande. Isso porque o professor padre João relembra, ao longo da entrevista, a presença de alguns estudantes da Faculdade, “quatro comunistas”, que revelavam uma ideologia contrária aos princípios cristãos. Esses estudantes, porém, frequentaram algumas de suas aulas e, mesmo com as represálias do professor, não foram diretamente expulsos. Relata o professor padre João (13 jul. 2011): “Encontrei um pouco de dificuldade por causa dos comunistas que queriam infiltrar na Filosofia a ideologia marxista. O velho aqui era moço, mas tinha juízo em cima dos olhos [risos]. Sempre superei”. É importante frisar que o fato comentado ocorreu no contexto internacional da Guerra Fria e também, por se tratar do período pós-1964, da ditadura brasileira. Nesses tempos vigorava a ameaça de expansão das ideias “comunismo”, tendo como uma das alavancas o meio estudantil.

Depois de expor aspectos sobre o *significado da criação da Faculdade de Filosofia* em Rio Grande e sua *influência religiosa*, cabe apresentar mais um item do roteiro de entrevista que, conforme os relatos, vem completar os dados já expostos. Avança-se no roteiro de entrevista para o item 4. *i. Opinião sobre a formação tardia na cidade de cursos voltados para a formação docente em relação a outras cidades do estado.*

Nas entrevistas, as professoras Alair, Alice, Solange e o professor padre João destacam que a articulação do bispo Dom Antônio Zattera com católicos e intelectuais rio-grandinos foi fundamental, pois sem esse trabalho em conjunto as

⁹³ Outro exemplo de “penalidade disciplinar” encontra-se no *Regimento* da Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua” (UCPEL, 196-, p. 19).

aspirações por uma Faculdade de Filosofia demoraria ainda mais para se concretizar. Entre os intelectuais da cidade, o nome de Hugo Dantas Silveira foi citado, sem contestações, como um dos principais organizadores da Faculdade em Rio Grande. Ainda pessoas católicas, como o Cônego Luiz de Carvalho, também foram mencionadas como importantes idealizadoras. Dom Antônio Zattera, diz a professora Solange (15 out. 2010), “nos beneficiou porque ninguém se mexia. Só ele mesmo, na época”, e Hugo Dantas Silveira, completa a professora Alice (1º nov. 2010), “interessava-se muito pelo progresso da cidade. Então, foi um dos grandes daquela época”. Comenta, sobre o mesmo tema, o professor padre João (13 jul. 2011): “aqui a cultura era diferente. Era a cultura portuguesa do tamanco [risos]. Então, ia demorar muito mais para criar porque faltava a liderança intelectual” e segue:

Foi um estímulo muito grande. Analisei melhor em Pelotas porque lá a maçonaria era muito forte. Então, quando o bispo queria fazer um curso, a maçonaria impedia. Então, ele ia para o Rio de Janeiro pegar apoio de deputado, senador... Logo em seguida a maçonaria conseguia também. Assim criaram a UCPel e a UFPel. E, aqui no Rio Grande, incentivados pelo trabalho de Dom Antônio, que era pioneiro, os maçons também devem ter influído... Sei porque havia alunos maçons que pensavam que eu era maçom. Teimavam comigo na aula: “Tem padre que é maçom”. Dizia: “Não, padre maçom é excomungado”. Depois fui saber que isso veio de uma amizade que fiz, nos Carreiros, com um maçom que cuidava do bem estar das crianças. Ele gostou muito do meu trabalho. Fez propaganda, dizendo: “esse é nosso irmão”... Sabia que era maçom... Ele veio a procura de mim quando soube que estava aqui. Não lembro mais o nome. Ele era do bem estar do Abrigo de Menores. A maçonaria cuidava do bem estar e a Igreja, o Dom Antônio, cuidava da orientação moral...

Sobre o comentário do professor padre João a respeito da disputa da maçonaria com a Mitra Diocesana nos cursos superiores criados em Rio Grande não se constatarem outros vestígios. Embora se saiba da existência de três lojas maçônicas na cidade, na década de 1960. É o que informa o jornal *Rio Grande* (24 mar. 1960, n. 67, p. 8), sob o título “Concentração da Maçonaria Brasileira em Rio Grande”, mencionando as seguintes lojas: União Constante, Filantropia do Sul e Acácia Riograndense.

A senhora Elsa e as professoras Ruth e Stella mencionam que, em Rio Grande, faltavam aspirações no campo educacional, recursos e profissionais. A cidade vivia das indústrias que estavam falindo e, principalmente, da pesca. Então, os que queriam seguir os estudos e podiam, logo saíam da cidade. Como diz a

professora Stella (10 nov. 2010): “Recrutar esse pessoal [professores] e buscar de outro lugar saia muito caro, então acho que por isso demorou bastante”.

Os relatos dos entrevistados confirmam a hipótese levantada no presente trabalho, na qual a questão da criação da Faculdade de Filosofia se concretizou, principalmente, com a articulação do bispo Dom Antônio Zattera e a liderança intelectual de Hugo Dantas Silveira. Eles foram considerados como os principais promotores da criação e do funcionamento da instituição, tendo como aliados muitos rio-grandinos que almejam tal propósito. Maiores detalhes constam ao longo deste capítulo.

Quanto ao *público alvo e ingresso*, item 4. c. do roteiro, os entrevistados pontuam que foi variando conforme o correr dos anos e a criação de novos cursos na Faculdade de Filosofia. Nos anos iniciais, quando a Faculdade oferecia apenas os cursos de Filosofia e de Pedagogia, as mulheres se candidatavam e ingressavam mais do que os homens. Já em 1966, quando começaram as aulas no curso de Matemática, por exemplo, os homens passaram a constar com maior frequência entre os candidatos. Conforme os relatos dos entrevistados e os documentos da instituição, os estudantes que buscavam ingressar na Faculdade de Filosofia tanto eram do Rio Grande como das cidades vizinhas, de São José do Norte e Santa Vitória do Palmar.

Os padres que queriam complementar seus estudos, assim como as freiras que ministravam aulas na Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, também buscavam ingressar na Faculdade. Havia alunos de todas as idades, desde jovens recém saindo do curso normal até professores que atuavam no ensino primário. Como afirma Veiga⁹⁴ (4 fev. 1963) em *Relatório de verificação das condições da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande*: “Os candidatos à Faculdade de Filosofia são professores, em sua maioria, do grupo escolar”. Alguns diplomados em outros cursos superiores também ingressavam na Faculdade de Filosofia. Conforme a senhora Elsa (9 dez. 2011), alguns homens com curso superior, por exemplo, pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas foram cursar Matemática na Faculdade de Filosofia, a partir de 1966.

⁹⁴ Professor catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, Albino de Bem Veiga, foi designado, em dezembro de 1962, pelo diretor do ensino superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC), para proceder à verificação das condições da Faculdade de Filosofia do Rio Grande.

Quanto ao índice de candidatos, do sexo feminino (fem.) e masculino (masc.), aprovados nos Concursos de Habilitação, geralmente não superava o número de vagas nos anos iniciais da Faculdade de Filosofia. Conforme Silveira (20 jul. 1961, dez. 1961), em relatórios do 1º e 2º períodos letivos, correspondentes ao exercício de 1961⁹⁵, foram quinze alunos matriculados no curso de Filosofia e dez no curso de Pedagogia, sendo o limite de matrículas correspondente a “40 para ambos os cursos”.⁹⁶ É o que também comprova, por exemplo, o quadro abaixo com dados sobre as duas chamadas aos Concursos de Habilitação de 1961.

Quadro 1 – Concursos de Habilitação, 1961

	Curso de Filosofia				Curso de Pedagogia			
	1ª Chamada		2ª Chamada		1ª Chamada		2ª Chamada	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Inscritos	16	2	9	2	12	1	6	---
Aprovados	7	1	7	1	8	1	3	---
Matriculados	7	1	7	1	6	1	3	---
Menor nota	5,15		5,00		5,71		5,11	
Maior nota	9,10		7,05		8,00		6,72	

--- não constam candidatos

Fonte: UCPEL. Concursos de Habilitação, 1961.

Observa-se no *quadro 1* que o número de inscritos na 1ª chamada⁹⁷ do Concurso de Habilitação da Faculdade de Filosofia, para os cursos de Filosofia e de Pedagogia, não foi elevado e decaiu ainda em vista dos alunos que não foram aprovados. Dos aprovados no curso de Filosofia todos fizeram a matrícula. Já no curso de Pedagogia, dois aprovados não fizeram a matrícula na 1ª chamada. Na 2ª chamada⁹⁸ de ambos os cursos, o número de inscritos foi ainda menor e de aprovados foi igual ou menor, portanto, somando a 1ª e 2ª chamadas, o número de aprovados e matriculados em cada um dos cursos não chegou a vinte.⁹⁹

⁹⁵ Conforme a Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, Título IV – Da administração do ensino: “Art. 14. É da competência da União reconhecer e inspecionar os estabelecimentos particulares de ensino superior” (BRASIL, 1961). Porém, com o falecimento do Inspetor Federal, Rui Poester Peixoto, e não havendo outro designado para apreciação da Faculdade, Hugo Dantas Silveira emitiu os relatórios do 1º e 2º períodos letivos do exercício de 1961 para o diretor do ensino superior do MEC.

⁹⁶ Ressalta-se que o número de vagas variou ao longo do funcionamento da instituição.

⁹⁷ No mês de janeiro, o jornal *Rio Grande* (5 jan. 1961, n. 30, p. 5) apresenta o Edital n.1/61 aberto às inscrições do Concurso de Habilitação para a primeira série da Faculdade de Filosofia.

⁹⁸ No mês de março, o jornal *Rio Grande* (1º mar. 1961, n. 73, p. 4) anuncia o Edital n.5/61 para a 2ª chamada do Concurso de Habilitação, aos cursos de Filosofia e de Pedagogia.

⁹⁹ Nos dados apresentados por Silveira (20 jul. 1961, dez. 1961) constam quinze alunos matriculados no curso de Filosofia. Já nas informações sobre os Concursos de Habilitação, apresentadas no *quadro 1*, observam-se dezesseis alunos matriculados no mesmo curso. Nesse caso, consideram-se os dados de Silveira, que apresenta os nomes dos quinze alunos matriculados.

Outro dado do *quadro 1* refere-se à participação das mulheres nos concursos, sempre superior ao número de homens ou, no caso da 2ª chamada do curso de Pedagogia, exclusiva. Por fim, também cabe destacar as notas dos candidatos que variaram entre 5 a 9 pontos, demonstrando o desempenho dos aprovados. A idade dos candidatos matriculados, conforme relatório de Silveira (dez. 1961), era entre 20 a 35 anos, no curso de Filosofia, e 19 a 29 anos, no curso de Pedagogia. Mais uma vez, principalmente na idade dos candidatos e no público feminino, comprova-se que a Faculdade atendia a uma demanda reprimida que por aproximadamente dez anos esperava a criação de cursos superiores, voltados para a formação docente.

Fazendo uma breve comparação entre as Faculdades Católicas de Filosofia de Pelotas e do Rio Grande, no mesmo ano de 1961, observa-se que não se diferenciavam as características dos candidatos aos Concursos de Habilitação quanto ao número de inscritos e ao sexo. No *Diário Popular* de Pelotas (19 fev. 1961, p. 7) consta a “Relação dos candidatos que estão fazendo vestibular em 1ª chamada na Faculdade de Filosofia” de Pelotas. No curso de Filosofia eram nove candidatos, sendo sete mulheres e dois homens. No curso de Pedagogia eram dezenove candidatos, desses dezesseis eram mulheres e três homens¹⁰⁰. Porém, deve-se ressaltar que, em 1961, funcionavam outros cursos na Faculdade de Filosofia de Pelotas, dando mais opções aos candidatos, diferente do início da Faculdade de Filosofia do Rio Grande, onde apenas funcionavam os cursos de Filosofia e de Pedagogia.

Ainda, seguindo a análise das listas dos Concursos de Habilitação da Faculdade de Filosofia do Rio Grande, de 1962 a 1966, percebe-se que durante todo esse período foi acentuada a procura feminina, superando a masculina, pelos cursos de Filosofia e de Pedagogia. O mesmo ocorreu com o curso de Letras (Inglês e Francês) a partir de 1964, ano em que o curso foi criado (UCPEL, 1961-1966, p. 80-112). Para exemplificar, elaborou-se outro quadro, abordando a presença feminina (fem.) e masculina (masc.) entre os inscritos e matriculados nos Concursos de Habilitação para os cursos de Filosofia, Pedagogia e Letras (Inglês e Francês), no ano de 1964. Veja a seguir:

¹⁰⁰ Entre os candidatos consta o padre Jovino Geraldo Mansan que, no período, era professor na Faculdade de Filosofia do Rio Grande.

Quadro 2 - Concursos de Habilitação, 1964

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE						
CONCURSOS DE HABILITAÇÃO - 1964						
	Curso de Filosofia			Curso de Pedagogia		
	Fem.	Masc.	TOTAL	Fem.	Masc.	TOTAL
Inscritos	30	7	37	35	3	38
Matriculados	28	6	34	29	3	32
	Curso de Letras - Inglês			Curso de Letras - Francês		
	Fem.	Masc.	TOTAL	Fem.	Masc.	TOTAL
Inscritos	16	4	20	17	1	18
Matriculados	16	3	19	14	1	15

Fonte: UCPEL. Concursos de Habilitação, 1962-1966.

O *quadro 2* evidencia o quanto a presença feminina foi significativa nessa Faculdade, garantindo até mesmo o seu funcionamento, pois somente a procura masculina não comportava o número mínimo de dez alunos, exigido pelo Estatuto da UCPEL. Enfatiza-se também que, o ano de 1964 foi característico pela acentuada procura de candidatos que buscavam o ingresso na Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. Porém, o acentuado número de candidatos não era constante em todos os anos.

Apenas no curso de Matemática, que começou a funcionar em 1966, as inscrições masculinas superaram a feminina no concurso de habilitação. Foram doze homens inscritos e onze mulheres, ou seja, não houve um diferencial significativo. Tanto que o número de mulheres aprovadas e matriculadas superou o de homens. Foram nove mulheres aprovadas e sete homens, todos se matricularam.¹⁰¹

4.2 Instalações temporárias

Como afirma Werle (2004, p. 22), a história institucional “é também história dos prédios escolares, história dos usos do prédio, forçados/inspirados pelas inovações pedagógicas, por propostas de segurança, pelo crescimento de demandas”. Em vista dessas possíveis histórias, abre-se um espaço para memorar os prédios que foram cedidos para o funcionamento da Faculdade de Filosofia.

Na ausência de instalações próprias, as aulas da Faculdade funcionaram, de 1961 a 1967, no prédio cedido pela Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, situada na

¹⁰¹ A Ata n. 26 (15 set. 1965) da Faculdade de Filosofia apresenta entre os motivos da criação do curso de Matemática: “Primeiro, a imensa procura deste curso por parte dos candidatos; maior facilidade na criação digo organização do Corpo Docente, em face da existência da Escola de Engenharia Industrial, onde um número muito expressivo de professores; possuem registro para lecionar, como titulares [...]”. Foi escolhido o professor Edson Souza Mendonça para organizar e estruturar o curso.

rua Duque de Caxias, no centro da cidade.¹⁰² Nesse prédio os entrevistados, professores e alunas da Faculdade, compartilhavam o mesmo espaço, exceto a senhora Elsa que não trabalhou na Faculdade nesse período. As “alas internas” da escola podem ser observadas na figura¹⁰³ abaixo:



Figura 1 – “Alas internas do edifício da Faculdade”.

Fonte: UCPEL. Reconhecimento, 196-, p. 39. Foto do acervo do NUME.

A “plena autorização de estabelecer, no supracitado Educandário, o que for necessário para o funcionamento dos Cursos que serão iniciados no próximo ano de 1961” veio de Garibaldi/RS, através da *Declaração* (16 jul. 1960), assinada pela superiora provincial das Irmãs de São José e presidente da Sociedade Caritativo-Literária “São José”, a madre Ana Camila Lorenzi. Como apresenta o jornal *Rio Grande* (13 dez. 1960, n. 300, p. 3), antes mesmo do início do ano letivo, estava acertado o funcionamento da Faculdade na Escola Normal. Sob o título “Voz do Grêmio Estudantil Santa Joana D’Arc”, consta a pergunta das discentes: “Onde

¹⁰² Conforme Cesar (2007, p. 80), a pedido do bispo de Pelotas, Dom Francisco de Campos Barreto, as irmãs de São José fundaram em Rio Grande uma escola dedicada ao ensino primário de meninas. Segundo o autor, em “2 de abril de 1918, uma humilde casa na rua Yatahy abriga o Colégio Santa Joana D’Arc, sob direção da madre Maria Felicidade e de mais seis irmãs”. Na mesma instituição funcionaram, anos mais tarde, as primeiras aulas da Faculdade de Filosofia. Porém, as instalações já contavam com uma nova estrutura.

¹⁰³ É importante acrescentar que as fotos não constam como fontes de pesquisa, embora se saiba o potencial de informações que delas se pode extrair. Na falta de um aporte teórico consistente e em vista dos caminhos que indicaram outros rumos de pesquisa, as fotos não se apresentam como elementos de análise, mas, sim, como elementos ilustrativos.

funcionará, provisoriamente, a faculdade de Filosofia?” e a resposta da madre Joana da Cruz, diretora da Escola Normal:

A Faculdade de Filosofia, que provisoriamente deverá funcionar em nossa Escola no próximo ano, ocupará as salas de aula destinadas ao Curso Normal o que não constitui problema, uma vez que ela se irá limitar a duas cadeiras apenas: <<Filosofia>> propriamente dita e <<Pedagogia>> (RIO GRANDE, 13 dez. 1960, n. 300, p. 3).

Conforme parecer de Leite (16 set. 1960), “as salas de aula são espaçosas e bem ventiladas e encontram-se mobiliadas de acôrdo com os preceitos da pedagogia moderna, não havendo nada que possa estorvar a plena eficiência do ensino”.¹⁰⁴ As mesmas considerações positivas constam nos relatórios de Silveira (20 jul. 1961, dez. 1961). Já no relatório de Veiga (4 fev. 1963) há uma ressalva: “Os cursos da Faculdade funcionam à noite, sendo deficiente a iluminação artificial. O edifício é amplo, em bom estado de conservação”. O problema na iluminação parece ter sido resolvido ou “esquecido”, pois em relatório de Leite (1967)¹⁰⁵ consta que as salas de aula são “bem arejadas e iluminadas”. O mesmo relatório afirma que as demais dependências do prédio eram adequadas para o funcionamento da Faculdade. Vale também citar o relato da professora Alice (1º nov. 2010), no item 4. d. da entrevista, lembrando o período de 1961 a 1964, quando foi aluna do curso de Pedagogia:

Usávamos as salas da Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, as duas primeiras salas de baixo. Cedidas pela Escola Normal, como estavam. Os móveis eram uma mesa, as carteiras e o quadro. [...] Eram aulas expositivas, quando muito um mapa na parede, e o giz funcionava maravilhosamente bem.

Ainda, nas instalações do prédio da Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, além das aulas, também ocorreram solenidades marcantes na história da Faculdade, como a aula inaugural, em 1961, e o cerimonial da primeira turma de formandos, em 1964.¹⁰⁶ Conforme a Ata n. 2 (11 mar. 1961), “realizaram-se no Salão Nobre da Escola Normal S^{ta}. Joana d’Arc, com início às 20 horas, a solene instauração da

¹⁰⁴ No mesmo relatório, Leite (16 set. 1960) descreve que os “Bibliotecários, Serventes, Porteiros são os mesmos da Escola ‘Santa Joana D’Arc’”.

¹⁰⁵ Franklin Olivé Leite foi designado pelo diretor do ensino superior do MEC, em 22 de fevereiro de 1967, para *verificação das condições da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande para efeito do seu reconhecimento*. Não consta no relatório o mês em que foi realizada a verificação.

¹⁰⁶ Ainda, em dezembro de 1967, constam outras formaturas no auditório da Escola Normal “Santa Joana D’Arc”. A primeira foi a dos formandos de Filosofia e de Pedagogia, das turmas de 1965 e 1966 (RIO GRANDE, 2 dez. 1967, n. 2, p. 7), e a segunda reuniu formandos dos cursos de Filosofia, Pedagogia e Letras (RIO GRANDE, 20 dez. 1967, n. 17, p. 3).

Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande e a aula inaugural [...]”. Sobre a formatura da primeira turma da Faculdade, realizada na noite do dia 20 de dezembro 1964, relembra a entrevistada Jussara (11 jul. 2011), filha do então diretor Hugo Dantas Silveira, que arrumaram todo o auditório da Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, “botaram cortinas que duraram anos, azul claro, pintaram o anfiteatro...”. As recordações de Jussara sobre o período em que a Faculdade funcionava no prédio da Escola Normal “Santa Joana D’Arc” são constantes e sua presença como espectadora, ainda criança, durante os anos iniciais da Faculdade é comprovada nas fotografias de momentos solenes da instituição, como na formatura de 1964. É o que se pode observar no lado esquerdo da *figura 2*¹⁰⁷, a seguir:



Figura 2 – Formatura da primeira turma dos cursos de Filosofia e de Pedagogia, 20 dez. 1964.

Fonte: Foto do acervo do NUME.

Com a ampliação dos cursos da Faculdade, outra instituição foi procurada para fornecer suas instalações. Assim, a professora Julia Nahuys Coelho, diretora do Instituto de Educação “Juvenal Miller”, a “título de colaboração e gratuito”, cedeu, por empréstimo, a então diretora da Faculdade de Filosofia, Alair Brandão Almeida, “as suas salas de aula, com exceção da sala número oito (8)”, no turno da noite, a

¹⁰⁷ Na foto, no centro da primeira fila consta o Cônego Luiz de Carvalho, tendo ao seu lado o diretor Hugo Dantas Silveira e a secretária Alice Lotufo. Entre os demais, constam os professores e formandos dos cursos de Filosofia e Pedagogia.

partir do dia 1º de agosto de 1967 (CONTRATO DE COMODATO, 31 jul. 1967).¹⁰⁸ As aulas da Faculdade funcionaram no prédio do Instituto de Educação “Juvenal Miller”, de 1967 a 1972.

Por fim, no período de cedência da Faculdade para a Universidade, as aulas passaram a funcionar no Instituto de Educação “Juvenal Miller” e no Grupo Escolar “Helena Small”, de 1969 a 1972, ambas localizadas no centro da cidade. Nessas duas instituições também atuaram os professores da Faculdade de Filosofia que foram entrevistados, assim como a senhora Elsa. Tanto a professora Alair como a senhora Elsa não guardam boas recordações do período em que a Faculdade funcionava no Grupo Escolar “Helena Small”. Enquanto a senhora Elsa lembra-se das noites frias em que se passava nesse prédio, a professora Alair ressalta algumas discordâncias com a direção do ensino primário e conclui “não foi um período muito bom”.

4.3 Os atores da Faculdade de Filosofia: dirigentes, docentes, discentes e demais funcionários

Segundo Werle (2004, p. 19), “fazer história institucional, [...], exige revisitar o projeto primitivo, a posição do fundador, aquele que lhe deu paternidade [...]”. Considera-se, porém, que além do bispo Dom Antônio Zattera, como figura principal e inaugural na criação da Faculdade de Filosofia, outros também deram suas contribuições. Alguns desses colaboradores que tornaram possível o funcionamento dessa instituição são apresentados a seguir, começando pelos diretores da Faculdade.

¹⁰⁸ Destaca-se que o problema da falta de espaço, de salas de aula, consta em uma Ata de janeiro de 1967 (ATA N. 32, 18 jan. 1967) e segue pelos anos de 1968 (ATA N. 40, 26 nov. 1968) e 1969.



Figura 3 – “O Sr. Chanceler, Dom Antonio Zattera, em palestra com o Sr. Dr. Hugo Dantas Silveira, Diretor, e o Revmo. Pe. Frei Lino de Caxias, Vice-Diretor”, dez. 1961.

Fonte: UNIVERSIDADE CATÓLICA SUL RIOGRANDENSE DE PELOTAS, 1961, p. 7. Foto do acervo do NUME.

No centro da *Figura 3* observa-se o primeiro diretor e um dos professores da Faculdade de Filosofia, o advogado Hugo Dantas Silveira. Ele foi nomeado pela Mitra Diocesana para compor a primeira diretoria da Faculdade, juntamente com o padre Frei Lino de Caxias, vice-diretor; Anselmo Dias Lopes, secretário; e Odilon Alves Fogaça, tesoureiro.

Sobre Hugo Dantas Silveira sabe-se que foi um renomado intelectual rio-grandino e com grande participação na vida social da cidade. É o que destaca, por exemplo, Silveira (2005, p. 146), referindo-se ao irmão como uma das pessoas “do mais alto prestígio social e intelectual da cidade”. A notoriedade desse rio-grandino também pode ser comprovada nos anúncios do jornal *Rio Grande*, onde constam algumas notícias do casal Silveira, como: “SR. E SRA. HUGO DANTAS SILVEIRA, oferecem às pessoas de suas relações a sua nova residência, à rua Dr. Nascimento, 478” (RIO GRANDE, 14 jun. 1960, n. 135, p. 4). Meses depois consta outro informe, envolvendo o casal, sob o título “Clube do Comércio – Festa em benefício do Natal da Criança Pobre”: “O par mais romântico da noite, sem dúvida, Dr. Hugo e Suely Dantas Silveira, que espalharam romantismo por toda pista de danças” (RIO GRANDE, 2 dez. 1960, n. 292, p. 4). Outras notícias sobre Hugo Dantas Silveira em diferentes atividades, envolvendo a cidade do Rio Grande, são ainda mais constantes no jornal.

Nos relatos dos entrevistados, principalmente no item 4. g. do roteiro de entrevista, também se observa o quanto o diretor e professor Hugo Dantas Silveira era admirado pelos membros da Faculdade. Conforme as professoras Solange e Stella, através desse diretor receberam o convite para atuar na Faculdade. Conhecido como um grande orador, sem dúvida foi também através de sua oratória que a Faculdade conseguiu obter créditos para que nos anos posteriores obtivesse o reconhecimento.¹⁰⁹

A professora Maria Cleusa Allemand¹¹⁰ (2008, p. 43-44) apresentou um discurso proferido no “25º aniversário da Fundação Universidade do Rio Grande: 12 de agosto de 1994”, em que menciona o nome de Hugo Dantas Silveira e faz questão de ressaltar a dedicação desse rio-grandino com a Faculdade de Filosofia. É o que pode ser lido a seguir:

[...] antes da criação da Universidade, eu participei, junto com muitos que aqui estão, e tantos outros que já partiram, da criação da faculdade de Filosofia de Rio Grande, [...] e tenho a certeza, sem menosprezar em outras as faculdades aqui já existentes, que ela foi o embrião da futura universidade.

Não posso, e nem quero, deixar passar a ocasião sem lembrar aquele que deu corpo e alma à faculdade de filosofia e de forma decisiva contribuiu para que surgisse esta universidade, este homem foi o Dr. Hugo Dantas da Silveira!

Sofredor um homem que amava e chorava, dedicou todo amor e uma vida, mesmo com dúvidas e incertezas, como todos nós: mas com poucas e sólidas certezas. Dentre elas, uma em destaque:

“Nós queríamos melhorar a educação para melhorar o homem”.

Em vista das informações pesquisadas e na tentativa de aprofundar o conhecimento sobre essa “pessoa de reconhecido e notório saber” que administrou e, pode-se dizer, fez prosperar a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, realizou-se a entrevista com Jussara Maria Silveira (11 jul. 2011)¹¹¹, uma das filhas de Hugo. Ela foi procurada, através de indicações das professoras entrevistadas. Todas salientaram que Jussara poderia fornecer dados interessantes sobre o seu pai e a Faculdade, a qual ainda criança “frequentava”. Isso porque, como relata

¹⁰⁹ O “consagrado orador riograndino, dr. Hugo Dantas Silveira” apresenta “uma oração comovedora pela grandiosidade dos conceitos e pelo brilho do dizer” (RIO GRANDE, 11 dez. 1967, n. 9, p. 8). Percebe-se nesse trecho articulado no jornal, assim como nos relatos dos entrevistados, que o brilho da oratória de Hugo Dantas Silveira era notório entre os rio-grandinos.

¹¹⁰ Natural de Pelotas, graduada em Filosofia pela Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, com término em 1959. Em 1961 compunha o quadro docente da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, onde permaneceu até 1970 (MEIRELLES, 2008). Conforme a professora Ruth (27 out. 2010), Maria Cleusa “veio casada para cá [Rio Grande] e lecionou no Normal e na Faculdade de Filosofia”. Foi sua professora nessa Faculdade e, depois colega na Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”, ambas ingressaram em 1968.

¹¹¹ Com 55 anos, a rio-grandina Jussara, como já destacado, é médica e professora da FURG.

Jussara (11 jul. 2011): “como não tínhamos com quem ficar de noite, a minha irmã e eu, íamos para a Faculdade com o pai. A primeira turma da Filosofia lembra-se de mim porque acompanhei [risos]. Fiz a Faculdade [risos]”¹¹².

Mesmo com muitos afazeres, a senhora Jussara aceitou, gentilmente, participar da entrevista. Para tanto, seguiu-se um roteiro de entrevista mais conciso sobre Hugo Dantas Silveira, contendo questões de *identificação, formação, áreas de atuação, trabalho docente* e, principalmente, sobre a *Faculdade de Filosofia*. Por fim, abriu-se um espaço de reflexão, como nas demais entrevistas. Resumidamente constam neste capítulo todos os temas do roteiro.

Conforme informações da entrevistada Jussara (11 jul. 2011), Hugo Dantas Silveira nasceu em Rio Grande, no ano de 1925 e faleceu em 1992. Fez o ensino primário no Colégio São Francisco, escola onde estudavam somente meninos, e o secundário no Colégio Lemos Júnior.¹¹³ O ensino superior foi realizado na PUCRS, onde cursou Direito com o apoio financeiro de um tio. Nesse período, para aumentar sua renda, foi trabalhar no Correio do Povo de Porto Alegre, aprimorando sua habilidade com a escrita. Formou-se em Direito, em dezembro de 1952, e voltou para Rio Grande já trabalhando. Entre as áreas de atuação destacou-se em vários setores da cidade: advogado e secretário executivo do Centro de Indústrias e do Frigorífico Anselmi; um dos diretores do jornal *Rio Grande*; professor na Escola Normal “Santa Joana D’Arc”; professor na Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”; diretor e professor na Faculdade de Filosofia; professor no curso de Direito da Universidade do Rio Grande; Secretário Municipal de Educação e Cultura (1980-1983), entre outros. Ressalta Jussara (11 jul. 2011):

Quando chegou em Rio Grande foi trabalhar como advogado no Centro de Industriais. Mas, já começou a trabalhar nesta época como professor na Escola Normal Santa Joana D’Arc. Ele ministrava aulas de Sociologia... Foi o primeiro contato dele com a docência... Nessa época deve ter nascido a ideia da Faculdade porque as pessoas se formavam e não tinham onde fazer a Faculdade. Aqui em Rio Grande já tinha Engenharia, Economia, Direito... É aí que nasceu o embrião, ele sendo professor do Normal com a

¹¹² A mãe da entrevistada, a rio-grandina Suely da Silveira Silveira, graduada em Filosofia pela PUCRS, também iria ser professora da Faculdade de Filosofia do Rio Grande. Mas, faleceu em janeiro de 1961, aos 32 anos, antes do início das aulas. Informações sobre o falecimento de Suely, “membro de tradicional família riograndina”, foram vinculadas no jornal *Rio Grande* (31 jan. 1961, n. 51, p. 5). Ainda, em março o mesmo jornal noticia o “Agradecimento” de Hugo Dantas Silveira, filhas e demais familiares pelas manifestações de pesar, através de cartas e telegramas (RIO GRANDE, 27 mar. 1961, n. 95, p. 4).

¹¹³ Como destaca Pimentel (1944, p. 91), tanto o Colégio São Francisco como o Lemos Júnior eram “estabelecimentos tradicionais” do Rio Grande. Hugo foi um dos destaques entre os ex-alunos do Colégio Lemos Júnior que seguiram a carreira de advogado (CESAR, 2007, p. 321).

minha mãe que era professora de Filosofia... Deve ter sido o embrião, vendo que as alunas formavam-se e não havia como continuar os estudos aqui...

Esse relato foi fundamental para compreensão do envolvimento do advogado Hugo Dantas Silveira com a criação da Faculdade de Filosofia, embora já houvesse um vestígio na entrevista com a professora Solange (15 out. 2010) quando diz: “No Normal do Joana D’Arc ele foi professor de Sociologia”. Acredita-se, assim como relata Jussara, que o envolvimento de Hugo e sua esposa, como professores na Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, teria “sido o embrião, vendo que as alunas formavam-se e não havia como continuar os estudos” em Rio Grande.

Envolvido em várias atividades na cidade do Rio Grande, o advogado Hugo Dantas Silveira, mesmo passando por momentos difíceis em sua vida pessoal, não deixou de dirigir e ministrar aulas na Faculdade de Filosofia. Conforme Jussara (11 jul. 2011), a Faculdade “[...] precisava de um capitão. Alguém que administrasse, entusiasmasse as pessoas, que desse o *start* e ele tinha essa característica. Ele sempre fez isso e fez muito bem na parte da Faculdade”. Então, deixou algumas de suas atividades de lado para se dedicar a Filosofia. É o que também destaca a Jussara (11 jul. 2011), a seguir:

Ele capitaneou. Isso lembro muito bem. [...] Continuou, claro, trabalhando no Frigorífico Anselmi que era de onde a família toda vivia. Mas, deixou muita coisa de lado. Antes viaja muito pelo Centro de Industrias, como advogado, depois pelo Frigorífico Anselmi... Diminuiu as viagens para estar em Rio Grande, para estar no curso de Filosofia.

Do início do funcionamento da Faculdade, em 1961, até o ano de 1966, Hugo foi diretor da instituição. Conseguiu organizar a criação e o funcionamento dos cursos de Filosofia e Pedagogia (1961), Letras (1964) e Matemática (1965/1966). Além disso, propôs a criação dos cursos de História e Ciências Sociais, para 1967, e encaminhou o reconhecimento da Faculdade que chegou na gestão da nova diretora, a professora Alair Brandão Almeida. Realmente “capitaneou”, o que leva novamente a hipótese de que não só a Mitra Diocesana estava envolvida com a criação e o funcionamento da instituição, mas também a força de profissionais reconhecidos em Rio Grande, que mantiveram a Faculdade em funcionamento, criando cursos e conseguindo o reconhecimento da instituição. Afirma Jussara (11 jul. 2010) sobre o seu pai:

Ele era uma pessoa que nunca vi em uma Igreja que não fosse uma ocasião social, necessária. Mas, em compensação, na vida, era

profundamente cristão nas atitudes. Por exemplo, a criação da Faculdade. Ele sempre achou que a Faculdade tinha que ser gratuita para os alunos [...].

Percebe-se que o diretor da Faculdade de Filosofia, escolhido pelo bispo Dom Antônio Zattera, não era um católico praticante e nem mesmo simpatizava com o fato da instituição não ser gratuita. Ao que tudo indica, sua competência profissional superou possíveis desacordos com o bispo, pelo fato de manter instituições não acessíveis a todos os públicos. Tanto que Dom Antônio Zattera viu nele uma figura com capacidade de dirigir a Faculdade.

Diz a senhora Jussara (11 jul. 2010): “Lembro que quando saiu, ele disse: ‘Já está encaminhado, não precisam mais de mim’”. A partir de então, dedicou-se ao Frigorífico Anselmi que enfrentava problemas financeiros, depois trabalhou na indústria de pescados, Pescar S/A, e voltou a atuar como professor na Universidade, de 1979 a 1988, ministrando aulas de Direito Civil. Por todas as atividades e funções que exerceu, resume sua filha: “Ele era um Dom Quixote, desbravando e querendo que a cidade crescesse. Ele era um bairrista ferrenho!”

Um posicionamento no mínimo marcante do advogado Hugo Dantas Silveira foi seu “apoio aos militares”, em 1964. Conforme Jussara (11 jul. 2011), “na época que teve o golpe, ele não pensava que seria uma ditadura”. Mas, segue relatando que, talvez tenha aderido aos militares “mais por ser contra o Brizola”. Como “um bairrista ferrenho!”, Hugo era contra o político Leonel Brizola por considerá-lo indiferente com a cidade do Rio Grande. E Brizola, cunhado do então presidente João Goulart, era inimigo do novo regime que derrubou seu cunhado. Tendo em vista tal relato de Jussara e o discurso “Creio” (3 abr. 1964)¹¹⁴, escrito por Hugo, considera-se que o então diretor da Faculdade de Filosofia tenha apoiado os militares, embora talvez não pensando em uma ditadura. Isso porque expressava no seu discurso: “Creio na Pátria da Liberdade [...] Creio no Brasil democrático e cristão [...]” e “Não creio no Estado comunista [...]”. Seu posicionamento indica a sua reação “contra o perigo comunista”, por isso enfatiza: “Defenderei minha Pátria da infiltração bolchevista que ronda nossas fronteiras [...]”. Maiores análises sobre o posicionamento político de Hugo Dantas Silveira ultrapassam os objetivos do presente trabalho, ficando aqui uma proposta de expansão da pesquisa sobre a

¹¹⁴ Documento cedido pela entrevistada Jussara.

personalidade desse homem que se distinguiu entre os cidadãos rio-grandinos do seu tempo.

Segundo informações encontradas na Ata n. 31 (25 dez. 1966)¹¹⁵, o diretor Hugo Dantas Silveira pediu exoneração, após cinco anos no mesmo cargo, “aguardando substituto desde o dia 28 de outubro [de 1966], quando apresentou seu pedido ao Sr. Reitor desta Universidade”. Porém, sem a nomeação do novo candidato passaria a direção da Faculdade a Odilon Alves Fogaça. É o que pode ser lido, a seguir:

Explicou o Sr. Diretor que estando com viagem programada para o dia seguinte e como até o presente momento, a Reitoria não houve nomeado seu substituto, passava a Direção desta Faculdade ao Sr. Professor Dr. Odilon Fogaça, Secretário, por quanto não existe o cargo de Vice-Diretor. Fez algumas sugestões que achou de direito ao Sr. Secretário, para continuação do bom andamento do trabalho técnico e administrativo desta Escola. Em palavras muito expressivas, transbordantes de emoção o Sr. Diretor agradeceu a colaboração ilimitada que sempre recebeu de todos os professores desta Faculdade, dizendo ter sido uma honra e um prazer ter trabalhado com elementos de tão alto gabarito, de tanta capacidade, professores que jamais decepcionaram e que tudo o que foi feito dentro desta Escola, deve-se totalmente aos professores. Despediu-se de todos e disse: Dr. Fogaça, a Faculdade é sua (ATA N. 31, 25 dez. 1966).

No entanto, as atas seguintes não se referem mais ao assunto da troca de direção. Por isso, não se sabe o período exato em que Odilon Alves Fogaça substituiu o diretor Hugo ou se, realmente, chegou a substituí-lo. Conforme a professora Alair (22 dez. 2010), Odilon Alves Fogaça não exerceu o cargo de diretor. Ela relata que assumiu a direção, de 1966 até fins de 1971, depois foi para Porto Alegre fazer o Mestrado e na volta seguiu trabalhando na Universidade. Os demais entrevistados não recordam do período de substituição de Hugo, apenas lembram-se da professora Alair, atuando como diretora.

Verificando documentos da instituição, encontrou-se a assinatura da professora Alair, como diretora, no mês de janeiro de 1967.¹¹⁶ E, o relatório de Leite (1967) informa “está na Direção desta Faculdade, a competente e dedicada professora Alair Brandão Almeida, nomeada pelo Senhor Bispo Diocesano”, tendo como vice-diretor o padre Frei Lino de Caxias. A partir de então, até o último ano de

¹¹⁵ Esta ata, manuscrita, encontra-se rasurada a lápis, indicando ser do mês de novembro e não de dezembro, como indicado a caneta. Acredita-se que a rasura expressa o mês correto, mas para manter a referência original não se alterou a data, do mês de dezembro.

¹¹⁶ Na Ata n. 32 (18 jan. 1967), da Faculdade de Filosofia, consta que a reunião se dá sob a presidência da diretora professora Alair Brandão Almeida. As demais atas também foram assinadas pela professora. No livro de Poersch (1970?, p. 16) consta a foto da professora Alair, com a indicação “à frente da Faculdade desde 1966”, o que vem a confirmar a informação da mesma professora.

funcionamento como Faculdade Católica, em 1969, a professora Alair seguiu o trabalho realizado por Hugo Dantas Silveira. Recebeu o reconhecimento da Faculdade, no dia 3 de novembro de 1967, e organizou a criação dos cursos de Ciências e Estudos Sociais que começaram a funcionar em 1968.

Embora tenha nascido no Espírito Santo, foi na cidade do Rio Grande que ela construiu grande parte da sua vida, realizando-se profissionalmente. Através de suas mãos, no dia 30 de dezembro de 1969, a Faculdade de Filosofia, com os seus seis cursos, foi incorporada à Universidade do Rio Grande. Sobre a relação dos professores da Faculdade e da senhora Elsa com a diretora Alair, cita-se um trecho do relato do professor padre João (13 jul. 2011) que vai ao encontro da fala das demais entrevistadas. Ele resume: “A relação com a direção sempre foi boa, até de amizade...”.¹¹⁷

Ainda cabe acrescentar que a professora Alair foi a primeira mulher a se tornar diretora de uma instituição de ensino superior em Rio Grande.¹¹⁸ Em 1967 a cidade contava com quatro IES, além da Faculdade de Filosofia, e em nenhuma delas havia uma mulher no corpo dirigente. Sua atuação como diretora, portanto, merece ser memorada na história do ensino superior do Rio Grande. Embora a professora Alair não revele nenhuma grande dificuldade na ocupação do cargo, parece provável que sua função de dirigente tenha rompido com as expectativas mais tradicionais.

Sabe-se que por muito tempo, em todo o país, era corrente a ideia de que a mulher, por ser um sexo frágil, não teria “pulso” para exercer cargos administrativos. Como destaca Louro (2009, p. 460): “A eles se recorria como instância superior, referência de poder; sua presença era vista como necessária exatamente por se creditar à mulher menos firmeza nas decisões, excesso de sentimento, tolerância etc”. Esse, porém, parece não ter sido o caso da professora Alair que conseguiu equilibrar o orçamento da instituição. É o que diz na Ata n. 35 (12 dez. 1967) da Faculdade de Filosofia: “No exercício de 1967 houve equilíbrio no orçamento e pela primeira vez os professores receberão as férias [...]”. Sua atuação pode ter contribuído para que fosse admirada pelas demais professoras e alunas da

¹¹⁷ As professoras Alice e Ruth não cursaram o ensino superior no período da professora Alair como diretora, mas foi através de suas mãos que elas receberam o diploma de graduação, em 1967, com o reconhecimento da Faculdade.

¹¹⁸ Também foi a única professora a compor o 1º Conselho Universitário da Universidade do Rio Grande, em 1970. Maiores informações em livro organizado por Meirelles (2008, p. 60-61).

Faculdade de Filosofia. Tanto que foi paraninfa dos formandos da turma de 1966, do curso de Pedagogia (RIO GRANDE, 2 dez. 1967, n. 2, p. 7), e das turmas de 1967, dos cursos de Pedagogia e Letras (RIO GRANDE, 20 dez. 1967, n. 17, p. 3).

Enfim, junto com a professora Alair, tanto Hugo Dantas Silveira como Odilon Alves Fogaça também compuseram o quadro docente da Faculdade de Filosofia. Por isso, merecem as devidas considerações, assim como o padre Frei Lino de Caxias, como vice-diretor e professor. Conforme o professor padre João (13 jul. 2011), o nome de nascimento do padre Frei Lino era Nilo Guilherme Gollo, porém quando entrou para Ordem dos Capuchinhos mudaram o nome. O bispo “Dom Antônio Zattera o descobriu no Rio de Janeiro e o convidou para assumir aqui”, onde atuou também como professor nas Faculdades de Filosofia e de Direito, além de promover outras instituições educacionais e dar assistência ao menor abandonado. Não por acaso, mereceu a seguinte homenagem editada no jornal *Rio Grande* (25 mar. 1961, n. 94, p. 8), sob o título “CAXIAS”:

Caxias na Caserna é simbolo de retidão, honradez, patriotismo e bravura. Ninguém o sobrepujou no amor à pátria...

Em Rio Grande, se fazer comparação, quanto à pessoa e ao valor militar, temos o nosso conhecido Frei Lino de CAXIAS, o qual embora nem parente do ilustre militar, herdou-lhe a lisura do nome na obra humana, justa e patriótica que ergue, na Vila dos Cedros, isto é, o EDUCANDÁRIO SÃO JUDAS TADEU...

É obra de patriotismo amparar a infância abandonada. É ato de bravura, na atualidade, defender uma bandeira de redenção, qual seja a de educar a mocidade e, ao invés de ajudar a construir uma masmorra com todos os requisitos da penologia moderna, construir mais escolas e amparar mais o menor abandonado.

Ninguém em Rio Grande ignora o trabalho silencioso e nobre do Frei Lino de Caxias, o capuchinho, de barba basta, que irradiando aquele sorriso fugitivo de vaidade, traz sempre consigo um punhado de problemas, que somados, dão numa coisa só: - O EDUNCANDÁRIO SÃO JUDAS TADEU.¹¹⁹

A atuação desse sacerdote continua sendo lembrada em Rio Grande por Fuad Nader que divulgou no jornal *Agora*, sob o título “A criação da Diocese do Rio Grande”, a seguinte frase: “[...] é mister lembrar a figura culta e zelosa do sacerdote Frei Nilo Gollo, responsável pela secretaria do bispado e grandemente relacionado com a comunidade, além de inestimável apoio na fundação da nova diocese” (AGORA, 5 set. 2011, n. 10.026, p. 6).

¹¹⁹ Esse texto prolonga-se em mais outras linhas e menciona a colaboração dos calouros da Faculdade de Direito que realizariam um “trote” solidário, coletando donativos para ajudar entre outras instituições, o Educandário São Judas Tadeu, de Frei Lino. Outro informe, exclusivo, sobre a campanha dos calouros, pioneira na cidade, consta três dias depois no mesmo jornal (RIO GRANDE, 2 mar. 1961, n. 96, p. 8).

Outra pessoa que se empenhou na criação da Faculdade, merecendo destaque, foi o Cônego Luiz de Carvalho. Conforme sua sobrinha, a professora Solange (15 out. 2010): “ele recebeu ordem de Dom Antônio Zattera de vir para Rio Grande e de organizar a antiga Filosofia, o Direito [...] e também terminar a Igreja de Fátima que estava numa obra que não havia jeito de acabar”. Seu empenho mereceu a homenagem dos estudantes da Faculdade que o escolheram como patrono do Centro Acadêmico, em abril de 1961. Além disso, seu nome também consta no convite de formatura, de 1964, dos cursos de Filosofia e de Pedagogia, recebendo *Homenagem Especial* juntamente com a madre Maria Inês, então diretora da Escola Normal “Santa Joana D’Arc”.

Além do que foi exposto, cabe também ressaltar quem eram os professores que completaram o quadro docente da Faculdade de Filosofia, bem como os alunos que frequentaram a instituição e demais funcionários, participantes da “trama institucional”¹²⁰. É o que pode ser lido a seguir.

No roteiro de entrevistas, o item 4. e. *Características do corpo docente e discente* possibilita conhecer um pouco mais sobre aqueles que trabalharam e estudaram na Faculdade de Filosofia, durante a década de 1960. Busca-se, a partir de então, como bem diz Werle (2004, p. 27), trazer os atores para o “retrato narrativo da instituição”, a começar pelo corpo docente.

Conforme os entrevistados, os professores possuíam uma formação diversificada. A maioria das mulheres que lecionavam na Faculdade de Filosofia tinha curso superior de formação docente. Já entre os homens havia, por exemplo, advogado, arquiteto, economista, médico, veterinário, religioso e alguns com formação de professor. Mas, pela falta destes e pela notoriedade, acabavam sendo chamados para lecionar. É o que relata, por exemplo, a professora Alice (1º nov. 2010) que foi aluna no curso de Pedagogia da mesma Faculdade: “Eles eram bons na profissão deles e aceitavam ser professor. Eram convidados a lecionar porque sabiam do interesse deles e também que eram bastante conceituados em suas áreas de atuação”.

Os homens, portanto, além de atuarem na sua área de formação, também ministravam aulas nas disciplinas que fossem mais afins a sua formação. Como

¹²⁰ Souto (1998, p. 70) define “trama institucional” como “o tecido que se constrói com entrecruzamento de fios, de linhas que formam ‘o tecido’, ‘a novela’, ‘o drama’ de uma instituição. Instituição enquanto conjunto organizado de pessoas com uma localização espaço-temporal que persegue fins comuns”.

relata à senhora Elsa (9 dez. 2011): “os cursos eram noturnos, então todos tinham uma profissão”. A mesma constatação é destacada por Almeida (1998, p. 67), embora se referindo ao século XIX:

Quando o magistério era uma ocupação ocasional que tomava menos tempo, podendo ser exercida conjuntamente com outras profissões, como médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, clérigos, e outras, representava um meio a mais para quem queria obter notoriedade e ampliar os ganhos, sem deixar de exercer sua ocupação principal.

Em suma, os professores, nem todos com a formação docente, e padres ministravam aulas na Faculdade de Filosofia. Conforme parecer de Veiga (4 fev. 1963), o corpo docente “Satisfaz as exigências mínimas da legislação Federal, embora alguns professôres não possuam experiência didática de curso superior”.

Muitos dos professores eram naturais do Rio Grande, como a professora Stella Emília Peixe Nader e Hugo Dantas Silveira, ou moravam na cidade, como o professor padre João Pozzolo e as professoras Alair Brandão Almeida e Solange Grafulha de Carvalho Leitão. Ressalta a professora Alair (22 dez. 2010):

Só vinham de fora os [professores] das Faculdades que pagavam bem. Tinha a Fundação Cidade do Rio Grande, pertencente ao Dr. Francisco Bastos, da Ipiranga, que criou a [Engenharia e a] Medicina. Então, ele dizia que se faltasse professor, ele dizia quanto [pagava] e o professor vinha. Não era nosso caso [...].

Conforme a professora Solange (15 out. 2010), antes de 1960, “o grupo [de professores] era grande que ia para Pelotas. [...] Formaram-se em Pelotas, como eu”. As professoras Solange e Stella enfatizam que a maioria dos docentes eram egressos da Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, assim como elas. Poucos iam cursar o ensino superior em Porto Alegre, como o rio-grandino Hugo Dantas Silveira¹²¹ que fez bacharel em Direito pela PUCRS, em 1952. Outro rio-grandino que não se formou em Pelotas foi Edson de Souza Mendonça¹²². Conforme Poersch (1975?, p. 139), Edson era arquiteto, “emprestou sua preciosa colaboração à nossa recém-criada Escola de Engenharia [de Pelotas] desde o início do seu funcionamento”, em 1968. Antes mesmo de atuar na UCPel, Edson de Souza

¹²¹ Foi aprovado no Parecer n. 543/60 para ministrar a disciplina de Sociologia Geral na Faculdade de Filosofia do Rio Grande (LIMA, 2 ago. 1967).

¹²² Nasceu em 1934 e faleceu em 1972 (POERSCH, 1975?, p. 139). Seu nome como professor da Faculdade de Filosofia do Rio Grande consta na Ata n. 1 (27 fev. 1961), dos registros da referida instituição.

Mendonça atuava como professor na Faculdade de Filosofia do Rio Grande, desde o início do seu funcionamento.

Para complementar o que foi abordado sobre o corpo docente da Faculdade de Filosofia, vale expor mais algumas informações referentes aos documentos pesquisados no NUME. Em Lima (2 ago. 1967) consta o Parecer n. 306/67 que informa, por exemplo, os títulos de alguns professores da Faculdade de Filosofia. Entre os professores que cursaram o ensino superior em Porto Alegre constam: Wilmar Pereira dos Santos¹²³, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da UFRGS, em 1958, e licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da mesma Universidade, em 1959; e, Luiz Carlos Esperon¹²⁴, com diploma de médico pela Faculdade de Medicina da UFRGS, em 1955.

Através do mesmo Parecer n. 306/67 reafirma-se que muitos professores cursaram o ensino superior em Pelotas. A seguir constam os nomes de alguns desses professores e a formação: Odilon Alves Fogaça¹²⁵, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Pelotas e licenciado em Letras Clássicas pela Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, ambos em 1959; Amanda Maia¹²⁶, licenciada em Pedagogia pela Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, em 1962; Carlos Moll¹²⁷, bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, em 1950; Stella da Costa Bessouat¹²⁸, licenciada em Pedagogia pela Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, em 1966.¹²⁹ Além desses professores, que começaram a estudar em Pelotas antes de haver o curso pretendido em Rio

¹²³ Pela Faculdade de Filosofia do Rio Grande foi professor de Lógica e Ética, desde 1964. Também foi professor de Fundamentos da Educação e Estudos Sociais no Instituto de Educação “Juvenal Miller”, em Rio Grande (LIMA, 2 ago. 1967).

¹²⁴ Recebeu o prêmio Raul Leite como melhor aluno da turma de 1955. Também foi professor titular de Pediatria na Faculdade de Medicina de Pelotas. Residia em Rio Grande e atuou na Faculdade de Filosofia, como professor da disciplina Higiene Escolar, no curso de Pedagogia (LIMA, 2 ago. 1967). Faleceu em 2005.

¹²⁵ Pela Faculdade de Filosofia do Rio Grande foi professor de Português e Latim, desde 1964. Ainda, professor de Português no Colégio Lemos Júnior e no Ginásio Barão do Cerro Largo, ambos do Rio Grande (LIMA, 2 ago. 1967).

¹²⁶ Professora de Psicologia Geral, desde 1964, na Faculdade de Filosofia do Rio Grande. Também foi fundadora e diretora na Escola Municipal Maria Montessori, em Rio Grande (LIMA, 2 ago. 1967).

¹²⁷ Professor de Estatística Educacional, desde 1962, na Faculdade de Filosofia do Rio Grande (LIMA, 2 ago. 1967).

¹²⁸ Pela Faculdade de Filosofia do Rio Grande foi professora de Sociologia Educacional, desde 1963, e História da Educação, desde 1964. Ainda, foi professora de História no Colégio Estadual Lemos Júnior, desde 1960 (LIMA, 2 ago. 1967). O nome dessa professora também consta no *Diário Popular* de Pelotas (13 dez. 1960, n. 281, p. 6), entre os formandos de 1960, no curso de Pedagogia (Licenciatura) da Faculdade de Filosofia de Pelotas.

¹²⁹ Não se sabe se estes quatro professores eram rio-grandinos, mas pode-se afirmar que residiam em Rio Grande no período em estudo. Os quatro professores citados já faleceram.

Grande, constam as entrevistadas: Alair Brandão Almeida, Solange Grafulha de Carvalho Leitão e Stella Emília Peixe Nader. Maiores detalhes sobre a formação e o trabalho docente de cada uma delas podem ser lidos a seguir.

Para averiguar o histórico dos professores entrevistados, que ingressaram na Faculdade de Filosofia, foram abordados dois itens do roteiro de entrevista: o item 2. *Formação* e 3. *Trabalho Docente*. Através deles foi possível registrar um pouco da história dos professores, contada pelos próprios protagonistas e, nas palavras de Mezzano (1998, p. 38), propiciando “o cruzamento que se estabelece entre lembranças pessoais e memórias institucionais”. As professoras Alair, Solange e Stella e o professor padre João forneceram dados importantes e que não seriam encontrados nos demais locais pesquisados. Portanto, para que essas histórias não se percam no tempo, registram-se, neste espaço, mais algumas linhas sobre a *formação e trabalho docente* desses que contribuíram não só para constituir o quadro de professores da Faculdade, como para mantê-la em funcionamento.

Começa-se com a identificação da primeira professora entrevistada, Solange Grafulha de Carvalho Leitão, com 73 anos no momento da entrevista (15 out. 2010). Sobre essa professora sabe-se que nasceu em Porto Alegre, onde começou o ensino primário no Colégio Sévigné e terminou na Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, em Rio Grande, mantendo-se na mesma instituição até o término do curso normal.¹³⁰

O ensino superior foi cursado na Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, curso de Pedagogia, pois como afirma a professora Solange: “Aqui [em Rio Grande] não havia ainda. O ano que me formei em Pelotas [em 1961] abriu aqui”.¹³¹ Quanto às motivações na escolha, diz: “Manter a linha de magistério. Eu queria ser professora. [...] Para mim sempre o melhor lugar para estar foi na sala de aula”. Nesse sentido, avaliando sua formação, resume: “Acertei na profissão”. Quando questionada sobre suas condições financeiras no período, destaca: “A minha família sempre me propiciou os estudos necessários e os que eu queria também. Depois que me tornei adulta, eu mesma me provi no meu estudo”. Antes de completar o

¹³⁰ Tanto o Colégio Sévigné, em Porto Alegre, como a Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, em Rio Grande, eram mantidos pela Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, sendo tradicionais instituições de formação, exclusivamente, de meninas. Maiores informações sobre o Colégio Sévigné em: Werle (2005). Já sobre a Escola Normal “Santa Joana D’Arc” ver: Santos *et al.* (2011).

¹³¹ O nome dessa professora consta no *Diário Popular* de Pelotas (13 dez. 1960, n. 281, p. 6) entre os formandos de 1960, no curso de Pedagogia (bacharelado) da Faculdade de Filosofia de Pelotas. Portanto, conforme menciona, sua formatura, em 1961, foi na licenciatura do mesmo curso.

curso de Pedagogia, a professora Solange lecionou na Escola Normal “Santa Joana D’Arc” e no Instituto de Educação “Juvenal Miller”, e a noite na Faculdade de Filosofia, todos em Rio Grande.¹³² Em 1961, antes de totalmente formada, começou a ministrar aulas na Faculdade, com as disciplinas de História da Filosofia e Filosofia da Educação, mantendo-se até 1969, quando passou a atuar na Universidade.

Acrescenta-se que a professora Solange teve uma longa experiência no magistério, 32 anos, aposentando-se em 1991. Trabalhou nos três turnos, no ensino público e particular, com o curso normal e no ensino superior. Não expõe grandes problemas ou dificuldades ao longo da sua profissão e diz “sempre considerei os meus alunos como filhos espirituais”. Sobre a remuneração, enfatiza: “não olhávamos o bolso, olhávamos o ideal, queríamos colaborar”. Nos anos iniciais da Faculdade de Filosofia, a professora Solange, assim como os seus colegas, doava parte do seu salário para a instituição, o que garantia a compra de livros para a biblioteca. Isso, no entanto, só era possível porque os professores trabalhavam em outras escolas.

Cabe ressaltar que o amor aos “filhos espirituais” e a “doação”, relatados pela professora Solange, demonstram “a idéia de que a docência deve ser percebida mais como um ‘sacerdócio’ do que como uma profissão” (LOURO, 2009, p. 450). Como relata a professora, a profissão era valorizada, mas não havia verba na Faculdade que propiciasse um salário melhor, mesmo assim não se contestava. E, no último item da entrevista, acrescenta, avaliando sua carreira profissional: “meu passado foi de muito trabalho, muito estudo e não me arrependo das coisas que fiz. Fiz o que pude na época”. Resumindo, vale fazer referência, novamente, as palavras de Louro (2009, p. 466) quando escreve:

A boa professora estaria muito pouco preocupada com seu salário, já que toda a sua energia seria colocada na formação de seus alunos e alunas. Esses constituiriam sua família; a escola seria o seu lar e, como se sabe, as tarefas do lar são feitas gratuitamente, apenas por amor. De certa forma essa mulher deixa de viver sua própria vida e vive através de seus alunos e alunas; ela *esquece de si*.

Considera-se, portanto, justo rememorar a história dos docentes pioneiros que colaboraram na manutenção dos primeiros cursos superiores da cidade do Rio Grande e que deram o aval para a criação da Universidade. Com diz a professora

¹³² A professora Solange ministrava a disciplina de História da Educação, no Colégio “Santa Joana D’Arc”, e a disciplina de Fundamentos da Educação, no Instituto de Educação “Juvenal Miller” (LIMA, 2 ago. 1967).

Stella (10 nov. 2010), no final da entrevista: “a importância do professor sempre tem que se registrar”. Nesse sentido, seguem-se, nas próximas linhas, os seus registros, bem como o de seus colegas de profissão.

Outra professora entrevistada foi Stella Emília Peixe Nader, com 72 anos na data da entrevista (10 nov. 2010). Nasceu em Rio Grande, onde completou os ensinos primário e secundário. O ensino superior foi realizado em Pelotas pelo mesmo motivo das demais professoras entrevistadas, não haver curso superior em Rio Grande que as mantivessem na carreira docente. De acordo com sua avaliação, a formação foi adequada aos objetivos que buscava, ou seja, “o aperfeiçoamento no campo que já havia escolhido”, ou seja, o magistério.

No ensino primário estudou no Grupo Escolar Presidente Vargas, já o curso normal foi realizado na Escola Normal “Santa Joana D’Arc”. Quanto ao ensino superior, cursou Pedagogia, bacharelado (1959-1961) e licenciatura (1961-1962), na Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas¹³³. Anos depois fez o curso de Habilitação Específica em Supervisão Escolar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio Grande, em 1972.¹³⁴ Sobre as motivações na escolha da graduação, resume a professora Stella (10 nov. 2010): “Aprofundar a formação inicial, a nível médio, que já era nesta área do magistério e os estudos na área da educação”. Sendo assim, não pensou em fazer os cursos que funcionavam em Rio Grande, pois, segue a professora: “Naquela época o sexo feminino dirigia-se mais para o magistério e eu já era professora, então busquei uma formação nesse campo que só tinha na vizinha cidade [de Pelotas]”.

Referindo-se as condições financeiras no período, destaca: “Era média. Meu pai era ferroviário, depois se aposentou e eu já trabalhava como professora estadual”. Durante o curso superior, ressalta que trabalhava no ensino primário e tinha uma bolsa de estudos, por isso pode estudar em Pelotas. Listando as instituições educacionais onde trabalhou, cita: Grupo Escolar da Barra, Grupo Escolar Lília Neves, Escola Revocata Heloisa de Mello, Grupo Escolar Presidente Vargas, Grupo Escolar Comendador Rheingantz¹³⁵, Colégio Bibiano de Almeida e

¹³³ As mesmas informações constam no *Atestado n. 256/74* da Divisão de Registro Acadêmico, da UCPel (25 jan. 1974). Esse e outros documentos foram cedidos, gentilmente, pela professora Stella.

¹³⁴ O *Atestado* desse Curso de Habilitação, assinado por Almeida (9 dez. 1972), e o *Certificado*, assinado por Oliveira (28 jun. 1974), também foram cedidos pela professora Stella, confirmando as informações relatadas na entrevista.

¹³⁵ A professora Stella ressalta que ficou por doze anos na direção do Grupo Escolar Comendador Rheingantz, em Rio Grande.

Escola Normal “Santa Joana D’Arc”¹³⁶. Desse tempo de magistério, que ocupou por muitos anos os três turnos, expõe apenas algumas dificuldades quanto à falta de recursos nas instituições estaduais. Sobre o reconhecimento da profissão, resume: “nesta época era importante ser professora para população em geral”, mas “não havia um reconhecimento das autoridades educacionais, no sentido de valorizar esse trabalho”.

Em 1965 passou a atuar na Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, ministrando a disciplina de Didática. Quando passou para a Universidade, em 1969, menciona que trabalhou em todos os cursos de licenciatura e esteve na coordenação do curso de Pedagogia em vários períodos. Em suma, a professora Stella trabalhou de 1957 até 1991. Desses 34 anos no magistério, resume: “Foi gratificante porque passaram por mim muitos alunos”, tanto das escolas primárias como do ensino superior.

A quinta entrevista foi com a professora Alair Brandão Almeida, com 81 anos na data da entrevista (22 dez. 2010). Nasceu na cidade de Guarapari, no Espírito Santo, mas veio para Rio Grande ainda criança. Estudou no Colégio Lemos Júnior até o científico que ficou incompleto e depois de casada foi estudar na Escola Normal “Santa Joana D’Arc”. Assim como as demais entrevistadas, cursou Pedagogia na Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas.¹³⁷ Fez cursos de Especialização em Orientação Educacional, Administração Escolar e Supervisão Escolar, além do Mestrado em Educação na UFRGS, em 1972. Segundo a professora Alair: “Naquela época eu fui a primeira a fazer Mestrado em Educação, ninguém tinha”.

Quanto às condições financeiras no período da Faculdade, destaca: “Pelo menos, para mim era razoável. Não era muito dispendiosa, gastava-se mais com os livros e o transporte diariamente”. Avalia positivamente sua formação e diz: “Comecei a dar aula na Filosofia já formada no bacharelado e antes de totalmente formada na licenciatura...”. Atuou nos três turnos, em escolas do estado, como no Instituto de Educação “Juvenal Miller”, na Faculdade Católica de Filosofia e depois na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio Grande, como

¹³⁶ Ministrou a disciplina de Didática Especial no Colégio “Santa Joana D’Arc”, a partir 1964 (LIMA, 2 ago. 1967). Consta-se que ela manteve-se nessa instituição por, no mínimo, três anos.

¹³⁷ A professora Alair diplomou-se em 1963, no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia de Pelotas. Foi professora de Psicologia e Didática Geral no Instituto de Educação “Juvenal Miller”, a partir 1964 (LIMA, 2 ago. 1967).

professora e diretora. Apesar das diferentes funções não cita dificuldades, pois, conforme menciona, “tinha facilidade para fazer os planejamentos”. Enfim, foram 29 anos no magistério, em que resume:

Sinto-me realizada com a profissão porque atingi vários níveis e criei vários cursos, como os cursos de Ciências e Estudos Sociais. Pedi a criação por sugestão de um inspetor de ensino que esteve aqui para fechar as Faculdades e saiu encantado. Tem isso escrito numa publicação do MEC, dizendo que era uma das melhores Faculdades de Filosofia do interior do Brasil que ele tinha encontrado.¹³⁸

O único professor entrevistado foi o padre João, de 80 anos (7 jul./13 jul. 2011). Nasceu em Nova Treviso, município de Antônio Prado/RS. Consta no livro comemorativo do seu Jubileu de Ouro Sacerdotal (dez. 2008, p. 6)¹³⁹ que cursou o ensino primário na Escola Municipal de Nova Treviso, de 1936 a 1942. O secundário foi realizado em Caxias do Sul, no Seminário de Nossa Senhora Aparecida, em 1943 e 1944, e em Pelotas, no Seminário de São Francisco de Paula, de 1946 a 1951. No Seminário Central de São Leopoldo, cursou Filosofia (1952 a 1954) e Teologia (1955 a 1956), oficializando o curso superior na UCPel, conforme indicação n. 11/69 do Conselho Federal de Educação, em 1971.¹⁴⁰ Relata o professor padre João (7 jul. 2011): “[...] a minha motivação foi, realmente, religiosa... Era a escolha do sacerdócio, a qual tinha apreço muito grande na família”. Quanto às condições financeiras, diz: “O pai estava bem de vida” e, mais adiante, acrescenta:

Passei para Pelotas porque o segundo bispo de Caxias, Dom Benedito Zorzi, era reitor do Seminário de Pelotas e passou lá em casa. Os meus pais disseram: “se ele quiser ir, ele vai. Pode ir”. Primeiro fui para Caxias... Dom Antônio achou que eu devia familiarizar-me com a cultura do gaúcho... Sonhava em ir para campanha, mas me chamaram para o magistério... Meus colegas na Catedral queriam que eu desse aulas. Queria ser padre, não professor...

Mesmo não querendo ser professor, o padre João (7 jul. 2011) salienta que a profissão o surpreendeu, resume: “No encontro com a profissão me dei sempre muito bem. Fui por obediência. Dom Jaime dizia: ... ‘O padre Pozzolo sempre foi muito bom com criança’. [...] Nunca tive dificuldades, o que os superiores determinavam eu fazia e fui feliz”. Assim, em 1959, o padre João começou a atuar no Seminário São Francisco de Paula, como professor de Latim, Português e

¹³⁸ A avaliação positiva da Faculdade de Filosofia do Rio Grande por um inspetor de ensino, mencionada pela professora Alair, também consta em parecer de Lima (2 ago. 1967).

¹³⁹ Livro doado, gentilmente, pelo padre João Pozzolo.

¹⁴⁰ Para maiores informações sobre a indicação n.11/69 ver Decreto-Lei n.1.051/69 (BRASIL, 1969).

Música. Em janeiro de 1963 passou a morar em Rio Grande, sendo reitor do Santuário de Nossa Senhora de Fátima, atuou desde então no Colégio São Francisco, como professor de Religião até 1968. Ainda, em 1963, passou a atuar nas Faculdades de Filosofia e de Direito do Rio Grande. Manteve-se na Faculdade de Filosofia, de 1963 a 1968, com a disciplina de Latim. Ainda, na mesma Faculdade ministrou a disciplina de Cultura Religiosa, apenas em 1966. Na Faculdade de Direito, foi professor de Apologética, Direito Canônico e Doutrina Social da Igreja. De 1969 até 1991 passou a atuar na Universidade, ministrando várias disciplinas, algumas com conteúdo religioso, como Pensamento Social Cristão, de 1977 a 1991.

Das dificuldades com “alunos difíceis e de ideologia contrária”, restou a “saudades desse tempo... Porque quando os alunos teimavam, eu ficava aguçado”. A “ideologia contrária” dos alunos e a remuneração não abalaram a sua atuação. Conforme o professor padre João (13 jul. 2011):

Comecei a dar aula de graça porque era Católica... Almoçava e jantava em um restaurante que as irmãs do Jesus Crucificado mantinham, onde hoje é o bispado, na esquina da rua 24 de maio. Ali comia e pagava 27 cruzeiros por mês nas refeições. Quando fui receber na Filosofia, tinha só 25 cruzeiros. Aí que vi que ganhava menos que a refeição, mas nunca me importei... Era para obedecer ao bispo de Pelotas. Ele dizia: “Vais fazer tudo que os capuchinhos faziam”.

Em suma, menciona que sua satisfação “foi criar laços com jovens como eu - eu era jovem, tinha quatro anos de padre, mas com muita experiência com crianças, velhos. [...] Tenho saudades”.

Além dos professores citados, exceto Luiz Carlos Esperon, Stella Emília Peixe Nader e o padre João Pozzolo, outros constam no convite de formatura da primeira turma da Faculdade de Filosofia, cursos de Filosofia e de Pedagogia, em 20 de dezembro de 1964. São eles: *Homenageados*: Celta Marlene Mendonça, Ernani Pedro do Valle Zogbi, Frei Lino de Caxias, Margarida Figurelli Buaiz, Maria Cleusa Allemand, Maria Glaucia Campos, Maria Lilia Costa, padre Carlos Johannes, padre Egydio Oberfeld, padre Jovino Geraldo Mansan¹⁴¹, padre Lauro Persch. *Homenagem Póstuma*: Suelly Lopes do Valle Zogbi.¹⁴² Tal colação de grau teve

¹⁴¹ Consta também entre os professores da Faculdade de Filosofia de Pelotas, embora residindo em Rio Grande (RIO GRANDE, 14 dez. 1967, n. 12, p. 3).

¹⁴² No jornal *Rio Grande* (21 dez. 1964, n. 17, p. 3) consta o convite para a missa, em 23 de janeiro de 1964, de um ano de falecimento da professora Suelly Lopes do Valle Zogbi. Logo abaixo consta o anúncio de formatura da primeira turma de formandos da Faculdade de Filosofia, em que a mesma professora Suelly recebeu homenagem póstuma. Dos professores listados, conforme pesquisa, sabe-se que são remanescentes: Maria Cleusa, Maria Gláucia, Maria Lilia, Margarida e os ex-padres

como paraninfo o professor e diretor, Hugo Dantas Silveira. Os nomes de muitos desses professores citados foram lembrados ao longo dos relatos dos entrevistados. Dentre eles menciona-se, por exemplo, o padre Egydio Maria Enrique Oberfeld, como “um homem de muita cultura”, destacado professor de Latim. Foi paraninfo, por exemplo, dos formandos do curso de Filosofia, das turmas de 1966 e 1967, e de uma única formanda, também do curso de Filosofia, de 1965.¹⁴³

No início do presente trabalho apresentou-se uma questão: *Por que foi criada uma instituição de ensino superior voltada para a formação docente em Rio Grande somente em 1960?* A resposta encontra-se neste momento da escrita em que se ressalta o histórico dos professores da Faculdade.

Observou-se na pesquisa que, até a criação da Faculdade Católica de Filosofia, havia na cidade falta de professores secundários e, por conseguinte, professores para o ensino superior. Portanto, obviamente, não havia como formar uma instituição sem a constituição do quadro docente. A saída seria contratar professores de outras cidades, mas isso exigiria um salário talvez incompatível com as possibilidades da instituição. A proximidade de Pelotas seria outra saída, mas a Faculdade de Filosofia de Pelotas, criada em 1953, só começou a graduar professores na segunda metade da década de 1950. Foram justamente muitos desses professores que se graduaram em Pelotas, morando na cidade vizinha, que constituíram o corpo docente dos cursos iniciais de Filosofia e de Pedagogia, em Rio Grande.

Resumindo, os relatos dos entrevistados e os documentos institucionais apontam que a Faculdade só foi criada em 1960, mesmo com um público crescente de estudantes que poderiam tê-la como opção, pois não havia professores habilitados na cidade e como contratá-los de outras cidades. Então, de certa forma, a proximidade de Pelotas favoreceu a formação da Faculdade de Filosofia do Rio Grande. Isso por ter a Mitra Diocesana como mantenedora e por ela ter investido na Faculdade que seria a base da formação de professores para a Faculdade do Rio Grande. A Mitra Diocesana de Pelotas, portanto, manteve em suas mãos a formação

Jovino Mansan e Lauro Persch. Lista com nomes de outros docentes que trabalharam na Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande podem ser encontrados nos acervos do NUME.

¹⁴³ Conforme informações encontradas na Biblioteca Rio-Grandense, o nome de nascimento desse padre era Heinrich Ludwig Bernard Oberfeld (1902-1991), nasceu na Alemanha e naturalizou-se brasileiro em 30 de outubro de 1967. Foi professor de Latim no Colégio Lemos Júnior, de 1954 a 1967, e de Filosofia da Educação na Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, desde 1950. Alguns vestígios do seu trabalho de encadernador encontram-se na Biblioteca, onde uma sala recebeu o seu nome.

daqueles que propagariam o seu nome em outras instituições da cidade e fora dela. Muitos estudantes do Rio Grande que puderam fazer a graduação na Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas tiveram o privilégio de, mesmo sem a experiência de professor em nível superior, compor o corpo docente da Faculdade do Rio Grande.

Vale citar também que muitos dos professores da instituição em pesquisa formaram-se nos cursos mantidos pela Mitra Diocesana de Pelotas ou por outras instituições católicas. Isso provavelmente pesava na escolha do corpo docente da Faculdade de Filosofia. Por estarem inseridos no meio católico estariam aptos a transmitir os princípios cristãos aos seus alunos.

Ainda, torna-se importante frisar que, os professores citados não foram importantes apenas para a formação do corpo docente da Faculdade de Filosofia. Muitos também deixaram suas marcas em outras instituições, principalmente educacionais. Por isso, em memória aos que contribuíram com o crescimento cultural do Rio Grande, seus nomes voltam à lembrança em ruas e prédios pela cidade. Os professores Amanda Maia, Carlos Moll, Edson de Souza Mendonça e padre Nilo Gollo têm os seus nomes registrados nas ruas, assim como um dos organizadores da criação da Faculdade, o Cônego Luiz de Carvalho, e o primeiro secretário, Anselmo Dias Lopes. O rio-grandino Hugo Dantas Silveira também foi homenageado. Seu nome foi atribuído a biblioteca do *Campus Carreiros* da FURG, denominada Biblioteca Central “Dr. Hugo Dantas da Silveira”.¹⁴⁴ Diz Jussara (11 jul. 2011): “Ainda eu disse nessa ocasião: ‘Se tivessem perguntado qual é o lugar que ele queria nomear, sem dúvida nenhuma seria a Biblioteca’. Então, é muito bacana isso. Ver o reconhecimento das pessoas...”¹⁴⁵

Em conformidade com Barros (2007, p. 45), sob a ótica da História Cultural “a cidade também fala aos seus habitantes e aos seus visitantes através dos nomes próprios que ela abriga”. Nesse sentido, as placas de ruas, os prédios e monumentos também podem instigar, fornecer pistas, desvelar atores que em algum momento habitaram no passado. Para tanto, basta um olhar mais afinado ou, nas palavras de Pesavento (2004, p. 64): “Ir além daquilo que é dito, ver além daquilo que é mostrado [...] exercitar o seu olhar para os traços secundários, para os detalhes”.

¹⁴⁴ Em alguns documentos o sobrenome de Hugo aparece como *da Silveira*, mas, como confirma a entrevistada Jussara (11 jul. 2011), o correto é Hugo Dantas Silveira.

¹⁴⁵ Trecho do relato de Jussara, referente ao item 6. *Espaço de reflexão sobre a entrevista*, do roteiro de entrevista.

Para completar o tema do item 4. e., do roteiro de entrevista, resta descrever as *características do corpo discente*. Vale aqui um resumo prévio dos relatos das entrevistadas. Nos primeiros anos de funcionamento da Faculdade de Filosofia passaram por ela, principalmente, alunas. Entre as mulheres que cursaram Filosofia ou Pedagogia em Rio Grande, muitas esperavam a nova Faculdade para poder ingressar no ensino superior. Enquanto isso, muitas atuavam no ensino primário, como as professoras Alice e Ruth que foram entrevistadas. Somente depois que foram criados os cursos de Letras, Matemática, Ciências e Estudos Sociais é que se observou uma diversificação no público que ingressava na Faculdade.

Reitera-se que um dos motivos da pesquisa sobre a Faculdade de Filosofia está no fato de ela ter formado docentes, sendo em sua maioria mulheres. Não que esta pesquisa verse sobre a história de gênero, não é essa a intenção. Mas, sim, a de evidenciar essas mulheres que por longo tempo ficaram apagados da história. As mulheres estavam, antes deste trabalho, silenciadas na história das IES da cidade do Rio Grande. Então, por que não pesquisar a história de uma instituição, gênese da formação docente em nível superior, com um público essencialmente feminino? Por que não buscar os relatos, principalmente, daquelas que marcaram presença no ensino superior do Rio Grande?

Assim como Almeida (1998, p. 162), acredita-se que “a memória das mulheres, ao transformar-se em história, oferece uma relevante contribuição para o resgate do papel feminino na História Social e na História da Educação”. Tal afirmação aplica-se a este trabalho, bem como as entrevistas concedidas pelas mulheres que vivenciaram o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia. Há mais de 50 anos essa instituição foi criada, mas durante esse tempo nenhum trabalho aprofundado foi realizado sobre a Faculdade e os protagonistas dessa história.

Busca-se, a partir de então, apresentar alguns detalhes sobre o público que instigou a criação da Faculdade, ou seja, o corpo discente que foi composto em sua maioria por mulheres. Aproveita-se o momento para também expor alguns relatos dos entrevistados, referentes aos itens 4. j. e 4. l., do roteiro de entrevista. Antes, porém, para exemplificar algumas características do corpo discente da Faculdade de Filosofia, destacam-se os relatos sobre a *formação* e o *trabalho docente* das professoras Alice e Ruth. Ambas ingressaram na primeira turma dos cursos de Filosofia e de Pedagogia, em 1961.

A segunda entrevistada foi aluna da primeira turma do curso de Filosofia, trata-se da professora Ruth Valente Porto, com 74 anos na data da entrevista (27 out. 2010). Natural do Rio Grande, nos ensinos primário e secundário estudou em instituições estaduais da cidade. Achava melhor as instituições estaduais do que as católicas porque nas estaduais as aulas eram mistas, com meninos e meninas, e também sua família era protestante. Acrescenta: “As escolas católicas não eram mistas e a minha mãe achava que eram muito melhores as mistas porque aí eu estudava onde os meus irmãos estudavam [...]”.

Fez o ensino primário no Colégio Bibiano de Almeida, do qual relembra com carinho das professoras e da diretora, sobre esse período diz: “Estudei no tempo da Segunda Guerra e nós, eu e meus irmãos, como alemães, sofremos preconceitos [...]”. Como as escolas estaduais eram mistas, ela podia estudar na mesma instituição dos irmãos e primos, sentindo-se mais protegida. No ensino secundário, estudou no Colégio Lemos Júnior e na primeira turma, em 1953, da Escola Normal “Juvenal Miller”, em ambas a qualidade dos professores foi mencionada.¹⁴⁶ Enfatiza-se, em conformidade com Pimentel (1944, p. 91), que todas as instituições do histórico escolar da professora Ruth enquadram-se entre os “estabelecimentos tradicionais” da cidade.

A professora Ruth cursou as duas Faculdades mantidas pela Mitra de Pelotas. De 1961 a 1964, cursou Filosofia e, de 1968 a 1973, Direito. Sobre sua formação destaca: “Achei muito boa a formação, tanto é que depois fui para o Direito e tive muita facilidade no vestibular”. Ainda, em 1980, cursou Tecnologia Educacional, em nível de Especialização, na FURG.

A mesma professora trabalhou dois anos em Camaquã/RS, no ensino primário, voltando para Rio Grande quando foi criada a Faculdade de Filosofia. Relembra: “a professora tinha prestígio e tinha condições de se manter num padrão de vida bom...”, por isso não ressaltava dificuldades financeiras ou ao longo de sua carreira no magistério. Quando começou a cursar Filosofia, manteve-se trabalhando, atuou: no Grupo Escolar Lília Neves (quando era apenas primário) e depois no

¹⁴⁶ Em 1956 formaram-se trinta e sete normalistas, contando com a professora Ruth, na então chamada Escola Normal “Juvenal Miller”. Essas informações estão no convite comemorativo dos quarenta anos de formatura das Normalistas – Primeira Turma (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “JUVENAL MILLER”, 16 dez. 1996), cedido pela professora Ruth. Três dessas alunas estudaram com a professora Ruth na mesma turma do curso de Filosofia, de 1961 a 1964, da Faculdade de Filosofia do Rio Grande. Trata-se de Lenira Borges Lopes, Aracy Maria da Silva Conceição e Maria Furtado Lima.

Instituto Educacional “Juvenal Miller”. Seu histórico no ensino primário e normal sempre foi em instituições públicas, nas quais completou 28 anos no magistério, atuando em um turno. Somente depois de aposentada no magistério, a professora Ruth passou a exercer a profissão de advogada junto com o esposo, resume: “Gostei muito mais de ser professora do que ser advogada”.

A terceira entrevistada também é rio-grandina, com 74 anos na data da entrevista e foi aluna da primeira turma da Faculdade de Filosofia, mas optou pelo curso de Pedagogia. Trata-se da professora Alice da Senhora Lemos Faria (1º nov. 2010). Ela estudou o primário no Instituto de Educação “Juvenal Miller” e depois fez a Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, formando-se em 1954.¹⁴⁷ Assim como a professora Ruth, trabalhava no ensino primário quando foi criada a Faculdade de Filosofia. Então, sobre as motivações na escolha da Faculdade, acrescenta:

Era solteira na época, tinha tempo disponível, morava com os meus pais. Já trabalhava como professora primária, iniciei com 18 anos, no Grupo Escolar Alcides Barcelos, e a Faculdade começou com período noturno. Então, dava tempo, perfeitamente, e também havia uma motivação econômica porque o Estado implantou um plano de carreira, em que todo professor que tivesse Faculdade ganharia mais, poderia dobrar o tempo de serviço. Então, claro, naquela época muitos professores correram para Faculdade. Essa foi também uma das motivações.

Quanto às condições financeiras e o prestígio da profissão na época, destaca a professora Alice: “Eu não era rica, o meu pai era comerciante, mas dava para me dar essa formação de professora. Naquela época o professor era muito valorizado. Para a mulher a profissão ideal era o magistério. Então, a minha mãe fazia questão [...]”. Mas, ela queria seguir o balé, explica: “[...]. Meu sonho era dançar. Mas a minha mãe... Ah! Eu tinha que tirar o magistério. Então, claro, fui para o magistério [riso]... Depois gostei, mas o sonho sempre existiu”. Com o curso superior pode dobrar suas horas de trabalho, atuando também no secundário, mas isso não foi logo após a formação. Conforme a professora Alice, apesar da aprovação em concurso estadual, para professora de História, demorou a ser chamada pela Secretaria de Educação. Então, mesmo depois de formada, continuou apenas no município e só depois de anos passou a atuar no ensino secundário. Foram 27 anos no magistério, trabalhando por alguns anos nos turnos da manhã e noite, nos quais

¹⁴⁷ Em 1954 formaram-se quarenta e três normalistas, contando com a professora Alice, na Escola Normal Santa “Joana D’Arc”. Informações em convite intitulado “Recordando a missa de formatura das professorandas da Escola Normal Santa Joana D’Arc” (11 dez. 1954), cedido pela professora Alice.

não menciona grandes problemas. Entre as instituições educacionais em que trabalhou, destaca: Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, Escola São Luís, Ginásio “Barão do Cerro Largo”, Grupo Escolar Alcides Barcelos, Grupo Escolar Dr. Augusto Duprat, Grupo Escolar Imperial Marinheiro Marcílio Dias e Ginásio Nossa Senhora Medianeira.

Sobre o item 4. *I. Histórico na instituição*, do roteiro de entrevista, as professoras Alice e Ruth consideram válidos os quatro anos em que permaneceram como alunas na Faculdade de Filosofia, de 1961 a 1964. Tanto que, para ambas a formação favoreceu a ampliação das oportunidades de trabalho.

Em 1964, ano de conclusão de curso das primeiras turmas de Filosofia e de Pedagogia, a Faculdade ainda não era reconhecida devido às novas exigências do MEC. Portanto, foi fornecido aos alunos um certificado de conclusão de curso. O diploma oficial foi recebido após o reconhecimento da Faculdade, em dezembro de 1967.¹⁴⁸ Conforme Silveira (4 dez. 1965):

[...] em 1964 (ano em que se deveria efetuar o reconhecimento) houve por bem o Egrégio Conselho Federal de Educação, entender que, tendo por base a Leis de Diretrizes e Bases da Educação, tão somente as Faculdades de Filosofia, com 4 (quatro) cursos independentes em funcionamento, poderiam pleitear seu reconhecimento. [...] tal decisão é posterior ao Decreto que autorizou o funcionamento de nossa Faculdade, com apenas dois cursos, como dizia a lei de então. Entendemos ser mais fácil e rápido atender o exigido, do que recorrer aos Tribunais, onde encontraríamos guarida.

Juntamente com as entrevistadas Ruth e Alice, cabe citar o nome das demais alunas e do aluno que frequentaram a primeira turma da Faculdade de Filosofia, diplomando-se em 20 de dezembro de 1964. No convite de formatura, constam alunas e aluno formandos, no *curso de Filosofia*: Aracy Maria da Silva Conceição, Elvira Zago, Enilda Peliano Dias, Gema Bavaresco, Jurely Portanova Pinheiro, Lenira Lopes Borges, Maria Furtado Lima, Marisa Cardone de Bem, Norma de Lúcia Ferreira, Ruth Wohlfeil Valente, Ubirajara Ignácio da Silva, Vânia Arturi Mendes e Zani da Cunha Prado. Alunas formandas, no *curso de Pedagogia*: Alice Cardone da Senhora, Josefina Gomes, Lúcia Carregas Barbosa, Maria Concli Ferreira Gomes,

¹⁴⁸ Em documentos cedidos pela professora Alice constam os seguintes atestados de conclusão de curso: Atestado (2 jun. 1965), assinado por Odilon Fogaça, na ausência do diretor; Atestado (22 nov. 1966), assinado pelo diretor Hugo Dantas Silveira; Atestado (16 jan. 1967), com a assinatura da diretora Alair Brandão Almeida. Observa-se que os atestados eram emitidos, anualmente, como comprovantes de conclusão de curso, antes do reconhecimento oficial da Faculdade.

Maria de Lourdes de Castro Marques, Marisa Antunes de Miranda e Vanda Iria Kubaski.¹⁴⁹

Tal relação de formandos, juntamente com os nomes dos homenageados, também foi articulada no jornal *Rio Grande* (21 dez. 1964, n. 17, p. 3), um dia após a solenidade de colação de grau, sob o título “FORMATURAS” e subtítulo “Primeira Turma da Faculdade Católica de Filosofia”. Após 25 anos da primeira formatura da Faculdade de Filosofia, o jornal *Agora* (17 nov. 1989) anuncia a comemoração dos “jubilares e mestres”, sob o título “Jubileu de Prata de Formatura dos Cursos de Filosofia e Pedagogia”, que se confraternizam na missa, seguida por um jantar. Além de elencar os nomes dos discentes, docentes e da secretária à época, resume o texto:

Neste jubileu que os formandos de Filosofia e Pedagogia ora comemoram, querem externar toda a sua gratidão àqueles que tornaram possível seu aperfeiçoamento (entidades, idealizadores, diretores, mestres e funcionários).

Confirmar sua fé inabalável na Educação Integral como única força capaz de formar o ser humano e alavancar o desenvolvimento.

Reafirmar sua esperança no destino da Universidade que foi sedimentada na têmpera de homens despojados, cujo único interesse sempre se constituiu na busca incessante do bem e do progresso da comunidade.

É importante destacar que, três anos após a formatura de 1964, grande parte dos egressos da Faculdade de Filosofia do Rio Grande já constava na lista de Almeida (19 abr. 1967), como professores em diferentes instituições educacionais da cidade do Rio Grande e São José do Norte. Entre as instituições, mencionam-se: Instituto de Educação “Juvenal Miller”, Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, Colégio Estadual “Lemos Júnior”, Ginásio Estadual “Barão do Cerro Largo”, Ginásio “Nossa Senhora Medianeira”, Ginásio Básico “Fernando Freire” e um Ginásio de São José do Norte. Além de atuarem como professores também havia a possibilidade de ocupar outras funções na instituição. É o que comenta a professora Stella (10 nov. 2010), no último item do roteiro de entrevista: “Como não havia cursos que preparavam para diretores de escola, supervisores e orientadores, então os egressos da Pedagogia podiam atuar nessas funções das escolas”.

Tais dados confirmam a necessidade dos cursos da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, tendo em vista a carência de professores nas escolas da cidade. É o que declara a diretora dessa instituição, a professora Alair, em 1967:

¹⁴⁹ Essa lista com os nomes dos formandos encontra-se no acervo do NUME.

“Comprova-se a necessidade da existência desta faculdade com o aproveitamento, pelas diversas escolas de grau médio, de nossas **alunas**, não só as que completaram como as que ainda freqüentam os diversos cursos”¹⁵⁰ (ALMEIDA, 19 abr. 1967, grifo meu). Ainda, acrescenta a mesma diretora: “seguidamente somos procurada [sic] por Diretores, solicitando indicação de professôres para atender cadeiras em sua escola de grau médio” (ALMEIDA, 19 abr. 1967). Nesse sentido, Vinhas (4 jul. 1967) e Amaral (6 jul. 1967) acrescentam que a procura por docentes não se restringia aos ginásios da cidade do Rio Grande e de São José do Norte, pois abrangia também Mostardas e Santa Vitória do Palmar.



Figura 4 – “Flagrante de uma aula de APOLOGÉTICA”, nov. 1961.

Fonte: UNIVERSIDADE CATÓLICA SUL RIOGRANDENSE DE PELOTAS, 1961, p. 6. Foto do acervo do NUME.

A *figura 4* além de apresentar o “flagrante” de uma aula de ensino religioso, em 1961, também evidencia outro aspecto marcante na Faculdade Católica de Filosofia, a constante presença feminina. Todos os entrevistados frisam, no item 4. *j.* do roteiro de entrevista e ao longo da entrevista, que principalmente nos anos iniciais da Faculdade de Filosofia as mulheres destacavam-se entre o corpo

¹⁵⁰ Apesar de Almeida referir-se apenas as **alunas** é importante esclarecer que no Ginásio Básico “Fernando Freire” foi citado o nome de três alunos-homens da Faculdade. Nas outras listas, contendo seis instituições escolares, encontram-se somente nomes femininos.

discente. Muitas trabalhavam ou, além de trabalhar, eram casadas e tinham filhos, mesmo assim foram estudar a noite para obter a formação em nível superior. Conforme alguns entrevistados, o trabalho aliado ao casamento, porém, também levava a evasão de alguns estudantes.¹⁵¹ Nesse sentido, menciona Bassanezi (2009, p. 624), embora se referindo a década de 1950, no Brasil: “Como as mulheres ainda eram vistas prioritariamente como donas de casa e mães, a idéia da incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social”. Por isso, para não deixar de lado os “afazeres domésticos” e os cuidados com a família, muitas mulheres desistiam no meio dos estudos. Conforme Bassanezi (2009), a inserção da mulher no ensino superior alterou-se na década de 1960. Confirma a autora: “A proporção de homens para mulheres com curso superior, que em 1950 era de 8,6 para 1, baixou, em 1960, para 5,6” (BASSANEZI, 2009, p. 625). Essa proporção de homens e mulheres com curso superior também, aos poucos, foi sendo alterada em Rio Grande, na década de 1960.

Nas leituras de Altmayer (2003), Alves (2004a), Magalhães (1997) e Meirelles (2008), referentes à história dos cursos que deram origem a FURG, percebe-se que na Escola de Engenharia Industrial, na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e na Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”, que antecederam a Faculdade de Filosofia, a maioria dos formandos da década de 1960 eram do sexo masculino. Veja a seguir:

Quadro 3 – Número de formandos da primeira turma de Engenharia, Ciências Políticas e Econômicas e Direito

	Alunas	Alunos	TOTAL
Escola de Engenharia Industrial – Modalidade Mecânica (1960)	---	6	6
Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (1962)	2	13	15
Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua (1965)	6	18	24

--- não constam alunas

Fonte: Altmayer (2003), Alves (2004a), Magalhães (1997) e Meirelles (2008).

Nos cursos da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande inverteu-se tal situação. Percebe-se, a seguir, que a presença feminina supera a masculina na maioria dos cursos.

¹⁵¹ Comprova-se o índice de evasão dos discentes, nos cursos de Filosofia, Pedagogia e Letras, na Ata n. 21 (5 nov. 1964) da Faculdade de Filosofia.

Quadro 4 – Número de formandos da primeira turma dos cursos da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande

	Alunas	Alunos	TOTAL
Curso de Filosofia (1964)	12	1	13
Curso de Pedagogia (1964)	7	---	7
Curso de Letras (1967):			
Francês	6	---	6
Inglês	3	---	3
Curso de Matemática (1969)	3	6	9

--- não constam alunos

Fonte: UCPEL. Termos de conclusão de curso (1964-1967).

Comparando os *quadros 3 e 4* constata-se que a criação da Faculdade de Filosofia propiciou a formação de um maior número de mulheres no município do Rio Grande. Sobre o assunto, comenta a professora Alice (1º nov. 2010), referindo-se ao item 5. b. *Opinião sobre a baixa procura feminina nos cursos superiores da cidade*, do roteiro de entrevista:

Os outros cursos [anteriores aos da Faculdade de Filosofia] eram essencialmente masculinos. Porque naquela época a mulher era mais voltada para o magistério e o homem não queria porque achava que era um trabalho feminino. Então, eles ficavam com esta parte de Direito, Economia. [...] Depois, sim, a mulher introduziu-se em todos os setores masculinos... A nossa Faculdade era essencialmente feminina, embora com alguns poucos homens.

O relato da professora Alice, relacionado ao item 5. b., resume a principal fala dos demais entrevistados. Todos destacam que as mulheres, antes da Faculdade de Filosofia, não procuravam os cursos superiores da cidade porque muitas optaram pelo magistério, então não havia interesse nos cursos que eram oferecidos, cujo público no início era essencialmente masculino. Ainda, acrescenta a professora Ruth (27 out. 2010): “As mulheres ficavam na dependência do marido ou dos pais. Se os pais ou o marido não tivessem condições de pagar, elas não podiam ir”. Muitas mulheres também, mesmo com a formação do ensino normal, não exerciam a profissão ao se formarem no magistério, contentando-se apenas com o prestígio do diploma.

Ainda, o *quadro 4* demonstra que entre os cursos de Filosofia e de Pedagogia, apenas um homem formou-se na primeira turma de Filosofia, de 1964.¹⁵² Na primeira turma de Pedagogia, conforme a professora Alice, um homem

¹⁵² Em entrevista realizada por Corrêa (2010, p. 45) a um professor de Filosofia, formado na UCPEL, constata-se que, no período de 1964 a 1968, o índice de mulheres era superior ao de homens no corpo discente. Segundo o entrevistado eram apenas dois homens cursando Filosofia nesse período. Portanto, a majoritária presença feminina no curso de Filosofia em Pelotas não se diferencia do mesmo curso oferecido em Rio Grande.

matriculou-se em 1961, porém desistiu do curso no segundo ou terceiro ano, tratava-se de Walter Renato Monteiro Badejo.

Convém, neste momento, apresentar o penúltimo tema do roteiro de entrevista, referente a informações sobre outros cursos superiores da cidade, contendo os itens 5. a. e 5. b. Sobre o item 5. a. *Informações gerais* os professores da Faculdade de Filosofia preferem não comentar, pois não tiveram contato com os outros cursos que não fossem da sua área de atuação. Como destaca a professora Stella (10 nov. 2010): “Esses outros cursos eu não sei, funcionavam até em prédios diferentes”. Nesse sentido, enfatiza a professora Solange (15 out. 2010): “Foge da minha área, não vou dar palpite”. Somente o professor padre João (13 jul. 2011) atuou também no curso de Direito, sobre o qual menciona o interesse dos alunos, maioria do sexo masculino, diz: “Davam valor, queriam sair sabendo”. A senhora Elsa (9 dez. 2011), não somente nesse item, mas ao longo da entrevista, ressalta que a efervescência dos cursos superiores “socialmente foi uma beleza para quem viveu aquela época” e completa: “Tinham as boates de final de semana que o pessoal ia dançar, conversar e namorar. Foi muito bom o movimento depois da Engenharia; nos anos 60”.¹⁵³

Outras informações sobre os discentes da Faculdade de Filosofia foram encontradas nos *Termos de conclusão de curso* de Filosofia e de Pedagogia (UCPEL, 1964-1967). Conforme tais documentos, a presença feminina entre os discentes continuou superando a masculina nos dois cursos. Tal fato também se justifica pela demanda reprimida dessas estudantes, pois não havia na cidade a opção de cursos superiores voltados para a formação docente, até a criação dessa instituição.

Esse foi um dos diferenciais da Faculdade de Filosofia que colaborou para a formação de docentes e, conseqüentemente, para preencher as necessidades das instituições educacionais do município pela falta desses profissionais. Tanto que, em 1965, por exemplo, houve dificuldade na aquisição de professor de Língua Portuguesa para o curso de Letras, tendo que vir de Pelotas uma professora contratada “que em face das circunstâncias, teria vencimento bem maior do que os

¹⁵³ O “movimento depois da Engenharia”, como diz a senhora Elsa, também fica registrado no setor *Tic-Tac* do jornal *Rio Grande* (mar. 1961) que menciona as passeatas e os bailes dos “Bichos”, integrando os estudantes dos cursos superiores da cidade. Entre os interesses da “Parada dos Bichos” constam: “Tornar as escolas superiores conhecidas, difundir o espírito universitário entre a população, despertar o interesse dos estudantes para os vestibulares, propagar o nome da cidade do Rio Grande” (RIO GRANDE, 17 mar. 1961, n. 87, p. 1).

demais Professores”¹⁵⁴ (ATA N. 25, 3 maio 1965). A falta de professores foi uma constante nos diferentes níveis de ensino da cidade, o que pode estar relacionado com as dificuldades de acesso às oportunidades de maior escolaridade.

Conforme Tambara, Quadros e Bastos (2007, p. 333), no período entre 1930-80 houve no Rio Grande do Sul

[...] uma solidificação do processo de feminilização do magistério e, também, uma clara feminilização no corpo discente no âmbito do ensino primário e secundário. As mulheres passaram a constituir o grupo com maior participação e com maior escolaridade.

O resultado desse processo de feminilização no ensino primário e secundário, provavelmente, chegou à cidade do Rio Grande, mesmo que de forma tardia, e contribuiu para que as mulheres tivessem a formação exigida para chegar ao ensino superior.

Enfim, em Rio Grande a frequência das mulheres no ensino superior começou a se acentuar tardiamente, na década de 60, resultado da própria inserção tardia de uma Faculdade voltada para a formação de docentes na cidade. Isso fez com que algumas rio-grandinas, aquelas que possuíam condições financeiras, buscassem a qualificação superior em outras cidades.

Para completar o tema, referente ao corpo discente da Faculdade de Filosofia, vale mencionar algumas atividades realizadas pelo “Centro Acadêmico Padre Luiz de Carvalho”, organizado em 22 de abril de 1961, depois nomeado “Diretório Acadêmico Padre Luiz de Carvalho”. Buscando demonstrar sua eficiência, consta no *Relatório de atividades discentes do Diretório Acadêmico*, de 1967:

Não obstante todos os sentidos do corpo discente estarem, precipuamente, voltados para o trabalho escolar, sua presença tem-se feito sentir, não só no meio universitário local, como também na comunidade e fora dela, através de manifestações esportivas, culturais, artísticas, sociais e assistenciais (UCPEL, 1967).

Entre as catorze atividades que constam no relatório do Diretório Acadêmico destacam-se as relacionadas com os calouros da Faculdade de Filosofia; a interlocução com membros da direção, docentes e discentes; as atividades esportivas que integravam outros cursos superiores da cidade e fora dela; a promoção de aulas inaugurais e outros encontros, com membros de diferentes instituições; a representação dos discentes em eventos sociais e assistenciais da

¹⁵⁴ Outras informações semelhantes também podem ser encontradas nas Atas n. 20 (2 mar. 1964) e Ata n. 22 (3 dez. 1964) da Faculdade Católica de Filosofia.

cidade; e, a edição do jornal *A coruja*¹⁵⁵. Nesse impresso observam-se todas as atividades mencionadas sendo articuladas pelos discentes, porém só foram localizados quatro exemplares. Infelizmente, a não conservação dos documentos apagam parte da história dessa instituição de ensino superior que, assim como as demais, reanimou a cidade do Rio Grande.

Depois de realizar entrevistas com representantes do corpo dirigente, docente e discente da Faculdade de Filosofia, buscou-se finalizar o *corpus* de entrevistados com uma secretária da instituição. Dessa forma foi possível obter relatos de pessoas que participaram da história da Faculdade, em diferentes posições. A última entrevista foi realizada com a senhora Elsa Helena Heidtmann Vaggetti, de 79 anos. Mesmo atuando como secretária, somente nos dois últimos anos da Faculdade Católica de Filosofia, ela fornece informações interessantes sobre a instituição e, ainda sobre o contexto da cidade, no período entre 1950 e 1960. A senhora Elsa (9 dez. 2011) enfatiza a importância da criação dos cursos superiores em Rio Grande, pois antes os estudantes, apenas aqueles com condições financeiras, saíam da cidade. Salienta:

Antes a pujança da cidade era toda industrial, não havia quem não tivesse emprego naquele tempo na Companhia Swift, na Rheingantz, na Ítalo. Quem não tinha estudo ia trabalhar na companhia de pesca. [...] Então, o pessoal tinha emprego e os que queriam mesmo estudar iam embora. As pessoas com mais dinheiro é que podiam sustentar os filhos fora de casa.

Também informa que, fez o ensino primário na Escola Normal “Santa Joana D’Arc” e o secundário no Colégio Lemos Júnior, o científico. Relembrando o período em que estudava, afirma: “De toda a turma de 48 alunas só duas foram para o científico e cursaram comigo. Essas duas foram para Porto Alegre e fizeram Matemática”. Avaliando sua formação, enfatiza:

Os professores eram verdadeiros mestres, extremamente categorizados. Tanto é que os alunos do Colégio Lemos Júnior sempre tiravam os primeiros lugares nos vestibulares. Embora não existissem aqui ainda, eles iam para outros lugares. O Colégio Lemos Júnior era padrão, os alunos sempre passavam no vestibular. Meu pai não me deixou ir para Porto Alegre porque não teria onde ficar.

¹⁵⁵ Os exemplares de *A Coruja* (dez. 1963, n. 1 / abr. 1964, n. 2 / maio 1966, n. 3 / set. 1966, n. 4) encontram-se no acervo do NUME. Sobre esta fonte de pesquisa, considerada ainda pouco explorada pelos pesquisadores da história da educação, acrescenta Barreira (2004, p. 402): “Dentre os novos objetos que vão sendo incluídos nos trabalhos de historiadores da cultura, os impressos, as revistas e os periódicos constituem fontes privilegiadas”. Ver também Amaral (2003), entre outros.

Mesmo querendo continuar os estudos, informa que não cursou o ensino superior “porque no tempo que me formei, em 1951, era muito difícil sair da cidade para estudar”. Em 1951 ainda não havia nenhum curso superior na cidade, somente em 1956 começou a funcionar a Escola de Engenharia, onde o público era essencialmente masculino. Ela pretendia cursar Química Industrial, em Porto Alegre, mas, ainda no mesmo ano, recebeu uma proposta para trabalhar no Colégio Lemos Júnior. Desde então, passou a atuar como secretária, profissão a qual demonstra apreço. Sobre a criação de cursos superiores, a partir da Engenharia, diz:

Quando veio a Engenharia foi uma beleza porque não só os nossos rapazes ficavam na cidade como outros vinham de fora. As meninas arranjaram bons casamentos com os rapazes que ficavam aqui. Isso foi dando a vontade de surgir na cidade outros cursos superiores. Começou com a Fundação Cidade do Rio Grande que fez a Engenharia. Mas, ainda era uma coisa muito demorada e utópica. Nesse meio tempo surge a vontade de fazer um curso voltado para o público feminino que tinha ficado na cidade. As moças saíam do primário e faziam o curso normal. Elas só poderiam ser professoras do ensino primário e não do secundário. Era uma boa profissão ser professora. Naquele tempo era o sonho de muita garota...

A Faculdade de Filosofia oportunizou a ampliação da sua atuação como secretária, passando a trabalhar no Colégio Lemos Júnior e a noite na Faculdade, quando funcionava no Instituto de Educação “Juvenal Miller” e no Grupo Escolar “Helena Small”.¹⁵⁶ Depois de 1969 passou a atuar na Universidade do Rio Grande, aposentando-se em 1991. Mas, assim como os demais entrevistados, entre os 70 e 80 anos de idade, mantém-se envolvida com várias atividades. Como destaca: “Os conhecimentos que adquiri desse meio estudantil acompanham-me até hoje [...] Sempre estou secretariando alguma coisa...”.

Quanto ao item 4. *I. Histórico na instituição*, sabe-se que a senhora Elsa e os professores da Faculdade trabalharam em períodos distintos na instituição, mesmo assim, todos não deixam de ressaltar o quanto a experiência na Faculdade favoreceu o ingresso na Universidade, propiciando a estabilidade em suas carreiras profissionais, a partir de 1969. Como relata, por exemplo, a professora Stella (10 nov. 2010): “foi uma experiência bastante grande para atuação nos cursos da Universidade”. Os entrevistados, enfim, são gratos por tal oportunidade.

¹⁵⁶ Alice Lotufo, já falecida, também foi secretária da Faculdade. Ela recebeu *Homenagem de Amizade* da primeira turma de formandos, de 1964. No período anterior a atuação da senhora Elsa, trabalhava Marly Zaira Poester, como secretária e tesoureira da Faculdade. Assim que a senhora Elsa passou a trabalhar como secretária, Marly passou a trabalhar na tesouraria da instituição.

4.4 Aspectos do funcionamento até a cedência para a Universidade

Com o objetivo de apresentar aspectos sobre as aulas e o funcionamento da Faculdade de Filosofia elencam-se dois itens do roteiro de entrevista, item 4. f. e 4. h., além de informações pesquisadas nos documentos da instituição. Para finalizar, também se aborda como a Faculdade conseguiu o seu reconhecimento.

Quanto à *avaliação das disciplinas*, item 4. f., não houve grandes destaques nas entrevistas, até porque as aulas se restringiam aos poucos recursos existentes no momento. De uma maneira geral, os professores da Faculdade de Filosofia destacam que organizavam o conteúdo conforme o programa, avaliando os alunos através de provas. Para exemplificar, cita-se o relato da professora Stella (10 nov. 2010):

Os conteúdos eram aqueles necessários a formação do profissional... Os recursos eram os disponíveis na instituição que estava sendo utilizada. [...] Por exemplo, na Escola Joana D'Arc os recursos eram melhores pela própria situação de uma escola particular. Também acredito que quando começou a funcionar a Faculdade também compraram materiais e os professores também colaboravam. Mas, as aulas eram mais com o professor, o quadro-negro e os alunos... Utilizávamos a biblioteca da instituição, a biblioteca pública da cidade.

As professoras Alice e Ruth, que estudaram na Faculdade no mesmo período, de 1961 a 1964, recordam das avaliações com provas escritas e trabalhos, às vezes em grupo, e que para cada disciplina havia um livro ou apostila. Vale citar o relato da professora Ruth (27 out. 2010):

[...] na Faculdade nem se falava em televisão, principalmente nas católicas. Televisão era um objeto pecaminoso [riso]... Senti a diferença, nas escolas públicas era muito melhor. [...] Agora, na Filosofia nem contávamos que tinha novela na televisão... As freiras saíam de perto quando falávamos de televisão, novela...

A professora Ruth, como foi dito, antes de ingressar na Filosofia, sempre estudou em escolas estaduais. Por isso, ao longo da entrevista, aborda a diferença entre as instituições laicas e católicas. Quando ingressou no curso de Filosofia havia mais mulheres e freiras estudando, tendo apenas um homem na turma.

A *avaliação do funcionamento da instituição* foi outro tópico abordado na entrevista, item 4. h., o que possibilitou conhecer, principalmente, algumas dificuldades enfrentadas pela Faculdade. Nos relatos dos entrevistados, percebe-se que, no início do funcionamento, a Faculdade dependia da colaboração dos professores, muitos atuavam em outras funções, pois havia poucas pessoas

trabalhando. Além disso, a remuneração era pouca, por aula-dada, quando não revertida para ajudar na compra de livros para biblioteca. Mesmo assim, diz a professora Solange (15 out. 2010): “não nos arrependemos, em absoluto, do sacrifício que na época fizemos [refere-se ao baixo salário] porque depois tivemos a melhoria, aí veio à compensação. Ergueu-se a Universidade, organizou-se, as coisas foram melhorando economicamente”. Depois que foram criados mais cursos, aumentando o número de alunos e funcionários, percebeu-se que a Faculdade melhorou o seu funcionamento. Mas, mesmo assim, continuava dependendo da colaboração da mantenedora, a Mitra Diocesana de Pelotas, e dos alunos que, às vezes não pagavam a mensalidade.¹⁵⁷

Como não possuía prédio próprio, as condições das instalações dependiam do que era oferecido pelas escolas. Vale aqui citar o relato da professora Alice (1º nov. 2010) quando relembra o que faziam as alunas nos intervalos de aula:

Estudávamos lá e a noite. Não tínhamos cantina, não tinha nada. Tinha um breve intervalo em que podíamos sair da sala de aula e aí aproveitávamos para sair mesmo. Algumas, as solteiras porque as casadas geralmente não saíam. Íamos para um barzinho qualquer porque naquela época não tinha muito. Tinha um no calçadão, que lembro, lá perto da Igreja do Carmo. Saíamos em grupo e depois não voltávamos, principalmente se o professor não era dos mais interessantes. Aí [risos], as freiras começaram a reclamar [risos] e trancavam a porta, não nos deixam sair [risos]. Até isso fazíamos! É coisa que vocês fazem também. Hoje somos velhas e achamos anormal, mas naquela época, para jovens era tudo certo... Aí as freiras começaram a trancar a porta para não sairmos. Tínhamos que ficar no pátio mesmo [risos].

A professora Alice refere-se à Escola Normal “Santa Joana D’Arc” que, como mencionado, teve o prédio cedido para o funcionamento da Faculdade de Filosofia. Percebe-se que como qualquer instituição educativa, principalmente católica e voltada para a formação de professoras, funcionava baseada em normas. Como menciona Louro (2009, p. 455): “O cotidiano das jovens no interior dessas escolas é, como o cotidiano de qualquer instituição escolar, planejado e controlado”, segue mais adiante a mesma autora: “A formação das professoras, portanto, também se faz pela organização e ocupação de seu tempo, pelo uso dos espaços, pelas permissões e proibições para onde ir ou não ir” (LOURO, 2009, p. 455). Menciona-se Louro (2009), pois embora a autora refira-se unicamente a escola normal,

¹⁵⁷ A Ata n. 6 (23 fev. 1962) da Faculdade de Filosofia, por exemplo, refere-se à dificuldade de alguns alunos em saldar a anuidade com a tesouraria da instituição.

percebe-se que em qualquer nível do ensino as “permissões e proibições” da instituição marcam quem participou da sua história.

Sobre o funcionamento da Faculdade de Filosofia também cabe citar um trecho do discurso proferido, nos 25 anos da FURG, pela professora Maria Cleusa Allemand (2008, p. 44). Diz a professora:

Sim, era verdade, faltava quase tudo: sede, espaço físico, móveis, material didático e de expediente, professores melhor qualificados, pois a maioria era iniciante nas lides universitárias, mas tínhamos amor pelo saber, e tínhamos alunos ávidos de cultura e tínhamos vontade, muita vontade, permeada de grandes dúvidas, de acertar na conquista de nosso ideal: A educação, não como um ser em si, mas como um ser para outro, uma socialização do indivíduo para o bem comum.

Ainda, para maiores informações sobre a Faculdade de Filosofia foram verificadas suas atas de reuniões, do período de 1961 a 1970. Entre as cinquenta e duas atas verificadas constam alguns problemas internos ao longo do funcionamento da instituição. Dentre os principais problemas salienta-se a carência de recursos financeiros, tendo a Faculdade que variar constantemente o salário-aula dos professores. Conforme informações apresentadas, por exemplo, na Ata n. 4 (10 set. 1961):

[...] o Sr. Diretor [Hugo Dantas Silveira] elogiou o espírito de cooperação do Corpo Docente que aceita trabalhar pelo módico salário de Cr\$ 100,00 (Cem Cruzeiros) por aula realmente dada, havendo mesmo professores que fazem reverter seus vencimentos em benefício da Faculdade.

Segue a mesma Ata:

A seguir, o Sr. Diretor manifestou seu desejo de melhorar, para o próximo ano, o salário aula. Não podendo cobrar aos alunos anuidade superior, sob pena de criar uma Faculdade privilegiada, indispensável se faz a criação de uma fonte de recursos financeiros suficientes, possibilitando fixar um salário condizente com as demais Faculdades filiadas à Universidade [...].

Como foi frisado na Ata n. 4, os salários eram baixos e, ainda havia professores que doavam o seu salário para a Faculdade. A mesma informação também é relatada pelas professoras entrevistadas. Para exemplificar, cita-se o discurso da professora Solange (15 out. 2010) que lecionou durante todo o período de funcionamento da Faculdade de Filosofia. Segundo ela:

[...] poucos queriam dar aula na antiga Filosofia porque não se ganhava quase nada, praticamente. Era mais o ideal, o ideal da cidade ter uma Faculdade de Filosofia. Formar professores em Pedagogia e Filosofia. [...] Começou com estes dois cursos. Então, éramos idealistas, queríamos que a cidade se beneficiasse com esse tipo de curso para não ter que ir a

Pelotas ou outros lugares mais. Então, não havia no nosso grupo inicial pensamento em ganhar salário alto. Sabíamos que não podia haver esse salário alto, não havia condições para isso. Não era bem isso que queríamos. Queríamos era ajudar, ajudar aqueles que quisessem cursar estes cursos, então cursar aqui, Rio Grande.

A professora Alair (22 dez. 2010) que, além de diretora, lecionou na Faculdade de Filosofia, também aborda o tema da carência de remuneração e relembra: “No fim do ano o Dr. Hugo dizia: ‘eu proponho que os professores deixem o seu salário para a biblioteca, os que forem contra levantem-se’. Ninguém se levantava, então se trabalhou de graça. Mas, valeu! [Os alunos] tinham que estudar!”. O mesmo fato foi mencionado pela filha de Hugo. Conforme Jussara (11 jul. 2011): “Ele induziu todos a doarem o salário para formar a biblioteca e a Faculdade ser reconhecida”. Isso porque a Faculdade precisava de uma biblioteca própria e o número de livros era salientado nos relatórios de funcionamento da instituição. A falta de livros foi um dos requisitos mencionados no relatório de Lima (2 ago. 1967) que enfatiza, entre outros aspectos: “torna-se necessário que a Faculdade melhore a sua biblioteca” para fins de reconhecimento da instituição. Então, o diretor Hugo doava a sua parte e pedia a contribuição dos demais membros da instituição. Até porque sabia que, assim como ele, todos trabalhavam em outras instituições e não dependiam da remuneração recebida pelas poucas horas de trabalho na Faculdade de Filosofia.

Os relatos das professoras, mais uma vez, demonstram o quanto a histórica profissão escolhida pelas mulheres está associada ao sacerdócio, por isso aceitavam trabalhar por um “módico salário”. Como destaca Chamon (2005, p. 97), da professora esperava-se que fosse uma sacerdotisa que se dedicasse a nobre causa por amor. Da mesma forma, sobre “as mulheres-professoras” na construção da História da Educação no Rio Grande do Sul afirma Bem (2003, p. 100):

Às professoras foi inculcado que deveriam se constituir em modelos para as crianças, “vocacionadas”, percebendo o magistério “como sacerdócio”, “extensão do lar”; deveriam ser professoras “prendadas”, possuindo “boas maneiras”, “moral ilibada”, constituindo-se como pessoas de posturas submissas, acatando ordens e trabalhando por um custo bem menor.

Enfim, uma remuneração condizente com o trabalho que realizavam não chegou aos professores da Faculdade de Filosofia, mas o reconhecimento pelo desempenho profissional fica aqui registrado. Isso porque a doação dos professores e da direção da Faculdade foi reconhecida pelo corpo discente. Para ilustrar essa

questão, toma-se como referência o relato da professora Ruth (27 out. 2010), aluna da primeira turma do curso de Filosofia, quando afirma: “sentíamos que os professores ganhavam pouco e estavam dando mais do que deveriam dar... Acho que tudo valeu! Se tivesse que ir de novo, iria para as mesmas Faculdades [de Filosofia e Direito]”.

Ressalta-se também que a carência financeira da Faculdade de Filosofia podia estar associada ao pequeno número de alunos matriculados nos cursos da instituição. Conforme parecer de Lima (2 ago. 1967), sobre o funcionamento da Faculdade, a escassez de alunos justificava-se pela falta de reconhecimento da instituição. Mesmo assim, um dos membros da comissão verificadora da Faculdade de Filosofia do Rio Grande, um professor catedrático da Faculdade de Filosofia de Juiz de Fora, não deixou de reconhecer que “a qualidade do ensino é bem acima da média das Faculdades de Filosofia que conheço no país”.

Revisando o que foi apresentado nos dois capítulos anteriores deste trabalho, acrescentam-se algumas considerações quanto ao funcionamento da instituição em pesquisa. Mesmo fazendo uma breve comparação com as demais Faculdades de Filosofia, seja em âmbito nacional ou regional, percebe-se que a Faculdade de Filosofia do Rio Grande sofria dos mesmos males da maioria das instituições da mesma área. Talvez, porém, acrescidos pelo fato de se constituir em uma cidade do interior, onde o investimento no ensino superior pareceu tardar. Como em todo trabalho pioneiro, observou-se tropeços e uma série de deficiências de toda ordem, mas nada que tenha impedido o seu funcionamento e mais do que isso, o reconhecimento institucional.

Como foi exposto no *capítulo 2*, Oliveira Jr. analisa que, na década de 1950, não eram poucas as “insuficiências qualitativas e quantitativas” das Faculdades de Filosofia pelo Brasil (CUNHA, 1983, p. 161-162). E, na década seguinte, a situação não se modificou. Em 1963, por exemplo, realizou-se, em Brasília, o Seminário sobre a estrutura das Faculdades de Filosofia do Brasil, onde o tom do debate carregava uma visão negativa sobre todas essas Faculdades. Isso porque não conseguiam ir além da formação de professores, finalidade básica. Como representantes do diretor Hugo Dantas Silveira, as professoras Buaiz e Maia (mar. 1963) compareceram ao Seminário e compuseram um Relatório para a Faculdade de Filosofia do Rio Grande. Relataram que “a sessão inicial constituiu-se em verdadeiro ataque às Faculdades de Filosofia do Brasil [...] as mesmas haviam

fracassado na execução que se atribuíram”. Eram três os propósitos que não estavam se efetivando: “unificar os complexos universitários”, “formar especialistas de alto nível” e “professores secundários na qualidade e na quantidade desejáveis e necessários”. Para Alves (2004b, p. 178), o Seminário proporcionou a Faculdade de Filosofia do Rio Grande, “o espaço para a consciência crítica e para um repensar das próprias estruturas da instituição”.

O reconhecimento da Faculdade de Filosofia foi brindado com o Decreto n. 61.617, de 3 de novembro de 1967 (BRASIL, 1967). Sobre tal tema, anuncia o *Jornal Rio Grande* (14 nov. 1967, n. 280, p. 8), sob o título “FACULDADE DE FILOSOFIA: ATO DE RECONHECIMENTO FOI PUBLICADO”:

Conforme telegrama que, de Brasília, enviou-nos o deputado Adylio Martins Vianna, cumpriu-se a última etapa do ato de reconhecimento da Faculdade de Filosofia de Rio Grande, isto é, a publicação no <<Diário Oficial>> da União.

De acôrdo com o mesmo telegrama, a publicação do Decreto 61.617, de 3 do corrente, no qual é reconhecida a Faculdade de Filosofia de Rio Grande, foi efetuado cinco dias depois, isto é, a 8 do corrente.

Idêntica informação foi mandada pelo deputado Adylio Martins Vianna ao vereador Lindalvo Monteiro, que, ontem, levou-a ao conhecimento da Câmara Municipal.

Antes de conseguir o reconhecimento, a instituição passou por inspeções a pedido do Governo Federal. Coube a Leite (1967) verificar as condições de funcionamento da Faculdade e, levando em consideração vários aspectos, apresentar o parecer que, apesar de algumas ressalvas, seria favorável ao reconhecimento da Faculdade, juntamente com os cursos de Filosofia, Pedagogia e Letras Inglês e Francês.¹⁵⁸ Nesse processo, a Faculdade de Filosofia contou com a mobilização de diferentes forças locais. Também merece destaque o apoio, através de atestados favoráveis ao reconhecimento, do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul (VINHAS, 4 jul. 1967), da Prefeitura Municipal do Rio Grande (CATTANI, 5 jul. 1967), da Câmara do Comércio da cidade (FRAZÃO, 6 jul. 1967) e da Fundação Cidade do Rio Grande (AMARAL, 6 jul. 1967).

Enfim, chega-se ao penúltimo item do roteiro de entrevista, 4. *m. Opinião sobre a vinculação da instituição a Universidade do Rio Grande*, em agosto de 1969. Sobre esse tema, todos os professores da Faculdade de Filosofia enfatizam que a única exigência do bispo Dom Antônio Zattera era a de manter o ensino religioso.

¹⁵⁸ O curso de Matemática não foi reconhecido no momento, pois ainda não havia dois anos de funcionamento.

Como destaca a professora Stella (10 nov. 2010): “A Universidade do Rio Grande assumiu o compromisso de manter no currículo o ensino religioso...”. As alunas da Faculdade e a senhora Elsa também afirmam a importância da Escola de Engenharia Industrial, da Fundação Cidade do Rio Grande, que estava federalizada e com prédio próprio, então todas as Faculdades foram cedidas para a criação da Universidade. Complementa a professora Stella (10 no. 2010): “Havia essa necessidade, então essa transição foi tranquila”. Inicialmente, as Faculdades continuaram funcionando nos mesmos prédios e depois passaram para o *Campus Cidade*.¹⁵⁹ Sobre essa transferência, relembra a professora Ruth que na época era aluna no curso de Direito:

No Direito achei uma passagem maravilhosa. No início até gostávamos de estar no Colégio São Francisco, mas quando estava no segundo ano, passei para FURG... Era mais biblioteca, mais moderna, os professores eram mais atualizados. Vinham professores de outros lugares...

A professora Alair (22 dez. 2010) afirma que Dom Antônio Zattera só exigiu que se mantivesse uma disciplina voltada para os princípios católicos. Acrescenta: “Foi a única coisa que ele pediu. Muitos comentários maldosos disseram que ele exigiu tanto de dinheiro, tudo mentira. Eu sei porque dirigi e foi para mim que ele passou a Filosofia para a Universidade”. A mesma afirmação também é repetida pela professora Solange (15 out. 2010) que acrescenta: “Ele foi fiel ao ideal dele, ao ideal pedagógico e religioso”. Nesse sentido, enfatiza o professor padre João (13 jul. 2011):

Foi um jogo diplomático do bispo. [...] Ele já estava com idade... Então, deu todos os cursos de graça só com a obrigação de manter em todos os cursos [...] a Doutrina Social da Igreja que depois passou para Pensamento Social Cristão... Foi uma forma de aprofundar, de chamar dinheiro do governo porque sem dinheiro não daria. [...] A disciplina Doutrina Social da Igreja ministrei durante muito tempo, até que mudamos para Pensamento Social Cristão porque podiam pensar que era catecismo da Igreja... Depois no lugar de Apologética a disciplina de Lógica no Direito...

Assim como os professores, a senhora Elsa (9 dez 2011), além de mencionar a permanência do ensino religioso, explica como ocorreu a mudança dos prédios. Diz: “Nosso reitor passou a ser o professor Adolpho Gundlach Pradel. Quando foi no dia 2 de dezembro de 1972 é que houve a mudança, o professor Eurípedes Falcão

¹⁵⁹ Conforme informações em Termos de Conclusão de Curso da Faculdade de Filosofia (UCPEL, 1970), a última turma do curso de Filosofia formou-se em 22 de dezembro de 1970. Os demais cursos da Faculdade de Filosofia mantiveram-se na Universidade do Rio Grande.

Vieira tomou posse. Formaram-se os Centros e Departamentos no *Campus Cidade...*” e segue:

Mas, com muitos constrangimentos... Chegamos em um lugar que era da Engenharia. Hoje a instalação do *Campus Cidade* é uma beleza, imagina há 40 anos... Depois houve uma incorporação muito boa. Todos os cursos foram para lá... Na época imaginávamos que seria uma pessoa da engenharia o reitor... como iríamos para a casa deles, achávamos que seria um dos engenheiros... Mas, foi escolhido o professor Eurípedes... Ele tinha sido Secretário de Educação do município, tinha muita experiência. Acho que foi para deixar a vontade os outros, um terreno neutro. Ele fez uma ótima gestão, de 1972 a 1976.

Ainda, a senhora Elsa destaca que nessa mudança os professores se aperfeiçoaram. Principalmente aqueles que não possuíam a formação docente e fizeram uma complementação pedagógica, organizada pela professora Alair. Eram três cursos de especialização, diz: “Orientação Escolar, Administração e Supervisão. [...] Foi uma coisa maravilhosa porque de noite se reuniam os médicos, os engenheiros e com isso eles conseguiram o registro de professores mesmo”. Em conformidade com o relato da senhora Elsa, apresenta a Ata n. 44 (24 abr. 1970) da Faculdade: “Foi tratado o assunto sobre a necessidade de especialização dos professores de nível posterior. Em Rio Grande, disse a Senhora Diretora, não há pessoal especializado, uma necessidade quando se fala em Universidade”.

Na Ata n. 40 (26 nov. 1968), da Faculdade de Filosofia, percebe-se que a criação da Universidade estava sendo articulada pela Fundação Cidade de Rio Grande. Menciona a referida ata: “A Fundação Cidade de Rio Grande resolveu fazer um movimento com a finalidade de impulsionar o funcionamento da Universidade para o próximo ano”. Da mesma forma, em 1967, o jornal *Rio Grande* (31 out. 1967, n. 269, p. 1) articulava as intenções de criação da Universidade. Em novembro do mesmo ano, enfatiza: “Ministro poderá trazer a <<grande notícia>> dentro de um mês” (RIO GRANDE, 25 nov. 1967, n. 294, p. 1 e 7) e, no mês seguinte, apresenta anúncios consecutivos sobre a visita de Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura, que era favorável à criação da Universidade do Rio Grande. Conforme anúncio, o ministro chegaria no dia 23 de dezembro, pela tarde, para presidir a colação de grau dos Economistas de 1967, como paraninfo (RIO GRANDE, 23 dez. de 1967, n. 19, p. 1).¹⁶⁰

¹⁶⁰ Não foi possível dar sequência na pesquisa ao mês de dezembro, após o dia 23, pois a Biblioteca Rio-Grandense não conserva tal acervo do jornal *Rio Grande*.

Depois de alguns anos continuavam os rumores de criação da Universidade, mas o fato demorou a se concretizar. Nas publicações do jornal *Rio Grande*, do mês de agosto de 1969, o assunto do momento era a criação da Universidade. No dia 1º de agosto começou a se proliferar as notícias e rumores da criação, até que no dia 19 o jornal expressa: “Confirmada a criação da Universidade de Rio Grande e conhecido o seu Reitor” (RIO GRANDE, 19 ago. 1969, n. 106, p. 1), como resultado o “povo na rua para manifestar regozijo” (RIO GRANDE, 21 ago. 1969, n. 219, p. 1) e assim seguem as informações até o último dia do mês.

Para finalizar o leque de dados garimpados na pesquisa, vale citar mais algumas informações obtidas através do roteiro de entrevistas. Destaca-se do item 4. n. *Contribuição com documentos*, do roteiro de entrevista, que a maioria dos entrevistados colaborou com algum tipo de documento escrito ou iconográfico. Alguns desses documentos foram apresentados ao longo do trabalho. Apenas a professora Solange diz não ter conservado nenhum vestígio do tempo da Faculdade. Mesmo assim, tem registrado, em sua agenda pessoal, contatos de colegas que foram membros da Faculdade de Filosofia. Através desses contatos, por exemplo, conseguiu-se a entrevista com a professora Alair que não reside mais na cidade do Rio Grande e, por isso, também não pode colaborar com documentos.

O último item da entrevista, 6. *Espaço de reflexão sobre a entrevista*, pretendeu abrir um espaço livre para que o entrevistado pudesse relatar algum assunto de interesse e que fosse importante para a pesquisa. Nesse momento, além dos agradecimentos de ambas as partes, entrevistados e entrevistadora, foram mencionadas outras informações que complementaram a pesquisa e que, portanto, foram inseridos ao longo da construção deste capítulo.

Na sequência do presente capítulo, apresenta-se um resumo dos principais temas elencados sobre a história da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. Começa-se elencando o que de mais importante foi extraído dos diferentes espaços pesquisados. Na pesquisa de campo, passou-se, principalmente, pelos acervos documentais do NUME e Arquivo Geral da FURG; pelo jornal *Rio Grande*, conservado na Biblioteca Rio-Grandense; e por oito residências, onde foram realizadas as entrevistas. Um resumo de cada um destes momentos pode ser conferido a seguir.

Da pesquisa ao NUME e ao Arquivo Geral da FURG extraiu-se o cerne do trabalho. Os acervos ainda conservados nesses dois espaços, embora não

totalmente organizados, forneceram a base da pesquisa. Através deles foi possível nortear os demais caminhos que poderiam e foram percorridos. Para tanto, foi necessário leituras e releituras de ata, atestado, certificado, contrato, declaração, decreto, estatuto, parecer, relatório, entre outros documentos, que foram indicando datas, nomes, acontecimentos e sentidos de uma história para ser memorada.

As informações pesquisadas no jornal *Rio Grande*, sem dúvida, foram fundamentais para completar o que havia sido pesquisado no NUME e no Arquivo Geral. Através do jornal percebeu-se o que era noticiado sobre a Faculdade de Filosofia, assim como sobre as demais instituições superiores da cidade. Resume-se, do que foi possível manusear, que o jornal vinculou os principais acontecimentos da Faculdade de Filosofia, embora às vezes os apresentassem de forma sucinta e sem grandes ilustrações. Notícias sobre o início do funcionamento da Faculdade, aula inaugural, formaturas e o reconhecimento da instituição foram encontradas no jornal, como era de se esperar, até porque acompanham solenidades marcantes em qualquer instituição. Algumas outras informações, envolvendo a Faculdade ou membros dela, também foram encontradas, embora não fosse a instituição o foco da notícia. Ainda, outros informes, considerados secundários, foram costurados neste capítulo para complementar sua escrita.

Considera-se o jornal *Rio Grande* como uma fonte primorosa de pesquisa para qualquer trabalho que busque vestígios que envolvam a cidade do Rio Grande. Muitos dados sobre os cursos superiores da cidade, principalmente sobre a Escola de Engenharia e a criação da Universidade do Rio Grande, constam no jornal, tanto que não foi possível mencionar tudo o que foi transcrito na pesquisa, então se priorizou as publicações referentes à Faculdade de Filosofia.

As memórias sobre a Faculdade de Filosofia, registradas através das entrevistas, por fim, enriqueceram o presente trabalho, pois através delas obtiveram-se informações que certamente não seriam encontradas nas demais fontes de pesquisa. O roteiro de entrevista nortear o que se pretendia obter sobre a Faculdade de Filosofia, além de permitir o levantamento de dados pessoais dos entrevistados. Entre histórias de vida e histórias institucionais, acredita-se que foi possível obter um amálgama consistente. Considera-se que ambos, entrevistas e jornais substituíram peças perdidas e importantes do quebra-cabeça da história da Faculdade de Filosofia, encontrado no NUME e no Arquivo Geral da FURG.

Sobre a criação da Faculdade de Filosofia foi mencionado o desenvolvimento educacional e, conseqüentemente, cultural da cidade. Esse desenvolvimento não gerou apenas uma expectativa, mas, sim, uma realidade, tendo em vista o crescente número de estudantes que se aprimoravam com a formação docente. Com os novos cursos foi, aos poucos, aumentando a procura dos estudantes que buscavam o aperfeiçoamento docente, no ensino superior do Rio Grande. Confirma-se que no início da Faculdade de Filosofia, principalmente, as mulheres buscavam os cursos de Filosofia, Pedagogia e Letras para poder atuar no ensino secundário e, até mesmo, no ensino superior, devido à falta de profissionais especializados.

Deve-se, porém, considerar que a Faculdade era particular, o que oferecia uma barreira para muitos estudantes sem condições financeiras para ingressar na instituição. Então, não dá para afirmar que a Faculdade de Filosofia atingia a todas as camadas sociais, possivelmente estava voltada para as pessoas mais abastadas. Antes da sua criação, então, somente os que possuíam condições financeiras e tempo disponível podiam candidatar-se aos cursos superiores, por exemplo, de Pelotas e de Porto Alegre. Isso gerou a falta de um corpo docente qualificado para preencher as necessidades das instituições educacionais em Rio Grande. Tal realidade só foi modificada a partir da década de 1960.

Percebe-se, nos documentos cedidos pelas professoras Alice e Ruth, que o número de normalistas que se formaram junto com elas, em 1954 e 1956, foi significativo nas escolas normais “Joana D’Arc” (43 formandas) e “Juvenal Miller” (37 formandas). Cabem, então, algumas questões que fugiram dos limites deste trabalho: Estas normalistas tornaram-se “donas-de-casa” ou passaram a atuar somente no ensino primário? Saíram da cidade, buscando a formação no ensino superior, para estudar na Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas? Foram, aos poucos, ingressando na Faculdade de Filosofia do Rio Grande, a partir de 1961? Enfim, que rumos tomaram as normalistas, das primeiras turmas, das duas escolas normais do Rio Grande, já que havia carência de docentes na cidade?¹⁶¹

Pode-se dizer que a criação da Faculdade, em agosto de 1960, foi possível com a articulação do bispo Dom Antônio Zattera com “pessoas de reconhecido e notório saber”, engajadas com a educação em Rio Grande. Entre essas pessoas destaca-se Hugo Dantas Silveira, uma das principais forças intelectuais do período

¹⁶¹ Estas questões indicam novas possibilidades de pesquisa, consideradas pertinentes, juntamente com a análise sobre a história institucional das escolas normais “Joana D’Arc” e “Juvenal Miller”.

em estudo. Acredita-se que, antes de 1960, tal criação não se concretizaria, pois faltavam professores no ensino superior que foram se formando, a partir de meados da década de 1950, na Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas; e recursos para buscá-los de outros locais. Assim, os cursos superiores, mantidos pela Mitra Diocesana de Pelotas, formaram a base docente para os cursos de Filosofia e de Pedagogia do Rio Grande.

No corpo docente da instituição também havia professores de diferentes áreas, com outros trabalhos concomitantes e residentes na cidade. Enquanto as mulheres vinham da formação docente, essencialmente da Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, entre os homens a formação era diversificada, embora alguns também apresentassem a formação de professor. Cabe aqui um exemplo que vem do corpo dirigente. Enquanto o primeiro diretor, sendo também professor da Faculdade, era advogado, com formação em Porto Alegre, na PUCRS; a segunda diretora era Pedagoga, formada na Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas. Ambos, portanto, com formação em instituições católicas, estariam aptos a dirigir a instituição conforme os ensinamentos da moral cristã.

Fica evidente, ao longo da pesquisa, o quanto a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande passou por momentos de dificuldades financeiras, o que acarretava os baixos salários dos docentes. Ainda, às vezes esses salários eram revertidos para, por exemplos, compra de livros, aumentando o acervo da biblioteca, fundamental para o reconhecimento da Faculdade. O mérito do reconhecimento da instituição, portanto, não cabe a uma única pessoa, mas, sim, à todos aqueles que contribuíram para que a Faculdade de Filosofia se mantivesse, durante toda a década de 1960, aumentando os seus cursos, até passar para a Universidade. A dedicação, enfim, dos dirigentes, docentes, discentes e demais funcionários merece as devidas considerações.

Por ser uma instituição católica, não faltou a influência religiosa no processo educativo dos acadêmicos. Como futuros professores, os estudantes recebiam uma formação religiosa, que poderia ser a chave principal do “Bispo da Educação” para propagação do ideal da Igreja Católica, “contra os ataques das ideologias subversivas” que vigoravam no Brasil. Fica evidente que, junto com o “desenvolvimento cultural”, a Mitra Diocesana também objetivava a propagação católica. Conforme relatos dos entrevistados, a única exigência do bispo Dom Antônio Zattera, com a cedência da Faculdade para à Universidade, seria a de

manter o ensino religioso. Assim, de 1969 a 1991, a Igreja continuou influenciando no meio universitário, embora com alguns questionamentos contrários por parte dos estudantes, o que levou a troca do nome de algumas disciplinas que evidenciavam a moral católica.

A “efervescência de estudantes” na cidade foi propiciada pela criação dos cursos superiores, ao longo das décadas de 1950 e 1960. Quatro instituições, devidamente reconhecidas, favoreceram a criação da Universidade, em 1969. Destas quatro, cabe frisar que a Mitra Diocesana de Pelotas, como mantenedora das Faculdades de Direito e de Filosofia, contribuiu com significativa parcela. A Faculdade de Filosofia, entre as outras instituições do Rio Grande, era a única com três cursos reconhecidos e mais três em funcionamento, somando seis cursos que seriam anexados à Universidade, com uma estrutura curricular e um corpo docente organizado. A expansão dos cursos fez com que a Faculdade, que começou a funcionar na Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, ocupasse mais duas instituições educacionais da cidade. Então, não há dúvidas da importância da Faculdade de Filosofia para o prosseguimento dos cursos voltados para a formação docente na Universidade do Rio Grande.

Pelo exposto, percebe-se que, como bem diz Sanfelice (2007, p. 79), “não há instituição escolar ou educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica. [...] Não há instituição sem história e não há história sem sentido”. Pesquisas sobre as IES da cidade ainda podem ser realizadas e, certamente, contribuirão para a História da Educação. Espera-se que novos olhares sigam desvelando essas e outras histórias institucionais que continuam no escuro dos arquivos e prestes a desaparecer da memória rio-grandina. Espera-se, enfim, ter contribuído para manter viva a memória da instituição que marcou a gênese da formação docente na cidade, além de ter sido fundamental no processo de criação da Universidade.

Sabe-se que não se esgotaram as fontes e, muito menos, as possibilidades de análise sobre a instituição pesquisada. Ainda há outras histórias que poderiam ser contadas, outros focos que não couberam nas intenções deste trabalho. Como bem ressalta Werle (2004, p. 29): “Essa pluralidade de histórias e a multiplicidade de fontes indicam a multidimensionalidade daquilo que é chamado história das instituições escolares”. Outros temas, enfim, ainda poderiam ser costurados neste capítulo, mas as escolhas dos caminhos também fazem parte do processo de pesquisa. Ainda é possível reunir, comparar e organizar muitas histórias. Fica aqui o

convite para que outros pesquisadores sigam as pistas da história das instituições educativas do Rio Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade do Rio Grande, a criação de uma Universidade concretizou-se em 1969, mas os investimentos em tal propósito fazem retroceder à década anterior, quando surgem as instituições que lhe deram origem. Das quatro instituições que favoreceram a criação da Universidade, uma foi o alvo desse trabalho. Trata-se da primeira instituição de ensino superior voltada para a formação docente na cidade. Essa era a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, criada em 1960, através das reivindicações de estudantes rio-grandinos e apoiada por “pessoas de reconhecido e notório saber”, ou seja, intelectuais da cidade, que contribuíram para que a Mitra Diocesana de Pelotas, tendo como bispo Dom Antônio Zattera, investisse em tal criação. Afirma-se que a Faculdade de Filosofia foi importante, pois a partir dela, muitos daqueles que não tinham como se deslocar até outras cidades puderam, em Rio Grande, cursar a graduação pretendida.

Substancia-se, com as entrevistas e pesquisa documental, que a demanda por uma instituição de ensino superior em Rio Grande era significativa, pois estudantes rio-grandinos se deslocavam para Pelotas, onde ingressavam na Faculdade Católica de Filosofia. As entrevistas e o jornal *Rio Grande* revelam, além do número significativo de estudantes que iam para Pelotas, a possibilidade de seguir os estudos em Porto Alegre. Porém, também era significativo o número daqueles que queriam continuar estudando, mas não podiam devido à distância e às despesas. Tais dados comprovam o quanto a ausência de cursos voltados para a formação docente em Rio Grande acarretou uma demanda reprimida daqueles, principalmente mulheres, que almejam ingressar em um curso superior, dando prosseguimento à formação docente, pois atuavam no ensino primário. Tal fato também contribuía para a falta de docentes nos níveis secundário e superior na cidade.

As entrevistas confirmam também a hipótese de que somente o poder da Mitra Diocesana de Pelotas, que abrangia a cidade do Rio Grande, aliado a forças intelectuais em Rio Grande, tornou possível a criação e o funcionamento da Faculdade. Tal propósito começou a se desenvolver na década de 1950, principalmente com as ações do bispo Dom Antônio Zattera, voltadas para a formação docente em Pelotas, e de intelectuais do Rio Grande, como Hugo Dantas Silveira que se envolvia com o desenvolvimento educacional na cidade.

O bispo, ao criar a Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas, em 1953, possibilitou a formação de professores que moravam em Rio Grande e depois foram convidados para atuar na Faculdade de Filosofia desta cidade. Sem a formação de um quadro docente na cidade, não havia como criar a Faculdade, visto que contratar professores de outros locais, e até mesmo de Pelotas, seria muito oneroso. Já Hugo Dantas Silveira, como intelectual conhecido por suas articulações no meio social e professor na Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, começou a envolver-se com a possibilidade de dar sequência aos estudos das normalistas. Assim, “capitaneou” o funcionamento da instituição, como diretor e professor durante os seis anos iniciais, deixando de lado outras atividades para fazer prosperar a Faculdade rio-grandina. Nesse tempo, conseguiu, de forma louvável, mesmo com todas as limitações financeiras da instituição, criar quatro cursos que receberam reconhecimento oficial, e ainda encaminhou a criação de mais dois cursos, bem como o próprio reconhecimento da Faculdade, que chegou em 1967.

Portanto, o poder católico do bispo Dom Antônio Zattera, certamente, foi importante: possibilitou a formação de muitos dos professores do Rio Grande, que atuaram nos cursos de Filosofia e de Pedagogia da cidade, além de articular a criação de mais uma Faculdade em Rio Grande, sendo a Mitra o órgão financiador, dentre outras ações. Mas, incontestável também foi a força do rio-grandino Hugo Dantas Silveira que, embora não simpatizasse com a ideia de uma instituição particular, esteve à frente da Faculdade Católica de Filosofia nos anos cruciais do seu funcionamento e foi reconhecido por sua competência profissional. Ambos foram fundamentais na criação e no funcionamento da Faculdade e tinham como aliados todos aqueles que também almejam a nova Faculdade em Rio Grande.

Os entrevistados, unanimemente, ressaltam a importância e pertinência da criação da Faculdade, bem como o desenvolvimento educacional e, consequentemente, cultural da cidade, aliados à formação cristã. Acrescenta-se que os objetivos da mantenedora, em criar cursos de formação docente, eram estratégicos para a propagação da moral católica, por ser a educação um meio favorável à divulgação dos ideais religiosos. Buscava-se orientar as “massas populares”, mantendo-as longe das “ideologias subversivas” e aliadas à “verdade” da Igreja. Foi estratégico, portanto, o espaço conquistado pelo catolicismo no âmbito da educação superior, junto à formação docente. Importava à Igreja, ainda no período em pesquisa, disseminar via espaço de escolarização os ideais católicos.

Tanto que, ao ceder as Faculdades de Filosofia e Direito para à Universidade do Rio Grande, o bispo Dom Antônio Zattera pediu que se mantivessem as disciplinas religiosas, o que foi respeitado, sendo apenas modificados os nomes dessas disciplinas para evitar inconvenientes acadêmicos.

Pode-se dizer que os valores católicos foram amplamente disseminados nas Faculdades Católicas e, também, durante longo tempo, na Universidade do Rio Grande. Na cedência para essa Universidade, a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande passou a se chamar Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, já a Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua” manteve o mesmo nome. Ambas passaram a ser laicas, mas, ressalta-se, atendendo ao pedido do bispo, mantiveram disciplinas religiosas nos seus programas. Essa foi mais uma estratégia da Igreja: mesmo em uma instituição laica, os princípios católicos continuaram influenciando no processo educativo dos estudantes universitários. Cabe notar que, situação bastante diferente ocorreu com algumas instituições de ensino superior criadas na cidade de Pelotas, onde as lideranças econômicas, políticas e intelectuais disputavam interesses católicos e laicos no âmbito educacional.

Ainda, convém frisar que essa instituição rio-grandina não era acessível a todas as camadas sociais, por ser particular, restringia-se àqueles que podiam no mínimo pagar as mensalidades. Portanto, o acesso à formação docente em nível superior não chegou a todos; tudo indica que foi privilégio das pessoas mais abastadas, fator não explorado pelos entrevistados.

Na “trama institucional” não poderia faltar os protagonistas dessa história. Por isso, fez-se questão de também evidenciar os corpos dirigente, docente, discente e demais funcionários. Há exatos 51 anos essa instituição foi criada, já era tempo de rememorar-la, assim como registrar, na História, aqueles que deram um pouco de si para que o ideal, de formar professores em nível superior, no Rio Grande, se concretizasse.

Além do diretor Hugo Dantas Silveira, vale mencionar a atuação da professora Alair Brandão Almeida. Ambos foram professores e diretores da instituição. De suas mãos saíram os projetos mais ousados da Faculdade, como a criação de seis cursos em um contexto que, pela falta de recursos, não favorecia tal empreitada; mas o fato é que o projeto foi exitoso e muito contribuiu para a criação e funcionamento da Universidade do Rio Grande. Tanto que a Faculdade de Filosofia

cedeu o maior número de cursos, em relação às outras instituições superiores da cidade, favorecendo o prosseguimento da formação docente em nível universitário.

Também cabe frisar as características do corpo docente da Faculdade de Filosofia. Constata-se que entre os homens havia advogado, arquiteto, economista, médico, teólogo e alguns também com licenciatura. Já entre as mulheres, havia essencialmente professoras, graduadas na Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas. Esse foi o caso das professoras entrevistadas: Alair, Solange e Stella. Todas se formaram em Pelotas, entre o final da década de 1950 e o início de 1960, portanto ingressaram no ensino superior antes que Rio Grande pudesse oferecer os cursos de licenciatura como opção. Nesse sentido, tiveram a oportunidade de compor o quadro docente da recém criada Faculdade de Filosofia, por meio de convite do diretor.

Com base nas informações documentais e relatos, acredita-se que a maioria dos docentes morava em Rio Grande, pois a instituição não tinha como pagar um ordenado significativo que atraísse profissionais de outras cidades. Os professores fizeram suas graduações em Pelotas ou Porto Alegre, principalmente em instituições católicas. Essa formação certamente era bem vista pela Mitra Diocesana, pois estariam aptos a transmitir os ideais religiosos aos alunos. Não por outros motivos, padres também compunham o corpo docente, como por exemplo, os padres João Pozzolo, entrevistado, e Egydio Oberfeld.

Infelizmente, antes que a memória fosse registrada na História, muitos desses docentes já faleceram. Mesmo assim, como atores importantes que foram para o setor educacional, a cidade não os esqueceu. Muitos dos nomes desses mestres encontram-se nas placas de ruas ou prédios notáveis da cidade, sendo essa uma forma de rememorá-los.

Quanto aos discentes da Faculdade de Filosofia, pode-se perceber que nos anos iniciais dos cursos de Filosofia e de Pedagogia, de 1961 a 1964, constavam as mulheres entre a maioria dos candidatos aos concursos de habilitação e ingressantes na instituição. O mesmo ocorria com o curso de Letras; já no curso de Matemática, a procura de homens foi maior nos concursos, embora se igualasse no ingresso. Também é fato o número razoável de candidatos e alunos nessa Faculdade, mas, conforme revisão apresentada em capítulos desse trabalho, isso não era só uma realidade local. A falta de reconhecimento da instituição é mencionada como um dos fatores que influenciavam o número de candidatos. Tanto

que, em 1964, quando havia a possibilidade do reconhecimento, constatou-se um dos maiores índices de candidatos nos concursos de habilitação da instituição.

Sabe-se que, assim como as professoras Alice e Ruth, outras egressas das tradicionais escolas normais “Joana D’Arc” e “Juvenal Miller” também esperavam a criação da Faculdade de Filosofia na cidade, para ingressar no ensino superior. Nas turmas em que se formaram essas entrevistadas, por exemplo, somam-se oitenta alunas nas duas escolas, nos anos de 1954 e 1956. Ainda, a idade das discentes variava de 19 a 35 anos, nas primeiras turmas de 1961 dos cursos de Filosofia e de Pedagogia. Muitas, no entanto, parecem ter desistido no meio do caminho, optando por cuidar das “lidas domésticas” ou atuando somente no ensino primário. Essa é uma questão que ainda merece ser investigada.

Entre os funcionários que trabalharam na secretaria da Faculdade foi possível obter uma entrevista. Neste espaço, não poderia faltar comentários sobre a entrevista com a senhora Elsa, que completou o propósito desse trabalho, de fazer entrevistas com pessoas das mais variadas posições e períodos na história da Faculdade. Como secretária, trabalhou apenas dois anos na instituição, mesmo assim, com uma memória privilegiada, contribuiu com dados relevantes. Ainda não convicta do que sua memória poderia fornecer, assim como outros entrevistados, buscou verificar os dados, apoiando-se em outros colegas para que lhe confirmassem a lembrança, o que demonstra o comprometimento com a pesquisa. A senhora Elsa ressaltou, após sua investigação, datas e confirmou dados que puderam ser apresentados neste trabalho. Confirmou, por exemplo, quais foram as instalações temporárias da Faculdade de Filosofia, já que não teve prédio próprio, assim como as outras duas Faculdades que lhe antecederam.

Mesmo criada em um contexto de agitações políticas, de trocas de presidentes “populistas” e depois passando pelo regime militar, tais circunstâncias parecem não ter afetado o andamento da Faculdade. Nesse sentido, consideram-se novamente importantes as articulações do bispo Dom Antônio Zattera e do então diretor da Faculdade, o advogado Hugo Dantas Silveira, com o regime político vigente no período. A instituição católica aliou-se ao governo no ideal de “combate aos subversivos, comunistas”, tendo em vista também os ideais que afluíam com o mundo dividido pela Guerra Fria.

De fato, a Faculdade de Filosofia não funcionou em instalações próprias; careceu de recursos financeiros, tendo que variar constantemente o salário-aula dos

professores, quando não pedia a doação de parte dele; além de outros tropeços que também não eram estranhos a outras instituições pioneiras do Rio Grande, do Rio Grande do Sul e do país, nem mesmo às outras Faculdades de Filosofia. Apesar de tudo, conseguiu o mais importante, o reconhecimento como aval de sua potencialidade, como instituição formadora de professores. Pode-se dizer, através do que se constatou na pesquisa, que formou sim, profissionais em potencial, assim como manteve profissionais do mesmo nível, na instituição. Como exemplo tem-se os entrevistados, hoje aposentados do meio educacional e que se orgulham da profissão que escolheram, das instituições onde atuaram ou estudaram. Enfim, pessoas entre 70 e 80 anos, mas em pleno vigor de atividades, mesmo com os limites que o tempo impõe a todos. Exceto Jussara não se encontra nessa faixa de idade, até porque era a “mascote” da Faculdade, onde brincava enquanto seu pai, Hugo Dantas Silveira, exercia as funções de diretor e professor.

Ainda é importante frisar que esse trabalho não tem a pretensão de dar uma última palavra sobre o que tenha sido a Faculdade de Filosofia, mas, sim, de dizer o que ainda é possível saber das suas histórias. Buscou-se fazer uma “visita” a essas histórias, através dos vestígios que ainda perduram, na tentativa de manter, viva na memória, mais uma história institucional, voltada para a educação. Nesse sentido, nas entrevistas também não se buscou apresentar respostas ou certezas sobre a Faculdade, mas, sim, novas informações, contribuindo com relatos sobre a Faculdade de Filosofia e a vida dos que dela participaram, que não foram e nem serão encontrados em outros documentos, porque fazem parte da memória dos protagonistas dessa história.

Quanto às informações publicadas no jornal *Rio Grande*, ressalta-se que, no período pesquisado, consideram-se poucas as notícias encontradas, referentes somente à Faculdade. Tanto que o primeiro texto encontrado foi publicado dez dias após a criação da Faculdade, não havendo entre os meses pesquisados informes que precedam sua criação. Geralmente, os dados sobre a Faculdade são concisos, sem ilustrações. Nos meses pesquisados dos anos de 1960, 1961, 1964, 1967 e 1969 foram encontrados os anúncios previstos, referentes à criação, concursos de habilitação, aula inaugural, formaturas, reconhecimento oficial e cedência para a Universidade do Rio Grande. Entretanto, mesmo apresentando dados sucintos, considera-se válida a pesquisa ao jornal *Rio Grande*; mesmo porque permitiu encontrar outras informações que se referiam a membros da Faculdade de Filosofia

ou a própria instituição, embora não fosse o foco da publicação, e sobre o ensino superior do Rio Grande, contribuindo com o terceiro capítulo desse trabalho. Além de tudo, permitiu visualizar o que era noticiado sobre os acontecimentos locais e externos à cidade.

Os anúncios do jornal *Rio Grande* demonstram também o quanto a cidade carecia e almejava mais cursos superiores, pois não raro encontram-se, entre os textos, menções à necessidade de cursos, por exemplo, de Serviço Social, Odontologia e Oceanologia. Dos três cursos pretendidos, apenas o de Oceanologia foi criado, em 1970. Apesar de possíveis frustrações, tudo mudou em 1969, porque com a cedência das instituições, devidamente reconhecidas, para a Universidade, foi possível alcançar o sonho almejado de muitos rio-grandinos, conforme encartado no jornal *Rio Grande*, desde 1967.

Inspirando-se nos dizeres de autores da “Nova História” e da História Cultural, abordados no primeiro capítulo desse trabalho, buscou-se recolher os traços, os registros do passado, revelar detalhes, evidenciar atores antes secundários e também, porque não, construir novas fontes, combinando as peças para montar um quebra-cabeça ilustrativo do panorama de criação da Faculdade.

Vale mencionar que se buscou cumprir com todas as etapas projetadas para construção desse trabalho. Verificou-se o que era de interesse nos acervos do NUME e do Arquivo Geral da FURG; cumpriu-se com a meta de pesquisar no jornal *Rio Grande*, durante a década de 1960, os principais meses referentes a datas marcantes na história da Faculdade de Filosofia; e, realizaram-se as entrevistas pretendidas, com pessoas que ocuparam a instituição em diferentes tempos e espaços. Outros locais também pertinentes a pesquisa, porém, foram apenas visualizados do lado externo, pois estavam de portas fechadas. Espera-se que temporariamente! Ressalta-se que as linhas traçadas em cada um desses espaços foram cuidadosamente revistas para compor o corpo principal desse trabalho, com muitas histórias escritas entre outras que ficarão à espera de novos e curiosos pesquisadores.

Frases dos entrevistados, como: “O prazer foi meu em te receber”, “Achei muito bom a possibilidade de refletir sobre esse trabalho que foi tão importante para nossa cidade”, “Agradeço a ti por ter me procurado”, “Foi um prazer”, “agradeço por essa oportunidade”, “Estou à disposição”, “Sucesso no teu trabalho”, entre outras, serviram de estímulo. Mas, ao mesmo tempo aumentaram o grau de

responsabilidade da pesquisa, pois é preciso responder com qualidade e responsabilidade às expectativas de todos aqueles que estão envolvidos no processo de pesquisa histórica. A dedicação foi total. Agora, chega-se o momento de expor e divulgar aos pares e à comunidade. Espera-se, minimamente, que esse trabalho contribua e estimule novas e pertinentes pesquisas e reflexões.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do Cpdoc**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

_____. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005a.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005b.

ALLEMAND, Maria Cleusa Abreu Neves. 25º aniversário da Fundação Universidade do Rio Grande: 12 de agosto de 1994. In: MEIRELLES, Aída Luz Borthairy (Org.). **Memória FURG – NUME: fragmentos da história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande segundo os arquivos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos**. Rio Grande: FURG, 2008.

ALMEIDA, Cleuza Ivety Ribes de. Engenharias e ciências exatas. In: ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Fundação Universidade Federal do Rio Grande: 35 anos a serviço da comunidade**. Rio Grande: FURG, 2004.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ALMEIDA, Silvia Maria Leite de. **Acesso à educação superior no Brasil: uma cartografia da legislação de 1824 a 2003**. 2006. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12180>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

ALMEIDA JR., A. **Problemas do ensino superior**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

ALTMAYER, Flávia de Lima. **Fundação Cidade do Rio Grande – 50 anos: uma história de realizações**. Rio Grande: FURG, 2003.

ALVES, Francisco das Neves. Ciências Humanas. In: _____ (Org.). **Fundação Universidade Federal do Rio Grande: 35 anos a serviço da comunidade**. Rio Grande: FURG, 2004a.

_____. A gênese do ensino superior na área de ciências humanas na cidade do Rio Grande: a Faculdade Católica de Filosofia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS HISTÓRICOS: HISTÓRIA REGIONAL. **Anais...** Rio Grande: FURG, 2004b.

AMARAL, Giana Lange do (Org.). **Gymnasio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense: entre a memória e a história 1902-2002**. Pelotas: EDUCAT, 2002.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos pelados x galinhas gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a**

1960). 2003. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria:** uma face da história da educação em Pelotas. 2. ed. Pelotas: Seiva, 2005.

_____. O periódico católico pelotense “A Palavra”: aspectos sobre a Igreja Católica e a educação nas primeiras décadas do século XX. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 29, jul./dez. 2007.

_____; AMARAL, Gladis Lange do (Org.). **Instituto Estadual Assis Brasil:** entre a história e a memória 1926-2006. Pelotas: Seivas, 2007.

ANTONIAZZI, Alberto. A ABESC e as Universidades Católicas no Brasil: apontamentos sobre a sua história. In: PAIVA, Vanilda (Org.). **Catolicismo, Educação e Ciência**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (Org.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul:** a desoficialização do ensino público. 2007. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BARREIRA, Luiz Carlos (Org.). Estudo de periódicos: possibilidades para a história da educação brasileira. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, memória, história:** possibilidades, leituras. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Cidade e história**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

BAVARESCO, Agemir (Org.). **História dos cursos de Filosofia no Rio Grande do Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2002.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BEM, Berenice Lagos Guedes de. O gaúcho, a dominação masculina e a educação. In: ENCONTRO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2003, Porto Alegre. **Anais...** Pelotas: Seiva, 2003.

BERGOZZA, Roseli Maria. **Escola Complementar de Caxias: histórias da primeira instituição pública para formação de professores na cidade de Caxias do Sul (1930-1961)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAZ, Eliana Peter. **A gênese da Faculdade [Leiga] de Medicina de Pelotas: desdobramentos do debate ideológico entre ensino laico e o ensino católico em Pelotas no início do século XX**. 2007. Especialização (Especialização em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CASALI, Alípio Marcio Dias. **Universidade Católica no Brasil: elite intelectual para a restauração da Igreja**. 1989. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CESAR, Willy. **Centenário do Colégio Lemos Jr.**: Rio Grande. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2007.

CHAMON, Magda. **Trajetória de Feminização do Magistério: ambigüidades e conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

CHARTIER, Roger. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

COELHO, Maria Cândida de Pádua; SCHULZ, Almiro. O advento da República e a Educação Superior no Brasil: uma mentalidade nova integrada pelo espírito do século e nas exigências do tempo. **História da Educação**, Pelotas, n. 17, abr. 2005.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História Oral: teoria e técnica**. Florianópolis: UFSC, 1978.

CORRÊA, Letícia Maria Passos. **Ensino de Filosofia no Colégio Municipal Pelotense**: por um resgate histórico e crítico das práticas docentes de 1960 a 2008. 2010. Projeto de dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

CÔRTEZ, Helena Sporleder; MORAES, Salete Campos de. Uma estranha no ninho: uma história (diferente) de escolarização e vida profissional feminina, no interior do RS, nos anos 40 do século XX. In: ENCONTRO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2003, Porto Alegre. **Anais...** Pelotas: Seiva, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade crítica**: o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

EVANGELISTA, Olinda. **A formação universitária do professor**: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938). Florianópolis: NUP/CED/UFSC/Editora Cidade Futura, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: UFRJ/Inep, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes *et al.*. **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FILHO, Macioniro Celeste. A Reforma Universitária e a criação das Faculdades de Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 7, jan./jun. 2004.

FISCHER, Beatriz T. Daudt (Org.). **Tempos de escola**: memórias. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Líber Livro, 2011.

FONTANA, Hugo Antonio. **A expansão das Instituições de Ensino Superior no Rio Grande do Sul (1950-2000)**: implicações filosóficas, históricas e sociológicas. 2001. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**: 1964/1985: um estudo sobre a política educacional. 1990. Tese (Doutorado em Educação),

Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br>. Acesso em: 10 jan. 2012.

GODOY, Letícia Azambuja. **Engenheiros educadores profissionalizando a mulher gaúcha:** o Instituto de Educação Doméstica e Rural da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1920-1934). 1999. Projeto de dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GONÇAVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, Ana Lúcia. **Por que hoje no Brasil mais mulheres buscam o ensino superior?** Trajetórias educacionais, família e casamento em questão. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.bdae.org.br>. Acesso em: 11 fev. 2011.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Trad. Manuel A. Baeza e Michel Mujica. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HAMMES, Wallney Joelmir. **Dom Antônio Zattera**. 3º Bispo de Pelotas – Uma cronobiografia. Pelotas: EDUCAT, 2005.

JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick. **A Ilustre Pelotense:** tradição e modernidade em conflito: um estudo histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalização. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. Trad. Mario Vilela. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

LAUFER, Frederico. A Igreja Católica de 1912 a 1957. In: BECKER, Klaus (Org.). **Enciclopédia Rio-grandense**. O Rio Grande atual. Canoas: Editora Regional, 1957. v. 4.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 2. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1992.

_____. **A história nova**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. A história nova. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (Org.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Perseverança e resistência:** a engenharia como profissão feminina. 2004. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

LONER, Beatriz Ana. Reconstrução da memória da UFPel. **História em Revista**, Pelotas, n. 1, set. 1994.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Sonia de Castro. **Oficina de mestres**: história, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939). Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **História da Educação**: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.

_____. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: UFPel, 1993.

_____. **Engenharia, Rio Grande**: História & algumas histórias. Pelotas: Armazém Literário, 1997.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: FURG, 2006.

MEDEIROS, Ivoni Regina Porto Martins. **Curso de Pedagogia na FURG**: um estudo sobre a influência da formação na atuação da profissional egressa. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MEIRELLES, Aída Luz Borthairy. Ciências da saúde. In: ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Fundação Universidade Federal do Rio Grande**: 35 anos a serviço da comunidade. Rio Grande: FURG, 2004.

_____. (Org.). **Memória FURG – NUME**: fragmentos da história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande segundo os arquivos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos. Rio Grande: FURG, 2008.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio/jun./jul./ago. 2000.

_____. Formar professores para escola secundária: que escola? **História da Educação**, Pelotas, v. 7, n. 14, set. 2003.

MEZZANO, Alicia Corvalán de. Lembranças pessoais – memórias institucionais: para uma metodologia de questionamento histórico-institucional. In: BUTELMAN, Ida (Org.). **Pensando as instituições**: teorias e práticas em educação. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

MONTERO, Paula. A Igreja Católica diante da modernidade brasileira. In: PAIVA, Vanilda (Org.). **Catolicismo, Educação e Ciência**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

MOROSINI, Marília Costa. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 3.

MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **O Brasil Republicano**. Sociedade e Instituições (1889-1930). História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977. v. 2, Tomo III.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Educação superior (1930-85). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). **República**: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, n. 3, jun. 2000.

NOSELLA, Paola; BUFFA, Ester. **Schola Mater**: a antiga Escola Normal de São Carlos 1911-1933. São Carlos: EdUFSCar, 1996.

_____. **Universidade de São Paulo; Escola de Engenharia de São Carlos; os primeiros tempos**: 1948-1971. São Carlos: EdUFSCar, 2000.

NUNES, Claudio Omar Iahnke. Ciências sociais aplicadas. In: ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Fundação Universidade Federal do Rio Grande**: 35 anos a serviço da comunidade. Rio Grande: FURG, 2004.

OLIVE, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior, 2002.

PERROT, Michelle. A força da memória e da pesquisa histórica. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, São Paulo, 1995.

_____. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: _____. SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

_____. O mundo da imagem: território da história cultural. In: _____. SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PIMENTAL, Fortunato. **Aspectos gerais do município de Rio Grande**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944.

POERSCH, Léo. **Universidade Católica de Pelotas**: Edição comemorativa do 10º aniversário (1960-1970). Pelotas: Gráfica UCPel, [1970?].

_____. **Universidade Católica de Pelotas**: Edição comemorativa do 15º aniversário (1960-1975). Pelotas: Gráfica UCPel, [1975?].

_____. **Universidade Católica de Pelotas**: 30 anos. Pelotas: EDUCAT, 1991.

PORTELLI, Alesandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Raça, gênero e educação superior**. 2001. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <www.ifcs.ufrj.br/~observa/bibliografia/teses/teses/tese_deocele.PDF>. Acesso em: 14 dez. 2010.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação. Trad. Carlos Eduardo Vieira. **Educar**, Curitiba, n. 18, jul./dez. 2001.

_____. Os estudos histórico-educativos e a História da Educação. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **História da**

Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François *et al.* Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

ROBINSON, James Harvey. A nova história. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (Org.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, fev. 1992.

ROSSATO, Ermelio. **A expansão do ensino superior no Brasil:** do domínio público à privatização. Passo Fundo: UPF, 2006.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade:** nove séculos de história. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

_____; MAGDALENA, Beatriz Corso. **Universidades Gaúchas:** impasses e alternativas (O Ensino Superior no Rio Grande do Sul). Santa Maria: Palloti, 1995.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* **Instituições escolares no Brasil:** conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos *et. al.* Entre História e Memória: uma narrativa acerca da Escola Complementar e da Escola Normal do Colégio Santa Joanna D' Arc de Rio Grande/RS. In: 17º ENCONTRO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2011, Santa Maria. **Anais...**, Santa Maria, 2011.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social:** uma história da Igreja católica no Brasil. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Pery Pinto Diniz da; SOARES, Mozart Pereira. **Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:** 1934-1964. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

SILVEIRA, Leda Dantas da. Histórico da Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua. **JURIS**, Rio Grande, v. 11, 2005. Disponível em: <www.seer.furg.br>. Acesso em: 27 jul. 2010.

SOUTO, Marta. Sobre incertezas e buscas no campo institucional. In: BUTELMAN, Ida (Org.). **Pensando as instituições:** teorias e práticas em educação. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **Positivismo e educação:** a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo. Pelotas: UFPEL, 1995.

_____. Profissionalização, escola normal, e feminização e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública – 1880/1935. In: HYPOLITO, Álvaro M.; VIEIRA, Jarbas dos S.; GARCIA, Maria Manuela A. (Org.) **Trabalho docente: formação e identidades**. Pelotas: Seiva, 2002.

_____; QUADROS, Claudemir de; BASTOS, Maria Helena Camara. A educação (1930-80). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). **República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lólio Lorenzo de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **A federalização do ensino superior no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

VEIGA, Cyntia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VEYNE, PAUL. **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1987.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004.

_____. Práticas de gestão e feminização do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, set./dez. 2005.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Coord.). **História falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC/SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

FONTES DE PESQUISA

Ata, atestado, certificado, decreto, declaração, estatuto e relatório

ALMEIDA, Alair Brandão. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. **Atestado**. Rio Grande, 16 jan. 1967.

_____. **Declaração ao presidente da comissão encarregada de verificar o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande.** Rio Grande, 19 abr. 1967.

_____. Universidade do Rio Grande. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **Atestado.** Rio Grande, 9 dez. 1972.

AMARAL, Jorge da Cunha. **Atestado da Fundação Cidade do Rio Grande.** Rio Grande, 6 jul. 1967.

ATAS DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE. Rio Grande, Ata n. 1, 27 fev. 1961-Ata n. 52, 8 dez. 1970.

BRASIL. Decreto n. 49.963, de 19 de janeiro de 1961. Concede autorização para o funcionamento dos Cursos de Filosofia e Pedagogia, da Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, 1961.

_____. Decreto n. 61.617, de 3 de novembro de 1967. Concede reconhecimento à Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande, da Universidade Católica de Pelotas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, 1967.

_____. Decreto-lei n. 1.051, de 21 de outubro de 1969. Provê sobre o aproveitamento em cursos de licenciatura de estudos realizados em Seminários Maiores, Faculdades de Teológicas ou instituições equivalentes de qualquer confissão religiosa. Brasília, 1969. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2011.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2011.

BUAIZ, Margarida Figurelli; MAIA, Amanda. **Simpósio sobre estrutura das Faculdades de Filosofia.** Relatório. Rio Grande, mar. 1963.

CATTANI, Armando. **Atestado da Prefeitura Municipal de Rio Grande.** Rio Grande, 5 jul. 1967.

CONTRATO DE COMODATO. Rio Grande, 31 jul. 1967.

DECLARAÇÃO. **Congregação das Irmãs “São José”.** Garibaldi, 16 jul. 1960.

ESTATUTO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. **Aprovado pelo Parecer n. 180/63 do Conselho Federal de Educação,** 1963.

FOGAÇA, Odilon. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. **Atestado.** Rio Grande, 2 jun. 1965.

FRAZÃO, Bolívar Nóbrega. **Atestado da Câmara de Comércio da Cidade de Rio Grande.** Rio Grande, 6 jul. 1967.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “JUVENAL MILLER”. **Normalistas**: Primeira Turma 1956 – 1996. Rio Grande, 16 dez. 1996.

JUBILEU de Ouro - Pe. João Pozzolo: meio século de devoção sacerdotal. Rio Grande, dez. 2008.

LEITE, Franklin Olivé. **Parecer para autorização de funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande**, 16 set. 1960.

_____. **Relatório de verificação das condições da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande para efeito do seu reconhecimento**, 1967.

LIMA, Alceu Amoroso. **Parecer n. 306/67, de 2 de Agosto de 1967**. Reconhecimento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, da Universidade Católica de Pelotas. Câmara de Ensino Superior – 2º Grupo, 2 ago. 1967.

OLIVEIRA, Volnir Marques de. Fundação Universidade do Rio Grande. Divisão de Registro Acadêmico. **Certificado**. Rio Grande, 28 jun. 1974.

RECORDANDO a missa de formatura das professorandas da Escola Normal “Santa Joana D’Arc”. Rio Grande, 11 dez. 1954.

SILVEIRA, Hugo Dantas. Universidade Católica Sul Riograndense de Pelotas. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. **Relatório do 1º período letivo correspondente ao exercício de 1961**, 20 jul. 1961.

_____. Universidade Católica Sul Riograndense de Pelotas. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. **Relatório II Semestre 1961**, dez. 1961.

_____. Universidade Católica de Pelotas. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. Rio Grande, 4 dez. 1965/22 nov. 1966.

_____. **Creio**. Rio Grande, 3 abr. 1964.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Divisão de Registro Acadêmico. **Atestado n. 256/74**. Pelotas, 25 jan. 1974.

_____. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. **Atestado**. Rio Grande, 22 nov. 1966.

_____. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. **Concursos de Habilitação**, 1961-1966.

_____. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. **Reconhecimento**. Relatório sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, para seu Reconhecimento, [196-].

_____. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. **Relatório de atividades discentes do Diretório Acadêmico Padre Luiz de Carvalho**, 1967.

_____. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. **Atas, Termos e Portarias.** Termos de conclusão de curso, 1964-1970.

_____. Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”. **Convocação.** Rio Grande, 17 dez. 1963/13 mar. 1968.

_____. Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”. **Regimento.** Rio Grande, [196-].

VEIGA, Albino de Bem. **Relatório para autorização de funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande**, 4 fev. 1963.

VINHAS, João Ricardo. **Atestado do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul**, 4 jul. 1967.

ZATTERA, Antônio. **Decreto de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande**, 2 ago. 1960.

Jornais e periódico estudantil

A Coruja. Rio Grande, dez. 1963, abr. 1964, maio 1966, set. 1966.

Agora. Rio Grande, 17 nov. 1989, 5 set. 2011.

Diário Popular. Pelotas, dez. 1960, fev.-mar. 1961, dez. 1964.

Rio Grande. Rio Grande, jan.-jun./ago./dez. 1960, jan./mar. 1961, dez. 1964, 31 out.-dez. 1967, ago. 1969.

Entrevistas

ALMEIDA, Alair Brandão. Entrevista concedida a Josiane Alves da Silveira. Rio Grande, 22 dez. 2010.

FARIA, Alice da Senhora Lemos. Entrevista concedida a Josiane Alves da Silveira. Rio Grande, 1º nov. 2010.

LEITÃO, Solange Grafulha de Carvalho. Entrevista concedida a Josiane Alves da Silveira. Rio Grande, 15 out. 2010.

NADER, Stella Emília Peixe. Entrevista concedida a Josiane Alves da Silveira. Rio Grande, 10 nov. 2010.

PORTO, Ruth Valente. Entrevista concedida a Josiane Alves da Silveira. Rio Grande, 27 out. 2010.

POZZOLO, João. Entrevista concedida a Josiane Alves da Silveira. Rio Grande, 7 e 13 jul. 2011.

SILVEIRA, Jussara Maria. Entrevista concedida a Josiane Alves da Silveira. Rio Grande, 11 jul. 2011.

VAGUETTI, Elsa Helena Heidtmann. Entrevista concedida a Josiane Alves da Silveira. Rio Grande, 9 dez. 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - Roteiro de Entrevista

1. IDENTIFICAÇÃO

- a. Nome:
- b. Idade:
- c. Naturalidade:

2. FORMAÇÃO

- a. Primário:
- b. Secundário:
- c. Curso (s) Superior (es): Início e Término: Motivações na escolha:
- d. Condições financeiras no período:
- e. Características da educação nos períodos de formação: Semelhanças e/ou diferenças entre o ensino masculino e feminino:
- f. Avaliação da própria formação: O encontro com a profissão:

3. TRABALHO DOCENTE

- a. Número de anos no magistério:
- b. Avaliação do reconhecimento da profissão no período e, principalmente, da presença feminina entre o corpo docente:
- c. Períodos em que trabalhou:
Manhã () Tarde () Noite ()
- d. Instituições educacionais em que trabalhou:
- e. Adiantamentos em que lecionou:
- f. História profissional em instituições educacionais:
Públicas () Particulares ()
- g. Problemas e/ou dificuldades que encontrou no trabalho: Remuneração:
- h. Satisfação profissional:

4. FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE

- a. Significado da criação da Faculdade de Filosofia na cidade:
- b. Influência religiosa (Mitra Diocesana de Pelotas – entidade mantenedora):
- c. Público alvo e ingresso (concurso de habilitação - média, n° mínimo de alunos):
- d. Prédios onde ministrou aulas ou estudou:

() Escola Normal “Santa Joana D’Arc”

() Instituto de Educação “Juvenal Miller”

() Grupo Escolar “Helena Small”

e. Características do corpo docente e discente (formação, naturalidade e sexo):

f. Avaliação das disciplinas ministradas ou cursadas (conteúdos, métodos, avaliação e recursos):

g. Relação com a direção da instituição:

h. Avaliação do funcionamento da instituição (prédios, cursos, remuneração):

i. Opinião sobre a formação tardia na cidade de cursos voltados para a formação docente em relação a outras cidades do estado:

j. Considerações sobre a marcante presença feminina na instituição:

l. Histórico na instituição:

m. Opinião sobre a vinculação da instituição a Universidade do Rio Grande (1969):

n. Contribuição com documentos (escritos e/ou imagens):

5. OUTROS CURSOS SUPERIORES DA CIDADE:

a. Informações Gerais (criação, funcionamento, direção, docentes e discentes):

b. Opinião sobre a baixa procura feminina nos cursos superiores da cidade:

6. ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE A ENTREVISTA:

ANEXOS

ANEXO 1 – Cedência de uso

Acadêmica: Josiane Alves da Silveira

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Giana Lange do Amaral**CEDÊNCIA DE USO**

Eu, _____, autorizo a acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Josiane Alves da Silveira, a fazer uso dos direitos autorais para Dissertação de Mestrado e/ou Tese de Doutorado, do PPGE/FAE/UFPEL, relacionado às minhas fotografias, relatos orais e por escrito, entrevistas semi-estruturadas, em seus Trabalhos Acadêmicos, bem como Artigos, Periódicos, Revistas, Projetos de Extensão, Projetos de Pesquisa, Livros, Eventos com Comunicações Orais, Exposições em Painéis ou Pôsteres, outros Meios de Comunicação e Informação que estejam relacionados à exposição e divulgação do trabalho que está sendo realizado e que será desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas pela própria Acadêmica da Pós-Graduação. Sendo que estou ciente de que minha participação nestes trabalhos é voluntária e concordo do uso do exposto acima mencionado.

Assinatura: _____

Pesquisadora: _____

Data: _____

ANEXO 2 – Anúncio do jornal *Rio Grande* sobre a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande

RIO GRANDE

ORGÃO INDEPENDENTE
O DIÁRIO DE MAIOR CIRCULAÇÃO E TIRAGEM DO MUNICÍPIO

ANO XLVII | DIRETOR: Dado de la Rocha
Gilberto M. C. Cardoso | Hugo D. Silveira | RIO GRANDE, SEXTA-FEIRA 12 DE AGOSTO DE 1960 | DIRETOR GERENTE: Albino Alves | Nº. 183

NÚMERO AVULSO
3
CRUZEIROS

Deverá funcionar, no próximo ano, a Faculdade de Filosofia

Fomos informados, extra-oficialmente que já no próximo ano estará funcionando em Rio Grande, provisoriamente na E.N. Santa Joana D'Arc a Faculdade de Filosofia, com dois cursos: o de filosofia e o de pedagogia.

Dessa forma o Rio Grande passará a contar com mais uma faculdade que virá incorporar-se aquelas já existentes e que são a Escola de Engenharia Industrial, a Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

Com a devida vênua dos promotores da instalação da Faculdade de Filosofia, que deverá funcionar com dois cursos, achamos que seria interessante para Rio Grande, também o funcionamento de uma Escola de Serviço Social.

Atualmente esse curso apresenta uma grande utilidade eis que não só o Estado como também as forças ligadas à iniciativa privada, necessitam de pessoas capacitadas para encaminhar a solução dos grandes problemas sociais que infelicitam o grosso da população brasileira. As Escolas de Serviço Social, atualmente, estão diplomando jovens idealistas, dispostas a servirem aos seus semelhantes,

Rio Grande comporta-

ria uma Escola de Serviço Social mesmo porque no nosso Estado tais estabelecimentos só funcionam na capital do Estado. Uma Escola de Serviço Social em Rio Grande, fatalmente atrairia para a Noiva do Mar um

razoável contingente de alunos da zona sul e da fronteira. Aqui fica uma sugestão para aqueles que sempre se mostraram dispostos a trabalhar pelo progresso da cidade marítima no setor do ensino.

PSD PTB PR

LOTT E JANGO

Candidatos Nacionalistas

ÚLTIMA HORA INTERNACIONAL

O Secretário da ONU chegou a Katanga

Elizabethville, 12 (RG) — Apesar das ameaças do chefe político de Katanga, Moise Tshombe, o Secretário Geral das Nações Unidas chegou ontem a esta província comandando, simbolicamente, uma força de 250 soldados suecos.

No aeroporto estava a esperá-lo Tshombe que esqueceu as promessas de receber a bala os soldados das Nações Unidas.

O primeiro cuidado de Dag Hammarskjöld foi verificar se as tropas belgas estão realmente sendo evacuadas da província de Katanga.

Lançado o novo foguete Descobridor III

Cabo Canaveral, 12 (RG) — Esta madrugada os Estados Unidos colocaram em órbita um novo satélite, que foi conduzido por um potente foguete Descobridor III. Este foi o terceiro disparo feito esta semana com sucesso.

O satélite colocado em órbita ao redor da terra é um enorme globo, radio-espelho e que poderá ser visto

Esta página do Jornal *Rio Grande* foi editada para melhor visualização do texto.